



# Revista Brasileira

---

FASE VII 🍷 JULHO-AGOSTO-SETEMBRO 2004 🍷 ANO X 🍷 N<sup>o</sup> 40

*Esta a glória que fica, eleva, honra e consola.*

MACHADO DE ASSIS

ACADEMIA BRASILEIRA  
DE LETRAS 2004

DIRETORIA

Presidente: *Ivan Junqueira*  
Secretário-Geral: *Evanildo Bechara*  
Primeira-Secretária: *Ana Maria Machado*  
Segundo-Secretário: *Marcos Vinicius Vilaça*  
Diretor-Tesoureiro: *Cícero Sandroni*

MEMBROS EFETIVOS

Affonso Arinos de Mello Franco,  
Alberto da Costa e Silva, Alberto  
Venancio Filho, Alfredo Bosi,  
Ana Maria Machado, Antonio Carlos  
Secchin, Antonio Olinto, Ariano  
Suassuna, Arnaldo Niskier,  
Candido Mendes de Almeida,  
Carlos Heitor Cony, Carlos Nejar,  
Celso Furtado, Cícero Sandroni,  
Eduardo Portella, Evanildo Cavalcante  
Bechara, Evaristo de Moraes Filho,  
Pe. Fernando Bastos de Ávila,  
Ivan Junqueira, Ivo Pitanguy,  
João de Scantimburgo, João Ubaldo  
Ribeiro, José Murilo de Carvalho,  
José Sarney, Josué Montello, Lêdo Ivo,  
Lygia Fagundes Telles, Marco Maciel,  
Marcos Vinicius Vilaça, Miguel Reale,  
Moacyr Seliar, Murilo Melo Filho,  
Nélida Piñon, Oscar Dias Corrêa,  
Paulo Coelho, Sábato Magaldi, Sergio  
Corrêa da Costa, Sergio Paulo Rouanet,  
Tarcísio Padilha, Zélia Gattai.

REVISTA BRASILEIRA

DIRETOR

João de Scantimburgo

CONSELHO EDITORIAL

Miguel Reale, Carlos Nejar,  
Arnaldo Niskier, Oscar Dias Corrêa

PRODUÇÃO EDITORIAL E REVISÃO

Nair Dametto

ASSISTENTE EDITORIAL

Frederico de Carvalho Gomes

PROJETO GRÁFICO

Victor Burton

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Estúdio Castellani

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS  
Av. Presidente Wilson, 203 – 4ª andar  
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20030-021  
Telefones: Geral: (0xx21) 3974-2500  
Setor de Publicações: (0xx21) 3974-2525  
Fax: (0xx21) 2220.6695  
E-mail: [publicacoes@academia.org.br](mailto:publicacoes@academia.org.br)  
site: <http://www.academia.org.br>

As colaborações são solicitadas.

# Sumário

Editorial .....	5
-----------------	---

## CICLO ORIGENS DA ACADEMIA

ALBERTO VENANCIO FILHO Lúcio de Mendonça, o fundador da Academia Brasileira de Letras.....	9
CÍCERO SANDRONI Alcindo Guanabara e o jornalismo do seu tempo .....	59
AFONSO ARINOS, FILHO Nabuco, acadêmico e diplomata .....	77
DOMÍCIO PROENÇA FILHO Machado de Assis e a Academia.....	99

## PROSA

MIGUEL REALE Legados de Norberto Bobbio .....	131
EDUARDO PORTELLA A invenção da cidade moderna na literatura .....	135
ARNALDO NISKIER Novela-crônica, um novo gênero: jornalismo e literatura .....	139
LÊDO IVO A prosa reencontrada .....	147
JOÃO DE SCANTIMBURGO A agonia da civilização .....	159
BENEDICTO FERRI DE BARROS Linguagem e pensamento .....	165
ODILON NOGUEIRA DE MATOS Um réquiem alemão .....	171
NELSON SALDANHA Razão, razões – Razão e circunstância.....	175
PAULO NAPOLEÃO NOGUEIRA DA SILVA A formação brasileira.....	181

## Prêmio Senador José Ermírio de Moraes – 2004

Saudação a Antônio Bulhões.....	191
Agradecimento do Dr. Antônio Bulhões .....	194
Palavras do Dr. Antônio Ermírio de Moraes .....	196

## POESIA

FRANCISCO DE CARVALHO Homenagem aos 80 anos do poeta Lêdo Ivo ...	199
DAVID MOURÃO-FERREIRA Poemas (com trad. italiana).....	202
RUTH SYLVIA DE MIRANDA SALLES Seis poemas .....	211
PEDRO ERNESTO DE ARAÚJO Dois poemas .....	219

## GUARDADOS DA MEMÓRIA

GERALDO FRANÇA DE LIMA Com Bernanos no Brasil .....	223
---	-----



A Academia está realizando o seu programa anual de conferências, sobre vultos que passaram no tempo e compõem o seu monumento humano, e aqui as publicaremos, à medida que forem sendo proferidas, nas tardes de terça-feira, no Auditório José de Alencar, sempre com numeroso e atento público.

No presente número publicamos o texto, revisto e ampliado, sobre Lúcio de Mendonça, de autoria do Acadêmico Alberto Venancio Filho. Trata-se da mais justa homenagem ao verdadeiro fundador da Academia, que, no entanto, afastou-se do prosclênio para dar lugar a Machado de Assis, que decidiu apoiar a idéia e, por unânime decisão de todos os companheiros da iniciativa, foi aclamado presidente.

Outras conferências sobre as origens da Academia nos situam no contexto da época. Cícero Sandroni rememora a figura, um tanto esquecida nos dias de hoje, do jornalista Alcindo Guanabara. Afonso Arinos, filho apresenta o diplomata e acadêmico Joaquim Nabuco, entremeando informações sobre a Missão Especial que lhe fora con-

fiada em Londres, quando se ocupou da delicada questão de limites entre o Brasil e a então Guiana Britânica, e suas preocupações com a “nossa Academia”, em cartas a Machado de Assis. Domício Proença Filho traça um perfil de Machado de Assis, recapitulando vários dos estudos já dedicados ao primeiro presidente da Instituição.

Os textos que publicamos constituem, para os historiadores da literatura e da evolução do pensamento no Brasil, material de sumo valor. É, sem dúvida, documentação para ser guardada, para servir de referência nos casos em que seja necessária a consulta ao que foi o passado remoto da Academia, a mais importante instituição cultural do Brasil.

Nos números seguintes da *Revista Brasileira*, em cuja antiga Redação, efetivamente, nasceu a Academia, serão publicadas outras conferências, até esgotar-se o programa estabelecido pelo Presidente Ivan Junqueira. É toda uma empreitada, esta, a que se arrogou a direção da Academia, a fim de servir às letras do Brasil, num momento de transição como o atual, em que, da política à universidade, toda uma intensa movimentação se leva a cabo, a fim de modernizar o Brasil e de promover, no setor literário e com o seu apoio, o desenvolvimento, como ascensão da pessoa humana a patamares mais altos da existência, em contigüidade com seus irmãos, por nascimento ou adoção, da nacionalidade revelada ao mundo conhecido há quinhentos anos. É uma contribuição. É a nossa dádiva aos compatriotas.

 CICLO ORIGENS  
DA ACADEMIA

*Lúcio de Mendonça*

Retrato de Rodrigues Soares

Óleo sobre tela, 125 x 85 cm

Acervo museológico da ABL.



# Lúcio de Mendonça, o fundador da Academia Brasileira de Letras

ALBERTO VENANCIO FILHO

**A** Academia Brasileira de Letras inicia hoje o ciclo de conferências do ano de 2004, comemorando o sesquicentenário do nascimento de Lúcio de Mendonça, o fundador da Casa, na véspera dessa efeméride.

Já houve quem dissesse que a fundação da Academia foi um milagre. Várias tentativas se frustraram no Império e é curioso que Pedro II, cultor das letras e das artes, nunca tenha incentivado a criação de tal instituição. Mas o que caracteriza o milagre é a reunião em período de instabilidade institucional de figuras tão díspares do ponto de vista político: monarquistas, republicanos, socialistas e anarquistas. Na expressão de Graça Aranha, o que os interessava era a literatura. A iniciativa foi facilitada pela existência de duas publicações: a *Semana* de Valentim Magalhães, e a *Revista Brasileira* de José Veríssimo, focos de reunião, esta última a ante-sala da Academia.

Conferência pronunciada na Academia Brasileira de Letras, em 9/3/2004, na sessão de abertura do ciclo *Origens da Academia*.

Dos fundadores se destaca a mocidade de Magalhães de Azeredo, com apenas vinte e cinco anos; Graça Aranha, Pedro Rabelo e Medeiros e Albuquerque tinham vinte e nove, Oliveira Lima e Guimarães Passos trinta, Olavo Bilac e Rodrigo Octavio 31 e Coelho Neto 33. Lúcio de Mendonça contava então 43 anos e, na sociedade da época, era considerado um jovem. Daí porque Machado de Assis no discurso inaugural tenha falado que “a Academia foi iniciada por um moço, aceita e completada por moços, e nasce com alma nova naturalmente ambiciosa”.

A análise dos quarenta imortais revelaria que à época eram figuras de destaque na vida literária e que, depois de 1897, continuaram trajetória de êxitos. Passados cento e sete anos, o elenco desses nomes aponta o esquecimento de muitos. Quem se recorda hoje de Luís Murat, Filinto de Almeida, Teixeira de Melo, Urbano Duarte, cujo centenário da morte em 2002 ocorreu em branca nuvem, Garcia Redondo, Pedro Rabelo, Luís Guimarães Júnior? Antes que se erija o monumento ao acadêmico desconhecido, cabe a nós manter viva a chama votiva de nossos predecessores, como agora estamos fazendo com Lúcio de Mendonça na véspera do seu nascimento.

Lúcio Eugênio Vasconcelos Drummond Furtado de Mendonça, ou simplesmente Lúcio de Mendonça, nasceu na fazenda de Morro Grande, município de Piraí, em 10 de março de 1854, sexto filho de Salvador Furtado de Mendonça e D. Amália de Menezes Drummond. De família numerosa, era treze anos mais moço do que o irmão Salvador de Mendonça. Aos quatro anos perdeu o pai e se mudou para a casa de parentes em São Gonçalo do Sapucaí.

Nunca teve professor de primeiras letras; ouvia trechos de carta ou de jornal, retinha-os na memória, casando os sons com os caracteres gráficos.

Interno no Colégio Pimentel, naquela cidade, colaborou no jornal *A Aurora Fluminense*, feito pelos alunos calouros. Em 1867 transferiu-se para o Rio e se matriculou no Colégio Padre Guedes, onde redigiu o jornal *A Tesoura*.

Em 1867, orientado pelo irmão Salvador de Mendonça, está em São Paulo e ingressa no Curso Anexo da Faculdade de Direito. Inicia-se nas atividades poéticas e literárias. Escreve *Rios e lágrimas* (poesia) e colabora com poemas no

jornal *O Ipiranga*, órgão dirigido pelo irmão. Em 1871 matricula-se na Faculdade de Direito de São Paulo; ali tem como colegas, entre outros, Martim Francisco Júnior, Dino Bueno, Canuto Saraiva e João Kopke. Por tomar parte em movimento de alunos contra a mudança do regime de exames, a “revolta acadêmica”, é suspenso por dois anos e retorna ao Rio de Janeiro. Começa a trabalhar no jornal *A República*, convivendo com Quintino Bocaiúva, Ferreira de Menezes, Joaquim Serra, Francisco Otaviano, Joaquim Nabuco e o irmão Salvador, intelectuais de destaque da época.

Retorna a São Paulo e prossegue o curso de Direito; morando então em várias repúblicas. Pouco se sabe sobre os estudos de Direito de Lúcio, a não ser que conseguiu nos exames três distinções consecutivas, fato raro nos Anais da Academia, e que foi anunciado na *Gazeta de Notícias* da Corte, em primeira página. Mas, de fato, a “vida acadêmica” era menos a freqüência às aulas e a leitura dos manuais de direito do que o jornalismo literário, a redação de poesias, a boemia, a participação na sociedade secreta, a Bucha, os grêmios de oratória, e já naquela época os clubes republicanos. Pedro Lessa, que lhe sucedeu na Academia e no Supremo Tribunal Federal, registrou:

“Quando fui matricular-me na Faculdade de Direito de São Paulo, já ele concluíra o seu curso jurídico. Mas lá estava ainda bem luminoso o sulco aberto pela passagem do jovem poeta e jornalista democrata; o seu nome, envolto numa auréola de estima, de admiração e de respeito, enchia a Faculdade de São Paulo. Nessa quadra da mocidade, foi Lúcio de Mendonça, intelectual e moralmente, o que sempre continuou. É raro conhecermos um homem, no decurso de cuja vida, ao lado de uma incessante leveza de espírito nas produções literárias, em que se note uma tão inalterada coerência e perfeita unidade nos princípios, nos sentimentos e no caráter, coerência que ele sempre zelou com ufanía, e algumas vezes com excesso.

Na cidade acadêmica daquele tempo, toda impregnada das tradições românticas de Álvares de Azevedo e seus companheiros, e da glória alvorecente de Castro Alves e Fagundes Varela, ser poeta era a primeira das distinções

da aristocracia intelectual. Creio que para os moços de hoje (1910) não tem a fascinação com que dominava os estudantes daquela época. O belo talento de Lúcio se amoldou à sedutora influência do ambiente.”

Há fatos curiosos a respeito da passagem de Lúcio de Mendonça pela Faculdade, significativos de seu temperamento, relatados por Josué Montello no *Pequeno anedotário da Academia Brasileira de Letras* (p. 161). O Professor Sá e Benevides, de Direito Romano, e cujas apostilas Rui Barbosa transcreve nos *Pareceres sobre o Ensino Superior* como modelo da péssima didática, reprovava sistematicamente todos os alunos e, surpreendentemente, aprovou-o com distinção. Lúcio deixou de o cumprimentar. E, indagado sobre essa atitude, respondeu: “– Com o que fez comigo o Professor Benevides, muita gente há de supor que passei no exame porque decorei as lições dele. E eu não posso deixar de reagir a este insulto.”

Como estudante, morava Lúcio de Mendonça na mesma pensão em que residiam o Padre Francisco de Paula Rodrigues, orador sacro, e mais dois amigos. Assim relata Josué Montello:

“Desde cedo, Lúcio de Mendonça assumiu posição de hostilidade ao clero e à Igreja, no plano das idéias, o que não impedia o seu convívio cordial com o Padre Francisco de Paula Rodrigues.

Tão freqüente era esse convívio e tão notória a amizade que os unia, que não raro lhe diziam:

– Parece que estás ficando católico. A companhia do Padre Rodrigues vai modificando aos poucos as tuas convicções religiosas.

Lúcio de Mendonça, no dia seguinte, numa demonstração de fidelidade a essas convicções, saiu a campo pelas colunas da *Província de S. Paulo*, atacando implacavelmente o catolicismo e o clero.

No entanto, o mesmo combatente aguerrido sabia ter, nos momentos adequados, os belos gestos reveladores de sua alta linha moral.

Certa vez, Ezequiel Freire, um de seus amigos mais chegados, lia em voz alta, em casa de Lúcio, o trecho escabroso de um romance realista.

E Lúcio, interrompendo-o:

– Vamos ler isso no meu quarto.

E justificando o pedido:

– Nessa sala, o Padre Chico Rodrigues lê o seu Breviário.”

Na época lança *Alvoradas*, o segundo livro. Convidado por José Maria Lisboa, trabalha na *Província de S. Paulo* e torna-se colaborador efetivo de *A República*. Divulga artigos no *Planeta*, do sul de Minas, na *Crisálida*, na *União de São Paulo* e no jornalzinho *A Borboleta*, dedicado a mulheres.

Deixando São Paulo escreve o “Adeus a São Paulo” como despedida à Província, confessando que é “a terra a que devo – mais do que o nascimento – a educação cívica, berço das minhas crenças, terra sagrada de homens honrados, formosa terra de São Paulo, nobre plebéia robusta, leoa que amamenta as almas modernas que hão de lutar a grande luta, meio intelectual da nossa nacionalidade, esperança de nossa redenção, alma do Brasil novo, coração da pátria livre.”

Logo depois de formado, em 1878, é nomeado interinamente Curador Geral de Órfãos em Rio Bonito, efetivando-se no cargo nesse ano. Seguindo depois para Itaboraí, sofre dificuldades, inclusive por motivo de doença, e volta a São Gonçalo de Sapucaí, onde passara a infância. Peregrina por várias cidades.

Nomeado delegado da Inspeção Geral da Instrução Pública da província de Minas, é vereador da Câmara de São Gonçalo até 1885. Muda-se para Valença e colabora em *A Semana*, de Valentim Magalhães no Rio de Janeiro. Na vizinha cidade de Campanha, na qual faz intensa propaganda republicana, dedica-se também à advocacia e ali colabora de corpo e alma no jornal *Colombo*, “humilde posto de combate, a um canto perdido do jornalismo nacional, mas onde todas as eventualidades da luta encontravam sempre ignoradas, mas inquebrantável a nossa dedicação”. Nessa cidade passa a publicar *A Semana* e o panfleto político *Escândalo*.

Proclamada a República, é nomeado Secretário do Ministro da Justiça em 1890 e, em seguida, Curador Fiscal das Massas Falidas do então Distrito Federal. Ocupa a partir desse momento funções públicas de importância, continuando porém a escrever em jornais e a colaborar em *A Semana*. É nomeado, em 1895, Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Com a fundação, nesse ano, da terceira fase da *Revista Brasileira*, dirigida por José Veríssimo, passa a freqüentar a Redação, onde se reúnem os literatos da época. Em 1896 é o fundador da Academia Brasileira de Letras, vindo a ocupar a Cadeira nº II, para a qual escolheu como patrono Fagundes Varela, escolha que demonstra o pendor pelo tema poético.

Em 1900 representou o Supremo Tribunal Federal na comitiva do Presidente Campos Sales à Argentina e, em 1901, foi nomeado Procurador Geral da República.

Em 1904, diante das dificuldades de visão de Lúcio, o Congresso, pelo Decreto nº 1.273, de 21 de setembro, lhe concede uma licença por seis meses, com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde onde lhe convier. A partir de 1907 a saúde começa a agravar-se, perde a vista e fica impossibilitado de trabalhar. Faz viagem à Europa, onde consulta, mas sem resultado, médicos da Itália e da Alemanha.

Persistindo os problemas, os amigos, à sua revelia, lhe promovem a aposentadoria. Não tendo direito à aposentadoria com todos os vencimentos, o projeto de lei apresentado por Medeiros e Albuquerque, Melo Matos, Sá Freire, Pedro Moacir e outros, atenua esses requisitos. Em discursos notáveis, vários dos proponentes afirmam que os méritos de Lúcio justificam a exceção, e a lei é sancionada em 26 de outubro de 1907.

Ao retornar da viagem, vai morar na Gávea ao lado de Salvador. Passam as tardes inteiras juntos, Salvador otimista, cheio de projetos, e Lúcio, apesar de mais moço, inteiramente desencorajado, incapaz de momentos de alegria, devido à cegueira, vindo a falecer a 23 de novembro de 1909. Após seu falecimento foi encontrado em seus papéis o poema “Steeple Chase”, de grande dramaticidade:

*A cegueira e a morte, em desumano esporte,  
Disputam-me, não sei, na ânsia de igual terror,  
Qual chegará primeiro, a cegueira ou a morte.  
A morte e a cegueira, em desumano esporte,  
Disputam-se entre si, e eu, no profundo horror  
Da alternativa, imploro o supremo favor  
De poder escolher, e de escolher a morte.*

As relações entre Lúcio de Mendonça e Machado de Assis foram estreitas, como revela a importante correspondência entre os dois, embora não tão extensa quanto a do irmão Salvador, que viveu muitos anos como representante do Brasil nos Estados Unidos. A primeira carta, publicada nas Obras Completas da Editora Nova Aguilar, é de 1873, quando Lúcio tinha 19 anos, e se refere à possibilidade de edição de livro. Com a delicadeza habitual Machado responde-lhe que, “antes de mais nada, agradeço-lhe a confiança que depositou em mim. Qualquer que fosse o objeto, devia agradecer-lhe, tratando porém do seu futuro, lisonjeou-me a escolha que fez de mim”. E concluindo: “Se de lá se lembrar de algum negócio em que eu possa ser mediano, pode contar que farei com a melhor vontade do coração.”

Em 1896 Machado trata novamente da publicação de romance que deveria ser *O marido da adúltera*. Machado fala dos entendimentos que teve com Ferreira de Araújo e o Garnier, que deram informações negativas. E conclui: “Quanto ao retrato, aí lhe mando um, guarde-o como lembrança do amigo velho.” E quando a cegueira já o havia afastado de tudo, recebe de Machado de Assis exemplar do *Memorial de Aires* e agradece em frase comovente: “Será o primeiro livro seu que lerei por olhos de outrem... — Se não tem medo de alma do outro mundo, deixe que lhe beijem as mãos criadoras o discípulo devotadíssimo.”

A amizade de Lúcio pelo irmão Salvador é comovedora. Quando da morte de Lúcio, Salvador escreve a Oliveira Lima: “Você pode bem avaliar o claro que esta morte abre na minha vida. Lúcio era mais do que um irmão, era um filho. Vai com ele muito da minha alma...” E Medeiros e Albuquerque: “Ne-

nhum irmão era mais irmão do que Lúcio. Ele tinha por Salvador uma estima grande, profunda, respeitosa, que mostrava bem como seu coração era meigo, apesar de toda a sua habitual combatividade.”

Quando Salvador de Mendonça ocupava a Legação do Brasil em Washington, a correspondência era freqüente. Lúcio escrevia cartas quase que semanais, mas que se amiudaram quando começaram os boatos de medidas drásticas que iriam ser tomadas contra o irmão, dispensado do cargo. Ao ser afastado do serviço diplomático, declara Salvador: “Foi preciso que o Ministro Lúcio de Mendonça na sua cadeira do Supremo Tribunal Federal estigmatizasse os abusos do presidente da República e propusesse sua responsabilidade, para que este presidente, não podendo demiti-lo, reclamasse a minha demissão para vingar-se do juiz.”

A 12 de junho de 1912 teve lugar na Academia a inauguração dos bustos de Machado de Assis, Joaquim Nabuco e Lúcio de Mendonça. Salvador estava lá, e quando terminaram os discursos oficiais, levantou-se e, embora sem poder ler, recita “Versos a Lúcio”:

*Tinhas na voz a cólera sagrada  
Para a opressão e para a vil manada  
Que se rojava aos pés dos opressores.*

*Tinhas no coração a caridade,  
O amor ao bem de toda a Humanidade,  
Dos fracos, das crianças e das flores.*

Nessa cerimônia, foi orador oficial Sousa Bandeira, que pronuncia estas palavras (publicadas na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, vol. 5, junho de 1912, pp. 103-105):

“O seu espírito não conhecia o cepticismo de Machado de Assis. A ardentia da sua combatividade não permitia o desenvolver de um plano polí-

tico, como faria Joaquim Nabuco. Em matéria política Lúcio de Mendonça tinha ingenuidades de crente. Nos tempos do Império foi um excelente propagandista. A impetuosidade de seus ataques se media pela intensidade do seu estro. Fazendo a propaganda da República, ele traduzia ao mesmo tempo a poesia que lhe ia na alma. *Vergastas* é o título de uma das suas primeiras recoltas de versos, em que canta um lirismo ardente e tumultuoso, que envolve a alma do jovem republicano, unindo assim a poesia à política. Não foi esta a história de todos os republicanos saídos dos bancos escolares?

Proclamada a República, estava virtualmente finda a missão política de Lúcio de Mendonça. Creio mesmo que nunca lhe passou pelo espírito a idéia de uma ação partidária, com a qual dificilmente se compadeceria a independência do seu espírito. Continuou intransigente na sua fé republicana. Apaixonado pela idéia, que colocava acima dos partidos, lutava pela República, ou pelos princípios que lhe pareciam mais convenientes à sua consolidação. [...]

Além da República, era a língua a outra paixão de Lúcio de Mendonça. Poucos escritores da sua geração têm o seu apuro rigoroso da forma, a observância sem pedantismo dos cânones da língua, o bom gosto no dizer, sem preciosidades efeminadas. Nele a frase era simples, incisiva, exprimindo todo o pensamento, e só o pensamento. Debalde se lhe procurará em toda a obra, ou o torneio da frase transplantado das leituras francesas, ou o túrgido gongorismo de muitos escritores para quem bem escrever é forçar o leitor a consultar de minuto a minuto o dicionário. Era cioso da pureza da língua, com a qual não permitia a mínima liberdade. Recordo-me de um almoço que lhe oferecemos, quando foram publicadas as suas deliciosas *Horas do bom tempo*, e no qual um dos nossos mais estimáveis confrades passou tormentos para tirar em vernáculo as denominações francesas dos pratos que figuravam na lista, eu ia dizer *menu*. [...] Lúcio de Mendonça foi Diretor da Secretaria da Justiça, logo que se fundou a República, e contou-me uma vez que uma das suas maiores torturas naquele tempo foi salvar na redação oficial a concordância dos verbos tão lastimada depois que o Governo Provisório instituiu o tratamento de vós.

Este apuro de vernaculidade guardou em todas as suas produções. Entendendo polêmicas (e que terrível polemista foi), fazendo versos, escrevendo contos, ou lavrando acórdãos, era sempre o mesmo espírito lúcido, o mesmo escritor castiço.

[...] Se as exigências do nosso meio, tão pouco propício a viver o escritor somente da sua arte, não o tivessem divertido para ocupações mais absorventes, ele teria sido um grande romancista. Como pretender, porém, que um ministro do Supremo Tribunal, obrigado a redigir acórdãos, e acompanhar os julgamentos, possa, como literatura, produzir outra cousa além de contos, sonetos, e artigos de jornais? A leitura, porém, dos seus contos é bastante para indenizar da falta de muitos romances.”

A característica principal do temperamento de Lúcio de Mendonça era a postura afirmativa, às vezes apaixonada, mas mantida numa posição digna. Roquette-Pinto definiu com exatidão a sua personalidade: “Para nós o traço forte de sua personalidade, coisa que mais do que nunca precisa ser sublinhada, foi a nitidez do caráter forte.” E Clóvis Beviláqua: “Em Lúcio de Mendonça a atividade intelectual era dirigida pela integridade do caráter, de modo que a sua influência no meio social em que viveu, foi um assinalado impulso para o progresso de sua pátria, não simplesmente pelo aspecto literário, mas ainda pelo moral e político.”

Com fortes convicções socialistas estava Lúcio presente no apoio ao operariado. Sugere introduzir no projeto do Código Civil “alguns estudos a aproveitarem aos trabalhadores” em lugar do privatismo que afinal prevaleceu. E recomendava aos trabalhadores que procurassem antes introduzir no texto do Código Civil os dispositivos que lhes parecessem mais conveniente.

Lúcio de Mendonça foi um polemista contumaz, envolvendo-se em numerosos debates. Como exemplo, a polêmica travada com o futuro acadêmico Constâncio Alves. Constâncio Alves, ao comentar na sua seção “Dia-a-Dia”, do *Jornal do Commercio*, artigo de Lúcio de Mendonça contra Félix Pacheco, tomou o partido desse poeta: “É triste ver um magistrado, como vimos há pouco, de pau em

punho, ameaçando colegas de jornalismo e prometendo pancadaria velha a um moço estreante.”

Porque estava de “pau em punho”, Lúcio de Mendonça desferiu contra o novo adversário valentes bordoadas: “Este sendeiro de imprensa, lastimosamente atrelado ao carroção do Dia-a-Dia, para se consolar do tédio de que vive nos matando, usa escoucear para o meu lado. Preciso tirar-lhe o sestro.”

Assim, de ímpeto, Lúcio atacava o aliado de Félix Pacheco. E prosseguindo:

“Se não fosse tão má besta, teria entendido que só em represália a uma ameaça de agressão física escrevi, no artigo a que alude, que eu também possuía bengala e era capaz de a aplicar eficazmente. – Agora, outra declaração não menos misericordiosa: compadeço-me, dia a dia, do enfezado *clown* que diariamente tortura o pobre coco baiano na faina estéril de ser engraçado à força; talvez com a fricção destas linhas lhe chegue calor à prosa mosca-morta e barata-descascada. – Sempre é um serviço a quem o atura.”

Parece que Constâncio Alves desistiu, e a discussão ficou por aí, com a vitória de Lúcio de Mendonça.

Na expressão de José Veríssimo:

“... Eu não conheço, no nosso meio, sob o aspecto da língua ao menos, ninguém mais bem dotado literariamente do que o Sr. Lúcio de Mendonça. Ele possui como poucos o dom da expressão literária, reunindo em grau subido a correção, a elegância e a facilidade. Sente-se, lendo-o, em qualquer gênero, que a sua língua, como dizem os franceses, ‘*coule de source*’, abundante, límpida, arejada, brilhante. Tem um singular e invejável dom de escrita fácil, natural, espontânea, mas eminentemente literária.”

Segundo Medeiros e Albuquerque: “A Lúcio de Mendonça se aplicava perfeitamente a frase de Anatole France ‘*sont toujours les mêmes qui font tout*’, porque ele fez realmente de tudo. Deixou contos admiráveis, poesias excelentes, trabalhos jurídicos e fez críticas literárias e foi juiz e jornalista.”

## ~ Obra literária

O nosso saudoso confrade Múcio Leão, na brilhante conferência que pronunciou no centenário de nosso homenageado, afirmou que “a personalidade de Lúcio de Mendonça pode ser estudada de vários ângulos: a do homem de letras, a do político, a do jornalista, a do homem de ação social ou espiritual”. São alguns desses aspectos que versaremos nesta conferência.

Sílvio Romero, na *História da literatura brasileira*, assinala o movimento de reação ao Romantismo, com a expansão ao mesmo tempo da escola filosófica, que chamou de escola realístico-social, incluindo entre outros os nomes de Celso Magalhães, Genuíno dos Santos, Souza Pinto, Carvalho Júnior, Fontoura Xavier, Lúcio de Mendonça, Assis Brasil e Augusto de Lima e Medeiros e Albuquerque também se filiando a esse grupo.

Ronald de Carvalho examina, em 1870, a corrente hugoana e afirma que “com os nomes de Lúcio de Mendonça, Celso Magalhães, Fontoura Xavier, e dos Srs. Augusto de Lima e Medeiros e Albuquerque, excelentes poetas, teremos apontados os principais representantes das derradeiras correntes literárias que precederam aqui os primeiros albores do parnasianismo”.

Na *Formação da literatura brasileira* Antonio Candido expõe que nessa fase alguns poetas

“se opunham à ideologia espiritualista e a todo o acervo de idéias e comportamentos próprios dos românticos, e já em pleno declínio, declararam-se anti-românticos e iniciadores da poesia nova. A perspectiva que nos dão hoje quase oitenta anos permite situá-los com maior objetividade, fazendo menor conta das suas alegações e certezas: são românticos desenquadrados, sem serem qualquer coisa de definido, de tal forma a podermos considerá-los, no conjunto, uma geração praticamente perdida.

[...]

Alguns recuam, outros seguem as correntes novas [...] outros fincam pé e se perdem para a poesia, incapazes de sentir as tendências essenciais do pró-

prio tempo. Dentre eles se destacam, por mais característicos, Sílvio Romero, Martins Júnior, Mathias de Carvalho e, à parte, Lúcio de Mendonça.”

Considerando o Romantismo da terceira fase, fala da “nova oratória poética, republicana, agressivamente antimonarquista de Lúcio de Mendonça, Mathias de Carvalho ou Martins Júnior. Se a veemência e a intenção social fossem condições de uma poesia, nenhuma seria mais alta que a deles”.

Segundo Antonio Candido: “Lúcio de Mendonça tem categoria especial na poesia social e política que merece leitura. Os seus versos sentimentais não destoam da média banal do tempo. A sua poesia política é ousada e forte.” (Ob. cit., vol. 2, pp. 284, 285, 286.)

Nas primeiras obras segue muito de perto Castro Alves, o laureado poeta, cuja morte lhe inspirou o poema “Névoas matutinas”; depois Guerra Junqueira se tornou o seu modelo evidente, não só nas idéias, mas na forma.

Sem nenhuma pretensão científica, a sua musa é toda social, votada à república, à abolição, à democracia, revelando-se em alguns momentos quase socialista na crítica à propriedade (*Visões do abismo*). Nutre-se de humanitarismo lírico, onde Cristo entra, como era de praxe, na poesia social do Romantismo e a que seguiu imediatamente ao modo de um revolucionário. Quando lhe nasce o primogênito, mostra-lhe o caminho das suas idéias e o ameaça de maldição caso não as siga:

*Ama o povo; abomina a tirania;  
Defende o fraco; luta com a maldade  
Sem tréguas nem perdão, filbo! Confia  
Na Justiça, no Amor e na Verdade.  
Chovam-te minbas bênçãos aos milhares!  
E se meu coração todo desejas,  
Segue-me os passos; — mas se apostatares,  
Filbo do meu amor, maldito sejas!*

Entre os contemporâneos nem José Guilherme Merquior, nem Alfredo Bosi trataram de Lúcio de Mendonça nas histórias da literatura brasileira.

A atenta crítica estrangeira Luciana Stegagno Picchio, falando dos “realistas urbanos” na poesia, inclui o nome de Lúcio de Mendonça: “Nele, à nota romântica nacional (*Névoas matutinas*, 1872; *Alvoradas*, 1875), no gosto de Fagundes Varela e Castro Alves, mas também de Guerra Junqueiro e seu deísmo anticlerical, corresponde sempre o baixo contínuo de um socialismo hugoano (*Vergastas*, 1873; *Visões do abismo*, *Murmúrios e clamores*, 1902), percorrido aqui e ali por frêmitos de sensualismo amoroso.” Na poesia Múcio Leão aponta duas vertentes: o poeta lírico e o poeta de ação revolucionária. E acrescenta: “A musa de Lúcio, coisa rara no Brasil, tem alguma vez um certo enevoado, um certo encanto lunar, coisa que a poesia brasileira somente vai conhecer com os poetas do movimento simbolista.”

Pedro Lessa assinala:

“Percorrendo-lhes as poesias, mesmo os olhos profanos, como os meus, vêem que ele não fazia parte dessa família, nascida mais tarde, de cinzeladores do verso, dominados pelo culto meticuloso da forma e pela obsessão da arte, que tão fina e tão profundamente sabem combinar a análise e a síntese e da qual são membros preeminentes Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, Olavo Bilac, Augusto de Lima e alguns poucos mais. Filiava-se a fase inicial do poetar de Lúcio em uma feição literária, muito brasileira, que tem suas origens em remoto período de nossa história. Não lhe podemos reler as primeiras trovas, sem recordar a impressão que teve Machado de Assis, o mestre inolvidável, quando lhe prefaciou o livro de estréia: sendo o amor o assunto predileto do poeta, a nota predominante em suas composições é a nota elegíaca. Nos belos sonetos de Cláudio Manuel da Costa e em várias poesias de Silva Alvarenga vemos despontar bem manifesta essa tendência romântica, transformada depois em verdadeira escola, de numerosos adeptos.”

Em 1872, aos dezoito anos, publica o livro de poesias *Névoas matutinas*, com carta-prefácio de Machado de Assis, que tem palavras de louvor, sendo tão avaro em elogios:

“O público vai examinar por si mesmo o livro. Reconhecerá o talento do poeta, a brandura do seu verso (que por isso mesmo não se adapta aos assuntos políticos, de que há algumas estâncias neste livro), e saberá escolher entre estas flores as mais belas, das quais algumas mencionarei, como sejam: ‘Tu, Campesina’, ‘A Volta’, ‘Galope Infernal’.”

E em leve tom doutoral:

“Se, como eu suponho, for o seu livro, recebido com as simpatias e animações que merece, não durma sobre os louros. Não se contente com uma ruidosa nomeada; reaja contra as sugestões complacentes do seu próprio espírito; aplique o seu talento a um estudo continuado e severo; seja enfim, o mais austero crítico de si mesmo.”

No prefácio de *Alvoradas*, publicado em 1875, ao lado da poesia lírica, um sopro de inspiração hugoana, disse ele:

“Alvoradas, chamam-se esses versos que nem tem a luz, nem as harmonias do amanhecer... Serão como as madrugadas chuvosas – desconsoladas, mudas e monótonas.

Alvoradas são também os toques militares com que se despertam do sono os soldados... Não poderão chamar-se assim os clamores da minha poesia, os observa sentinela republicana, bradando aos soldados da causa santa que é o tempo de acordar.

Tais são as minhas alvoradas, harmonias do coração e do espírito, tributo de amor sincero e de convicção profunda, que deponho aos pés de dois ídolos da minha mocidade, minha mulher e a República.”

Na poesia social compôs as coletâneas *Visões do abismo* e *Vergastas*, posteriores de alguns anos a seus primeiros livros, que são respectivamente de 1888 e 1889. Libelos contra a Monarquia, poesias políticas, não são talvez as melhores coisas de Lúcio poeta, embora seja um dos aspectos mais definidos em seu caráter, pela combatividade que lhes deu origem.

Importantes são as *Canções de outono*, de 1896, versos mais maduros, reunidos em 1902 em *Murmúrios e clamores – Poesias reunidas*. Múcio Leão aponta a duplicidade do título: murmúrios: feições líricas, apaixonadas; clamores: o que há de revolta e revolucionário, e doutrinador político.

Sobre o poeta dizia Medeiros e Albuquerque, comentando *Murmúrios e clamores*: “Deu-nos um belo livro. A variedade e a abundância das composições selecionadas permitem ver em plena luz todo o valor do talento poético de Lúcio, o que não fazia nenhuma das coleções particulares até agora publicadas por ele.”

José Veríssimo acentua-lhe o aspecto social:

“As preocupações sociais foram um momento na sua vida de poeta e para melhor caracterizá-la é preciso notar que foram de um período de oposição política. São uma poesia intencional, querida, sem a espontaneidade do seu lirismo sentimental, pouco intenso mas legítimo, e que a correção da forma desde as ‘Alvoradas’ ajudava a dar relevo.”

Confirmava Silvio Romero ao dizer que “Lúcio de Mendonça foi o criador da poesia social em nossa terra”.

E Araripe Júnior acentuou o caráter nacional de sua poesia:

“A sua inspiração é profundamente brasileira. Se no fundo da tela do seu espírito pressentimos a existência de uma névoa de ironia, não é difícil perceber que essa ironia é dissolvida sempre numa jovialidade, muito conhecida dos amigos que lhes monopolizavam as palestras. Por exceção e atraído pela meditação dos poetas preocupados com a metafísica. Bem depressa,

porém, aquela jovialidade afinal se transformou no mais puro dos sentimentos, no amor grácil e imperturbado.”

## ~ O romancista

O romance *O marido da adúltera*, de 1882, despertou grande interesse. Diria Urbano Duarte:

“A estréia de Lúcio de Mendonça no romance foi assaz prometedora. *O marido da adúltera* é um livro interessante que se lê de um só fôlego. Para um romancista novel a tese de que tratou foi o que se havia de mais ousado. O estilo possui sobriedade e colorido. Sobriedade demais talvez, pois o assunto comportava o mais largo desenvolvimento. Em todo o caso, é um livro que convida à controvérsia e está a provocar uma esplêndida réplica literária.”

E Raimundo Correia diria: “Um notável romance *O marido da adúltera*, cujo tema encerra questões de interesse social.”

Para Pedro Lessa:

“O defeito capital de *O marido da adúltera* foi não ter animado o autor a prosseguir no gênero. Escrito num estilo espontâneo, simples e atraente, o romance é a explanação de uma tese moral e todo composto sob a forma de carta, o que não ficava mal a um discípulo e admirador do cidadão de Genebra. ... Há, nele, vários trechos de uma forma encantadora, pela simplicidade, pela veracidade e pelo modo leve de revelar minuciosa análise penetrante. Poucos melhor do que Lúcio terão descrito o interior de uma família de relativo bem-estar, se vai despencando na voragem do infortúnio econômico, predecessor do infortúnio moral; as degradações por que passa a crescente penúria, a acridez do espírito, prenhe de convícios, que a cada passo explodem sem motivo e a progressiva diminuição da resistência moral.”

Lúcia Miguel-Pereira assinala que com a novela *O marido da adúltera* e sobretudo com seus contos, obras da mocidade, Lúcio de Mendonça se inclui entre os precursores do Realismo.

O romance *O marido da adúltera* levantava a tese de que, ao contrário do livro de Dumas Filho, o marido traído, ao invés de ter o direito de matar a adúltera, tem o dever de matar-se. Comenta Múcio Leão:

“Confesso não conheço, em nenhuma literatura, tese mais injusta, mesmo mais aberrante da moral comum, do que essa que descarrega sobre a vítima o castigo. Também não me consta que haja em nenhuma literatura, solução mais implacável para o problema do homem traído na sua confiança conjugal. É uma solução que aberrava de Tolstói, cuja personagem caída em adultério encontra o castigo no suicídio, aberrava de Flaubert e de Eça de Queirós, cuja adúltera tem como castigo a morte, aberrava também do nosso professor de ceticismo, Machado de Assis, pois ao menos ele deu a Bentinho, vítima das possíveis infidelidades de Capitu, o direito de viver até a velhice.”

Segundo Luciana Stegagno Picchio, temos no sóbrio e conciso conto “O hóspede” o tema clássico-folclórico (numa linha ininterrupta que passa roçando o *Fatal Curiosity* de George Lillo, 1736, para chegar ao *Malentendu* de Camus) da nêmesis pela hospitalidade violada, onde um casal de velhos que, por cupidez, insidiam o hóspede rico adormecido, descobrem terem assassinado o próprio filho, que voltara tarde da noite incógnito. Ou ainda, no neo-romântico, emblemático “Luís da Serra”, o último bom selvagem da série, história do caipira ingênuo que, desiludido em seu amor pela moça da cidade, deixa-se despedaçar pela onça, agradecido, em que o modelo declarado ainda era o Peri de Alencar. A pesquisa de Lúcio de Mendonça chegava, porém, ao gênero rústico por uma experiência romântico-naturalista, *O marido da adúltera* em 1881, uma glosa do *Affaire Clemenceau* de Dumas Filho, que empregava artifícios, como cartas “autênticas” publicadas em jornais, já utilizadas com êxito por Eça de Queirós e Ramalho Ortigão no *Mistério da estrada de Sintra*, que era uma

pesquisa toda voltada para os conteúdos. É curioso que, para a época, seja no conto “O hóspede”, seja em *O marido da adúltera*, Lúcio de Mendonça trate de tema tão delicado com elevação e elegância.

Ao publicar em 1905 o livro *A caminho*, documentação do concurso à causa republicana, foi de *O Colombo* que retirou a maioria das páginas que compunha o volume. Esboça o livro *O estouvado*, romance *à clef* em que pretende caricaturar Cesário Alvim, que tão violentamente satirizara em uma das “Características Instantâneas” publicadas na *Gazeta de Notícias*, em 1896, e reunidas em volume assinado com o pseudônimo de Juvenal Gavarni. *O estouvado* ficou incompleto, interrompido no último capítulo pela enfermidade que tomou conta de Lúcio a partir de 1907.

## ~ Contos

Falando do contista, valho-me de Raimundo Correia: “Seus contos, sobretudo, são verdadeiras páginas de mestre, notáveis pela profundidade da observação, e ainda mais, pela excelência da forma, onde se acha caprichosa e primorosamente fundidos. Neste gênero os que tem competido com Lúcio de Mendonça não se considerariam avantajados a ele.” E de Pedro Lessa:

“Alguns desses contos são primores de observação e de estilo, e neles temos a melhor parte da produção literária de Lúcio de Mendonça. Distingue-se geralmente um acentuado brasileirismo, naturalmente explicável por muitos anos de vida provinciana, e do contato quase ininterrupto com a natureza e com os habitantes do nosso interior. Não se procure nos contos de Lúcio uma observação paciente, trabalhados exames psicológicos que denunciavam uma investigação apurada, longa, poderosa, o estudo do profundo, que nos dá os tipos compreensivos, a preocupação artística, um conjunto sistemático. São quadros de vida, desenhados com traços leves, a reproduzirem rapidamente, em um instantâneo, caracteres e fatos, não raros ou vulgares, as alegrias fugazes de todos os dias, as tristezas, as dores comuns que com-

põem o tecido da existência humana. Reminiscências, escritas para *A Semana*, são lembranças do tempo de estudante e constituíram mais tarde os primeiros capítulos de *Horas do bom tempo*.”

Em carta de 2 de abril de 1901, Machado de Assis comenta *Horas do bom tempo*:

“Já o título trazia a frescura necessária aos meus invernos. Devem ter sido bons tempos esses, recordados em páginas lépidas, com vida e vontade. É doce achar na conta da vida passada algumas horas tais que não se esquecem, que vivem e fazem reviver os outros. Não há senão um relógio para elas. Mas é preciso um bom relojoeiro para dar corda e fazê-las bater de novo como se fez. Ao pé delas, vi os contos, reli muitos e agradeço as sensações de vária espécie que me deixaram, ou alegres, ou melancólicas, ou dramáticas. Umas destas, ‘O hóspede’, é das mais vivas. E das melancólicas não sei se alguma valerá mais que aquela. ‘À sombra do rochedo’, que é um livro em cinco páginas, a comparação da manhã e da tarde é deliciosa, e a que forma e dá título ao volume é das mais verdadeiras. E as ‘Mãos’ e a ‘Lágrima perdida’ e o resto? Eis aí boa prosa com emoção e sinceridade.’ E conclui: ‘A Academia agradece o livro ao seu fundador.’”

Por ocasião da publicação de *Horas do bom tempo* foi-lhe oferecido um almoço, e o evento está registrado em fotografia em que Lúcio aparece ao lado de Machado de Assis, com presença de grande número de acadêmicos e de Artur Peixoto, Rodolfo Bernardelli e Rodolfo Amoedo.

Tristão de Athayde, no livro sobre o primeiro Afonso Arinos, tratando da “tradição sertaneja”, diria que os contos de Lúcio de Mendonça eram obras “realmente de emoção e intensidade pouco comum no gênero e muito especialmente na época”, assinalando a “sobriedade vigorosa” e a “verdade interior”.

Na prosa regionalista nascida na década de 1880, Luciana Stegagno Picchio acentua o aspecto romântico, dizendo que o escritor Lúcio de Mendonça, de espírito ainda romântico, com uma obra de poeta socialista, oferecerá em um

grupo de contos rústicos – “Coração de caipira” (1877), “João Mandi”, “Mãe Cabocla” (1885), posteriormente coligidos em *Esboços e perfis* (1889) – o chavão de um camponês até então socialmente indiferente, portador de valores do sentimento em seu não escrito código de honra rural: código que, se não respeitado em seu rígido equilíbrio arcaico, pode ocasionar a destruição de toda individualidade pessoal e coletiva.

Para Alexandre Eulálio:

“Lúcio de Mendonça está entre os melhores contistas de sua época: autor de um romance dos mais curiosos e representativos do nosso naturalismo, foi poeta de certo modo único no gênero na história literária do Brasil. Dono da língua, que dominava com espontaneidade e brilho, suas crônicas e recordações têm raro sabor evocativo, e tanto aí, como no campo da ficção, pouca gente soube escrever e descrever como ele.

A revisão de sua obra literária, extensa e variada como é, se faz cada vez mais necessária. Como contista, foi o primeiro a realizar o regionalismo na história curta, ultrapassando os precursores do gênero de Bernardo Guimarães, do grupo de Apolinário Porto Alegre ou Franklin Távora.”

Ainda segundo ele, Lúcio iria tentar um regionalismo de outra espécie, através da dramatização psicológica das personagens, que tomam realidade da ação ou do drama, todos apresentam, onde tem origem a grandeza rudimentar trazida de histórias como “Cabocla”, “Coração de caipira”, “O hóspede”, “João Mandi”, seus contos mais conhecidos e de maior fama.

Múcio Leão também aponta o regionalismo, em alguns contos deliciosos como “O hóspede”, mas assinala que o que mais gravou na imaginação foi o intitulado “Coração de caipira”, representação de episódios a que Lúcio assistira no interior de Minas, quando ao surpreender a mulher infiel o marido decide matá-la, mas a pedido do patrão a perdoa, e ao mesmo tempo adoece gravemente. Às portas da morte, a mulher deseja lhe pedir perdão, mas ele a expulsa e manda o amigo comum dizer:

– *Diga a essa cadela que eu estou morto.*

Alexandre Eulálio realizou exegese rigorosa do conto “Luís da Serra”, o “último bom selvagem”, mostrando de um lado o princípio romântico encarnado pelo selvagem intrinsecamente bom, e outro lado a vila, onde campeia a corrupção do local civilizado.

Mário Matos, no livro *Machado de Assis, o homem e a obra*, diria que “de quantos contadores deixamos citados, não são numerosos os que produziram obras que sobrevivem ao gosto da época. Entre outros, poderemos apontar Júlia Lopes de Almeida com o livro *Ânsia eterna*, onde há ‘Os porcos’, ‘A caolha’, e mais um ou dois contos admiráveis, Lúcio de Mendonça com ‘Coração de caipira’ e ‘João Mandi’, Garcia Redondo com ‘O caso do Abade’ e ‘Choupanas das rosas’, Valdomiro Silveira com algumas páginas fortes, Medeiros e Albuquerque com ‘As calças do Raposo’ e alguns mais que me possam escapar.”

Na preparação desta conferência, reli o volume que reúne *Esboços e perfis e Horas do bom tempo* e pude mais uma vez apreciar a alta qualidade da contística de Lúcio de Mendonça, escrevendo de maneira simples mas em puro vernáculo, à la Maupassant, e descrevendo sobretudo cenas da vida campestre.

## ~ Obra jurídica

No discurso de posse, Pedro Lessa afirma:

“De Lúcio, o juiz, muito pouco direi. Não receies que eu cometa a profanação de no recinto da Academia aludir as suas opiniões acerca do *habeas corpus* e do recurso extraordinário. Notarei unicamente que a sua variada cultura jurídica, a pureza dos seus sentimentos, a grande elevação moral e o próprio exaltado sentimento de independência haviam forçosamente de fazer dele o digno magistrado que foi.”

Quero crer que, nesta comemoração do sesquicentenário do seu nascimento, seria grave omissão não tratar, ainda que sumariamente, da vida do magistrado.

Formado em Direito em 1877, Lúcio de Mendonça exerceu a advocacia em cidades do interior e na capital, e ocupou funções judiciárias nesses mesmos locais. Demonstrou grande cultura jurídica; sua nomeação para o Supremo Tribunal Federal sofreu objeções não por falta de conhecimentos especializados, mas pelas posições políticas, e por isso foi cheia de incidentes.

Embora a nomeação dos ministros do Supremo estivesse sujeita à aprovação do Senado, Lúcio de Mendonça tomou posse a 24 de abril, antes de o Senado se pronunciar a respeito, só o fazendo a 4 de junho. Por ocasião da nomeação, a campanha da imprensa foi terrível. Se bem que secreta a votação, sabe-se que a nomeação fora aprovada por quarenta e três votos contra cinco. Escrevendo ao irmão, diz Lúcio:

“Eis-me enfim tranqüilo com a nomeação aprovada pelo Senado (quarenta e três votos contra cinco apenas, que mais não conseguiram os intrigantes e os federalistas irritados). Com o futuro dos filhos assegurado para sempre, salvo completa subversão das instituições, na qual muito provavelmente eu não salvaria nem a minha vida.”

A estréia de Lúcio se fez em julgamento sensacional, o *habeas corpus* impetrado em favor do Coronel Facundo Tavares, revolucionário gaúcho. O Tribunal por unanimidade concedera a ordem, mas Lúcio a denega, e diz entender que a morte dos filhos de Facundo, com o que se quer comover o Tribunal, foi um simples “homicídio legal”, uma vez que se achavam em resistência aos executores de mandado regular. No dia seguinte a imprensa o cobriu de injúrias, alegando o inconveniente de se transformar um literato em um jurista da noite para o dia.

Ao final do primeiro ano Lúcio escreve: “Tenho tido muito trabalho no Tribunal, onde tomo parte em todas as discussões, propositadamente, para demonstrar que tenho competência e estudos feito para o cargo.”

Em 6 de março de 1901 Campos Sales nomeia Lúcio para o cargo de Procurador-Geral da República, exercido interinamente em 1897. A nomeação,

porém, traz um séquito de aborrecimentos. A imprensa monarquista, com o concurso de alguns republicanos despeitados, toma o propósito de se opor a qualquer distinção que se faça ao adversário irreduzível. José do Patrocínio declara que a nomeação de Lúcio era um ato de loucura, um sintoma iniludível da “epilepsia oficial”, de que Lúcio era “apenas a eucaristia envenenada da vontade presidencial, não passava de um aguaritado do Catete nos domínios da justiça”.

Lúcio reluta em aceitar o cargo indicando a Campos Sales o nome de Oliveira Ribeiro. Conserva-se no cargo até junho de 1902, quando se exonera, a pedido, recebendo então grandes manifestações. Em setembro o Supremo Tribunal Federal julga as apelações cíveis relativas à demissão de Almeida Barreto do posto de Marechal, e ao direito como membro do extinto Conselho do Supremo Tribunal de ser nomeado para o Supremo Tribunal Militar. O acórdão declara que as demissões do apelado e de outros oficiais das Forças Armadas, decretadas no dia anterior, haviam sido motivadas por atos de indisciplina, “como medidas necessárias à ordem pública, tomadas dentro da lei e dos poderes extraordinários de que o Congresso Nacional investira o Poder Executivo”. Segundo as leis militares, os oficiais militares não podiam ser forçosamente reformados, senão nos casos expressos nas mesmas leis.

Lúcio de Mendonça é vencido em parte, por considerar que “o cargo de membro extinto do Conselho Supremo Militar e de Justiça não é vitalício; substituído por outro, o apelado foi *ipso facto* demitido, antes que por lei fosse assegurado aos membros daquele Tribunal o direito de passar com o caráter de vitaliciedade para o Tribunal Militar. Assim, ainda que a reintegração fosse devida ao apelado, esta nunca poderia senão colocá-lo no estado em que se achava ao tempo da admissão, e não em estado posterior e mais favorecido”.

No início de 1897 um *habeas corpus* foi requerido em favor do Centro Monarquista de São Paulo, que tivera mais de uma vez fechadas as suas dependências, a fim de manter o exercício de direito da reunião e de manifestação de pensamento. Como procurador-geral afirmou Lúcio de Mendonça que “os monarquistas queriam garantias da República para melhor conspirar contra

ela. O papel da polícia podia ser também preventivo. O Centro Monarquista não podia participar das regalias da lei para ser considerado sociedade civil, pois era antes uma sociedade secreta, nos termos do artigo 382 do Código Penal, e tendo fins opostos à ordem pública e social, estava sujeita a pena de dispersão e fechamento”. O Tribunal não apoiou Lúcio de Mendonça.

Em 16 de abril de 1898 o Supremo Tribunal Federal examina os *habeas corpus* impetrados por ocasião do estado de sítio quando do assassinato do Marechal Bittencourt, Ministro da Guerra, na presença do Presidente Prudente de Moraes. Segundo Lêda Boechat Rodrigues, “foram incorporadas no importantíssimo acórdão redigido pelo Ministro Lúcio de Mendonça, um dos pontos mais altos do direito constitucional brasileiro, as teses sustentadas por Rui Barbosa e as de 1892 a propósito das imunidades parlamentares e da cessação dos efeitos do estado de sítio”.

A ementa é do teor:

“É concedida a impetrada ordem de *habeas corpus*, para que cesse o constrangimento ilegal em que se acham os pacientes. As imunidades parlamentares não se suspendem com o estado de sítio. Cessam com o estado de sítio todas as medidas de repressão durante ele tomadas. A atribuição judiciária de conhecer de tais medidas, findo o sítio, não é excluída pela do Congresso para o julgamento político dos agentes do Poder Executivo. O desterro de que trata o artigo 80, § 2º, nº 2, da Constituição, não pode ser para sítio do território nacional destinado a réus de crimes comuns.”

Em 1898, na mensagem ao Congresso, Prudente de Moraes teve a infelicidade de dizer que o Supremo Tribunal, ao julgar a ação dos autores do atentado de 5 de novembro contra o Marechal Bittencourt, teria se influenciado por paixões partidárias. Lúcio leva o fato a conhecimento do Tribunal, e propõe que o mesmo envie ao Presidente moção de protesto, dizendo que o mais elevado representante do Poder Judiciário, um dos órgãos da soberania nacional, voz viva da Constituição na frase de James Bryce, lera com surpresa a mensa-

gem referida, documento no qual figuram profunda incorreção, completo desconhecimento das relações que deveriam existir entre os supremos agentes dos poderes públicos e flagrante violação do respeito que o Chefe de Estado deve aos juízos competentes para julgar o Presidente da República.

“Côncio da altíssima função que lhe competia na nossa organização política, zeloso dela e da dignidade com que sempre se exercera e exercerá, como poder político autônomo e independente, o Supremo Tribunal protesta solenemente contra a incorreção do seu ato, entregando ao juízo da nação.”

A moção foi aprovada por maioria de votos, tendo votado contra João Barbalho e Américo Lobo, declarando que o haviam feito “por entender que o Tribunal não podia tomar conhecimento de uma injúria”.

Em fevereiro de 1900 foi abortada uma conspiração monarquista, e preso entre outros o Conselheiro Andrade Figueira. Os *habeas corpus* impetrados foram denegados pelo Tribunal de Apelação; com recurso ao Supremo Tribunal Federal, ali também foram denegados. Como relator Lúcio de Mendonça profere o voto, dizendo: “Os pacientes eram os implicados na ridícula conspiração, menos perigosa que burlesca, tramada contra as instituições e o governo legal do Brasil.”

A ordem foi negada, porque dos documentos fornecidos pelo paciente constava que, em sua casa, reunira os conspiradores, “alguns dos quais bem conhecidos”, pois os nomes são cotados. Pelo *Jornal do Commercio* Andrade Figueira dirigiu a Lúcio de Mendonça uma carta em termos ofensivos, ridicularizando os critérios do voto, e o Ministro responde também pelo mesmo jornal.

Episódio curioso ocorreu em 1900, quando o Presidente Campos Sales visitou em caráter oficial a República Argentina. Lúcio de Mendonça, convidado a fazer parte da comitiva como representante do Supremo Tribunal Federal, foi recebido pela Corte Suprema Argentina em sessão presidida por Saenz Peña. Seu discurso, muito aplaudido, transcreveu acórdão da Corte daquele

país, sobre as imunidades parlamentares durante o estado de sítio. Lúcio de Mendonça visitou a Faculdade de Direito, e a visita e a recepção na Corte Suprema mereceram noticiário da imprensa argentina.

Ao voltar ao Brasil, Rui Barbosa, em editorial da *Imprensa* sob o título “A Corte na República”, censura-lhe o procedimento de haver se “encartado na cauda” da comitiva presidencial, o que a seu ver, além de “desintegrar o Tribunal de que fazia parte, prejudicando as partes e alterando talvez a solução das lides”, se lhe afigurava “a inclinação da toga à favorança”.

No dia seguinte, pelo *O País*, Lúcio dizia que “não era preciso ser autor da Constituição para saber que nenhuma ilegalidade cometera, que nenhum prejuízo causara o seu afastamento do Tribunal, a que longe de humilhar enaltecera, e quanto ao convite presidencial de ‘favorança’ era apenas ‘culto de portugueses antiquado’ a maior riqueza do estilo de seu censor”. Rui volta à carga mais comedido com o título de “A magistratura na comitiva” e em outro tom para apresentar-se como vítima, como o homem de quem o contraditor não gosta. Lúcio replica de imediato ao dizer que Rui teimava em ser injusto, pois ao homem “nunca tinha se referido senão com o acatamento que a sua estatura impunha”, e assim o episódio se encerrou.

Em 1903 o banimento da Família Imperial provocou vários *habeas corpus* impetrados ao Supremo Tribunal. Pronunciando sobre o assunto, diria Lúcio de Mendonça que “o *habeas corpus* era meio inadequado ao efeito que pretendem alcançar os impetrantes, os quais deveriam dirigir-se ao Congresso Nacional e não ao Poder Judiciário”.

A questão famosa da posse do Convento São Bento também foi outra ação importante em 1903, cujo acórdão foi redigido por Lúcio de Mendonça. Dizia:

“Porquanto, ainda que a Igreja esteja separada do Estado, as corporações religiosas são pessoas jurídicas, que vivem e se desenvolvem numa sociedade política e nas relações de ordem privada, como a que se trata, regidas pelo direito civil e aplicável pelas justiças seculares; nem de outro modo se poderia entender sem atender à soberania nacional. Era também indubitável a compe-

tência do Poder Judiciário para apreciar a legalidade dos atos do capítulo de uma associação religiosa, para eleição e destituição de seus bens, quando para os efeitos civis tais atos e regulamentos provocaram a intervenção.”

Cioso da autonomia do Supremo Tribunal Federal, Lúcio de Mendonça apresentou na sessão de 22 de maio de 1904 indicação afirmando a competência daquela Corte para organizar a lei interna. Justificando emendas ao Regimento Interno, diz que aquela competência era implicitamente constitucional, e não fora revogada pelo artigo 58 da Lei nº 2.221 de 1854. Há no Regimento Interno, dizia ele, “regras processuais, matérias legislativas em relação as quais somos um simples executor. E nesse ponto, o regimento em vigor nada criara, limitando-se no concernente à economia interna do Tribunal, a sua organização e disciplina, matéria puramente administrativa, e esta, nesta alçada, pode ser por nós sobejamente regulada, criada e alterada”.

Em outubro de 1907 Lúcio de Mendonça, quase cego, é aposentado com todos os vencimentos por invalidez: “Lúcio de Mendonça inválido! Os que há dias o ouviram no Tribunal, claro na exposição, seguro da palavra, com pensamento firme e lúcido, dificilmente acreditarão nisso. Entretanto a verdade é que para o trabalho de estudar processos, Lúcio está inválido.” São palavras de Alberto Torres em coluna não assinada em *O País*. E prosseguia: “É que, de todos os que têm passado pelo alto Tribunal, não são muitos os que, projetando em suas deliberações tanta luz de ciência e talento, marcaram também a sua passagem com os colegas da corporação e da advocacia, com as partes, e com os empregados da Casa.”

Lúcio também se dedicou a questões doutrinárias, esforçando-se por divulgar os princípios doutrinários do regime republicano.

Em 1895 Lúcio de Mendonça colabora na *Revista Brasileira* com artigos sobre temas jurídicos, especialmente o Direito Constitucional. Traduz *Estudos de Direito Constitucional* de Emile Boutmy, diretor da Escola Livre de Ciências Políticas de Paris, declarando no prefácio que o fizera com a mesma intenção ao traduzir o livro do chileno J.A. Lastarria *Princípios da polícia positiva* para ensinar a

nova geração republicana das escolas brasileiras a compreender e, portanto, amar inteligente, conscientemente, as novas instituições.

Em 1901 editava *Páginas jurídicas*, dividido em três partes: estudos, pareceres e decisões. A primeira parte, tratando de questões teóricas, tinha como peça principal o estudo sobre Recurso Extraordinário, novo instrumento jurídico ainda pouco estudado. Na análise de San Tiago Dantas:

“Sua atuação como Ministro do Supremo não podia deixar de se fixar num tema, que está na verdade menos ligado à ciência do processo do que à própria técnica do regime federativo: o recurso extraordinário. Vários homens brasileiros se têm preocupado com a doutrina desse remédio judiciário que, com muita propriedade, é chamado ‘recurso federal’, tão intimamente ele se liga ao jogo dos poderes federativo e estadual no regime federativo.

Lúcio de Mendonça, no estudo que lhe dedica, sente e exprime essa função técnico-política; diferencia com clareza o recurso de revista, com o qual ainda confundiam os práticos do tempo, e oferece uma interessante análise do caos em que tem cabimento no sistema constitucional de 91, seguindo interpretação mais rígida e restritiva.”

“Não se cogita em saber” – escreve Lúcio – “se uma lei federal qualquer deve ser entendida deste ou daquele modo, se interpretada em certo sentido dá ganho de causa ao autor e em sentido oposto ao réu.” E explica que só caberá recurso quando o Tribunal houver interpretado a lei “para declarar inaplicável por ab-rogada, por contrária à Constituição”.

Arthur Mota acentuaria:

“É difícil conceber que Lúcio de Mendonça fosse um magistrado correto, conhecido o seu temperamento irrequieto. Mas na realidade o foi por seu caráter ímpoluto, a sua honra respeitada por todos, e o seu espírito reto de justiça, qualidades essenciais ao homem em qualquer emergência da vida, eclipsaram qualquer defeito que porventura tivesse o magistrado, mesmo a paixão política de que o acusam.”

E Sousa Bandeira:

“Colocado no fastígio da magistratura federal, continua como juiz a desenvolver o seu temperamento lutador. Onde quer que se lhe figurasse em perigo a República, estava ele no Supremo Tribunal a defender a causa republicana. A sua dialética era terrível. Como cerrada a sua argumentação! Em que rede de argumentos envolvia o adversário! Duvidavam alguns da sua imparcialidade. O que havia porém era o ardor romântico com que o magistrado de cinqüenta anos continuava a obra do poeta de vinte anos. Era ainda o autor das *Vergastas* quem discutiu os *habeas corpus* do Tribunal.”

## ~ A fundação da Academia

No fim do século XIX Afonso Celso Júnior manifestara votos pela criação da Academia Nacional, nos moldes da Academia Francesa. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1847 e depois em 1878, também se ocupara do assunto. Em junho de 1847 alguns sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro resolveram criar, sob a orientação do Instituto, uma associação literária. Indo a proposta à respectiva comissão, o parecer foi favorável, discordando apenas do nome, que deveria ser Academia de Literatura Brasileira. Mas não prevaleceu esse título, pois já concluiu pela denominação Academia Brasileira. Não obstante os nomes prestigiosos que haviam firmado a proposta, a Academia não chegou a se instalar.

A convocação assinada por Manoel Ferreira Lagos, primeiro secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, era para a reunião dos membros da Academia de Letras: “Na convocação, os abaixo-assinados, convencidos da necessidade urgente de uma associação que se ocupe especialmente das Belas Letras e promova o seu adiantamento, não só com trabalho próprio como também animando a mocidade e reunindo os elementos esparsos de um corpo que pode influir no progresso da literatura e animar aos que a ela se dedicam, resolveram criar debaixo da proteção do Instituto Histórico e

Geográfico Brasileiro um instituto literário para preencher essa lacuna.” A entidade não chegou a funcionar, e todas as iniciativas foram sem êxito.

A associação literária seria dividida nas seguintes seções: a) literatura propriamente dita, subdividindo-se em prosaica e poética; b) lingüística; c) literatura dramática. Uma comissão composta de Joaquim Caetano, Frei Rodrigo de São José, Sales Torres Homem, Araújo Porto-Alegre e Raposo de Almeida, deu parecer favorável à iniciativa, e para que a nova instituição fosse denominada Academia Brasileira. Entretanto, a planejada Academia não chegou a funcionar.

Durante o Império, nas palestras literárias que sob a presidência do Imperador se realizavam em São Cristóvão, mais de uma vez tratou-se do assunto. Francisco Otaviano chegou a reunir, no Liceu de Artes e Ofícios, homens de letras para criar a associação. É a Associação dos Homens de Letras do Brasil, solenemente inaugurada a 30 de agosto de 1883, na sede do Liceu de Artes e Ofícios, sob a presidência do Conselheiro Pereira da Silva, e com a presença do Imperador, da Princesa Isabel e do Conde d’Eu. Os discursos proferidos e trabalhos lidos foram reunidos em livro que traz como apêndice a proposta de se criar uma instituição. A sociedade teve vida efêmera, dissolvendo-se logo em seguida. O Imperador mostrava-se partidário da idéia, e nas palestras literárias que se realizavam em São Cristóvão, o Barão de Loreto leu a tradução da *Evangelina* de Longfellow.

Ao escrever em 1934 a biografia do pai, os filhos de Lúcio, Edgard e Carlos Sussekind de Mendonça assinalaram que “a documentação de seu esforço pela criação da Academia já está toda feita. Mesmo ao reconhecimento da sua prioridade, como idealizador, e da sua dedicação ao realizá-la, nada há a acrescentar”.

Passados quase setenta anos, essa afirmação deixou de ser veiculada como verdadeira e raramente seu nome é lembrado. Por ocasião do centenário da Instituição, nenhuma referência foi feita ao seu nome, salvo a lembrança de um acadêmico de conceder-lhe a Medalha do Centenário *in memoriam*, outorgada a dezenas de pessoas vivas.

Fundada a República em 15 de novembro de 1889, no final do ano era necessário fazer-se o orçamento para o ano seguinte. O Ministro do Interior Aristides Lobo incumbiu Medeiros e Albuquerque, um dos diretores, de organizar este trabalho. Como a diretoria era a da Instrução Pública, quis aproveitar a ocasião para incluir no orçamento verba para uma Academia Brasileira que seria criada pelo governo. Preparados os estatutos o caso foi submetido a Aristides. Este aprovou a idéia, mas achou que não deveria figurar no orçamento. Num dia em que se conferenciava a respeito, chegou Lúcio de Mendonça, então secretário do ministro da Justiça. Nessa época, os Ministérios da Justiça e do Interior eram distintos, mas tinham os dois freqüentes comunicações, e, em geral, Lúcio e ele eram o que em linguagem militar se chamava os ‘*agentes de ligação*’, entre os dois ministérios.

Quando Lúcio chegou, Aristides submeteu-lhe o caso:

– O Medeiros quer que nós fundemos uma Academia. – E entrou em pormenores, declarando estar disposto à criação, mas só depois de janeiro e não no orçamento.

Não se sabe a opinião de Lúcio sobre o bom momento para a criação.

As poucas letras do Marechal Deodoro não se oporiam, decerto, a qualquer decreto feito por Aristides sobre uma questão literária. Mas Aristides Lobo deixou logo depois o Ministério, e nunca mais se pensou no caso, cuja oportunidade se perdera. Esqueceu de tal modo esses fatos que, quando Lúcio o convidou para fazer parte da nossa Academia por estas palavras: – Vamos fazer a sua Academia? – ele, sem saber do que se tratava, indagou: – Que Academia?

A iniciativa não vingara e coube a Lúcio de Mendonça retomá-la com vigor. Ele, em continuadas conversas, vencidas em parte as resistências do então ministro do Interior Alberto Torres à fundação de uma Academia de Letras, escrevia-lhe em data de 6 de novembro de 1896.

“Alberto Torres, – Sem tempo para ir aí hoje, escrevo. O artigo que enviei para o *Estado de S. Paulo*, comunicado à imprensa para o necessário trabalho de propaganda e recomendação da idéia: pelos jornais *Gazeta de Notícias*, *O País*,

*Jornal do Commercio, Notícia*, se prepara a opinião para receber bem o decreto da criação da Academia. Este, como digo no artigo, convém que seja com data de 15 de novembro próximo. Pouco tempo, há, pois, para ‘lançar-se’ a idéia, e, assim, tenho urgência de sua resposta. Se também me autoriza, obterei de Machado de Assis que redija o projeto do decreto de fundação da Academia de Letras, e consultarei cada um dos nove que comigo compõem os dez que têm de ser nomeados pelo Governo para membros da Academia. Escuso dizer que aceitarei de bom grado qualquer alteração na lista desses dez nomes, inclusive a do meu, *pois muito me contentarei da glória da iniciativa*. A idéia tem encontrado o mais favorável acolhimento por parte dos poucos a quem a tenho comunicado. Colega e amigo, Lúcio de Mendonça.” (grifos aditados)

Barbosa Lima Sobrinho, na excelente biografia que escreveu, *Presença de Alberto Torres*, nenhuma referência faz ao episódio da criação da Academia durante sua passagem no Ministério da Justiça. (Alberto Torres ocuparia a ‘cadeira nº 4I’, concorrendo à sucessão de Artur Azevedo em 1913, sendo eleito Alcides Maya.)

A matéria logo teve repercussão na imprensa. Lúcio de Mendonça colecionou os artigos e notícias publicadas na imprensa em 1896 em volume que pertence aos arquivos da Academia. A *Gazeta de Notícias*, *O País*, *Gazeta da Tarde*, *Cidade do Rio*, começaram a publicar notícias sobre a criação da Academia, sempre favoráveis, notícias certamente enviadas por Lúcio. *A Notícia* publica uma carta em que se afirma: “O meu receio, porém, e não pequeno, é que a política intervenha nessa questão e prepondera na escolha dos primeiros acadêmicos.” E mais adiante citando alguns nomes: “Esses moços, entretanto, não reúnem a soma de predicados que se deve encontrar numa Academia de Letras. Mais tarde, continuando eles em seus estudos e trabalhos, tornar-se-ão dignos de tal honraria e poderiam corresponder a tão importantes deveres.”

No dia seguinte, Lúcio responde que a iniciativa prevê a nomeação dos dez primeiros membros por decreto, “naturalmente republicanos”; nomeados, elegerão os vinte membros efetivos, “que já não estão adstritos à mesma razão de exclusão,

pois não deve recear uma recusa de confrades literários, honrados com a sua escolha, inteiramente despida de qualquer preocupação política”. E concluía:

“Eis o que torna a Academia acessível a todos os homens de letras brasileiros, seja qual for a crença política de que se respeita ou, melhor, de que não se cogita. De que importa, desde então, que seja uma instituição originalmente republicana?”

Em *A Notícia* de 13 de março Valentim Magalhães defende a idéia e acrescenta:

“Uma Academia de Letras desenvolveria o consumo literário de vários modos simultâneos, consagrando de alguma forma os escritores e facilitando-lhes certos favores que, beneficiando o custo de impressão, habilitariam os editores a pagarem melhor os seus editados – tais seriam: isenção de direitos sobre papel importado, diminuição de impostos sobre tipografias, impressão a preços reduzidos na Imprensa Nacional, prêmios aos autores de obras coroadas pela Academia e mesmo aos editores que mais e melhores serviços prestassem às letras, etc.”

No *País*, em 15 de novembro, X.Y., pseudônimo de Carlos de Laet, com o título de “Nos Quoque”, tratava com ironia a matéria, “propondo-me em tempo a ser um dos membros da Academia de Letras... gordas”. E acrescentava: “Quero ser membro de tal agremiação. Esse meu nome não aparece no decreto, protestarei, se antes de mim não aparecer protesto mais sério. Quero entrar na Academia, porquanto não posso sujeitar-me ao ignóbil papel de membro de fora.”

Em 12 de novembro de 1896, em “Cartas Literárias” do *Estado de S. Paulo*, sob o título “Academia de Letras” (carta reproduzida no volume *Primeiras notícias da Academia Brasileira de Letras*. Artigos coletados por Lúcio de Mendonça. Organização e prefácio de Josué Montello. ABL, 1997), escrevia Lúcio de Mendonça:

“Coube ao autor destas cartas a honra de apresentar o projeto, ainda muito embrionário, ao jovem Ministro Alberto Torres, e logrou a satisfação de a

ver imediatamente acolhida com a boa vontade que era de esperar de tão distinto e amável confrade.

– Vença, pedi-lhe, a primeira impressão contrária à novidade vagamente ridícula, por efeito da Convenção, da superstição democrática e revolucionária que odeia as academias e todas as semelhantes manifestações do gênio artístico; odeia-as com o estúpido sentimento igualitário que levou a Revolução Francesa a abolir a criação de Richelieu, que só anos depois ressuscitou. Estúpido, disse e repito; pois que haverá menos inteligente e racional que intrometer a igualdade democrática no domínio da arte, esfera essencialmente privilegiada e de exceção?

Não se afigure, pois, estranha a fundação de uma Academia de Letras em plena República, nem venham chicanar com o nome. É bem certo que, na forma da lei, podíamos constituir-nos extra-oficialmente, mas não é mau, antes convém, por mais de uma razão, que sejamos instituto oficial, como se trata do ‘culto externo’ da arte, torna-se indispensável tal ou qual solenidade, que faltaria à associação livre; tentativas desta última forma tem falhado, uma após outras, o que já é boa razão para ensaiar coisa diversa; a feição oficial impressiona mais e melhor o vulgo, quer dizer, a generosidade do público, assegurando aos homens de letras outro respeito, que, numa civilização imperfeita como a nossa, ainda não conseguem plenamente pelo esforço individual ou das meras sociedades literárias. E há, de volta com o interesse da classe dos literatos, o próprio interesse da República: é belo e útil que esta se mostre amiga dos bons espíritos e da mais nobre das artes; e não é dos menores resultados que se hão de colher do novo instituto o conagraçamento das mais bem dotadas inteligências nacionais numa obra comum e desinteressada, numa cooperação que promoverá, naturalmente, o apagamento e a suavização das vivas antinomias que a luta política abre, profunda e envenena.

[...] A primeira objeção, que naturalmente ocorre, é a de falta de pessoal. Não a temos. E, para demonstrar a minha afirmação, mostrei ao ministro uma lista de nomes, em número superior ao necessário para compor o qua-

dro de sócios da Academia, que terá quarenta membros, como a francesa, mas apenas trinta efetivos, e dez correspondentes. [...]

No modo de compor a Academia, cumpre desde logo obviar a certas dificuldades, com que é prudente contar: temos literatos, dos mais estimados, que, por amor de suas convicções e conseqüentes escrúpulos de ordem política, não quereriam aceitar nomeação do governo, nem para funções desta natureza; mas, por outro lado, não se compreende a completa abstenção do governo na composição de um instituto de criação oficial. Penso que tudo se conciliaria mediante esta combinação: o governo nomearia dez membros para a Academia; estes elegeriam os outros vinte sócios efetivos, competindo a cada um dos nomeados propor dois nomes, e tendo-se por eleitos os propostos que reunissem maioria sobre os dez votos. Os trinta sócios efetivos elegeriam os dez correspondentes, e a diretoria do instituto, composta de presidente, secretário perpétuo e bibliotecário. E homens de letras monarquistas, ou dissidentes da política do atual Governo, como Carlos de Laet, Joaquim Nabuco, Taunay, Constâncio Alves, Rui Barbosa ou José do Patrocínio, que não aceitariam uma nomeação oficial, não recusarão, de certo, a honrosa eleição pelos seus pares.”

Ainda segundo Lúcio:

“Os correspondentes serão dos nossos homens de letras mais ilustres residentes fora desta capital, nos Estados ou no estrangeiro.

[...]

Aceito, nos lineamentos gerais, o projeto pelo Sr. Alberto Torres, sugeri-lhe ainda o alvitre de ter o decreto de criação da Academia de Letras a data de 15 de novembro. Seria a mais brilhante comemoração do 7º aniversário da fundação da República.

Eis lançada a idéia, que se me afigura simpática a todos os espíritos cultos. Tenho por conveniente trazê-la à imprensa, para o batismo da opinião pública, e para receber qualquer modificação que a discussão sugerir e parecer aceitável.”

Escreveu Fernão Neves (Fernando Néri), conhecedor da história da Casa (no volume *A Academia Brasileira de Letras. Notas e documentos para a sua história – 1896-1940*, pp. 9-15):

“*Tentativa de Lúcio de Mendonça* – A idéia aventada por Lúcio não foi, entretanto, recebida com alvoroço, pelo menos da parte de alguns que freqüentavam o cenáculo. José Veríssimo, pelo menos, não lhe fez bom acolhimento. Machado também fez a princípio algumas objeções. Mas Nabuco e Taunay, e outros, concordaram. Restava apenas assentar-se o meio de constituir-se o primeiro grupo de imortais.

O primeiro pensamento fora dar ao poder público a iniciativa da criação, devendo ser nomeado, por decreto, os dez primeiros acadêmicos, que teriam a incumbência de regulamentar a instituição e completar, por eleição, o número de seus membros, isto é, 40. Não prevaleceu, porém, este alvitre, já por dificuldades administrativas, já por se lhe oporem alguns dos convidados: Nabuco, Laet, Taunay e Afonso Celso, monarquistas intransigentes e então oposicionistas tenazes ao regime republicano. O próprio ministro do Interior, Alberto Torres, expusera a Lúcio de Mendonça os seus escrúpulos democráticos, julgando não se harmonizar com o espírito republicano a criação de uma instituição de caráter aristocrático. A tenacidade de Lúcio, entretanto, parecia ir demovendo o ministro Alberto Torres.

[...]

Animado de entusiasmo pela idéia, chegou Lúcio de Mendonça a redigir o decreto do Governo criando a Academia:

“Decreto nº ... de 15 de novembro de 1896. – Cria uma Academia de Letras no Rio de Janeiro.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil,

Para comemorar o sétimo aniversário da Proclamação da República,

Considerando a conveniência de ajudar, quanto possa caber ao Estado, o desenvolvimento da literatura e da poesia brasileira, não menos que a conservação, apuro e riqueza da língua vernácula;

Considerando que este fim pode ser alcançado por meio de uma associação de homens de letras, em número de trinta membros efetivos, dos quais dez serão, por uma única vez, nomeados pelo Governo Federal, e vinte eleitos por esses, constituindo-se ainda uma classe de membros correspondentes em número de trinta, dez dos quais poderão ser estrangeiros, e que serão eleitos pelos trinta membros efetivos;

Considerando que essa associação, que receberá o título de Academia de Letras, deve congregar os seus esforços no sentido indicado, coligindo trabalhos esparsos, propondo matérias de estudo, animando vocações incipientes e requerendo ao Congresso Nacional e ao Presidente da República, por intermédio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, os prêmios e auxílios que julgar úteis e as medidas que lhe parecerem necessárias em benefício das letras nacionais;

Resolve:

Art. 1º – Fica criada, com a denominação de Academia de Letras, uma associação de cidadãos brasileiros, que, por seus estudos, escritos e conhecimentos particulares, mostrem caber-lhes tal distinção.

Art. 2º – A Academia de Letras compor-se-á de trinta membros efetivos e trinta correspondentes.

Parágrafo único. – Dos efetivos os dez primeiros serão nomeados, nesta mesma data, pelo Governo Federal, e os outros por eleição daqueles. Os trinta membros efetivos elegerão os trinta correspondentes, dentre os escritores nacionais não residentes nesta capital e estrangeiros notáveis nas letras e amigos do Brasil, bem como os membros de ambas as classes que, de futuro, tenham de preencher as vagas que ocorrerem.

Art. 3º – A Academia de Letras, uma vez completado o número de membros efetivos, organizará os seus estatutos, de que enviará cópia ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 4º – Os dez primeiros membros efetivos, nomeados nesta data, adotarão desde logo as regras necessárias à eleição dos demais membros.

Art. 5º – O Ministério da Justiça e Negócios Interiores concederá à Academia de Letras o uso de uma sala em próprio nacional para as suas sessões e guarda de sua biblioteca.

Art. 6º – As despesas de expediente, antes que o Congresso Federal tenha votado uma pequena verba de auxílio para a Academia de Letras, ou se não for possível atender ao pedido que esta oportunamente lhe fizer, serão custeadas por uma módica pensão, contribuição mensal dos membros efetivos.

Não obstante a habilidade diplomática desenvolvida por Lúcio de Mendonça, prevendo certas objeções e removendo-as, prevalecendo-se da aproximação de uma data nacional para justificar e, sobretudo, apressar a assinatura do decreto, incluindo na lista dos futuros membros da Academia nomes de parentes e amigos chegados ao Ministério do Interior, não logrou ver realizado a 15 de novembro o sonho que há tanto vinha acalentando.”

Nas vésperas de 15 de novembro, instava Lúcio de Mendonça com o Ministro, nos seguintes termos:

“Alberto Torres, ‘Quem tem amores não dorme’; – aproveite a oportunidade do despacho de hoje para conversar com o Vice-Presidente acerca da criação da Academia de Letras, que, estou convencido, é idéia que aceitará com entusiasmo. E mande-me logo a autorização para consultar os que devem ser nomeados, que o tempo urge. Seu, Lúcio de Mendonça.”

Frustrada a iniciativa oficial, reúnem-se em caráter particular os futuros membros, convocados por Lúcio.

A ata da reunião de 15 de dezembro de 1896, um mês após, registra:

“O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Lúcio de Mendonça, que expõe os fins da reunião e declara que, conforme é sabido, ela se destina à fundação da Academia de Letras. Recorda o pensamento que tinham os iniciadores da idéia de a ver aceita pelos poderes da República, partindo do Governo o

ato da criação do instituto. Essa criação encontrou, porém, embaraços, o que determinou a presente reunião, para que os escritores simpáticos à criação da Academia se constituíssem livremente. Assim, comunica que tem em seu poder um projeto de estatutos organizado pelo Sr. Inglês de Sousa e dele dá conhecimento à Assembléia. Concluindo, pede a nomeação de uma comissão que, estudando o projeto em breve prazo, emita sobre ele a sua opinião para a definitiva instalação da Academia de Letras.”

Na sessão de 4 de janeiro de 1897 foi eleito Presidente Machado de Assis, figura que pela ascendência e pelo prestígio era a pessoa ideal para conduzir a nova instituição. Nessa sessão são nomeados para apresentar projeto de Regimento Interno Lúcio, Rodrigo, Bilac, Taunay e Rabelo.

Na sessão inaugural realizada a 20 de julho de 1897, Joaquim Nabuco, como Secretário, pronunciou longo discurso sobre a criação da Academia e suas finalidades, e declarava que “houve uma boa razão para nos reunirmos ao convite do Sr. Lúcio de Mendonça”.

Rodrigo Octavio, Primeiro-Secretário, fazendo o relatório dos trabalhos dos meses anteriores, declara que “foi nas salutares e íntimas confabulações da sala de redações da *Revista Brasileira* que o nosso confrade Lúcio de Mendonça, em dias de novembro do ano passado, lembrou a idéia da criação da Academia Brasileira de Letras para que se constituísse o centro e a vida da expansão literária”. E, dando conta do fracasso do apoio oficial, afirma: “Foi então a idéia levada a efeito diretamente por um grupo de homens de letras que, de boa vontade, atenderam ao convite do Sr. Lúcio de Mendonça.”

A afirmação do diário de Inglês de Sousa confirma a primazia de Lúcio de Mendonça, e fornece outros esclarecimentos adicionais, pois revela que o ministro do Interior Alberto Torres tivera dúvida do ponto de vista jurídico sobre a criação da Academia:

“15 de dezembro de 1896. Instala-se hoje, ou antes, foi a sua segunda reunião, a Academia Brasileira de Letras, fundada por iniciativa do Dr. Lúcio

de Mendonça, e para a qual sou por ele convidado. A primeira idéia era ser a criação feita pelo governo e assim o havia prometido o vice-presidente, Dr. Manuel Vitorino. Escrúpulos do ministro do Interior, Dr. Alberto Torres, sobre a constitucionalidade da atribuição, impedem a publicação do decreto. Resolvemos então fundar a Academia por associação particular.”

Mas o depoimento definitivo é do próprio Machado de Assis em carta de 9 de janeiro de 1897 a Salvador de Mendonça:

“Meu caro Salvador. A notícia é que foste, como de justiça, eleito pela Academia Brasileira de Letras, que aqui fundou o nosso Lúcio. Poucos crearam a princípio que a obra fosse a cabo; mas sabes como Lúcio é tenaz, e a coisa fez-se. A sua amizade cabalou em favor da minha presidência...”

Depõe Graça Aranha:

“A Academia Brasileira saiu da Revista. Era natural que aquela contínua assembléia da inteligência, vivificada pela simpatia mútua, suscitasse a idéia de uma ‘fundação’ literária como uma satisfação ao remoto espírito de organização da nossa raça latina. Para os escritores mais independentes da Revista a Academia era um contra-senso num país sem literatura definitiva, e num período de plena transformação social a estratificação das letras seria prematura e nociva. A oposição não vingou, e a Academia organizou-se. Nascida da vontade de Lúcio de Mendonça, deram-lhe Machado de Assis e Joaquim Nabuco um prestígio imenso e foram-lhe admiravelmente fiéis. Daí em diante quando eles se correspondem o assunto principal é a Academia.”

Machado de Assis, em carta de 16 de junho de 1899 a Lúcio de Mendonça, dando conta da próxima realização de sessão e eleição do sucessor do Visconde de Taunay, escreve: “Conto com você que é o pai da Academia e espero que não falte.”

Nabuco, no exterior, se corresponde com Machado. Em 12 de junho de 1900, escrevia:

“Não deixe morrer a Academia. V. hoje tem obrigação de reuni-la e tem meios para isso, ninguém resiste a um pedido seu. Será preciso que morra mais algum acadêmico para haver outra sessão? Que papel representamos nós então? Foi para isso, para morremos, que o Lúcio e V. nos convidaram?”

Dirigindo-se a Machado de Assis em 28 de janeiro de 1901, ao receber a comunicação de que a Academia obtivera sede, responde: “O Lúcio deve estar muito satisfeito com a instalação da sua ‘Companhia’.”

Machado de Assis agradecendo em carta em 1901 a remessa do livro *Horas do bom tempo*: “A Academia agradece o novo livro ao seu fundador e cá o espera para fazermos algumas sessões necessárias.” E novamente Machado, falando de várias providências relativas à Academia e uma próxima sessão: “Conto com você que é o pai da Academia e espero que não falte.”

Em carta a Graça Aranha de 27 de junho de 1907, Nabuco diria: “Acabo de ler que o Ferrero (Gugliermo) passou pelo Rio e o nosso Machado o foi buscar a bordo. O Lúcio de Mendonça deve sentir-se ufano – fez uma criação, a Academia é hoje uma instituição nacional.” (In *Cartas a amigos*, de Joaquim Nabuco, vol. II, p. 273.)

Na carta de Machado de Assis a Joaquim Nabuco de 14 de janeiro de 1908: “Alguns de nossos amigos andam dispersos. O Lúcio de Mendonça, que organizou a Academia, foi há tempos acometido de uma doença dos olhos, e resolveu ir à Alemanha para ser examinado e tratado.”

E em carta de 13 de fevereiro de 1908, escreve Nabuco a Machado de Assis, sabendo da doença de Lúcio de Mendonça: “Muito sinto o que você me diz do nosso fundador. Possa ele não sofrer muito e ter ao menos algum alívio a tão triste fim, ainda mais triste para quem foi pouco feito como ele para a passividade e a inação.”

Lúcio de Mendonça veio a falecer em 23 de novembro de 1909.

Outros depoimentos são definitivos, como o de Alberto de Oliveira:

“Não obstante residir por esse tempo em Petrópolis e me distinguirem com sua estima Afonso Celso, Taunay e Raimundo Correia, então professor de História no Ginásio Fluminense, raramente eu os visitava e não me lembra houvesse entrado alguma vez a Academia em nossa palestra. Lúcio de Mendonça apenas um dia o vi em todo o período da gestação e nascimento da que ele chamava a ‘causa máxima das letras’. Não foi em Petrópolis, mas aqui, na capital, à porta da Livraria Laemmert. Gritou-me, simulando cólera, à minha descrença e dando-me por indigno do culto apolíneo. Penso haver sido ele que me quebrou em parte a atonia de ânimo em que me achava.”

Graça Aranha, que a princípio recusara o convite que lhe fizera Lúcio de Mendonça, acabou cedendo depois, e em condições especialíssimas: era o único que ainda não publicara nenhum livro. As razões de tal recusa, deu-as em carta a Lúcio de Mendonça:

“Confrade Dr. Lúcio de Mendonça. – Fez-me V. uma insigne e honrosa surpresa convidando-me a ser um dos membros da Academia de Letras, que por sua iniciativa vai ser fundada. Confesso que fiquei embaraçado para imediatamente recusar, como devia, o lugar que a sua bondade me assinala entre os imortais brasileiros.”

As expressões de Constâncio Alves são significativas:

“Pela sua feição, podia ser Machado de Assis o fautor da Academia. Mas quem a planejou, quem mais se interessou por ela, com tenacidade e entusiasmo, quem lhe deu existência, foi Lúcio de Mendonça, que, muitos, e sem inverosimilhança, julgariam inadequado a esse empreendimento. A sua intransigência militante de republicano radical, a sua veemência de polemista apaixonado, eram contra-indicações para a tarefa pacificadora de harmoni-

zar, no interesse da literatura, dissidências políticas e hostilidades de crenças. Todavia, é ele o arquiteto dessa construção, e não admira que o seja, pois nesse batalhador de tão rigoroso partidarismo e tão ásperas guerrilhas, luzia um nobre espírito de homem de letras, com largo e fervoroso amor das coisas belas.”

Nas palavras de Sousa Bandeira:

“O espírito entusiasta de Lúcio de Mendonça, percebendo nas boas palestras da *Revista Brasileira*, que os nossos intelectuais se podiam encontrar para tratar de coisas do espírito, apertando os laços que os uniam, teve a idéia de fundar a Academia Brasileira, idéia que, segundo afirmam, tinha passado pelo nobre espírito de D. Pedro II.

Com a energia de que dispunha, reuniu elementos, expediu convites, aplainou dificuldades, dissipou escrúpulos, animou boas vontades, desfez receios, e poucos meses depois estava fundada a Academia.

Dada as dificuldades que entre nós se deparam aos cometimentos desta ordem, só um temperamento como o de Lúcio de Mendonça poderia levar à efeito a fundação da Academia. Os outros, possuindo qualidades que talvez lhe faltassem, puderam fazer a instituição chegar à sua fase atual. Era necessário, porém, ser um sonhador e um combatente, para tirar do nada a sua formação.

Por força da contradição humana coube essa iniciativa conservadora a um homem de temperamento acentuadamente revolucionário; o promotor da fundação da Academia foi Lúcio de Mendonça.”

Escreveu Humberto de Campos na *Antologia da Academia Brasileira de Letras*:

“As raízes reais e visíveis da Academia Brasileira de Letras acham-se verdadeiramente em 1896. A atuação de Lúcio de Mendonça, em novembro desse ano, está hoje esclarecida e documentada. A corporação por ele ideada compor-se-ia de quarenta membros como a Academia Francesa, sendo porém trinta efetivos, indicados pelo governo, e dez correspondentes, eleitos por aqueles. Essa fórmu-

la encontrou, todavia, objeções. Entre os homens de letras mais em evidência no tempo, alguns havia, monarquistas, que se não conformariam em receber um título de nomeação partindo de autoridade republicana. Outros, republicanos, mas adversários do governo, não pretendiam capitular, entrando em relações com ele. Tudo contribuía para impedir um conagraçamento, mesmo no terreno neutro da literatura. Lúcio de Mendonça não era, no entanto, vontade que se detivesse diante de dificuldades embora dessa ordem. Para vencê-las apresentou outro alvitre, que consistia em uma nova divisão das cadeiras acadêmicas: eles continuariam a ser quarenta, mas o governo preencheria apenas dez; estes, por seu turno, elegeriam vinte companheiros; composto, assim, o cenáculo efetivo, este elegeria os dez correspondentes. Era pensamento de Lúcio solenizar com a fundação da Academia, a 15 de novembro de 1896, o sétimo aniversário da República. Para isso, redigiu, ele próprio, o decreto respectivo, que enviou a Alberto Torres, instando com este, em cartas quase diárias, até às vésperas daquele dia, para a assinatura do ato. Chegou, porém, o dia 15 de novembro e o decreto não apareceu. O desastre não arrefeceu, no entanto, o entusiasmo do chefe ostensivo desse generoso movimento. Perdida a esperança da oficialização do instituto, tratou Lúcio de organizar a Academia como instituição particular. Lúcio queria mostrar, e mostrou, que o pensamento, para triunfar, prescinde da chancela dos governos. O sucesso da tentativa foi, em verdade, o resultado de três fatores – a existência de uma geração rica em talentos; o espírito generoso dos remanescentes de outra anterior, que se não desdouraram de, renunciando à glória consolidada, nivelar-se com ela, vindo ombrear, em baixo, com as glórias nascentes; e o aparecimento de Lúcio de Mendonça, que, pertencendo a uma pelo temperamento, e a outra, pelas relações de amizade, conseguiu realizar essa obra de diplomacia literária, que foi a junção dos dois grupos, quebrando entre eles a fronteira das prevenções. ‘O rio São Francisco, acima de sua queda’ – diria Joaquim Nabuco, semanas mais tarde – ‘possui formas particulares de peixes inteiramente diversas das que vivem abaixo; o invencível precipício separou as duas faunas.’ Lúcio havia suprimido as cachoeiras e misturado os peixes...”

Coelho Neto:

“A Academia Brasileira nasceu no escritório da *Revista Brasileira*, no primeiro andar de um prédio humilde na antiga Rua Nova do Ouvidor. Duas salas acanhadíssimas: redação em uma, secretaria em outra. Dos sócios da casa, o menos assíduo era o sol, representado, quase sempre, pelo gás, porque, desde a escada, tinha-se a impressão de que, em tal cacifo, mal os galos começavam a cantar matinas, a noite recolhia a sua sombra...

Foi em tal pobreza obscura que nasceu a Academia. Fraca, entanguecida, morre não morre, só não sucumbiu porque teve a desvelá-la a dedicação dos seus fundadores, que a aleitavam com esperanças, leite muito dessorado, e envolviam-na, para aquecerem-na, em faixas de entusiasmo.

Lúcio era o mais corajoso e solícito dos aios da pobrezinha. Foi ele que a vacinou com a linfa da perseverança. Foi ele que a curou da coqueluche, que lhe pôs ao pescoço o colar de âmbar para evitar as crises da dentição, que a batizou no templo das musas e que lhe incutiu na alma a grande fé, tônico que a fortaleceu para vencer os percalços da primeira infância...

Foi em tal pobreza obscura, como a do presepe (*bonni soit qui mal y pense!*) que nasceu a Academia, e, se anjos não esvoaçaram no beco, anunciando o natal da instituição, cá em baixo, na terra rasa, teve a recém-nascida vozes que, se não a glorificaram com hosanas, fartaram-se de a arrasar, anunciando-lhe a morte com prognósticos ridículos.”

Portanto, ali, na redação da *Revista*, reunidos para o chá das 4 horas, é que viria a renascer a idéia da fundação da Academia Brasileira de Letras.

Muitos outros subsídios poderiam ser citados em apoio à tese de que Lúcio de Mendonça foi o verdadeiro fundador da Academia, mas os depoimentos aqui coligidos já provam de forma insofismável essa autoria.

É curioso assinalar que na sessão inaugural da Academia, em 20 de julho de 1897, Lúcio de Mendonça não compareceu justificando a ausência por carta.

Cumprir apontar que o fundador da Academia reconheceu que cabia a Machado de Assis, pela alta posição e reputação, ocupar o cargo de presidente. Por outro lado, é interessante registrar que Lúcio de Mendonça não foi eleito para nenhum cargo de diretoria, certamente porque, fundador da Casa, achava que outros deveriam conduzi-la a bom termo.

A presença de Lúcio continuou marcante na Academia. Em 8 de agosto de 1898, endereçou à mesa o projeto de emblema feito por Rodolfo Amoedo. E a pedido de Lúcio de Mendonça o escultor Augusto Girardet desenhou e moldou uma belíssima medalha para a Academia.

Dois fundadores tomaram posse em sessão solene:

Lúcio de Mendonça recebeu Domício da Gama em 1º de junho de 1900, e Oliveira Lima foi recebido por Salvador de Mendonça. A posse de Domício foi a segunda, precedida pela de João Ribeiro, primeiro ocupante eleito, em 30 de novembro de 1898, saudado por José Veríssimo. O patrono da Cadeira foi Raul Pompéia, a ele cedido por Rodrigo Octavio, que o escolhera em primeiro lugar. O discurso de Domício é bastante sucinto, falando do amigo desaparecido, e Lúcio, em apenas quatro páginas, diz que o acadêmico que está sendo recebido “tem o melhor de sua bagagem literária já avultada, prodigamente dispersa na imprensa periódica: até hoje publicou apenas um livro de prosa *Contos à meia-tinta* (*Histórias curtas* seria publicado em 1901), que são primores de observação psicológica, mas sobeja-lhe matéria para meia dúzia de volumes de igual ou maior tomo.” E tratando-o de parente: “Que boa fortuna esta minha, de o ter de receber e cumprimentar perante vós; é fácil como falar bem em família de um parente amado, cada palavra diz mais do que soa, porque é a expressão do sentimento de todos.”

Por ocasião da tramitação no Congresso do projeto de auxílio à Academia, Machado de Assis quase parece prestar contas ao colega, como a pedir ajuda: “Há dias, encontrando-me com o Epitácio Pessoa, falei-lhe de passagem sobre o projeto, mas não há intimidade entre nós, e estávamos com outras pessoas. Até aqui fiz o que pude, e achei boa vontade em todas as câmaras.”

Lúcio de Mendonça é atuante na aprovação do projeto que daria instalação permanente à Instituição em prédio público e impressão na Imprensa Nacional das publicações oficiais e obras de grandes escritores.

Uma carta do Senador Azeredo, primeiro-secretário do Senado Federal, é expressiva:

“Meu caro Lúcio – acaba de ser aprovada, em segunda discussão, a proposição da Câmara dos Deputados sobre a Academia, devendo entrar em segunda discussão amanhã, de acordo com a dispensa do interstício, concedida pelo Senado a meu pedido. Cumprida a minha promessa, fico ao seu inteiro dispor.”

Em 1901, a tentativa de obter a instalação definitiva no novo prédio da Escola de Belas Artes que o Governo projetava construir, tem sua colaboração, conforme se depreende de carta a Machado de Assis de 3 de janeiro de 1902:

“Meu caro Mestre – Ia hoje procurá-lo, mas aproveito o seu portador para a má notícia de que ficamos sem instalação para a Academia no edifício novo das Belas Artes, cujo plano foi aprovado apesar disto; de viva voz, lhe comunicarei as explicações que ontem me deu o ministro. – Promete agora dar-nos instalação na casa que a Escola de Belas Artes vai deixar. Uhm!... – Domingo lá estarei, na Panelinha. – Sempre seu – Lúcio de Mendonça.”

Alguns aspectos da vida e da obra de Lúcio de Mendonça se depreendem da síntese de San Tiago Dantas, que assim o retrata em resumo:

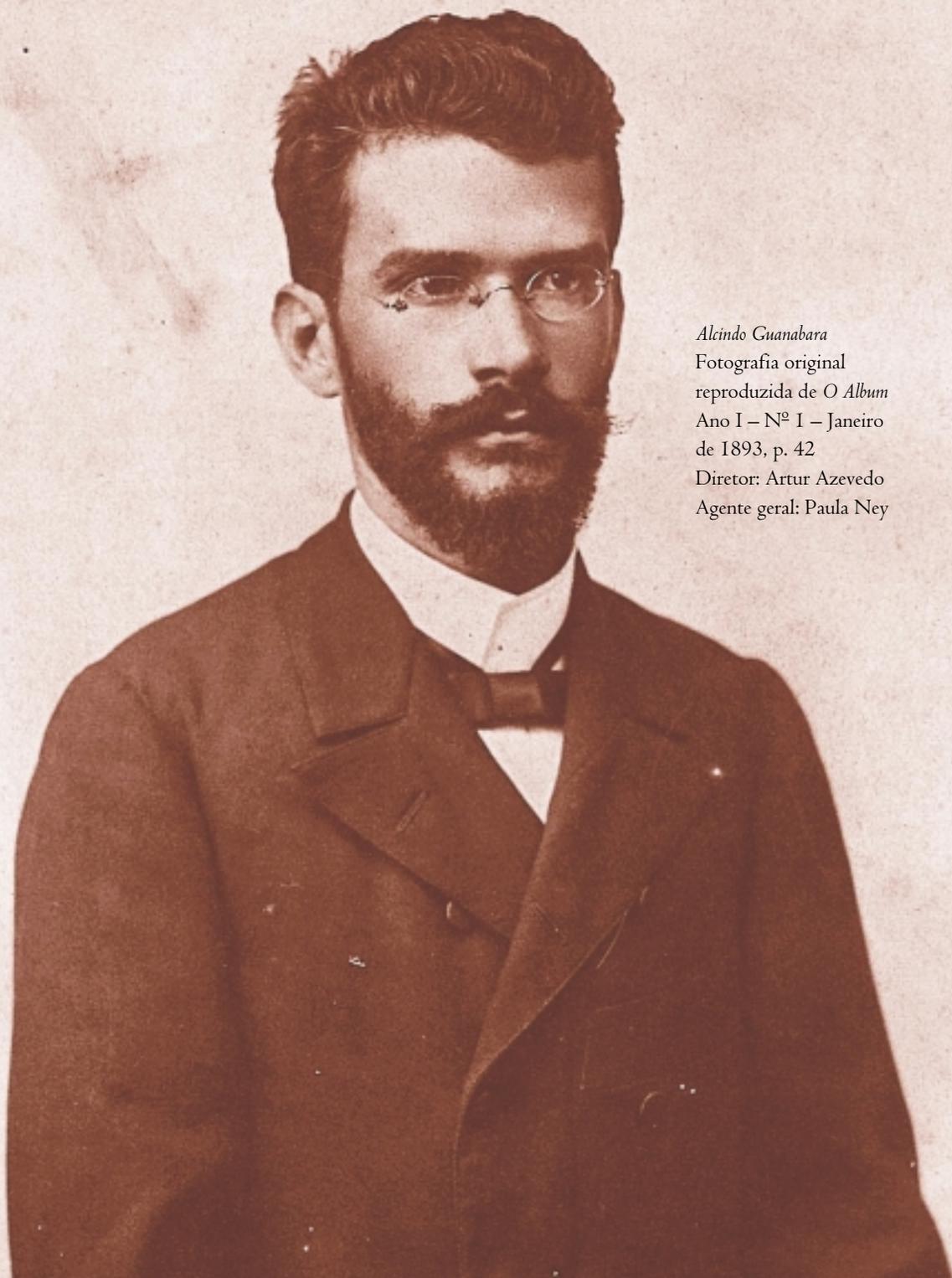
“Lúcio de Mendonça foi um desses homens que espelham a época, não refletindo passivamente seus episódios e acompanhando as suas tendências comuns, mas absorvendo e sintetizando no íntimo de uma personalidade própria e distinta tudo que constitui o problema geral da vida oferecido

como um desafio aos seus contemporâneos. Poeta-líder, como foram os homens da elite acadêmicos do seu tempo, entrou-lhe na alma pela porta larga da emoção artística o ideal político que guiaria todo o seu anseio de ação prática.”

No centenário do nascimento de Lúcio de Mendonça, Múcio Leão, depois de apontar algumas omissões e erros na escolha dos fundadores e dos patronos, concluiria: “Contudo, a Academia foi uma obra de harmonia perfeita. E por ter sido seu criador, tanto quanto por ter sido o suavíssimo poeta que foi, é que Lúcio de Mendonça deve ser visto como uma das culminâncias da vida espiritual do Brasil.”

Wilson Martins, com a severidade e exagero de alguns momentos, assevera: “O elogio acadêmico que Pedro Lessa traça de Lúcio de Mendonça, segundo os estilos consagrados, pode ser também considerado como a oração fúnebre de Lúcio de Mendonça enquanto escritor.”

Ainda que fosse procedente este julgamento de Wilson Martins – que contestamos veementemente – para a Academia não há orações fúnebres de seus membros. Cumpre aos sucessores manter-lhes a chama viva de sua vida e sua obra, como faz a Academia agora com o fundador Lúcio de Mendonça.



*Alcindo Guanabara*  
Fotografia original  
reproduzida de *O Album*  
Ano I – Nº I – Janeiro  
de 1893, p. 42  
Diretor: Artur Azevedo  
Agente geral: Paula Ney

# Alcindo Guanabara e o jornalismo do seu tempo

CÍCERO SANDRONI

O tema da palestra desta tarde é a vida e obra do jornalista Alcindo Guanabara, um dos 40 fundadores da Academia Brasileira de Letras, Cadeira nº 19, patrono Joaquim Caetano. Antes de mais nada esclareço que não adotei o estilo acadêmico dos trabalhos universitários. Vamos navegar em águas pouco profundas, e tudo acontecerá como se eu estivesse lendo uma reportagem sobre a vida do personagem da minha história, entremeadas de entrevistas feitas com seus contemporâneos ou com os que o estudaram.

Jornalista do século XXI que se dispõe a dissertar sobre jornalista do século XIX, começo com algo que nos une, embora o tempo nos separe: uma notícia. A notícia da sessão de instalação da Academia Brasileira de Letras a 20 de julho de 1897, que apareceu, na véspera, na *Gazeta de Notícias*. O jornal do combativo Ferreira de Araújo “furou” o *Jornal do Commercio*, que só se referiu à Academia na edição do dia 21, com uma pequena nota do registro do evento, perdida no meio de página interior. Não existia ainda o assessor de imprensa, que preparasse

Conferência proferida na ABL, durante o ciclo *Origens da Academia*, em 16/3/2004.

um *press-release*, para lembrar aos jornalistas de então a importância daquela sessão inaugural que só um profeta poderia prever. Embora um dos fundadores, Urbano Duarte, fosse à época redator do *Jornal do Commercio*, é até compreensível o pouco interesse pelo evento, por parte de um diário que no dia 1 de outubro daquele 1897 completaria 70 anos de existência e já acompanhara várias tentativas de fundação de instituições congêneres desaparecidas na poeira do desinteresse e na falta de pecúnia. Mas vale dizer que, com o correr do tempo, as relações do *Jornal do Commercio* com a Academia se estreitaram, ao ponto do *Jornal* vir a ser, mais tarde, quase o órgão oficial da instituição, tantos os jornalistas que da sua redação passaram para a ilustre companhia.

Segundo informa a ata da primeira reunião, manuscrita por Rodrigo Octavio, o primeiro secretário-geral, apenas 16 dos fundadores estavam presentes à sessão inaugural. Dois justificaram a ausência por carta: Lúcio de Mendonça, como já nos informou Alberto Venancio Filho, na conferência da semana passada, e Valentim Magalhães. “Achavam-se ausentes desta cidade”, segundo se lê na caligrafia perfeita de Rodrigo Octavio, doze acadêmicos. Outros dez, presentes nesta cidade, entre os quais Alcindo Guanabara, deixaram de comparecer, sem informar a razão da ausência. Alcindo completara 32 anos na véspera da primeira reunião da Academia, e por mais animada que tenha sido a festa de aniversário, o regabofe não chegaria a ser razão para justificar a sua ausência. Não citarei nomes dos outros ausentes, escritores importantes. Certamente tiveram motivos imperiosos para não comparecer e não informar a razão pela qual não compareceram; é bom lembrar que naquele tempo ainda não havia o *jeton*.

Quase todos os membros fundadores da Academia Brasileira de Letras eram jornalistas ou colaboravam em jornais. Seria impossível falar sobre todos eles. Escolhi Alcindo Guanabara por ter sido jornalista durante toda a sua vida. Profissional da imprensa completo, tornou-se vítima de incompreensões, que o levaram à prisão, e de calúnias, algumas das quais se repetiram em forma de anedota até depois de sua morte e ainda perduram no anedotário do jornalismo carioca. E mais: chegou à política e à administração pública sem jamais abandonar as redações. Gustavo Barroso, terceiro ocupante da cadeira fundada

por Alcindo, assim se referiu a ele, no seu discurso de posse: “Alcindo Guanabara foi um homem de letras que o jornalismo prendeu em suas garras e atirou para as lutas cruentas da política.”

Republicano, mas adversário da abolição da escravatura, por convicção e não por ser pena de aluguel, na época da fundação da Academia Alcindo Guanabara era redator político de *A República*, jornal que fazia violenta oposição ao governo de Prudente de Moraes. Em *A vida de Nilo Peçanha* Brígido Tinoco descreve o ambiente político do Rio de Janeiro, à época da revolta de Canudos:

“Conhecido o malogro da terceira expedição, a anarquia atinge o ponto culminante. Nilo Peçanha, num *meeting*, imputa ao presidente da República o erro de mancomunar-se com a caudilhagem monárquica [...] Alcindo Guanabara é aclamado pelo populacho em frente à redação do jornal *A República* [...]”

O empolgado orador que desfechava ataques violentos contra Prudente de Moraes e era apoiado pelo populacho não poderia supor que, menos de quatro meses depois da sessão fundadora da Academia à qual ele não compareceu, seria preso e deportado para Fernando de Noronha, acusado da participação no complô da tentativa do assassinato do Presidente da República, quando se comemorava o regresso da tropa que combatera em Canudos. Como se sabe, Prudente escapou do atentado, mas na confusão o assassino conseguiu atingir o seu ministro da Guerra, o general Machado Bittencourt e matá-lo. Artur Mota, que mais tarde escreveu o perfil de Alcindo, conta tê-lo visto embarcar, preso, ao lado de Barbosa Lima, levando nas mãos um exemplar de *A conquista do pão*, de Kropotkine. O detalhe é uma achega para os que estudam a influência das idéias socialistas no Brasil no começo do século.

Perdoem-me se me estendo um pouco sobre o atentado contra a vida do Presidente Prudente. O criminoso, Marcelino Bispo de Melo, alagoano de 22 anos e anspeçada do 10.º Batalhão de Infantaria, saiu da formação em que estava, deu um salto de felino para o interior do palanque presidencial, encarou o Presidente e disparou dois tiros. Ao ver que sua arma falhara, sacou de um punhal e fez várias vítimas entre os militares que cercavam o Presidente da República. Um jornal da época descreveu assim a terrível cena:

“... estabeleceu-se um momento de grande confusão. O Presidente era envolvido num círculo de oficiais e pessoas do povo. Gritam senhoras, corre gente atropeladamente em direção ao portão. Cai ao solo o soldado, (isto é, o Marcelino), com a cabeça por baixo de um canhão, mas ergue-se de súbito a meio corpo, sob os golpes das espadas que empunham vários oficiais da Casa Militar do Presidente. [...] Prosseguia a luta e o Presidente, arrebatado do local por oficiais, atravessa o pátio entre aclamações cada vez mais calorosas, tomando, sob a pressão de insistências, seu carro postado junto ao portão e logo se dirigindo, seguido de seu piquete de cavalaria, para o Palácio Friburgo. [...] Mas no palanque a luta prosseguia. O alferes Cunha Morais conseguira com grande custo arrebatado a pistola da mão do soldado. Este, como um tigre acuado, já sem boné e com os botões da farda arrebatados, tornava-se cada vez mais furioso. [...] Tenta o soldado arrancar da bainha o sabre que trazia, mas arrebatam-lhe nesse momento o cinturão. Escorregando, caindo e levantando de novo, o criminoso e oficiais atracavam-se, lutando com ele corpo a corpo, a socos, a pontapés, herculeamente. Já não podiam atingi-lo as espadas porque o círculo tornava-se cada vez mais estreito. Desvencilhando-se num salto, arranca de dentro da farda uma faca e entra a desferir golpes tremendos. Crava a arma no peito do Ministro da Guerra renovando-lhe golpes; fere o coronel Mendes de Moraes e em seguida os alferes Mendes de Faria e Oscar de Oliveira. Subjugam-no afinal, sendo-lhe a arma arrebatada, abrindo nessa ocasião um profundo golpe na mão do alferes João de Garcia. Ferido com três facadas, uma das quais atravessara-lhe o pulmão, é o Ministro transportado em braços para uma sala, ali expirando. O criminoso, ofegante, desvairado, ferido, é recolhido ao xadrez.”

A reportagem, de onde o sangue esguicha de cada frase, é do *Jornal do Comércio*, que à época apoiava o Governo de Prudente. O texto é extenso, com tantos detalhes e tão bem feito que tomei a liberdade de transcrever esse trecho para mostrar o horror do atentado e perguntar: teria o jornalista e acadêmico Alcindo Guanabara, fundador da Academia Brasileira de Letras, participado

do complô que armou a mão do ensandecido Marcelino Bispo de Melo, matou o Marechal Bittencourt e feriu tantos oficiais que defendiam a vida do Presidente? Apesar do seu jornalismo de oposição – e aqui vale lembrar a máxima de Millor Fernandes, jornalismo é oposição, o resto é balcão de negócios – tudo leva a crer que Alcindo não era um dos mandantes do crime. Julgado e defendido por Rui Barbosa, foi absolvido no Supremo Tribunal Federal, juntamente com outros acusados, como o político Barbosa Lima, tio de Barbosa Lima Sobrinho. O mesmo Barbosa Lima Sobrinho de quem temos tantas saudades e que nascera em janeiro daquele ano, seis meses antes da fundação da Academia, na qual ele ingressaria em 1936.

Quem era Alcindo Guanabara, jornalista e político cuja obra notável, sempre lembrada no âmbito da Academia, é fora dela menos conhecida do que as anedotas que se contaram sobre ele, uma das quais, segundo Nelson Werneck Sodré, “ficou inserida em sua vida como uma irreparável mácula, para os que a conhecem e repetem”?

Adiante voltaremos a essa anedota. Mas, antes, é bom lembrar que, nascido em Magé, freguesia de Nossa Senhora da Ajuda do Guapimirim, a 19 de julho de 1865, fez os estudos preparatórios no Colégio Paixão, em Petrópolis (com matrícula gratuita), onde, adolescente, já escrevia para o jornal *Avante* daquela cidade. Coursou o Externato Pedro II no Rio e em 1884 matriculou-se na Faculdade de Medicina; para sustentar-se arranhou emprego como porteiro do Jockey Club, mas abandonou o curso no primeiro ano, já conquistado pela tentação do jornalismo. Em 1886, fundou seu primeiro jornal, *Fanfarras*, órgão acadêmico, que contou com a colaboração de Olavo Bilac.

Marcos Almir Madeira, até aqui o último ocupante de sua Cadeira, o vê chegando no Rio de Janeiro com vocação de jornalista “que lhe brotava com os primeiros fios de barba: tinha 17 anos quando apareceu em folhas de imprensa. E jornalista ficou para sempre – continua Marcos –, por entre faiscas da crônica política e nos editoriais, notadamente”.

R. Magalhães Júnior conta que a iniciação jornalística do jovem Alcindo deu-se pela mão de José do Patrocínio, que sempre acolhia os moços de talen-

to que o procuravam, na *Gazeta da Tarde*, jornal abertamente abolicionista. Mais tarde, quando Patrocínio perdeu a *Gazeta* e fundou a *Cidade do Rio*, também dirigida por Raul Pompéia, Alcindo acompanhou-o. O escritor Artur Mota – que por duas vezes tentou ingressar nesta Academia e, mesmo frustrado em seu desejo, jamais deixou de reverenciá-la, em sua biografia de Alcindo Guanabara, publicada na *Revista da Academia* – conta que, ainda considerado foca por toda a redação, certo dia, ao chegar, foi avisado de que José do Patrocínio e Pompéia estavam em São Paulo, certamente em busca de recursos para manter o seu jornal. Por falta de pagamento, o pessoal da redação resolvera fazer uma parede, como se chamava a greve, naquele então. O rapaz não hesitou e disse a Serpa Júnior, o gerente da folha, que não se preocupasse, ele faria o jornal sozinho. Fechou-se na sala da Redação, escreveu artigo de fundo, a sessão humorística, ecos, crônicas, crítica, noticiário geral e mandou tudo para as oficinas. Artur Mota conta que os colegas de Alcindo ficaram fascinados com a capacidade de trabalho e o talento do rapaz e, em vez de acusá-lo de fura-greve, resolveram homenageá-lo com um banquete. A partir de então José do Patrocínio entregou-lhe a crônica política e ele passou a fazer a campanha abolicionista, sob o pseudônimo de Aranha Minor.

Artur Mota soube da história em que Alcindo aparece no papel de fura-greve por “conservar-se (*a narrativa*) entre os que se dedicam ao trabalho na imprensa, transmitida por tradição oral às gerações posteriores”. O texto consta dos anais da Academia Brasileira de Letras. Mas mesmo numa fase em que o jornalismo passava por sua época romântica, onde profissionalismo e boêmia se confundiam, é de se estranhar que a corporação de um jornal homenageasse um foca fura-greve. A história revela o talento e a capacidade de trabalho de Alcindo Guanabara, atestado também pelo depoimento de Mario Hora no livro *48 anos de jornalismo* que Josué Montello reconta no seu livro *Anedotário geral da Academia Brasileira de Letras*:

“Ao tempo em que dirigia *A Imprensa*, Alcindo Guanabara realizava o prodígio de ditar a três redatores, simultaneamente, enquanto passeava de

um lado para o outro, um tópico, um comentário político e uma crônica elegante. Ao terminar o ditado, Alcindo saía para jantar. No seu regresso, entre uma e duas da manhã, escrevia o artigo de fundo do jornal, numa letra que era a tortura e o desespero dos tipógrafos. Uma noite, já ao clarear do dia, o revisor do jornal bate à porta do gabinete do diretor:

– Dr. Alcindo, dá licença?

– Entre, que há?

E o revisor, mostrando os originais do artigo de fundo:

– Não conseguimos entender estas palavras que estão num círculo.

Alcindo Guanabara ergueu a cabeça sonolenta. E pondo os óculos, estre-munhado:

– Deixe ver.

Daí a um momento, olhou o revisor, restituindo-lhe os originais:

– Também não consegui ler.

E numa ordem:

– Ponha aí palavras que dêem sentido ao texto e não me amole mais.

E voltou a cerrar os olhos, pernas estendidas para baixo da mesa, mãos cruzadas no peito, dominado pelo sono.”

Mas estamos nos adiantando no tempo. Antes de dirigir *A Imprensa*, Alcindo trabalhava, em 1886, para o jornal do José do Patrocínio e para a revista *A Vida Moderna*, dirigida por Artur Azevedo e Luís Murat, impressa no Laemmert, com colaboração de Xavier da Silveira Júnior, Moreira Sampaio, Luís Delfino, Araripe Júnior, Guilherme Belegarde, Guimarães Passos, Raul Pompéia, Alberto Torres, Rodrigo Octavio e outros. No ano seguinte, ele abandona jornal e revista ao aceitar o primeiro convite para dirigir um jornal.

Acosados pela campanha abolicionista que avança e se avoluma, em 1887 os fazendeiros escravistas agrupam homens de fortuna para fundar *Novidades*, jornal cujo único objetivo era apoiar o regime da escravidão e combater a abolição. Entre eles, o Barão de Cotegipe, Andrade Figueira, Francisco Belisário, Paulino de Sousa, Coelho Bastos e Alberto Bezamar. Para dirigi-lo, convidam

o jovem Alcindo Guanabara então com 22 anos. Artur Motta justifica o fato do jornalista aceitar o convite: “Em matéria de abolicionismo o jovem jornalista manifestava-se prudente e reservado. Ponderava conseqüências, aduzia argumentos baseados em ampla documentação, encarando os problemas econômicos e a situação da lavoura, se se visse privada repentinamente do trabalho dos escravos.”

Por melhores que fossem os argumentos de Alcindo para aderir à ideologia escravocrata, não conseguiu escapar da crítica dos amigos abolicionistas, embora para a parte literária do seu jornal tenha atraído nomes do quilate de Coelho Neto e Artur Azevedo. Também Cruz e Sousa escreveu para o *Novidades*, depois da abolição. Mas mesmo a libertação dos escravos, a 13 de maio de 1888, não abalou as convicções de Alcindo. Odylo Costa, filho, em testemunho dado em sessão da Academia que homenageava o jornalista, afirmou:

“Alcindo teve a coragem de escrever, no dia 13 de maio de 1888, um artigo dizendo que era o único jornalista, no Brasil, que tinha sido contra a Abolição. Ora, um homem que tem a coragem, no dia da confraternização nacional, no dia em que todo o Brasil pensava da mesma maneira, a não ser os fazendeiros ressentidos que iam depois passar para a República, de escrever e assinar ter sido o único jornalista contrário à Abolição, não pode ser considerado venal.”

Na década final do século XIX a imprensa do Rio de Janeiro viveu momentos de transformação e muita polêmica. Nelson Werneck Sodré registra que naquele tempo os jornais de maior circulação no Rio de Janeiro eram a *Gazeta da Tarde*, o *Correio da Tarde*, *O País*, a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Commercio*. O *Jornal do Brasil*, fundado por Rodolfo Dantas, dava os seus primeiros passos. Os dois últimos citados são os sobreviventes daquele grupo, sendo que a 1 de outubro deste ano, 2004, o *Jornal do Commercio* completará 177 anos de existência; hoje é o mais antigo jornal na América do Sul com circulação ininterrupta desde que fundado, em 1827, por Pierre Plancher. O *Diário de Pernambuco* que o

precede em dois anos, fundado em 1825, teve circulação interrompida e *El Mercurio* do Chile, também daquele ano, começou como semanário.

Alcindo Guanabara participou desse momento de intensa atividade política e jornalística. Após a Abolição, trabalhou no *Diário do Comércio* e, em 1889, distinguiu-se como um dos propagandistas da República, no *Correio do Povo*. Eleito para a Constituinte pelo estado do Rio de Janeiro, utilizou toda a capacidade de argumentação e índole combativa para defender suas idéias. E na Câmara, não estava a serviço de ninguém. Contrário à eleição do Marechal Deodoro, apoiou a derrotada candidatura de Prudente de Morais. Quando da dissolução do Congresso, com o golpe de estado de 1891, protestou veementemente contra Deodoro. Em 1891 e 92, colaborou no *Jornal do Commercio*, que também atacava Deodoro. Restabelecida a legalidade, permaneceu na Câmara até 1893, quando foi nomeado por Floriano Peixoto superintendente geral da imigração na Europa. Ao irromper a Revolta da Armada, Floriano o incumbiu da compra, na Europa, de torpedeiros para a esquadra brasileira.

Ao regressar ao Brasil, voltou à Câmara e rompeu com o governo de Prudente de Morais, militando na facção partidária chefiada por Francisco Glicério. Nesse tempo era também um dos redatores de *A República*. Com sua atitude de franca rebeldia ao governo de Prudente, e fidelidade aos princípios nacionalistas afirmados e seguidos por Floriano, tornou-se, aos olhos do governo, um jacobino, acusado de participar da conspiração que levou ao atentado de 5 de novembro. Esta história já foi contada no início da palestra.

Absolvido, de volta ao Rio de Janeiro Alcindo é convidado por Antônio Azeredo para dirigir *A Tribuna*, onde trabalhavam Eduardo Salomonde, Gastão Bousquet e Germano Hasslocher, como redatores, e três repórteres que teriam um grande futuro no jornalismo carioca: Leal de Sousa, Euricles de Matos e Irineu Marinho. O último, como se sabe, fundou *A Noite* em 1911 e, em 1925, *O Globo*. Irineu faleceu dezesseis dias depois de circular o primeiro número de *O Globo*, e seu filho mais velho, Roberto, então com 19 anos, entregou a direção a Euricles de Matos, até que, com mais experiência, pudesse assumir

o cargo, que exerceu até o fim da vida em novembro de 2003. Roberto Marinho foi eleito para esta Academia em 1993.

Quando dirigia *A Tribuna*, já nos seus 40 anos, Alcindo era reconhecido pela estampa austera e rígida. Artur Mota, no estudo apologético sobre ele, afirma:

“Alcindo era um jornalista completo. Como qualidades matrizes ostentava a do verdadeiro escritor, pela energia e fulgor do estilo, cuja maleabilidade o fazia amoldar-se aos temas em discussão, fosse qual fosse a natureza, nos de maior gravidade, como nos de menor importância. Políticos, na maioria das vezes, eram os assuntos que o chamavam à liça, para se bater com adversários da força de Laet, Patrocínio, Ferreira de Araújo e tantos mais. [...] Outros predicados de que dispunha em alta dose eram a ilustração, a calma, o bom senso e a tolerância. Guardava sempre atitudes compatíveis com o seu físico austero e a sua catadura sizuda, a infundir respeito pelo semblante hirsuto, cenho carrancudo e aspecto lúgubre que lhe atraía o apelido de Cipreste. A sua fisionomia severa dava-lhe a gravidade de um conselheiro, agravada pelo traje negro, quase sempre a sobrecasaca, e pelos óculos de míope.”

No *Anedotário geral da Academia Brasileira*, Josué Montello confirma este retrato de Alcindo:

“A barba cerrada, cobrindo parte do colarinho, que usou desde cedo, dava à sua fisionomia uma gravidade trágica, o que levou Ferreira de Araújo, diretor da *Gazeta de Notícias*, a dizer que, ao vê-lo de longe, na certeza de que alguma desgraça tinha acontecido ao confrade, se sentia tentado a ir a seu encontro, para manifestar-lhe, com expressão de pesar:

– Sinto muito da minha parte...”

Josué Montello continua:

“Medeiros e Albuquerque, que também usava barba, – no caso um elegante cavanhaque, que lhe emprestava ao semblante um ar o seu tanto me-

fistofélico —, sugeriu um dia a Alcindo Guanabara que raspasse a barba cerrada, deixando apenas o bigode.

— De modo algum! — protestou Alcindo.

E justificando-se:

— Estas barbas são mais da metade da minha carreira política...”

Em meados da década de 1890 as mudanças nos jornais não paravam. Ferreira de Araújo escreveu no dia 2 de agosto de 1895:

“A *Gazeta de Notícias* iniciou na imprensa do Rio, com o serviço de zincografia, os ‘bonecos’ como o público lhes chama, tendo ainda há pouco tempo como seu desenhista um professor da Academia de Belas Artes, Belmiro de Almeida, que lhe forneceu excelentes páginas; o zincógrafo é o Cardoso, por assim dizer um discípulo da *Gazeta*. Mais tarde, a *Gazeta* começa a publicar *portrait-charges*, de políticos e homens de letras, com a série de Caricaturas Instantâneas, de Lúcio de Mendonça, e com os bonecos de Julião Machado.”

No seu livro *A vida contraditória de Machado de Assis*, Elói Pontes pinta assim essa fase:

“A imprensa do tempo, redigida por homens de capacidade, jornalistas de vocação, ardorosos e intrépidos, tem prestígio extraordinário. Ferreira de Araújo, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Alcindo Guanabara, José do Patrocínio são dominadores sem contrastes. A cidade é favorável às demasias de quantos trabalham na imprensa. Os debates se faziam na Rua do Ouvidor, aqui, ali, acolá, nas portas das lojas, nas mesas dos cafés, nas confeitarias.”

De 1899 a 1902, época de Campos Sales, Alcindo tornou-se o grande jornalista da situação e lançou, após o quadriênio, o livro apologetico, mas muito bem fundamentado, *A Presidência de Campos Sales*. Fundou *A Nação*, com artigos de ideologia do programa socialista. Trabalhou em *O Dia* e publicou, sob o pseudônimo de Pangloss, ótimas páginas literárias. Colaborou em *A Universal*

em 1901 e 1902. Nomeado redator-chefe de *O País*, lá ficou até 1905. Fundou o já citado jornal *A Imprensa*, onde apoiou a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca à Presidência da República. Elegeu-se senador pelo Estado do Rio de Janeiro e, no Senado, atuou com brilho, ao apresentar projetos de interesse nacional.

Sobre essa fase Nelson Werneck Sodré comenta: “Duas grandes figuras dominam a imprensa da época: Alcindo Guanabara e Paulo Barreto; sob alguns aspectos, caracterizam-na mesmo. O primeiro, mais jornalista do que escritor; o segundo, mais escritor do que jornalista.”

A análise é perfeita. A obra de Alcindo publicada em livros não se destaca entre a de seus contemporâneos. Gustavo Barroso, um dos poucos que elogiou sua literatura, afirma: “quem ler sua conferência sobre a *Dor*, quem meditar suas formosas palavras acerca desse maior agente da marcha do mundo, concluirá que, no conferencista, se mostra claramente o estofado de um grande literato.”

Mas, em relação ao jornalista, Nelson Werneck Sodré, mesmo compartilhando com Alcindo a admiração por Floriano Peixoto, é um crítico severo:

“Alcindo Guanabara, da fase em que o movimento abolicionista se avolumou, dominando a imprensa, à fase final da guerra mundial, foi o jornalista político por excelência, ora usado pelos escravocratas para combater a onda abolicionista avassaladora, ora para defender as idéias republicanas; no início do século XX, atacando o governo e sofrendo por isso, depois, servindo ao governo com a fidelidade do escriba – e em todos esses lances trabalhando bem, escrevendo com clareza e com brilho; no fim, cético, desencantado consigo mesmo, apesar da notoriedade e das recompensas, vivendo o drama do homem inteligente que se conformou em servir à mediocridade; e terminando por figurar em episódio quase anedótico, que ficou inserido em sua vida como irreparável mácula, para os que o conhecem e repetem. Nada, em verdade, chegou para compensar a descaída do jornalista-servidor que foi – nem a glória acadêmica, nem a notoriedade entre os pares, nem as funções públicas eminentes que desempenhou. Esse homem incontestavelmente capaz, lúcido,

inteligente, consentiu sempre em apagar-se, em conformar-se, em submeter-se. Polemista seguro, como provou ser algumas vezes, no início de sua carreira principalmente, acabou aceitando traduzir apenas o pensamento alheio e limitou o seu prestígio e encontrou o seu público no restrito círculo dos que se interessavam pela pequena política. Tinha consciência do seu papel e sofria por isso, mas sem capacidade para libertar-se, refugiando-se em reserva, em silêncio e em isolamento.”

Sobre esta amargura de Alcindo e seu silêncio nos últimos tempos, Gilberto Amado legou-nos depoimento comovente, contendo conversa com o jornalista, depois que ambos deixaram a casa de Pinheiro Machado, levando instruções precisas do político sobre o que escrever. Conta Gilberto:

“Saí com o Alcindo, que me levou à Casa Carvalho e, diante de aperitivos, — eu ignorava até então que Alcindo dera para gostar de bebida — aquele obelisco de silêncio abriu-se comigo em confidências. Rasgou-se todo. Oh conversa! Grande parte dela não posso reproduzir. De uma franqueza estarrecedora. Impublicável. O amargor daquele grande espírito!”

Gilberto afirma ter ouvido de Alcindo a seguinte confissão:

“Vão fazer com você o que fizeram comigo. Sugar... tirar tudo de dentro de você... e manter você em situação sempre subalterna. Defenda-se. Reserve-se. Se não você se perde.”



Os depoimentos que acabo de citar fazem de Alcindo Guanabara o patrono dos editorialistas brasileiros.

Alcindo faleceu a 20 de agosto de 1918, aos 53 anos de idade. Era, então, senador da República e os jornais do Rio de Janeiro deram grande destaque à notícia do seu desaparecimento. Mas mesmo depois de morto o jornalista continuou provocando polêmicas e discussões. Seu sucessor foi D. Silvério

Gomes Pimenta, mas a sucessão do ilustre morto na Academia causou certa confusão, conforme o verbete sobre a eleição de D. Silvério publicado no livro *A Academia Brasileira de Letras, notas e documentos para a sua história, 1896-1940*, de Fernão Neves, hoje raridade bibliográfica.

No seu discurso de posse, D. Silvério fez o elogio de Alcindo e ressaltou nele as virtudes cristãs:

“Uma cousa tem particularmente excitado a curiosidade pública na minha investidura nesta cadeira. Estão aflitos por ver como se há de haver um Bispo tendo de homenagear um literato de talento superior, mas reputado totalmente profano e inteiramente indiferente ao ideal religioso. Folgo porém de declarar que essa dificuldade que despertava os curiosos me ocasionou verdadeiras consolações e contentamento, porque estudando a vida e escritos de meu antecessor me convenci de que Alcindo Guanabara não foi um ateu, desconhecedor, quando não desprezador, do Supremo Senhor do Universo, nem um desses espíritos que se dizem emancipados; foi sim um varão deveras crente, e na vida pública nunca procurou encobrir suas crenças religiosas, antes proclamava sua fé sem reboço, com acentos e vigor pouco comum em nossa atual sociedade. ‘Onde não existe a fé, não vibra a paixão pelas cousas superiores’, disse Alcindo Guanabara em solene discurso, ‘o que fica é o pântano do interesse espúrio, é um miserável declínio moral que macula os indivíduos, dissolve a sociedade e faz perecer a nação. Não podemos nos submergir, vivendo indiferentes e enervados, roídos pelo ceticismo sem fé religiosa... Daqui desta assembléia,’ continua ele, ‘levante-se reboando por todo o ângulo do país o clamor quotidiano de nossa religião: *Sursum corda!*’”

Quem recebeu D. Silvério foi Carlos de Laet, que não perdeu a oportunidade para tratar com cruel ironia o fundador da cadeira:

“Vosso imediato predecessor, Sr. D. Silvério, na cadeira que hoje vindes ocupar, foi bem feliz em vos ter antecedido. Com máxima solicitude, com aquele esmero que pondeis em todas as vossas obras de caridade, perulustrastes, cuidadoso, os escritos do notável jornalista e atraente orador que ele soube ser, e neles descobristes o *quantum satis* para, a todos os espíritos generosos – e entre eles requeiro um lugar –, levar a convicção de um cristianismo que passara talvez despercebido, mas que hora já não o está, depois que sobre ele projetastes o luminoso feixe da vossa crítica. Inquisidor benévolo, aí sublinhastes solenes profissões de fé clarões de esperança, suavíssimos arroubos de piedade. Vossos esforços em tal sentido eu os considero coroados de pleno êxito; e tanto me convenceram que de modo nenhum me sorririam, neste lugar e nesta ocasião, as penosas funções que nos processos de canonização cabem ao *advocatus diaboli* – funções aliás necessárias, e absolutamente não desairosas, como não são as dos órgãos do ministério público nos juízes criminais. Delas entretanto abro mão, Senhor D. Silvério, primeiro porque, como já disse, não há resistir à vossa demonstração; e, depois, porque altamente me sensibiliza o afeto com que estudais os homens, não investigando culpas para as acusar, mas esmerilhando bondades para abençoá-las.”

“Não investigando culpas para as acusar, mas esmerilhando bondades para abençoá-las.” Atentem bem para a maldade de Laet, pois, não satisfeito, ele prossegue:

“Fui contemporâneo e franco adversário do vosso antecessor; terríveis e sem tréguas os combates em que nos empenhamos; mas pronto me acho para, diante de seu túmulo, abater a minha espada e fazer-lhe continência, desde que, com vossa grande autoridade, nos dais a segurança de que ali, naquela sepultura entreaberta, repousa um pensador cristão.”

Infelizmente Laet não teve caridade cristã suficiente para, depois de fazer continência a um morto, deixar de citar aquele episódio quase anedótico, “inserido em sua vida como irreparável mácula, para os que o conhecem e o repetem”, nas palavras de Nelson Werneck Sodré.

O episódio é conhecido e passa de geração em geração, nas redações dos jornais, em forma tão resumida que nas últimas versões até o nome de Alcindo Guanabara é ignorado. Um diretor de jornal pede ao editorialista que escreva, para a edição da Sexta-feira da Paixão, um artigo sobre Jesus Cristo e o editorialista pergunta:

– A favor ou contra?

A história serve para fazer a caricatura deste sofrido profissional das redações, o editorialista, cuja pena – hoje o terminal de texto – deve servir sempre aos interesses do dono do jornal, isto é, ser escrito de acordo com “a ortografia da casa”, na expressão de Paulo Bittencourt, dono do *Correio da Manhã*.

Esta anedota já foi explicada várias vezes aqui na Academia, mas a versão maldosa permanece. Creio que o testemunho mais insuspeito a desfazer o equívoco é o de Américo Jacobina Lacombe, que afirmou em seu discurso de posse na cadeira fundada por Alcindo:

“Não é verdade que (Alcindo) tenha jamais perguntado se um artigo, que lhe era pedido, deveria ser contra ou a favor de Jesus Cristo. A versão exata do episódio que deu origem a essa anedota distorcida pelo espírito carioca, ouvi-a de Tobias Monteiro, a esse tempo redator chefe do *Jornal do Commercio*. Dela já deu testemunho neste mesmo recinto há cerca de dez anos, Elmano Cardim ao comemorar, com o bom gosto e a autoridade do costume, quando do centenário do versátil, mas não corrupto jornalista. Aproximava-se a Semana Santa e estava ausente do país o diretor da folha, José Carlos Rodrigues. Costumava este publicar regularmente na Sexta-feira da Paixão, na primeira página, um longo artigo ‘análogo à comemoração’ como então se dizia. Entre os redatores, a começar por Tobias, ateu impenitente, nenhum ousaria tocar o assunto sagrado. Foi lembrado então

o auxílio de um estranho que permitisse manter a tradição estabelecida pelo diretor. Convidado, Alcindo Guanabara aceitou. A pergunta feita ironicamente a Tobias Monteiro, dias após, foi simplesmente se o artigo podia ser escrito do ponto de vista católico, já que Rodrigues era tido como protestante, posto que jamais ingressasse em nenhuma igreja acatólica, e costumava revestir os seus artigos do som bíblico e untuoso dos autores americanos em que se especializara.”

Talentoso e contraditório, a exemplo de todo o jornalista que se destaca e influi nos acontecimentos do país, Alcindo Guanabara deixou um exemplo de profissional exemplar. Infelizmente para ele, a época conturbada em que viveu levou-o para caminhos em que sua capacidade profissional defendeu idéias com as quais nem sempre concordava. Problemas da profissão tão difícil de ser exercida nos últimos anos do Império e nos primeiros da República, quando os interesses políticos e econômicos norteavam a orientação dos jornais. Hoje a situação não é muito diferente – mas o jornalismo continua a exigir, como naquele tempo, além de talento, capacidade e persistência, princípios éticos que D. Silvério Gomes Pimenta vislumbrou, mas Carlos de Laet não encontrou na trajetória de Alcindo Guanabara.



Joaquim Nabuco em 1902, quando ministro plenipotenciário em Londres.  
Fotografia (20,5 x 15) reproduzida em *Iconografia de Joaquim Nabuco*, da  
Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Editora Massangana, 1995.

# Nabuco, acadêmico e diplomata

AFONSO ARINOS, FILHO

O fato de integrar a Academia Brasileira de Letras sempre representou uma distinção para os seus membros. Mas, conforme reconheceu Joaquim Nabuco, ao discursar traçando as intenções e os objetivos da entidade na sessão inaugural, a 20 de julho de 1897, os fundadores foram escolhidos sobretudo pelo privilégio da amizade, em que pese o valor indiscutível de alguns dentre eles. “Nós, os primeiros – afirmava o secretário-geral perpétuo e orador –, seremos os únicos acadêmicos que não tiveram mérito em sê-lo, quase todos entramos por indicação singular, poucos foram eleitos pela Academia ainda incompleta. E, nessas escolhas, cada um de nós como que teve em vista corrigir a sua elevação isolada, completar a distinção que recebera; só d’ora em diante, depois que a Academia existir, depois de termos uma regra, tradições, emulação, e em torno de nós o interesse, a fiscalização da opinião, a consagração do sucesso, é que a escolha poderá parecer um plebiscito literário. Nós, de fato, constituímos apenas um primeiro eleitorado.”

Conferência proferida na ABL, em 23/03/2004, durante o ciclo *Origens da Academia.*

A referência aos “poucos [...] eleitos pela Academia ainda incompleta” resulta, como é sabido, do fato que os fundadores originais eram trinta, mas eles optaram por adotar o modelo da Academia Francesa, com os seus quarenta membros. E Nabuco assinalava. “O número de quarenta era quase forçado, por que não dizê-lo? Tinha a medida do prestígio, esse quê simbólico das grandes tradições [...]: as proporções justas de qualquer criação humana são sempre as que foram consagradas pelo sucesso. Não tomamos à França todo o sistema decimal? Podíamos bem tomar-lhe o metro acadêmico.”

Por esse motivo, o último remanescente dentre os primeiros acadêmicos, Carlos Magalhães de Azeredo, com quem convivi em Roma nos anos cinqüenta, quando o chamei fundador da Academia, corrigiu-me: “Fundador fundado”. E explicou por quê.

Assim, tanta honra trouxe a Academia a Joaquim Nabuco quanto este a ela. Pois o arauto da liberdade, o apóstolo da Abolição, o historiador imperial, o defensor incansável dos interesses nacionais no exterior quando o governo republicano exigiu o seu concurso de monarquista convicto, devotou, até o fim (embora quase sempre afastado do Brasil em missões diplomáticas), interesse ativo e constante pela Academia Brasileira. Nabuco compôs, com Rio Branco e Rui Barbosa – ambos também acadêmicos –, a tríade simbólica das virtudes pátrias na fase de transição entre o Império e a República, porém sua glória imperecível estará sempre na coragem moral com que soube superpor, aos interesses de classe e da família, a solidariedade concreta, atuante e vigorosa com os oprimidos, humilhados e ofendidos.

Mas, naqueles tempos inaugurais de incertezas, de dificuldades financeiras e logísticas, Nabuco estava longe de prever que o destino da Academia Brasileira de Letras fosse um porto seguro. Para ele, “a homens de letras que se prestam a formar uma academia não se pode pedir fé; só se deve esperar deles a boa-fé. A questão é se ela bastará para garantir a estabilidade de uma companhia exposta, como esta, a tantas causas de desânimo, de dispersão e de indiferentismo. Se a Academia florescer, os críticos deste fim de século terão razão em ver nisso um milagre”.

Em conseqüência, julgava que o empenho para assegurar a continuidade da “cultura da língua e da literatura nacional”, obrigação primordial constante do artigo I<sup>o</sup> dos nossos Estatutos, deveria prevalecer sobre o personalismo dos acadêmicos. A meta da entidade recém-criada seria, primordialmente, educativa. Assim, “a uma Academia importa mais elevar o culto das letras, o valor do esforço, do que realçar o talento e a obra do escritor. Decerto, deixamos ao talento a liberdade de se apagar. Alguém fez uma bela obra? Admiremos a obra e deixemos o autor viver como toda gente; não o forcemos, querendo que se exceda a si mesmo, a refazer-se uma e mais vezes, a viver da sua reputação, diminuindo-a sempre. Não o condenemos à série, deixemo-lo desaparecer na fileira, depois de ter feito uma brilhante ação como soldado. A altivez do talento pode consistir nisso mesmo, em não diminuir. É a primeira liberdade do artista, deixar de produzir; não, porém, renunciar a produzir; repelir a inspiração, abdicar o talento, deixar a imaginação atrofiar-se. Isso é desinteressar-se das suas próprias criações anteriores, as quais só podem viver por essa cultura literária, que perdeu para ele toda a primazia. Não há, em nosso grêmio, omissão irreparável; a morte encarrega-se de abrir nossa porta com intervalos mais curtos do que o gênio ou o talento toma para produzir qualquer obra de valor.”

Para Joaquim Nabuco, sendo os acadêmicos livres de prosseguir ou suspender sua produção literária, muito mais o seriam, naturalmente, no tocante a uma pretensa unanimidade de opiniões, ou de estilo acadêmico. Eles poderiam, até, mostrar-se unidos, mas necessariamente diversos. E a força da Academia se expressaria nesta aglutinação sem unidade, na união com diversidade. “Já tivemos a Academia dos Felizes; não seremos a dos Incompatíveis, mas na maior parte das coisas não nos entenderemos. Eu confio que sentiremos todo o prazer de concordarmos em discordar; essa desinteligência essencial é a condição da nossa utilidade, o que nos preservará da uniformidade acadêmica.” Ele se apressa, contudo, em qualificar e circunscrever os limites de tais divergências: “Para não podermos fazer nenhum mal, basta isso; para fazermos algum bem, é preciso que tenhamos algum objetivo comum.

Não haverá nada comum entre nós? Há uma coisa: é a nossa própria evolução; partimos de pontos opostos para pontos opostos [...]. A utilidade desta companhia será, a meu ver, tanto maior quanto for um resultado da aproximação, ou melhor, do encontro, em direção oposta, desses ideais contrários, a trégua de prevenções recíprocas em nome de uma admiração comum, e até, é preciso esperá-lo, de apreço mútuo. Porque [...] qual é o princípio vital literário que precisamos criar por meio desta Academia [...]? É a responsabilidade do escritor, a consciência dos seus deveres para com a sua inteligência, o dever superior da perfeição, o desprezo da reputação pela obra.”

Condição primordial para a concretização desses ideais seria, segundo Nabuco, a independência política. Não alheamento da política, entendida como inserção do acadêmico na vida da *polis* nacional, mas como meta das atividades da Academia. Nesta, dizia ele, “estamos certos de não encontrar a política. Eu sei bem que a política, ou, tomando-a em sua forma a mais pura, o espírito público, é inseparável de todas as grandes obras [...]. A política, isto é, o sentimento do perigo e da glória, da grandeza ou da queda do país, é uma fonte de inspiração de que se ressentem, em cada povo, a literatura toda de uma época, mas, para a política pertencer à literatura e entrar na Academia, é preciso que ela não seja o seu próprio objeto; que desapareça na criação que produziu [...]. Só assim não seríamos um parlamento.”

“A formação da Academia de Letras – concluiu o grande brasileiro – é a afirmação de que, literária como politicamente, somos uma nação que tem o seu destino, seu caráter distinto, e só pode ser dirigida por si mesma, desenvolvendo sua originalidade com os seus recursos próprios, só querendo, só aspirando à glória que possa vir de seu gênio.”

A preocupação constante de Joaquim Nabuco pelo presente e o futuro da Academia evidencia-se, claramente, na correspondência com Machado de Assis e outros acadêmicos, estivesse ele no Brasil ou no exterior, em missões diplomáticas que o levaram à Inglaterra, Itália e Estados Unidos. E, renovando-se as academias tanto em vida como através das mortes, era permanente o interesse que demonstrava pela sucessão dos companheiros desaparecidos. Via-se, neste caso,

o secretário-geral freqüentemente sugestionado, ou mesmo orientado, por seu amigo e mestre literário, o presidente da casa.

Assim, ainda do Rio de Janeiro, Nabuco escreveu a Machado em fevereiro de 1899. Nessa carta, já se patenteiam a formação de facções e as manobras eleitorais, inevitáveis em todos os agrupamentos humanos, marcados pelas imperfeições do criado. “Agora queira dizer-me como se vai formando em seu espírito a sucessão do Taunay na Academia... O Loreto disse-me anteontem que na *Revista*, aonde não vou há muito tempo, falava-se em Arinos e Assis Brasil. Eu disse-lhe que minha idéia era o Constâncio Alves. O Taunay era um dos nossos, e se o substituimos por algum ausente, como qualquer daqueles, teríamos dado um golpe no pequeno grupo que se reúne e faz de Academia. Depois, ficaríamos sem recepção. O Arinos talvez viesse fazer o elogio... Eu, pela minha parte, que entre os dois votaria nele, porque o elogio do Taunay pelo Assis Brasil [...] podia ser uma peça forçada; confesso-lhe que não vejo como o Constâncio; mas se V. não pensa que o Constâncio tem a melodia interior, a nota rara, que eu lhe descubro, submeto-me ao mestre. Com o voto do Dória, que me prometeu, e o meu, o Constâncio já tem dois. Se V. viesse, era o triângulo, e poderíamos até falsificar a eleição. Sério!”

No mesmo ano, entretanto, dar-se-ia uma guinada decisiva na vida de Joaquim Nabuco. Ele já recusara a Legação em Londres, que o Governo Provisório lhe havia oferecido tão logo proclamada a República. Sob a presidência de Prudente de Moraes, outra oportunidade não mereceu, de sua parte, melhor acolhida. Em 1899, contudo, o Brasil se aprestava a colocar sob arbitramento a pendência de limites com a Guiana Britânica. O Barão do Rio Branco tratava, então, do litígio com a França sobre a questão do Oiapoque como fronteira com a Guiana Francesa, cujo arbitramento fora entregue ao Conselho Federal Suíço. Ele conduziria a incumbência a bom termo em 1º de dezembro de 1900, como já vencera a disputa do território de Palmas com a Argentina, arbitrada pelo então presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, em 6 de fevereiro de 1895. O Presidente Campos Sales convidou Nabuco para defender os interesses nacionais, e o monarquista histórico acedeu enfim, a 5 de

março, em carta ao chanceler Olinto de Magalhães, após haver sugerido, entre outras alternativas, o nome de Rio Branco. “Mas, dada a grande importância que reconheço ter a nova sentença que vamos disputar, e sendo legítima a solicitude de V. Exa., de amparar, do modo que lhe pareça mais seguro, a sorte dos territórios amazônicos em litígio, uma vez que, ouvidas todas as minhas reflexões, V. Exa. continua considerando necessária minha colaboração, eu não posso menos que submeter-me. Para não fazê-lo *prima facie*, eu só poderia valer-me das minhas conhecidas idéias monárquicas. Tratando-se, sem embargo, de uma questão de caráter puramente nacional, como é a reivindicação de território brasileiro contra pretensões estrangeiras, seria até faltar à tradição do passado que há anos procuro recolher e cultivar, que eu invocasse uma dissidência política, sobre a qual o próprio governo republicano teve o nobre desprendimento de elevar-se. Nessas condições, sr. ministro, não me resta senão pôr-me inteiramente às ordens de V. Exa., agradecendo-lhe, assim como ao presidente da República, a confiança que demonstra na minha lealdade para com o país.”

Havia, porém, uma condição. Joaquim Nabuco fora nomeado para cuidar do litígio sobre limites, ficando a Legação em Londres entregue ao ministro plenipotenciário Artur de Sousa Correia, com quem a Inglaterra ainda tentava um acordo direto. Assim, o monarquista por tradição defenderia uma causa nacional, mas sem colocar-se a serviço permanente da República. Mas ele já constatava, por outro lado, as dificuldades de que duas cabeças cuidassem da mesma questão, quando Correia, seu amigo íntimo, faleceu em março de 1900. Nabuco tentou, ainda, a solução complicada de ser acreditado como plenipotenciário em Missão Especial, e a Legação entregue a um encarregado de Negócios, ficando ambas, virtualmente, sob sua direção. Em dezembro, contudo, pressionado pelo Governo e consciente da situação esdrúxula em que se encontrava o posto a ele confiado, aceitou a chefia efetiva da Legação. E foi o último ministro a entregar credenciais à rainha Vitória, idosa e enferma.

Até então, Nabuco viajara pela Europa, e trabalhava onde melhor lhe aprofvesse. Assim, escreveu a Machado de Paris, em dezembro de 1899, sem-

pre manifestando interesse por esta Casa, ao perguntar pela “nossa Academia” e a “nossa *Revista*”. E repreendeu o amigo: “V. não aparece em nenhuma, mas eu se fosse ministro (não há nenhuma irreverência nisto) mandava-o ir a ambas, na expressão legal, debaixo de vara... do pálio.” Acrescentou ainda haver-lhe Magalhães de Azeredo escrito “propondo um modo original de termos casa para a Academia, que era contribuir os acadêmicos com uma mensalidade para o aluguel. Respondi-lhe que V. advogava de preferência o *jeton de présence*, que seguramente é menos *bourgeois* que o recibo do tesoureiro, e que nos pressupõe uma instituição de Estado.”

Seis meses depois, a carta do secretário-geral ao presidente da Academia seria bem mais severa. Ao escrever de Pouges, em junho de 1900, Nabuco exortava Machado: “Não deixe morrer a Academia. V. hoje tem obrigação de reuni-la e tem meios para isso, ninguém resiste a um pedido seu. Será preciso que morra mais algum acadêmico para haver outra sessão? Que papel representamos nós então? Foi para isso, para morrermos, que o Lúcio e V. nos convidaram? Não, meu caro, reunamo-nos (não conte por ora comigo, esperemos pelo telefone sem fios) para conjurar o agoiro, é muito melhor. Trabalhemos todos vivos.”

A 8 de dezembro de 1900, o Presidente Campos Sales sancionara a Lei nº 726, de iniciativa do deputado baiano Eduardo Ramos, autorizando o governo a instalar, de forma permanente, a Academia Brasileira de Letras, “para cultura e desenvolvimento da literatura nacional”. Assim, Nabuco, já instalado em Londres, podia escrever a Machado em 28 de janeiro de 1901: “Dê-me notícias da nossa Academia. Felicito-o por ter conseguido a casa. V. lembre-se da minha proposta que as 40 cadeiras tivessem insculpidos os nomes dos primeiros acadêmicos, que foram todos póstumos. Os chins enobrecem os antepassados, nós fizemos mais, porque os criamos...”

A Academia realizou uma sessão solene no dia 2 de junho, quando da inauguração da herma de Gonçalves Dias no Passeio Público. Naquele ensejo, Medeiros e Albuquerque referiu-se à Secretaria Geral, que assumira em lugar de Joaquim Nabuco, de cuja permanência em Londres não se podia prever o

fim. “A substituição interina do nosso ilustre secretário-geral pôs-me na contingência de ocupar a atenção desta assembléia, lendo o relatório do movimento da Academia. Nunca a substituição me foi mais penosa. Não porque me doa o amor-próprio ferido, sentindo que todos hão de estar a evocar a bela figura eloqüente de Joaquim Nabuco e a fazer uma comparação, que só pode ser esmagadora. O amor-próprio desaparece neste momento. O que há apenas é, ao contrário, que eu reclamo para mim ser, nesta assembléia, quem mais sente a desproporção entre o substituído e o substituto, e, por um desdobramento cerebral, enquanto profiro estas palavras mal alinhadas, lembro o que seria aqui a voz eloqüente do dominador das multidões, que tanto soube outrora arrastar um povo inteiro à conquista da redenção para uma raça oprimida, como saberia, hoje, tornar-se persuasiva para nos falar da arte e do belo.”

Em novembro do mesmo ano, Joaquim Nabuco escreve a Machado de Assis defendendo o voto dos ausentes, ainda polêmico, e se precata contra possíveis fraudes: “Como vai a nossa Academia? Eu realmente penso que aos ausentes devia ser dado o direito de voto. Era mais honroso para os eleitos reunir o maior número possível de votos. VV. estatuiriam o modo de enviar a nossa chapa, ou de poder alguém da Academia votar pelos ausentes. Não haveria perigo de ata falsa nem de fósforos. O procurador ao votar, por exemplo, por mim, declararia que eu lhe escrevera (mostrando o documento) para votar por mim, nessa eleição, no candidato F. Talvez o voto dos ausentes devesse ser aberto e declarado. Quem são os candidatos às duas cadeiras?”

Uma semana depois, ele volta a interpelar Machado: “O Arinos escreveu-me que é candidato, e que os ausentes votam. Desde quando? Como? Quem são os seus candidatos? Muitas lembranças a todos que em nossas letras se acolhem do seu lado e professam o lema: ‘Um só rebanho, um só pastor’.”

No mês seguinte, nova carta ao presidente, consequência da anterior: “Aí vai o meu voto. Dou-o ao Afonso Arinos por diversos motivos, sendo um deles ser a voga do Eduardo Prado. (*Arinos era casado com Antonieta, sobrinha de Eduardo Prado, filha do Conselheiro Antônio Prado e irmã de Paulo Prado.*) Para a cadeira do

Francisco de Castro, eu votaria com prazer no Assis Brasil. Por que não se reuniram as eleições num só dia?”

Na mesma data, Nabuco informaria Rodrigo Octavio: “Recebi a circular e respondo mandando ao Machado a minha cédula. Infelizmente não podemos acompanhar o movimento e a cabala literária, que é a parte mais interessante das eleições acadêmicas. O nosso voto vai como que petrificado, e não pode acompanhar as flutuações do escrutínio. [...] Para a vaga de Eduardo Prado, eu não podia votar senão no Arinos, que nos dará dele um belo retrato, de que precisamos muito.”

Em seguida, expõe opinião, que foi sempre a sua, favorável a que, tal como a Francesa, a Academia Brasileira não se destinasse apenas a escritores, mas também abrigasse expoentes de outros quadrantes da vida nacional: “V. sabe que eu penso dever a Academia ter uma esfera mais lata do que a literatura exclusivamente literária, para ter maior influência. Nós precisamos de um certo número de *grands seigneurs* de todos os partidos. Não devem ser muitos, mas alguns devemos ter, mesmo porque isso populariza as letras.”

A carta seguinte, de janeiro de 1902, responde a sugestão feita por Machado de que Nabuco recebesse Afonso Arinos na Academia, missão que caberia, afinal, a Olavo Bilac, amigo fraterno do escritor mineiro: “Estou às suas ordens para escrever a resposta ao discurso do Arinos, com algumas condições, porém. A primeira é que V. me dará tempo. A segunda que o Arinos me mandará o que o Eduardo escreveu; tenho tudo isso nos meus papéis e caixões, mas fora de mão. [...] A terceira é que o discurso do Arinos me seja remetido. Isso é óbvio, mas que depois dele corra o meu prazo, pelo menos de três meses. Aceitando V. e ele tudo isso, está tomado o compromisso. Para mim, trabalhos desses são uma distração necessária dos meus estudos da questão. No caso de ser o Assis Brasil candidato agora na vaga do Francisco de Castro, vote por mim nele. Esta é a minha cédula. Se for preciso, corte o nome acima, que vai por minha mão, e meta o retalho no envelope.” E não esconde a nostalgia da ausência: “Quanta saudade me faz tudo isso! Não tenho outro desejo senão acabar o mais cedo possível a minha tarefa e recolher-me à Academia.”

Havia quase quatro anos que Nabuco se ocupava e preocupava-se com a delicada questão de fronteiras cuja defesa lhe fora confiada. Assim, a carta que dirigiu a Machado, de Pau, em fevereiro de 1903, cuida sobretudo das memórias que ia construindo, monumentos de erudição histórica, geográfica e cartográfica, de embasamento jurídico, solidez documental e lógica expositiva. “Proximamente os exemplares da minha primeira *Memória* serão expedidos para o Ministério do Exterior. Irão primeiro os exemplares em francês, e mais tarde os exemplares em português. Desejo que V. tenha um destes; a coleção dos documentos, cinco volumes, segue com os exemplares da *Memória* em francês [...]. Além disso, há um atlas. São, ao todo, oito volumes, formando, porém, duplicata, por causa da tradução. Veja se o Rio Branco o inscreve na lista para a *Memória* em português, da qual lhe mandarei 200 exemplares. [...] Eu mesmo ainda não escrevi ao Rio Branco sobre essas remessas, de maneira que lhe dou a primeira notícia. Sei que V. gosta delas. Inscreva-se, portanto, para a *Memória* em português. Deixe a *Memória* em francês e os documentos ser distribuídos à vontade da Chancelaria.” E, referindo-se ao barão, manifesta apreço pelo grande ministro, ao admirar-lhe a atuação. “Suponho que V. está em excelentes relações com o nosso homem. As notícias do Acre estão chegando boas, e vejo que ele, além de chanceler, se fez comandante-em-chefe.”

Em agosto, de Challes, Nabuco voltaria ao assunto, embora “muito cansado. Desta vez, em 6 meses darei 6 vols. para juntar aos 8 da primeira *Memória*. Fico, assim, em 14. Em dezembro darei mais 2, 16. É um *record*, uma biblioteca de *in folio* em um ano. A *Memória* já está aí na Secretaria. Os meus amigos e os que se interessam pelo assunto devem recorrer ao Rio Branco”.

Mas não olvidava a Academia, encontrando tempo para interessar-se pelas eleições que nela transcorriam. “Meu voto é pelo Jaceguai, caso ele se tenha apresentado. Se o Quintino se apresentar, será do Quintino, pela razão que dou na carta inclusa quanto aos da velha geração. Não creio que o Jaceguai se apresente contra o Quintino. Nesse caso V. explicaria a este o meu compromisso; a minha idéia sobre a representação da Marinha, que mesmo a ele não deve ceder o passo; a minha animação ao Mota (*Artur Silveira da Mota, Barão de*

Jaceguai) dizendo-lhe que, desde a fundação, eu pensei que homens como ele, Lafayette, Ferreira Viana, Ramiz Galvão, Capistrano e os outros que V. sabe deviam ser dos que têm a honra de ser presididos por Machado de Assis. [...] No caso de não haver candidatura Quintino, nem Jaceguai, o meu voto será pelo Euclides da Cunha, a quem peço que então V. faça chegar a carta inclusa. Se o Jaceguai nos freqüenta ainda, mostre-lhe o que digo dele nessa carta ao Euclides.”

Enquanto isso, disputava-se a questão do Pirara, para definir os limites entre o Brasil e a então Guiana Britânica. Em sua memória sobre *O direito do Brasil*, Joaquim Nabuco demonstrou claramente a posse e o domínio brasileiros sobre os rios Amazonas, Negro e Branco. A área em litígio era parte da bacia do rio Branco. O Tratado de Arbitramento, firmado entre o Brasil e a Inglaterra a 6 de novembro de 1901, a delimitara. Nesta zona, o Rupununi, principal afluente do Essequibo, hoje corre por inteiro em território da Guiana, embora os primeiros exploradores ingleses não o atravessassem sem autorização portuguesa. O Tacutu define, agora, a fronteira do Brasil com a Guiana. O rio Branco nasce da sua confluência com o Uraricoera, e vem a constituir, com o Negro e o Amazonas, nosso principal sistema fluvial. Um dos seus tributários traz ao Tacutu as águas do rio Pirara, chave do vale do Amazonas, e única via de comunicação entre as bacias amazônica e do Essequibo.

No Congresso de Utrecht, em 1713-14, o representante britânico, *lord* Bolingbroke, já dizia, a propósito do Amazonas, que “nem os franceses, nem os ingleses, nem qualquer outra nação (exceto Portugal e Espanha) deve ter uma entrada aberta para esse país”. A ocupação do grande rio pelos portugueses se estendera, desde o século XVII, para além da confluência do rio Negro, de que o Branco é afluente. A posse dos três cursos d’água por parte de Portugal, e, depois, do Brasil, nunca fora disputada até 1838, quando o explorador Schomburgk, alemão naturalizado inglês, viajou para a região, enviado pela Royal Geographical Society. Em suas primeiras memórias, ele chegara a reconhecer os limites reivindicados pelo Brasil, ao referir-se ao Rupununi como “linha de fronteira da Guiana Britânica”. Assim, Nabuco podia afirmar, na



A Legação Brasileira em Londres, em março de 1901, vendo-se da esquerda para a direita: Graça Aranha, Silvino Gurgel do Amaral, Joaquim Nabuco, Domício da Gama e Oliveira Lima. Fotografia (23,4 x 28,3) reproduzida em *Iconografia de Joaquim Nabuco*, da Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Editora Massangana, 1995.

memória final entregue, em Roma, a 25 de fevereiro de 1904: “O Brasil sustenta que a Inglaterra não tem nenhum direito de atravessar o Rupununi e estabelecer-se na bacia do Amazonas.”

O fatal equívoco brasileiro foi ter aceito, como árbitro, o rei da Itália. Pois, se a argumentação histórica e jurídica de Joaquim Nabuco não podia ser contestada, outras, bem diversas, eram as motivações do monarca, baseadas em interesses a barganhar com a Inglaterra na África e no Mediterrâneo. Incorreto de caráter, Vítor Manuel III – que se dobraria pusilânime, por duas décadas, a

todas as exigências, vontades e caprichos do ditador Benito Mussolini, para atraí-lo tão logo o viu decaído do poder de outrora – não hesitou em exorbitar das atribuições a ele conferidas pelo Tratado de Arbitramento, que o levariam a resolver juridicamente a pendência. Declarando-se impossibilitado de fazê-lo, dividiu o território entre os estados litigantes, quando a própria Inglaterra já havia oferecido ao Brasil, que a declinara por injusta, solução mais favorável para nós.

De fato, um alto funcionário do Foreign Office apresentou a Nabuco, verbalmente, em agosto de 1900, uma linha divisória que não atribuía a qualquer dos contendores supremacia sobre o rio Pirara, o qual passaria a servir de fronteira. Fronteira esta quase toda fluvial, terminando no Rupununi. Mas Joaquim Nabuco, cômico dos nossos direitos sobre toda a extensão do território contestado, descartou a proposta, que nos deixava com 22.930 quilômetros quadrados, restando à Inglaterra 10.270. Porém, como o Brasil a rejeitara, a Inglaterra retirou-a, sem apresentá-la oficialmente. E Nabuco, com escrúpulo talvez excessivo, não a levou ao conhecimento do árbitro. O rei acabou por conferir 13.570 quilômetros quadrados ao Brasil, e 19.630 aos britânicos. Em benefício destes últimos sobretudo, conforme palavras do representante brasileiro à esposa, Vítor Manuel abriu “o rombo através do qual a Inglaterra penetrou na bacia do Amazonas, depois de ter impedido a França de fazê-lo”.

O diplomata e acadêmico Carlos Magalhães de Azeredo servia, então, em Roma, na Legação junto ao Vaticano, e seguia os trâmites da questão, embora sem dela participar. Eis o testemunho que deixou em seu *Diário*, ainda inédito, quando se conheceu o laudo arbitral, datado de 6 de junho de 1904: “Foi dada esta manhã a sentença, e é-nos contrária. Quero dizer, recebemos do território contestado, não só muito menos do que pedimos, mas um pouco menos até do que a própria Inglaterra nos oferecia confidencialmente para trancar a questão; ora, todos sabem que a Inglaterra não costuma oferecer senão aquilo que sabe muito bem não ser seu... Quanto à sentença em si própria, dizem os meus amigos da Missão que é um monstro jurídico, contraditório, e não arbitral mas arbitrária, e que, se o tratado feito com a Inglaterra não nos obrigasse a acei-

tá-la incondicionalmente, poderíamos protestar, e impugnar-lhe os fundamentos. Eles conhecem a questão, estudaram-na cinco anos, e entre nós, brasileiros, não têm por que dissimular a verdade; se, de fato, a razão não estivesse da nossa parte, longe de ser uma agravante isso para a nossa contrariedade, seria um consolo. Eu conheço o assunto apenas vagamente, mas não é preciso ser forte nele para reconhecer que o laudo de Vítor Manuel III está longe de ser uma produção brilhante; em resumo, ele declara que depois de ler as memórias e os documentos apresentados por ambas as partes (uns 25 volumes!) continua a ignorar a quem aquele território pertence; e que, não podendo dividi-lo ao meio (!), adota uma linha geográfica que lhe parece a mais eqüitativa e natural para resolver a questão. Verdadeiramente, parece que o jovem monarca, ao menos por vaidade, poderia mostrar um pouco mais de talento. Se ele não sabia a quem pertencia o território, devia, antes de pronunciar o seu extravagante laudo, chamar a Inglaterra e o Brasil para ver se obtinha um acordo. Pedia-se-lhe uma sentença jurídica, não uma sentença de Salomão; ele excedeu as suas atribuições. Além disso, pela primeira vez é invocado, em um laudo arbitral, um argumento extremamente perigoso, sobretudo para os países fracos; e é que a intenção de exercer a soberania não basta para contar a mesma soberania como incontestável, mas que é preciso a ocupação efetiva do território; [...] a verdade é, porém, que as nações fortes não provam essas cousas por argumentos jurídicos mas pela autoridade das armas; de modo que só às débeis a inovação pode fazer mal. Que a sentença do rei seja especialmente política, isto é, que se tenha inspirado em motivos de interesse inteiramente estranhos aos elementos históricos e jurídicos da questão, não posso pô-lo em dúvida. Vítor Manuel III é árbitro, também, em outra questão semelhante, entre a Inglaterra e Portugal; dizem que, desejando ele favorecer o rei Dom Carlos, que é seu primo-irmão, e não podendo declarar-se duas vezes contra a Inglaterra, favoreceu-a agora, sacrificando o Brasil. Será assim? Não sei. Mas, seja como for, o laudo é sinceramente considerado injusto por pessoas esclarecidas, que estudaram cabalmente o assunto. [...] Essa consequência de desmoralizar o princípio em si é o que mais me preocupa diante do laudo do rei; a decisão deste tem, no mais,

uma importância secundária. Perder uma questão desta ordem não representa para um governo desastre nenhum, derrota nenhuma; quando se recorre ao arbitramento, admite-se a dúvida sobre os próprios direitos, e deve-se admitir, portanto, a possibilidade de os ver anulados; de resto, o Brasil é grande demais para sentir, agora, a perda de uns tantos mil quilômetros quadrados completamente desertos, e parece que a situação garantida pelo laudo aos ingleses não oferece estrategicamente perigo algum para nós; não será pelas cascatas do Tacutu que eles penetrarão no Amazonas...” Azeredo prosseguiu, pouco depois: “Chegam continuamente telegramas do Brasil para Nabuco; o povo brasileiro tem-se portado admiravelmente nessa ocasião [...]. Não só o Governo, mas o Congresso, a imprensa inteira, inúmeras corporações de toda a espécie, enfim, todos os órgãos da opinião pública porfiam em louvar e exaltar o nosso eminente compatriota. O povo brasileiro foi sempre magnânimo, e, portanto, era natural que, mais cedo ou mais tarde, reconhecesse os serviços extraordinários do Nabuco, independentes do seu resultado [...]. O Nabuco se comove com todas essas manifestações de afeto, mas está sempre triste, e eu entendo isso. Afinal, como quer que seja, não é o triunfo que ele esperava, e a que se sentia com direito. O seu trabalho de cinco anos foi hercúleo, e ele não pode reconhecer, sem pesar, que foi inútil, acrescentando a melancolia humana e filosófica de ver que, com ele, a causa da razão foi vencida. Na sua idade (*Joaquim Nabuco tinha, então, 54 anos*), essa Missão Especial é, talvez (Deus queira que não), o último grande ato da vida pública, que conheceu tantas vitórias, e não representa uma vitória... Eu, de resto, nas minhas conversas de todos os dias com ele, tenho combatido energicamente essa impressão dolorosa, mostrando-lhe que ela é, como de fato eu a considero, fruto da preponderância exagerada e usurpadora do momento atual, no seu espírito, sobre o conjunto harmônico da sua vida. Esta questão de limites é transitória e secundária, mesmo na história pessoal do Nabuco; ele é e será sempre, na alma e na memória da pátria, o apóstolo triunfante do abolicionismo; essa é a sua grandeza imortal, que ninguém lhe pode tirar, essa é a soberania moral que faz dele, não só um dos mais gloriosos filhos do Brasil, mas um dos mais belos e puros tipos da humanidade no século XIX.”

Da Academia, não podia faltar, nem demorou, vinda em junho, a palavra confortadora de Machado de Assis: “Aqui esperávamos, desde muito, a solução do árbitro. Conhecíamos a capacidade e a força do nosso advogado, a sua tenacidade e grande cultura, o amor certo e provado a este país. Tudo isso foi agora empregado, e o trabalho, que vale por si, como a glória de o haver feito e perfeito, não perdeu nem perde uma linha do que lhe custou e enobrecerá a todos. Esta foi a manifestação da imprensa e dos homens, políticos e outros.”

Sob pressão das circunstâncias e afazeres, só em outubro Nabuco responderia, sensibilizado com as palavras do amigo, e já, em parte, apaziguado quanto ao desfecho da pendência: “Há tempos, recebi a sua boa carta sobre a sentença, carta verdadeiramente primorosa, e uma das que mais vezes hei de reler, quando tiver tempo para voltar ao passado e viver a vida das recordações. [...] Não estou certo de que não teríamos perdido tudo sem o esforço que fiz para coligir e deduzir a nossa prova, e, por isso, me vou desvanecendo de ter reivindicado a melhor parte, para nós, da divisão feita pelo árbitro. Não foi uma partida vencida, foi uma partida empatada, e isto, quando o outro jogador era a Inglaterra, é, por certo, meia vitória.”

Anos depois, Rui Barbosa escreveria a Joaquim Nabuco: “Ultimamente, [...] fui levado a abrir as tuas *Memórias* sobre a questão da Guiana, [...] ferrei-me a elas e as li todas. Tal a magia da superioridade com que as redigiste. Acabei [...] cheio de admiração. As qualidades que ali desenvolveste, de crítica, de argumentação, de lógica, de bom senso, de clareza, de tino e de amenidade, elegância, brilho, com um fôlego de encher todos aqueles volumes, sem fastio ou vulgaridade, em matéria tão seca, tediosa e longa, fazem desse trabalho teu porventura a mais notável expressão do teu talento. [...] Conviria [...] atrair a distraída curiosidade e chamar a atenção dos estudiosos a esse episódio pouco animador nas iniquidades da justiça internacional.” Após a morte de Nabuco, a viúva testemunharia que esta carta constituía a última grande alegria da sua vida.

Em 1932, Afonso Arinos visitou, na Suíça, Guglielmo Ferrero, por recomendação de Magalhães de Azeredo, velho amigo de ambos. Ferrero, que ali se refugiava da perseguição política de Mussolini, foi membro correspondente

desta Academia, onde fizera uma série de conferências em 1907. Num ensaio sobre *A diplomacia americana e o Brasil nos últimos 75 anos*, Arinos conta que, “na minha juventude, [...] em Genebra, tive a honra de freqüentar a casa do ilustre professor italiano Guglielmo Ferrero, então exilado na Suíça. E de Ferrero ouvi que os estudos feitos pelos técnicos italianos reconheciam o direito do Brasil, mas que o rei mandara alterar as conclusões do laudo, para consentir em assiná-lo”. Confirmava-se, assim, a colusão de interesses entre as monarquias britânica e italiana, em detrimento do Brasil.

A resposta de Nabuco a Machado mostrou, por outro lado, sensível melhora no estado de espírito do nosso ilustre representante injustiçado, que nela já se entretinha com o próximo pleito na Academia: “E a nova eleição? Não falo da eleição do futuro presidente (*da República*), da qual parece já se estar tratando aí, mas da eleição do novo acadêmico. O Bandeira escreveu-me e eu teria prazer em dar-lhe o meu voto, mas o meu voto é seu, V. aí é quem vota por mim. Eu pensei que o Jaceguai desta vez se apresentaria. Ele, porém, achou mais fácil passar Humaitá do que as baterias encobertas do nosso reduto. Quais são essas baterias? A do Garnier lhe daria uma salva de... quantos tiros? Onde estão as outras? Eu nada sei, mas se ele for candidato, meu voto é dele, pela razão que fui eu quem lhe sugeri o ano passado a idéia. V. terá uma carta minha dizendo que ele não se apresentaria contra o Quintino. Não sei por que o Quintino não foi membro fundador. [...] Se entretanto ele se apresentar, julgo melhor esperar outra vaga para a combinação e eleger dois ao mesmo tempo. Eu acho bom dilatar sempre o prazo das eleições, porque, no intervalo, ou morre algum dos candidatos mais difíceis de preterir, ou há outra vaga. A minha teoria já lhe disse, devemos fazer entrar para a Academia as superioridades do país. A Academia formou-se de homens na maior parte novos, é preciso, agora, graduar o acesso. Os novos podem esperar, ganham em esperar, entrarão, depois, por aclamação, em vez de entrarem agora por simpatias pessoais, ou por serem de alguma *côterie*. A Marinha não está representada no nosso grêmio, nem o Exército, nem o clero, nem as artes, é preciso introduzir as notabilidades dessas vocações que também cultivem as letras. E as grandes individualidades também. [...] Com o Jaceguai entrava a glória para

a Academia. É verdade que ele nenhuma afinidade tinha com o Martins Júnior, mas a cadeira ainda está vaga — é a cadeira de Taunay, e patrono Otaviano, e desses dois o Jaceguai seria o substituto indicado por eles mesmos. Nas minhas cartas, V. achará o compromisso que tomei para a eleição do Assis Brasil. Não sei se este será candidato. Não o será sem o seu concurso, V., então, decida por mim, sem prejuízo do Jaceguai. Em uma palavra, V. é o guarda da minha consciência literária, ausente do prélio como me acho.”

Mas, antes de terminar, Nabuco não contém um último suspiro de inconformidade contra a baixaza de que ele e o Brasil foram vítimas por parte do rei da Itália: “V. compreenderá agora por que tardei tanto em responder-lhe, era-me preciso escrever uma nova *Memória*, e tenho horror, hoje, às *Memórias*.”

Em abril de 1905, Nabuco enviou, de Londres, a Graça Aranha, para ser ofertado a Machado de Assis em sessão acadêmica, um ramo do carvalho sob cuja fronde se assentava o Tasso, por ele colhido em Roma, e hoje preservado entre as relíquias desta Academia.

A luta que mantivera contra as pretensões descabidas da Inglaterra abalou bastante, por outro lado, a devoção sempre mostrada por Joaquim Nabuco à cultura inglesa e às instituições britânicas. É de se notar, ademais, que sua admiração pelos Estados Unidos vinha de longe. Rio Branco, convidado para o Itamarati por Rodrigues Alves, chegara a sugerir, em seu lugar, a indicação de Nabuco ao presidente-eleito, mas este insistiu em nomear o barão. Quando o grande chanceler o informou de que aceitara o cargo, Nabuco respondeu-lhe, em setembro de 1902: “Como lhe disse, sou um forte monroísta, e, por isso, grande partidário da aproximação cada vez maior entre o Brasil e os Estados Unidos. Em vez de pensar em mim para suceder-lhe daqui a dois anos, V. deveria, talvez, em fazer-me seu colaborador naquela política.” Foi, assim, com prazer, em janeiro de 1905, nomeado pelo Presidente Rodrigues Alves para a primeira Embaixada que o Brasil abria no mundo, em Washington, mantendo-se as demais chefias de missão em nível de legação.

Das Montanhas Brancas, onde Nabuco descansava, veio sua primeira carta dos Estados Unidos para Machado de Assis, em julho. Sempre atento às elei-

ções acadêmicas, graceja com as hesitações de Jaceguai, e condena a formação de grupelhos internos na Academia: “O meu voto para a vaga do Patrocínio é para o Jaceguai. Acho que ele deve apresentar-se. Não compreendo que ele, que não teve medo de passar Humaitá, o tenha de atravessar a praia da Lapa (*rumo ao prédio do Silogeu, onde então se alojava a Academia, no local em que hoje se encontra o Instituto Histórico*). Se ele não for candidato e o Artur Orlando o for, votarei neste. Seria lastimável se as candidaturas as mais brilhantes que em nosso país possam surgir, como essas, recuarem diante de qualquer suspeita de haver na Academia grupos formados, e fechados. Devemos torná-la nacional.”

No mês de outubro, o embaixador informaria Magalhães de Azeredo, em Roma, que mandara, “pelo telégrafo, o [...] voto em favor do Mário de Alencar. Pago assim a minha dívida, ou antes, expio a minha falta para com o pai”, José de Alencar, cuja obra Nabuco criticara severamente na mocidade.

Em 1906, Joaquim Nabuco presidiria, no Rio de Janeiro, a 3ª Conferência Pan-Americana, à qual conseguiu trazer o secretário de Estado Elihu Root. Era a primeira vez em que um chefe da diplomacia americana se deslocava dos Estados Unidos. A pedido de Nabuco, Rio Branco obtivera do Presidente Rodrigues Alves dar o nome de Palácio Monroe ao pavilhão onde se efetuava a Conferência. De regresso ao seu posto diplomático, o nosso embaixador em Washington, sem o saber, despedia-se para sempre do Brasil.

Datada de março de 1907, nova carta de Nabuco a Machado, vinda da capital americana, mantinha a preferência pelos mesmos candidatos anteriores às eleições acadêmicas: “O meu voto é pelo Dr. Artur Orlando, se ele for o único candidato, e, tendo competidores, ainda é dele, exceto se os competidores forem o Assis Brasil e o Jaceguai, que têm compromisso meu anterior em cartas escritas a V. mesmo. Não me deixe o Dr. Orlando naufragar sem uma combinação que lhe garanta a eleição para a futura vaga. Um homem como ele pode ser vencido numa eleição acadêmica, não pode, porém, ser derrotado sem pesar para os eleitores. A nossa balança é de pesar ouro somente. Ele mesmo, estou certo, não se aborreceria de ser segunda escolha em competição com o Dr. Assis Brasil, que já teve uma (ou duas?) *non réussites*. Eu desejava-lhe, entretanto,

uma vaga que lhe permitisse falar de Pernambuco largamente, mas teria que escolher entre mim e o Oliveira Lima, e nenhum dos dois ele podia preferir ao outro. Em todo caso, alguém mais da filosofia que o Dória. Mas é odioso esperar vagas determinadas.”

Em 27 de maio, Nabuco reiterava: “Como, para a vaga do Barão de Loreto, só concorreu o Dr. Artur Orlando, o meu voto, prometido a ele sob condição de não ser o Jaceguai nem o Assis Brasil candidato, é dele *ipso facto*. Sob a mesma condição, dou o meu voto na eleição para a vaga do Dr. Teixeira de Melo ao Paulo Barreto. Concorrendo ou o Jaceguai ou o Assis Brasil, o meu voto será do que concorrer. Concorrendo os dois, do Jaceguai. Terei sido quem o animou a apresentar-se, e tenho sempre sustentado que a Marinha falta na nossa Academia (assim como o Exército [...]), por isso votarei no Jaceguai, por mais que me custe não poder dar também o meu voto ao meu colega Assis Brasil. Queira V. votar por mim de acordo com estas instruções.”

No ano seguinte, em fevereiro, Nabuco explicaria a Machado o alcance dos sentimentos que o inclinavam a favor dos Estados Unidos na política internacional: “Muito prazer tive com a simpatia mútua entre o nosso povo e os americanos. A Haia ia-nos fazendo perder de vista a nossa única política possível. Eu, em diplomacia, nunca perdi um só dia o sentido da proporção e o da realidade. É que um indivíduo pode sempre fugir à desonra e ao cativeiro, mas as nações não se podem matar como ele. Alguns milhares morrerão em combate, mas a totalidade passa sob o jugo. As maiores nações procuram, hoje, garantir-se por meio de alianças; como podem as nações indefesas contar somente consigo? E, desde que o nosso único apoio possível é este, por que não fazemos tudo para que ele não nos venha a faltar? Essa é a minha intuição, e tive, por isso, o maior prazer com esse renascimento da simpatia entre as duas nações por ocasião da visita da esquadra americana.”

Esta não fora sempre, todavia, sua visão dos Estados Unidos. Em fevereiro de 1899, escrevendo, do Rio, a Carlos Magalhães de Azeredo, Nabuco dizia-lhe estar entre os “convencidos de que a nossa decadência nacional começou; que entramos na órbita americana, como Cuba ou as Filipinas, o México ou a

Nicarágua; que nossa evolução far-se-á no mesmo sentido que a dos outros satélites de Washington”.

Mas numa carta a Machado de Assis, enviada em junho de 1907, Joaquim Nabuco já reconhecia que a saúde começava a faltar-lhe (ele faleceria cerca de um ano e meio mais tarde, no princípio de 1910, aos 60 anos; e Machado, em setembro de 1908, aos 69): “Mando-lhe duas coleções dos discursos que andei ultimamente proferindo, uma para a nossa Academia. V. verá, com prazer, que me tornei um propagandista, aqui, dos *Lusiadas*. [...] Vou receber, este ano, o grau de doutor em Letras por Yale, e a Universidade de Chicago convidou-me para pronunciar o discurso oficial no encerramento do ano letivo, ou no dia da colação dos graus, o que é uma grande honra. V. vê que estou fazendo render, aqui, as poucas forças que me restam. Também comprometi-me a pronunciar, para o ano, o discurso oficial em um dos grandes dias da Universidade de Wisconsin, e já me anunciaram o convite de outra universidade. Estou muito contente, pelo Brasil, com todas essas honras, que são principalmente feitas ao país.”

A derradeira mensagem de Joaquim Nabuco ao presidente da Academia, enviada de Hamilton, Massachusetts, a 3 de setembro de 1908 (vinte e seis dias antes da morte de Machado), dava conta de sua impressão sobre o *Memorial de Aires*, último romance do amigo, que acabara de enviar-lhe: “Quanto ao seu livro, li-o letra por letra, com verdadeira delícia, por ser mais um retrato de V. mesmo, dos seus gostos, da sua maneira de tomar a vida e de considerar tudo. É um livro que dá saudade de V., mas também que a mata. E que frescura de espírito!”

Na véspera da morte de Machado de Assis, Nabuco escrevera, em 28 de setembro de 1908, a Graça Aranha: “O estado do Machado causa-me verdadeira consternação. Como passaremos sem ele? [...] Deus lhe dê um declínio curto e um fim suave, se ele começou a entrar na decadência. Mas também a quanta ternura, a quanto carinho de nossa parte essa não obriga!”

Três dias depois, em carta ao cunhado, Hilário de Gouveia, ele reconhecia que “a morte do Machado de Assis empobreceu-nos muito. Não temos outro espírito como aquele. Perco também um amigo. [...] Mas, no estado de isola-

mento em que se achava, e com aquela doença, foi uma bondade de Deus levá-lo, deixá-lo descansar”.

No mês seguinte, Nabuco enviou a Magalhães de Azeredo “o nosso abraço de pêsames um ao outro pela perda do nosso querido Machado de Assis. Que afeição paternal ele lhe tinha! Eu sou muito contrário a estátuas. Estão-se tornando de uma banalidade [...] revoltante, como os nossos antigos títulos. A verdadeira veneração se provaria pela compra da casa onde ele viveu tantos anos. Mas era preciso que ele fosse outra coisa, e não um simples poeta, para se poder levantar dinheiro para tanto. Assim é a vida. A verdadeira glória é pobre”.

Em setembro de 1909, Joaquim Nabuco se queixava da saúde a Azeredo: “Há meses não estou bem. Cheguei fático e exausto ao cimo da vida. Eu não fui feito para velho, e estou envelhecendo, não por minha conta, mas por conta dos que me querem o mais tempo possível neste mundo, por mais diferente que eu vá ficando de mim mesmo. É uma combinação de doenças que me cerca por todos os lados, um verdadeiro círculo vicioso. Ontem o médico veio despedir-se, e disse-me que eu estava outro, muito melhor do que cheguei. É preciso acreditá-lo, mas, por mim mesmo, eu não o afirmaria.”

Foi, entretanto, em missiva anterior a Machado, escrita em agosto de 1908, que Nabuco anteviu o próprio fim: “Muito lhe agradeço suas boas palavras sobre minhas conferências de Yale. A 28 de agosto, devo estar em Chicago, já lhe disse. Aqui, levo uma vida de peregrino, de universidade em universidade. Mas que saudades da nossa Academia e da *Revista*, de que ela nasceu! É uma grande privação viver longe dos amigos, em terra estranha, como estrangeiro. Sobretudo acabar assim. Mas espero voltar ainda antes da noite.”

Joaquim Nabuco não regressaria ao Brasil antes da noite. A “indesejada das gentes” o levou em 17 de janeiro de 1910. Ele pudera, contudo, visualizar à distância, plenamente realizados, o fulgor da própria mocidade, o brilho da madurez, o exemplo que sua vida gloriosa daria, sempre, aos jovens brasileiros. Contemplava-os desde a velhice, ao mesmo tempo precoce e olímpica. Mas, como lembrou André Gide, o fato de ser vista do poente não torna a aurora menos bela.

# Machado de Assis e a Academia

DOMÍCIO PROENÇA FILHO

O tema é complexo. O traçado da biografia do autor, já levado a termo por muitos, é marcado por discordâncias. Longa a história desta centenária Instituição de que foi o primeiro presidente. Tratar de um e de outra, sobretudo diante dela mesma e dos que hoje dão continuidade ao projeto dos fundadores, conhecedores em profundidade da história da Casa e da vida do consolidador, é um desafio e uma temeridade. Corro o risco de sensacionalizar o óbvio. Sobretudo diante dos conferencistas que me antecederam no presente seminário, os acadêmicos Alberto Venancio, Cícero Sandroni e Affonso Arinos de Mello Franco. Mais ainda diante do precioso ensaio do acadêmico Graça Aranha, no volume da Coleção Afrânio Peixoto, dedicado à correspondência mantida entre Machado e Joaquim Nabuco, com sua terceira edição em boa hora publicada por esta Academia. Muito mais, se consideramos o percucientíssimo livro de Mestre Josué Montello, machadiano maior. Tais textos podem levar a minha fala ao território da reiteração ou da redun-

Conferência  
proferida na  
ABL, em  
30/3/2004,  
encerrando o  
ciclo *Origens da  
Academia*.

dância. Arrisco-me por entender que todo texto é diálogo. Com muito mais razão o texto crítico. E porque é sempre oportuno voltar a aspectos pouco claros na imagem historicizada do escritor.

Para tratar de Machado de Assis e da Academia, nos termos que me foram propostos, buscarei apenas, nos limites da presente situação de fala, selecionar alguns traços do seu perfil. Como ser humano, como funcionário, como acadêmico. Destacada a sua vinculação com a Casa. Situados ambos no contexto sociocultural da época. Seleção implica necessariamente omissões. Procurarei que não sejam significativas. As tintas e a linha do desenho me foram fornecidas, entre muitos, por Josué Montello, Luís Viana Filho, Raymundo Magalhães Jr., Jean-Michel Massa e Lúcia Miguel-Pereira, biógrafos do escritor; pelos machadólogos Valentim Facioli e Alfredo Bosi, além dos textos da sua correspondência ativa e passiva e das atas das sessões da Academia realizadas entre 1897, data de sua instalação, e 1908, ano da morte do seu primeiro presidente.

Seja-me permitido recordar, para efeito de contextualização, alguns fatos de relevância sobre o Brasil desses tempos.

A época em que Machado de Assis vive é, no Brasil, sabemos todos, marcada pelo signo da crise e da mudança. Trata-se de um tempo brasileiro em que uma sociedade fundamentalmente agrária, latifundiária e escravocrata, abre espaço para a presença de fortes dimensões burguesas e urbanas, abolido, gradativamente, o trabalho escravo.

Desenvolve-se e amplia-se a lavoura cafeeira. Ganha destaque a atividade mercantil, o comércio interno e externo. As grandes somas disponíveis, por força da eliminação da escravatura, são em grande parte objeto de reinvestimento em empreendimentos urbanos. Ferrovias, telégrafo e portos favorecem o progresso. Prepara-se o advento da industrialização. A imprensa estabiliza-se. A sociedade descobre a rua, com seus entretenimentos, entre eles o teatro, as novidades da moda, as festas.

Esse progresso traz a ascensão da classe média, ainda que com consciência de classe bastante reduzida. E o seu modelo de comportamento, na economia, na política, nas atitudes, é dado pela classe dominante, que, ciosa e experiente,

assegura sua presença no comando do poder público. Inicia-se, paralelamente, um proletariado urbano.

A burguesia emergente trava contato com as idéias dominantes no mundo europeu de então. Conscientiza-se da importância do conhecimento, como estratégia de ascensão social. Ganha novos matizes. Formam-se médicos, militares, engenheiros. Adaptam-se as novas tendências do pensamento europeu à realidade brasileira. É tempo, inclusive, de reformas, sobretudo no ensino. E essas reformas repercutem necessariamente no processo de formação dos novos profissionais.

As mudanças na estrutura social, a emergência dessa nova burguesia, alimentada de saberes, a nova dinâmica oriunda dos antagonismos com os grupos senhoriais, não determinam, mas condicionam concomitantes alterações na política e na arte, em especial no tratamento e na recepção da literatura. E muda, em decorrência, o público e o gosto do público.

Vale destacar alguns acontecimentos históricos vinculados ao novo perfil da sociedade que marcam a segunda metade do século XIX no país:

1. A abolição dos escravos mobiliza a emoção nacional e leva a mudanças nos rumos da economia.

2. A Guerra do Paraguai reacende o sentimento de nacionalidade. Traz coesão e estabilidade ao Exército, que não mereceu a participação nem o entusiasmo dos senhores rurais, e cuja relevância como poder o civilismo da monarquia agrária não soube perceber: é de representantes da classe média emergente que se faz o contingente de oficiais, quer os formados na Escola Militar, quer os forjados na carreira da caserna.

3. Instaura-se a Questão Religiosa, resultante do conflito entre as pretensões de autonomia do catolicismo oficial e as exigências do tradicional posicionamento do Governo, defensor da ingerência dos chefes de estado nos assuntos de religião. Mobiliza-se o espírito liberal. Emergem questionamentos. A tranquilidade da fé se vê abalada.

Esses e outros fatos configuram efetivamente um momento de crise, em que a hostilidade dos senhores de engenho, agravada pela não-indenização pela

perda dos escravos, alia-se à insatisfação dos oficiais do Exército, com seu prestígio diluído e já mobilizados pelas idéias positivistas, e à hostilidade das províncias ao centralismo do poder imperial. A República não tarda. E vem, como se sabe, a ser proclamada em 1889.

Os presidentes militares, Deodoro da Fonseca, que governa de 1889 a 1891, e Floriano Peixoto, seu vice, que o substitui e permanece na Presidência até 1894, mantêm a tendência conservadora e buscam apoio na classe média, cada dia mais ampla.

Com os primeiros presidentes civis, representantes da classe dominante paulista, notadamente os fazendeiros do café, ganham destaque o federalismo e o conservadorismo. São eles, só para lembrar, Prudente de Moraes, cujo governo se estende de 1894 a 1898, e Campos Sales, que governa de 1898 a 1902. Depois é tempo de Afonso Pena. Em contrapartida, agora a insatisfação emerge do embrião do proletariado e de representantes da classe média urbana, formada por funcionários do Estado, por profissionais militares e por profissionais liberais.

O que ainda não vem é o esperado desenvolvimento econômico. Diminuto, ele não absorve a pequeno-burguesia. Esta se vê obrigada a arcar com os prejuízos socializados pela agricultura de exportação, através do reajuste cambial, nas baixas cíclicas do preço internacional do café. Ao fundo o domínio do poder das oligarquias a negar a reivindicação dessa classe média emergente.<sup>1</sup>

É essa mesma classe média, entretanto, que começa a construir o seu lugar social e político. A busca desse lugar se fundamenta na tradição da cultura ocidental que vem desde o Renascimento: a valorização do conhecimento, a valorização do saber e das qualidades intelectuais. É a estratégia usada para contrapor-se pelo intelecto à aristocracia do sangue e da riqueza. Nesse espaço, a carreira literária ganha notável destaque. E esse dimensionamento, no Brasil, vem desde o Romantismo. É o alto prestígio do escritor que propicia a criação, em 1896, da Academia Brasileira de Letras, um acontecimento histórico altamen-

---

<sup>1</sup> Cf. Nelson Sodré, *História da literatura brasileira*. 4.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, cap. 7.

te significativo quando reúne, no processo de fundação, Machado de Assis, classe média ascendente, e Joaquim Nabuco, classe alta privilegiada.

A vida de Machado é um excelente exemplo da estratégia: o menino pobre da chácara do Livramento converte-se, pelo estudo e pelo trabalho, no intelectual consagrado e socialmente reverenciado. Ultrapassa pelo saber e, sobretudo, por sua condição de escritor, as restrições veladas ou explícitas da sociedade de então à sua condição étnica e a sua condição social de advindo de estamento considerado mais baixo. Muitos escritores seus contemporâneos viveram experiência semelhante. Entre eles, ainda que sem a sua dimensão excepcional, Aluísio Azevedo, Olavo Bilac, Lima Barreto e Cruz e Sousa. Ressalte-se que, à medida que o criador de *Dom Casmurro* progride na sua produção literária, vão se abrindo as portas à sua carreira de funcionário.

Machado representa, nesse sentido, a vitória da “aristocracia do espírito”. A verdade é que era um funcionário e um cidadão que atualmente seria considerado “politicamente correto”. A crítica aguda e denunciadora ele a instaurou no texto de sua literatura.

E mais: se no seu tempo os horizontes filosóficos e científicos do mundo se ampliam em direção do universal; se os escritores buscam afirmar-se socialmente a partir do seu convívio com o conhecimento; se esse conhecimento vem sobretudo da matéria livreira da Europa; e se a literatura se torna um veículo de afirmação e reconhecimento social, ampliam-se também os padrões da nossa literatura. Esse aspecto envolve, de imediato, o próprio leitor, consumidor dessas novas dimensões necessariamente presentes no texto. Matéria nacional e matéria universal passam a integrar-se com maior efetividade no texto da literatura brasileira, ainda que o público leitor seja diminuto. Mas esse é um aspecto que permanecerá durante muito tempo na realidade do nosso país.

Para ficar com os pés na realidade: dos milhões de habitantes que integram a população brasileira da época, a maioria era constituída de analfabetos. Mais absolutos do que funcionais. Nas palavras de Machado, em crônica de 15 de agosto de 1876: “A nação não sabe ler. Há só 30% de indivíduos residentes

neste país que podem ler; desses, uns 9% não lêem letra de mão, 70% jazem em profunda ignorância [...] As instituições existem, mas por e para 30% dos cidadãos.”<sup>2</sup> Poucos liam, portanto, e assim mesmo no ambiente urbano de poucas cidades e menos ainda liam livros, e um número ainda mais restrito, livros de literatura, as tiragens ficavam entre mil e no máximo, raro, três mil exemplares.

Mas já havia leitores capazes de esgotar os dois mil exemplares da primeira edição de *Dom Casmurro*, lançada em Paris, em 1899, e de ler, em jornais ou nos livros, os seis romances anteriormente lançados pelo escritor, e de acompanhar, com interesse, as crônicas que publicava na imprensa.

Não se alimentem ilusões de fausto e riqueza: mesmo com esse êxito sempre crescente, que acompanha a sua produção de nove romances, seis volumes de contos, três de poesia, cinco peças de teatro, Machado não vivia de livros. Não havia como. Suas obras ficcionais ocupavam, é certo, o primeiro lugar em vendas. Logo depois, vinha Aluísio Azevedo. A informação de Luís Edmundo, no seu *O Rio de Janeiro do meu tempo*, é ilustrativa em termos de mercado livreiro:

“Paga-se a um bom autor, por um bom romance ou um bom livro de contos, de quinhentos mil-réis a um conto de réis; por uma novela popular, de cinqüenta a quinhentos mil-réis; [...] Para os livros de versos, abundantíssimos, não há tarifa. Em geral são impressos por conta do próprio autor, ou entregues ao editor, sem compromisso de paga. As exceções à regra são raras.”<sup>3</sup>

Nesse contexto, fato sintomático, o escritor Joaquim Maria, de quem a Garnier é responsável pela edição do *Dom Casmurro* em 1899, vendera ao editor a propriedade “inteira e perfeita da obra literária, constando de quinze li-

---

<sup>2</sup> Machado de Assis, *Obra Completa* (org. Afrânio Coutinho). Rio de Janeiro: Ed. José Aguilar, 1959, p. 345.

<sup>3</sup> Luís Edmundo, *O Rio de Janeiro do meu tempo*, vol. II. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, p. 702.

vros, pela irrisória quantia de oito contos de réis. Anteriormente, em 1896, a terceira edição das *Memórias póstumas de Brás Cubas* e a segunda de *Quincas Borba* tinham sido negociadas, com o mesmo Garnier, a 250 mil-réis cada uma”, informa Brito Broca em *A vida literária no Brasil*. Era pouco. Basta lembrar que o mesmo Machado recebia da *Gazeta de Notícias* a quantia de cinquenta mil-réis por conto publicado.

Encontrar editor não era fácil. O que garantia a sobrevivência dos escritores era o jornalismo e o Serviço Público. A declaração de Joaquim Nabuco em *O Estado de S. Paulo* de 25 de setembro de 1898 dá medida da dificuldade: “A minha missão em política parece-me acabada com a vida de meu pai que pude terminar e para a qual tive a fortuna de achar editor.” O livro é *Um estadista do Império*.

Verdade é que nos começos do século XX o ofício de escritor passa a ser reconhecido. Culmina uma conquista que vinha se configurando desde as duas décadas anteriores. Fatos sintomáticos: Olavo Bilac e Medeiros e Albuquerque recebem ordenados mensais pelas crônicas publicadas respectivamente na *Gazeta de Notícias* e em *O País*. Coelho Neto, no *Correio da Manhã*.

A esse tempo, sintetiza Valentim Facioli, “o mercado literário havia ganhado uma dimensão, tanto no livro, como nos jornais e revistas, que indicava profundas alterações na vida econômica, social e cultural do país. O trabalho livre, a diversificação econômica, a divisão de atividades, a urbanização, a ampliação da rede escolar média e superior, o crescimento do aparelho democrático estatal, o crescimento de frações das classes médias, a consolidação de alguns jornais e o aumento de sua tiragem e circulação, enfim, um sem-número de fatores e indícios demonstrava, entre outros aspectos, que a divisão de classes na sociedade brasileira entrava em processo de atualização capitalista e isso favorecia a circulação de bens culturais, diversificando sua produção e apropriação.”<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Valentim Facioli, *Várias histórias para um homem célebre*. In: Alfredo Bosi et al. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982, p. 12.



*Machado de Assis*

Fotografia original reproduzida de *O Album*. Ano I – Nº I – Janeiro de 1893, p. 9  
Diretor: Artur Azevedo      Agente geral: Paula Ney

Bilac se dá conta desse momento histórico e testemunha, na introdução de *Ironia e piedade*, datada de 1908:

“Hoje não há jornal que não esteja aberto à atividade dos moços. O talento já não fica à porta, de chapéu na mão, triste e encolhido, vexado e em farrapos, como o mendigo tímido que nem sabe como haverá de pedir esmola. A minha geração, se não teve outro mérito, teve este, que não foi pequeno: desbravou o caminho, fez da imprensa literária uma profissão remunerada, impôs o trabalho. Antes de nós, Alencar, Macedo, e todos os que traziam a literatura para o jornalismo, eram apenas os tolerados: só o comércio e a política tinham consideração e virtude.”<sup>5</sup>

Consolida-se a figura do profissional das letras. Na direção dessa consolidação, ganha papel importante a fundação da ABL. Um sintoma e um agente. No centro da sedimentação da Instituição fundada por Lúcio de Mendonça, o já consagrado autor de *Dom Casmurro*.

## ~ O ser humano Machado de Assis

Mas quem era Joaquim Maria Machado de Assis, o homem?

Colou-se ao autor de *Dom Casmurro* uma imagem de misantropia e de ensiamesamento. Não é o que demonstram as cartas. As que fazem a sua correspondência com o amigo querido Mário de Alencar, com Magalhães de Azevedo, mesmo com Joaquim Nabuco, só no final acrescida de adjetivos emocionalmente aproximadores. E, sobretudo, as cartas a D. Carolina, esposa e presença forte, marcada, como revela o soneto famoso, por “aquele afeto verdadeiro / que, a despeito de toda a humana lida, / fez-nos a existência apeteçada / e num recanto pôs um mundo inteiro”. Só restam duas, do tempo de noivado, datadas de 1869. As demais ele as fez destruir, cioso que era de sua

---

<sup>5</sup> *Ironia e piedade*, introdução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916, p. 12.

privacidade. Duas cartas, dele para ela, então residente em Petrópolis, cujo acesso exigia um trecho de viagem de barca do cais Pharoux ao fundo da baía, de onde se prosseguia de trem.

Vale recordar, por serem reveladores, alguns aspectos desse mútuo envolvimento.

Carolina Augusta Xavier de Novais nasce em Portugal, em 20 de fevereiro de 1835. Quatro anos e quatro meses, portanto, mais velha do que Machado, cujo nascimento data de 21 de junho de 1839. Falecidos os pais, por volta de 1867, vem para o Brasil, a pedido de Faustino, um de seus cinco irmãos, poeta, amigo de Machado. Para cuidar dele, que passara a sofrer de distúrbios mentais intermitentes. Desembarca em 18 de junho de 1868. Movida também por outra razão, informa Jean-Michel Massa: perto dos trinta e quatro anos, solteira e sem recursos e traumatizada por um misterioso drama íntimo de família, sua vida tornara-se difícil.

Difícil também identificar o momento de seu encontro com o jovem Machado, então na plenitude dos seus trinta anos.

Sabe-se que o mútuo compromisso se deu no relampejar de um minuto. Machado visita Faustino. De repente, a sós com Carolina, senta-se a seu lado, toma-lhe das mãos, e ousa perguntar se quer casar com ele. A resposta, afirmativa, é firme e decidida. As cartas dão a medida da natureza e da intensidade dos sentimentos que os une.

Um trecho da primeira é iluminador:

“Minha querida C.

Recebi ontem duas cartas tuas, depois de dous dias de espera. Calcula o prazer que tive, como as li, reli e beijei! A m<sup>a</sup> tristeza converteu-se em súbita alegria. Eu estava tão aflito por ter notícias tuas que saí do *Diário* à 1 hora para ir à casa, e com efeito encontrei as duas cartas, uma das quais devera ter vindo antes, mas que, sem dúvida, por causa do correio, foi demorada. Também ontem debes ter recebido duas cartas minhas; uma delas a que foi escrita no sábado, levei-a no domingo às 8 horas ao correio, sem lem-

brar-me (perdoa-me!) que ao domingo a barca sai às 6 horas da manhã. Às quatro horas levei a outra carta e ambas devem ter seguido ontem na barca das duas da tarde. Deste modo, não fui eu só quem sofreu com a demora das cartas. Calculo a tua aflição pela minha, e estou que será a última.”<sup>6</sup>

Seguem-se preocupações materiais, reveladoras da relação com os futuros cunhados Faustino (F.) e Miguel (M.). A referência tranqüila a este último põe em xeque a opinião de que, por preconceito racial, acirrava a oposição ao casamento. O texto revela também a posição de Machado em relação à vida familiar:

“Eu já tinha ouvido cá que o M. alugara a casa de Laranjeiras, mas o que não sabia era que se projetava essa viagem a Juiz de Fora. Creio, como tu, que os ares não fazem nada ao F., mas compreendo também que não é possível dar simplesmente essa razão. No entanto, lembras perfeitamente que a mudança para outra casa no Rio seria excelente para todos nós. O F. falou-me nisso uma vez e é quanto basta para que se trate disto. A casa há de encontrar-se, porque empenha-se nisto o meu coração. Creio, porém, que é melhor conversar outra vez com o F. no sábado e ser autorizado positivamente por ele.”

Voltam considerações sobre o relacionamento do casal:

“Ainda assim, temos tempo de sobra; 23 dias; isto é quanto basta para que o amor faça um milagre, quanto mais não é milagre nenhum. Vais dizer naturalmente que eu condescendo sempre contigo. Por que não? Sofreste tanto que até perdeste a consciência do teu império; estás pronta a obedecer; admiraste de seres obedecida. Não te admires, a cousa é muito natural;

---

<sup>6</sup> Machado de Assis, *Obra Completa*, vol. III (org. Afrânio Coutinho). Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1959, p. 1044.

és tão dócil como eu; a razão fala em nós ambos. Pedes-me cousas tão justas, que eu nem teria pretexto de te recusar se quisesse recusar-te alguma cousa, e não quero. A mudança de Petrópolis para cá é uma necessidade; os ares não fazem bem ao F., a casa aí é um verdadeiro perigo para quem lá mora. Se estivesses cá não terias tanto medo dos trovões, tu que ainda não estás *bem brasileira* mas que o hás de ser espero em Deus.”<sup>7</sup>

Esta mesma carta descreve, na seqüência do texto, uma Carolina desconfiada e curiosa. Talvez por sofrida. Por força do mistério não revelado em torno do problema familiar em que esteve envolvida. E de que, seguramente, Machado tem conhecimento. Ela deseja saber do passado do noivo. Mais precisamente, de amores desses tempos. O esclarecimento abre-se à plena sinceridade, num belo exemplo de discurso de sedução:

“Acusas-me de pouco confiante em ti? Tens e não tens razão; confiante sou; mas se não te contei nada é porque não valia a pena contar. A minha história, passada do coração, resume-se em dous capítulos: uma amor, não correspondido; outro, correspondido. Do primeiro nada tenho a dizer; do outro não me queixo; fui eu o primeiro a rompê-lo. Não me acuses por isso; há situações que se não prolongam sem sofrimentos. Uma senhora de minha amizade obrigou-me, com os seus conselhos, a rasgar a página desse romance sombrio. Fi-lo com dor, mas sem remorso. Eis tudo. A tua pergunta natural é esta: Qual destes dous capítulos era o de Corina? Curiosa! Era o primeiro. O que te afirmo é que dos dois o mais amado foi o segundo. Mas nem o primeiro nem o segundo se parecem com o terceiro e último capítulo do meu coração. Diz a Staël que os primeiros amores não são os mais fortes porque nascem simplesmente da necessidade de amar. Assim é comigo; mas, além dessa, há uma razão capital, e é que tu não te pareces nada com as mulheres vulgares que tenho conhecido. Espírito e coração como os teus são prendas raras; alma tão boa e tão elevada, sensibilidade tão melindrosa,

---

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*.

razão tão reta não são bens que a natureza espalhasse às mãos cheias pelo teu sexo. Tu pertences ao pequeno número de mulheres que ainda sabem amar, sentir e pensar. Como te não amaria eu? Além disso tens para mim um dote que realça os demais: sofreste.”

O texto deixa perceber uma ponta de ciúme em torno dos “Versos à Corina”, publicados em *Crisálidas*. Musa desse amor não retribuído: Gabriela Augusta da Cunha, famosa atriz portuguesa. A outra paixão, correspondida: mais uma figura da ribalta: Augusta Candiani. Dezoito anos mais velha do que ele, referência constante em sua obra. Ambas sombras, memórias. O lugar, no coração e na poesia, agora é dela, Carolina, a amada. Que inspirará poemas publicados em *Falenas*. O texto deixa ver também o que, a esse tempo, o criador de Virgília, Sofia e Capitu pensa das mulheres.

A segunda missiva segue reveladora da intensidade da paixão mútua, de carinhos e cuidados. Paixão que se consolida com o casamento a 12 de novembro de 1869. O lar: Rua do Fogo, 119, depois Rua dos Andradas. Perto do morro do Livramento. Modestamente mobiliado. Dificuldades financeiras. Antigas. Como na relação de D. Carmo e Aguiar, no *Memorial de Aires*: “A pobreza foi o dote dos primeiros dias de casados.”

Aos poucos, porém, a vida do casal estabiliza-se. Em 1872, o marido de D. Carolina já é poeta, teatrólogo e jornalista de sucesso, funcionário público. Em 1877, chefe de seção no Ministério da Agricultura, escritor reconhecido, rico de amigos. A relação solidificada pelo sentimento amadurecido, posto à prova diante das doenças de Machado: as crises de epilepsia, a “tísica mesentérica”, curada em Friburgo, de dezembro de 1878 a março de 1879. Depois, a retinite grave, quando Carolina é seus olhos e a mão que escreve o que dita. Machado testemunha, mais tarde, em carta ao amigo de fé Magalhães de Azeredo, datada de 2 de abril de 1895:

“Eu não sei se teria agora tanta paciência; e, contudo, já fui doente exemplar, quando padeci de uma conjuntivite, e me proibiram de ler. Estive

assim longas semanas. Era minha mulher que me lia tudo. Para o fim serviu-me de secretária. [...] As *Memórias póstumas de Brás Cubas* foram começadas por esse tempo; ditei-lhe creio que meia-dúzia de capítulos.”<sup>8</sup>

A contrapartida, no convívio do lar. Na nova casa da Rua do Catete, nº 206. Depois, a partir de meados de 1883, o Cosme Velho, chalé nº 18, dois andares, jardim, árvores, um regato. Embaixo, sala de visitas, sala de jantar, a pequena varanda de tranqüilidade. Em cima, os dormitórios, três janelas abertas para a rua, o gabinete de trabalho. No interior, o cuidado de Carolina, com os tapetes que ela mesma tece, com os bordados que adornam o mobiliário. Na companhia, a cadelinha, a quem Machado regala com biscoitos, na volta do trabalho.

Humanamente, o chefe de família também era envolvido por preocupações com o pagamento do aluguel que pagava ao cunhado Miguel, proprietário do imóvel. Ao que parece, em algum momento atrasado. A cobrança incisiva se deve à iniciativa do procurador por ele nomeado, seja porque, afinal, cunhado não é parente, ou porque cunhado, cunhado, negócios à parte. Quem dá notícia do episódio e da carta “seca, taxativa e informal” é R. Magalhães Júnior:<sup>9</sup>

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1895

Ilmo. e Exmo. Sr.

Comunico a V. Exa. que estou investido de procuração geral do Exmo. Sr. Miguel de Novais, proprietário do imóvel que V. Exa. ocupa, com todos os poderes para receber os aluguéis e outros efeitos e, por isso, peço a V. Exa. o obséquio de satisfazer, na minha residência, à Rua do Cosme Velho, nº 20, até o dia 5 de cada mês, o aluguel vencido no último dia do mês precedente.

Com toda consideração, de V. Exa. Mto. Ato. *Visconde de Thyayde*.

Note-se que o procurador morava ao lado. Cobrança de atraso ou facilidade de tramitação?

---

<sup>8</sup> Luís Viana Filho, *Vida de Machado de Assis*. São Paulo: Liv. Martins Editora, 1965, pp. 117 e 121.

<sup>9</sup> Magalhães Júnior, R. *Vida e obra de Machado de Assis*, Maturidade, vol. 3, p. 258.

## ~ Machado e a política

Aquela *Diário* a que o noivo apaixonado se refere na primeira carta é o *Diário do Rio de Janeiro*, um dos periódicos dos vários em que colaborou regularmente, desde 1858. Ali assinava a seção denominada “Comentários da Semana”, assinados ora com seu próprio nome, ora com o pseudônimo de Gil. Seus textos, notadamente os publicados entre 1860 e 1862, revelam sua militância no jornalismo político. Pesquisas de Jean-Michel Massa e estudos de R. Magalhães Júnior e Brito Broca dão conta do colunista combativo, de crítica agudíssima, na linha do liberalismo que marca o jornal. Ele aponta “a incoerência, a inconseqüência, a asnice dos membros do governo”; um exemplo, assinala o primeiro, é o seu juízo sobre o ministério chefiado pelo Duque de Caxias, em que denuncia “o imobilismo, a incapacidade, a venalidade, a mediocridade, o fatalismo, a ambigüidade, a duplicidade, a ilegalidade, a hipocrisia, o favoritismo”.<sup>10</sup>

A militância levará inclusive o seu nome, em 1866, à lista de candidatos à futura Câmara dos Deputados pelo 2º Distrito de Minas Gerais. Não foi eleito: acreditou que teria sido derrotado, o que, na verdade, não aconteceria. Retirou a candidatura antes das eleições. Resolveu, a partir de então, dedicar-se totalmente à literatura.

Não se entenda a sua posição liberal como ideologia incorporada e permanente. Cedo ele entendeu o jogo de poder das oligarquias, o oportunismo dos jornais interessados menos na autenticidade de posições ideológicas e muito mais na possibilidade de chegar com alguma facilidade às instâncias do poder. Coerência não era o forte de tais grupos de interesse. Eram liberais, como poderiam ser conservadores. Com argumentação semelhante à de D. Cláudia em relação ao marido Batista, no capítulo 47 do romance *Esau e Jacó*, Machado deu-se conta da hipocrisia de tal jogo. Por outro lado, paternalismo, clientelismo, poder centrado em minorias assentadas na ordem escravocrata, na politicagem vinculada a interesses pessoais de grupos, marcadas de provincianismo, tornavam difícil a atuação da pena denunciadora de “um mestiço de origem

---

<sup>10</sup> Cf. Valentim Faccioli. Ob. cit., p. 22.

proletária”. Machado teria certamente consciência de que os liberais de um dia seriam os conservadores de outro. “Política é como nuvem”, como dizia um experiente e influente político de poucos anos atrás. Entendeu os mecanismos de poder da oligarquia. Substituiu, pouco a pouco, o entusiasmo pela ironia e pelo humor. Com o talento que lhe permitiu a garantia do espaço social conquistado a duras penas. E mudou o lugar de sua trincheira: uma das marcas fortes de sua literatura será justamente desvendar o que se esconde sob a máscara dos fatos e das pessoas, como demonstra a lucidez crítica de Alfredo Bosi. Há que ler os seus textos no entre-espaço do narrador e da matéria narrada, no silêncio do seu texto, como recomenda para a boa leitura literária a percuciência maior de Eduardo Portella.

Desde 1877, quando falece José de Alencar, Machado de Assis já é reconhecido e aclamado como “o mestre das letras pátrias”. Paralelamente, é o burocrata também de carreira estável e em ascensão. Experiência e pedras do caminho incluem-se, por certo, entre as forças alimentadoras do relativismo e da ambigüidade de valores com que seu texto maduro vergasta a hipocrisia humana e as formas de dominação. Nesse sentido, o lugar privilegiado de leitura é o entrelugar destacado. No espaço da crônica, é de ver-se o acompanhamento das mudanças que ocorrem no país, comandadas por uma dinâmica social acelerada. A propósito, Astrogildo Pereira esclarece:

“O Império, até 1871, fora uma coisa; de 1871 em diante, será outra bem diferente, por sua evolução, por suas finalidades, pelas novas exigências da nação, pela própria mentalidade dos estadistas que a dirigem. Faltaria apenas acrescentar a essa característica um elemento invisível, subterrâneo, mas a meu ver essencial – o de que o Império será desde então diferente porque em verdade começava a negar-se a si mesmo, corroído, pouco a pouco, pelo germe da própria decomposição, num processo histórico que teria na Abolição de 88 e na República o seu desenlace imutável.”<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Astrogildo Pereira. *Machado de Assis e apontamentos avulsos*. Rio de Janeiro: São José, 1959. In: Valentim Facioli, ob. cit., p. 39.

O texto machadiano, a partir das *Memórias póstumas de Brás Cubas* e das crônicas de 1887, testemunha literariamente, sob uma visão crítica, e marcadamente, esse processo. O narrador deixa percebê-lo, seja na sua atuação na trama, seja no constante exercício crítico e de metalinguagem, narrador inserido na classe superior que a vê criticamente de dentro e por dentro. Com ironia e humor. Parodicamente, no sentido bakhtiniano do termo. É a nova maneira machadiana, que dá continuidade à maneira anterior, na sua criação literária em processo. (Mas lá se me vai o discurso, indevidamente, a desviar-se para o literário.)

Nesses espaços, por exemplo, Machado, em crônica de 22 de agosto de 1889, satiriza a volubilidade das idéias políticas reinantes. Um candidato à deputação por Minas Gerais é apresentado, ao mesmo tempo, por três partidos: o liberal, o conservador, o republicano. E Machado conclui: “Oh! não mudeis de casa! Mudai de roupa, mudai de fortuna, de amigos, de opinião, de criados, mudai de tudo, mas não mudeis de casa!”<sup>12</sup> A ironia persiste em crônica de 27 de novembro de 1892:

“A República trouxe-me quatro desgostos extraordinários: um foi logo remediado; os outros três não. O que ela me remediou, foi a desastrada idéia de meter as câmaras no palácio da Boa Vista. Muito político e muito bonito para quem anda com dinheiro no bolso; mas obrigar-me a pagar dous níqueis de passagem por dia, ou ir a pé, era um despropósito. Felizmente, vingou a idéia de tornar a pôr as câmaras em contato com o povo, e descemos da Boa Vista.

Não me falem dos outros três desgostos. Suprimir as interpelações aos ministros, com dia fixado e anunciado; acabar com a discussão da resposta à fala do trono; eliminar as apresentações dos ministérios novos...”<sup>13</sup>

Em relação à República, situo-me entre os que entendem que a sua posição é de marcada ambigüidade. Não a aplaude nem a nega. Não caracteriza prefe-

---

<sup>12</sup> Machado de Assis, *Obra Completa*, vol. III, 1959, p. 557.

<sup>13</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 586.

rência pelo Império, embora não esconda sua simpatia pelo Imperador. Mas a questiona em suas bases. Na condição de institucionalizadora de novos mecanismos de dominação. Um pouco além da mudança de tabuletas de nome de padaria. *Plus ça change...*

Esse mesmo Machado assume, na letra escrita de várias crônicas, tomadas de posição em relação ao episódio de Canudos. É tempo em que recrudescer a luta do governo federal com o grupo de Antônio Conselheiro. Machado trata do assunto em várias crônicas. Numa delas, protesta “contra a perseguição que se está fazendo à gente do Conselheiro”. Em duas outras, faz sugestão premonitória. Numa delas: “Ora bem, quando acabar esta seita de Canudos, talvez haja nela um livro sobre o fanatismo sertanejo e a figura do Messias. Outro Coelho Neto, se tiver igual talento, pode dar-nos, daqui a um século, um capítulo interessante, estudando o fervor dos bárbaros e a preguiça dos civilizados, que os deixaram crescer tanto, quando era mais fácil tê-los dissolvido com uma patrulha, desde que o simples frade não fez nada.”<sup>14</sup>

O texto veio no calor da hora, como sabemos. E não foi obra de Coelho Neto. Escreve a saga de Canudos o vigor do texto de Euclides da Cunha.

Em que pesem as mudanças de avaliação, o cronista está longe de ser um alienado, indiferente à realidade. Muito menos se pode dizer que é anti-social: lá está, presidente da Academia, no dia 24 de fevereiro de 1897, apesar da confusão na alma e de uma desconfortante dor aguda no sobrolho direito, marcando presença na pompa da festa oficial comemorativa do aniversário da Constituição de 1891. Como estará também na inauguração solene do Palácio do Catete como sede da Presidência da República.

E encontra tempo e disposição para fazer parte de banca de concurso para professoras primárias aberto a senhoras e moças, com habilitações para lecionar primeiras letras, ainda que não fossem portadoras de diplomas. O diretor do Ensino Municipal era o acadêmico Medeiros e Albuquerque. Todas as candidatas foram aprovadas.

---

<sup>14</sup> Machado de Assis, *Obra Completa*, vol. III, 1962, p. 765.

## ~ Machado funcionário público

A esse tempo, o criador de Brás Cubas está longe de ter a vida mansa dos seus personagens, que raramente trabalham para sobreviver. No ano de 1880, ei-lo, a convite do Ministro Conselheiro Buarque de Macedo, oficial de seu gabinete. Em 86, o Imperador o nomeia vogal do Conservatório Dramático, de que era membro desde 1871. Em 1889 é nomeado Diretor da Diretoria de Comércio; salário: oito contos anuais, excelente para um casal sem filhos, num tempo em que a libra valia 8\$300 (oito réis e trezentos) e o aluguel da casa do Cosme Velho era de 130\$000 (cento e trinta mil réis). Acrescente-se que, em 1892, será promovido a diretor-geral do Ministério da Viação. Nesse cargo é posto em disponibilidade em 1898, para voltar ao trabalho no mesmo ano. Disponibilidade conjuntural, de repercussão altamente negativa no seu temperamento. Em 1902, a 28 de novembro, assume a Diretoria da Secretaria da Indústria, no mesmo Ministério da Viação, de onde será transferido, em 18 de dezembro, para o cargo de diretor-geral de Contabilidade. O antigo aprendiz de tipógrafo da Tipografia Nacional chegava à culminância de seu progresso no Serviço Público. Verdade que o servidor público alternava trabalho e licenças para tratamento de saúde e frustrações.

A propósito de sua relação com a função pública, vale registrar, por curioso, o trecho da crônica ao tempo da revolta de 1893. Machado serve no então Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, sediado nas imediações do cais Pharoux, na Praça 15 de Novembro, área de risco: o prédio não escapou das balas perdidas. Machado registra, em crônica de 5 de janeiro de 1896, ao comentar a inauguração do Panorama do Rio de Janeiro ocorrida em 1891:

“O Panorama resistiu, notai bem, às balas da revolta. Certa casa próxima, onde eu ia por obrigação, foi mais de uma vez marcada por elas. Na própria sala em que me achei caíram duas. Conservo ainda, ao pé de algumas relíquias romanas, uma que caiu lá, na segunda-feira, 2 de novembro de 1893. O Panorama do Rio de Janeiro não recebeu nenhuma, ou resistiu-lhes por

um prodígio só explicável à vista dos fins artísticos da construção. Que as paixões políticas lutem entre si, mas respeitem as artes, ainda nas suas aparências.”<sup>15</sup>

Esse é o cidadão e o escritor consagrado que será chamado a participar da criação da Academia Brasileira de Letras.

## ~ Tempos de Academia

Voltemos, pois, à Academia.

Para situá-lo, nos inícios da Instituição, reconhecido e louvado, temos como prova o jantar de homenagem aos 22 anos de publicação das *Crisálidas*, realizado, em 1886, no Hotel Globo. O registro é de Lúcia Miguel-Pereira: “Presentes os velhos amigos como Bocaiúva Cunha e Sizenando Nabuco, os moços de então, Raul Pompéia, Bilac, Paula Nei, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira, momento em que foi saudado como ‘o mestre das letras brasileiras’, ‘o primeiro de todos’, ‘o único’. Antes dos cinquenta anos. Em plena produção.”

E são os velhos e moços de 1896 que se congregam em torno dele no momento de fundação da Instituição idealizada por Lúcio de Mendonça.

Mas, esclarece a percuciência de Josué Montello, “não se pode incluir Machado de Assis entre os idealizadores da Academia. Este papel cabe, em épocas diferentes, a Medeiros e Albuquerque e a Lúcio de Mendonça. Entretanto, pode-se afirmar, com segurança, que, sem a figura de Machado de Assis, a idéia não se teria concretizado”.<sup>16</sup>

A Instituição nasce, na expressão feliz de Graça Aranha, de “um pacto entre espíritos amigos”. Entre eles, no momento da fundação, os que mais se empenharam na realização da idéia comum, além de Machado e de Lúcio: Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Rodrigo Octavio e Inglês de Sousa. Unidos pela

---

<sup>15</sup> Machado de Assis, *Obra Completa*, vol. III, 1962, p. 696.

<sup>16</sup> Josué, Montello, *O presidente Machado de Assis*. 2ª ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 10.



amizade. Colegas de jantares tranqüilos e austeros no Hotel dos Estrangeiros, promovidos pela *Revista Brasileira*. Registra R. Magalhães Júnior:

“A partir de maio de 1896, José Veríssimo, da *Revista Brasileira*, passou a promover mensalmente jantares de confraternização, para os quais eram convidados colaboradores das mais diversas tendências políticas e literárias. Embora pouco freqüentasse as páginas daquela publicação, Machado de Assis quase sempre participava de tais jantares, aos quais se referiu em várias de suas crônicas. Ao primeiro deles, combinara ir com Mário de Alencar, que era um dos mais jovens colaboradores da revista, perdendo apenas por alguns meses para Carlos Magalhães de Azeredo. Casado porém em data recente, Mário acabou por se escusar, delicadamente [...]”<sup>17</sup>

Machado comparece e registra, em crônica de 17 de maio:

“Chego ao Hotel do Globo. Subo ao segundo andar, onde acho alguns homens. São convivas do primeiro jantar mensal da *Revista Brasileira*. O principal de todos, José Veríssimo, chefe da *Revista* e do Ginásio Nacional, recebe-me e a todos, com aquela afabilidade natural que os seus amigos nunca viram desmentida um só minuto. Os demais convivas chegam, um a um, a literatura, a política, a medicina, a jurisprudência, a armada, a administração... Sabe-se já que alguns não podem vir, mas virão depois, nos outros meses.”<sup>18</sup>

A crônica não deixa perceber a difícil familiaridade que caracterizava o Seu Machado, a esse tempo longe do jovem Machadinho dos verdes anos, presença participante das reuniões da livraria de Paula Brito, do Grêmio das Letras e Artes, ou o Machado que o cunhado Miguel numa carta afetuosa chamou de boêmio. É verdade que participava dos encontros da Garnier e, notadamente,

---

<sup>17</sup> *Vida e obra de Machado de Assis, Maturidade*, vol. 3, p. 279.

<sup>18</sup> Machado de Assis, *Obra Completa*, vol. III, 1962, p. 707.

da Laemmert, onde se convertia em centro natural da reunião, “com seu ligeiro gaguejar que dava mais graça às suas observações, sempre deliciosamente maliciosas” e carregadas de fina e velada ironia.

Outros jantares mensais também reuniam, para “uma hora de agradável convívio”, escritores e artistas no Rabelais, clube fundado por Araripe Júnior e Raul Pompéia. Era mais um grupo que cultivava com galhardia a arte de conviver. Estes, com festa e alarido.

O Rabelais se dilui, por força de dissensões de idéias políticas em torno da revolta de 1893, em que a Armada, sob o comando de Custódio de Melo, rebelou-se contra Floriano Peixoto. Como se depreende, cultivava-se o encontro e a conversa.

É na esteira desse hábito de reunião e convívio que floresce a idéia da Academia, lançada no escritório da *Revista*. Leio ainda em Josué Montello, *O presidente Machado de Assis*, o relato da repercussão nos circunstantes:

“Antônio Sales, testemunha do nascimento da Academia, contou, numa página de reminiscência, que a idéia do instituto, entusiasticamente lançada pelo poeta de *Vergastas* no escritório da *Revista Brasileira*, não foi recebida com alvoroço pela roda ilustre que ali se reunia. ‘Lembro-me bem’, – diz o memorialista – ‘que José Veríssimo, pelo menos, não lhe fez bom acolhimento. Machado, creio, fez a princípio algumas objeções’.”<sup>19</sup>

O ceticismo machadiano a propósito da idéia pode ser medido pela referência ocasional que faz em crônica, centrada em neologismos, onde, após discorrer sobre o termo *engrossador*, recentemente cunhado e com conotação política, comenta, após perguntar quem teria inventado o termo:

“Talvez algum cético, por horas mortas, lembrando uma procissão qualquer, mas também pode ser obra de algum religionário, aborrecido com

---

<sup>19</sup> *O presidente Machado de Assis*, ob. cit., p. 13.

ver aumentar o número de fiéis [...] Mas fosse quem fosse o inventor do vocábulo, certo é que este, apesar de anônimo e popular, ou por isso mesmo, espalhou-se e prosperou; não admirará que fique na língua, e se houver, aí por 1950, uma Academia Brasileira, pode bem ser que venha a incluí-lo no seu dicionário.”<sup>20</sup>

Mas eis que abraça a causa e converte-se em entusiasmada e afetuosa liderança agregadora, reativada. Medeiros e Albuquerque, “instado a falar sobre Machado de Assis numa sessão da Academia”, assim registra o cotidiano do escritor, sistemático e rotineiro:

“A sua vida, ao tempo em que o conheci, pautava-se de um modo monotonicamente uniforme. Vinha todas as tardes – nesse tempo o expediente das repartições terminava às três horas – do Ministério da Viação para a Garnier. Aí se instalava numa pequena roda e conversava sobre literatura. Se alguém se aventurava em questões incandescentes da política, em grandes questões sociais, ele se encolhia. Não dava opiniões francas. Quando muito, para a conversa não morrer, atirava nela algumas frases neutras, que não dessem a compreender nitidamente o seu pensamento. Não se comprometia. – Havia um meio seguro de fazê-lo afastar: era dar um tom livre à conversa. Ele calava-se, sorria, não dava mostra nenhuma de enfado, mas achava logo um pretexto para sair.”<sup>21</sup>

Uma academia, como todas as instituições congêneres, nasce da afinidade de sentimentos, de aspirações identificadoras. Mas exige a energia e entrega de personalidades aglutinadoras, dispostas ao desprendido sacrifício da liderança e do trabalho. E essa força e essa animação, no sentido etimológico do termo, a agremiação idealizada por Lúcio de Mendonça encontrou na consagrada e respeitada presença e na ação dedicadíssima do autor das *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

---

<sup>20</sup> Idem, *ibidem*, p. 13.

<sup>21</sup> Idem, *ibidem*, p. 16.

A primeira sessão preparatória da criação se dá em 15 de novembro de 1896. Na acanhada redação da *Revista Brasileira*, na Travessa do Ouvidor 81. Machado é aclamado presidente. Aceita. E convida Rodrigo Octavio e Pedro Rabelo para secretários. É a primeira diretoria. Em caráter provisório. Machado a esse tempo está com a vida estabilizada. Funcional, pessoal e literária. Acrescentará agora à sua rotina a presidência da Instituição. Abraça a causa. Converte-se em entusiasta e afetuosa liderança agregadora. Reacende-se o espírito do jovem frequentador dos encontros da Paula Brito, das reuniões do Grêmio de Letras e Artes, criado em 1887, de cuja presidência, mesmo eleito, declinou. Atente-se: o grêmio cedo dissolveu-se.

Sessão de instalação solene: 20 de julho de 1897. 17 membros presentes. Ausentes do Rio: 12. Deixaram de comparecer: 10, e sem explicação. Sala do *Pedagogium*, instituição de fins educativos. Rua do Passeio nº 82. Condizente com a circunstância do acontecimento. Não como as duas pequenas e escuras salas da redação da *Revista*, mal iluminadas pelo gás dos lampiões. Ali seria a sede das próximas cinco reuniões. À noite, único horário disponível. Poucos podiam estar naquele lugar, àquela hora. O presidente, com acuidade, impede que a Instituição tenha o mesmo destino do Grêmio de Letras e Artes. As reuniões retornam às dependências da *Revista*, na tranqüilidade das horas vespertinas. Nova mudança, agora para salas do Ginásio Nacional, o antigo Pedro II. Daí, rapidamente, para outro retorno à *Revista*. Depois, na lúgubre e tumular Biblioteca Fluminense. A frequência cada vez menor. Jeton não era sequer palavra incorporada ao vocabulário corrente. Antes, cogitava-se de cobrar mensalidade aos sócios. Grave a crise, tanto que provoca um interregno de quase um ano entre as reuniões: de 10 de agosto de 1899 a 23 de junho de 1900. E pode ser avaliada diante da carta de Nabuco, datada de 12 de junho de 1900:

“Não deixe morrer a Academia. V. hoje tem obrigação de reuni-la e tem meios para isso, ninguém resiste a um pedido seu. Será preciso que morra mais algum acadêmico para haver outra sessão? Que papel representamos nós, então? Foi para isso, para morrermos, que o Lúcio e você nos convida-

ram? Não, meu caro, reunamo-nos (não conte por ora comigo, esperemos pelo telefone sem fios) para conjurar o agoiro, é muito melhor. Trabalhe-mos todos vivos.”<sup>22</sup>

A propósito, o que liga Machado a Nabuco é, mais que tudo, a mútua admiração e o tema comum: a Academia, assunto de quase todas as cartas que enviou ao amigo. E este tem a medida da dedicação do presidente, como revela trecho de carta de 13 de fevereiro de 1908:

“Vejo que a Academia foi inventada a tempo e na hora justa. Ela tem a grande missão de o consolar e de fazer-lhe companhia. Os ausentes, como eu, estão lá ao seu lado, em pensamento. E os mortos são somente ausentes.”<sup>23</sup>

Imagine-se o empenho e o esforço do presidente, mesmo com o afastamento do Serviço Público, a que a disponibilidade o obrigara. E mais, diante da regularidade com que segue escrevendo e publicando. É tempo de *Dom Casmurro* (1899), *Páginas recolhidas* (1899), *Poesias completas* (1901) e de colaboração na imprensa.

O timoneiro encontra forças para garantir a permanência da Instituição, agasalhada, desde 1897, no escritório de advocacia de Rodrigo Octavio, na Rua da Quitanda 47, ainda perto da utilíssima Rua do Ouvidor. Primeira sessão ali realizada: 11 de abril de 1901. A luta continua. O prestígio do presidente e de alguns acadêmicos leva à Lei 726, iniciativa do deputado Eduardo Ramos, sancionada por Campos Sales em 8 de dezembro de 1908, que garantia permanente instalação em prédio público à Academia Brasileira de Letras, “fundada na capital da República, para cultura e desenvolvimento da literatura nacional”. Três anos na sala do escritório de Rodrigo Octavio esperaram os acadêmicos pelo cumprimento das determinações do texto legal. Incessante o

---

<sup>22</sup> *Correspondência de Machado de Assis*, col. e anot. por Fernando Nery. Rio de Janeiro: Americo Bedeschi, editor, 1932, p. 24.

<sup>23</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 79.

trabalho do presidente, que pode ser acompanhado na sua correspondência com Joaquim Nabuco. Finalmente a sede! Revelada em carta de 28 de junho de 1904 ao autor de *Minha formação*:

“A nossa Academia Brasileira já tem o seu aposento, como deve saber. Não é separado, como quiséramos: faz parte de um grande edifício, dado a diversos institutos. Um destes, a Academia de Medicina, já tomou posse da parte que lhe cabe, e fez a sua inauguração em sala que deve ser comum às sessões solenes. Não recebi ainda oficialmente a nossa parte, espero-a por dias.”<sup>24</sup>

O local era o então chamado Edifício do Cais da Lapa. Só um ano depois foi efetivamente ocupado pelos acadêmicos. Com a batalha do mobiliário ainda uma vez comandada pelo presidente e vencida com a atuação dos deputados Medeiros e Albuquerque e Eduardo Ramos, que nesse sentido propuseram e conseguiram aprovar emenda no orçamento do Ministério do Interior. Era a estabilidade da moradia. A Casa estava enfim “aposentada e alfaiada”. No prédio que abrigava ainda o Instituto Histórico e o Instituto dos Advogados. Mais tarde, por proposta do Barão de Ramiz Galvão, denominado *Silogeu Brasileiro*, em lugar do pouco solene nome antigo. O termo silogeu, com o sentido de “local onde se reúnem associações literárias e/ou científicas”, foi criado especialmente pelo barão, um helenista, a partir de *logoi*, estudos, acrescido do prefixo *sin*, que indica reunião, conjunto, e do sufixo *eu*, correspondente ao grego *-eion*, formador de substantivo.

Para Machado era ainda pouco. Em carta anterior ao mesmo Nabuco, onde dá notícia da sede conjunta, ressalva: “Seguramente era melhor dispor a Academia Brasileira de um só prédio, mas não é possível agora, e mais vale aceitar com prazer o que se nos oferece e parece bom.” E vaticina, premonitório: “Outra geração fará melhor.”<sup>25</sup> E foi feito. Quinze anos depois de sua morte.

---

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*, pp. 45-46.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*, p. 44.

Com a transferência para o Petit Trianon, oferta do governo francês. Depois foi a solidificação. Em terreno firme e ampliado. Ação em que desponta a energia, o entusiasmo e a determinação do mítico presidente Austregésilo de Athayde. Mas é outra história e muito melhor contada por Laura e Cícero Sandroni.

Nos tempos heróicos, Machado foi efetivamente o grande consolidador. Pela força de seu prestígio. E, sobretudo, pela firmeza de sua atuação e por sua capacidade de comando, que evidencia uma vocação política agregadora a que se furtou na vida pública. Com habilidade serena, com talento raro, mesmo diante da única dissensão representada por Sílvio Romero, mais tarde diluída. Como resume Josué Montello, outra dedicação totalizante à Casa, com a acuidade que é uma de suas marcas:

“A Academia, ao ser constituída, soube ser uma curiosíssima coordenação de partidos, tendências e situações que se harmonizaram por uma espécie de milagre pessoal do seu presidente. Havia ali monarquistas e republicanos, românticos e naturalistas, historiadores e poetas, jornalistas e professores, numa diversidade surpreendente de princípios, idéias e convicções, sobre a qual devia pairar, com o seu fino gênio político, a ação coordenadora do narrador de *Histórias sem data*.”<sup>26</sup>

“O presidente Machado”, escreve ainda Mestre Josué, “nada impõe nem pede aos companheiros. Sugere. Concorde. Insinua. Querendo ser adivinhado. E falando o menos possível.”

É o acadêmico assíduo: só deixou de comparecer a duas sessões das 96 que a Academia realizou durante a sua presidência.

É o cultor da sutileza, como evidencia o episódio ligado à candidatura de Emílio de Meneses, poeta de marcada irreverência e comportamento boêmio. Matéria discutida em sessão. Na saída, alguns acadêmicos acompanham o pre-

---

<sup>26</sup> *O presidente Machado de Assis*, ob. cit., pp. 35 e 38.

sidente no caminho para o bonde das Águas Férreas, que o levaria à sua casa do Cosme Velho. Machado muda o rumo rotineiro do percurso e desvia para a Rua da Assembléia. Entra numa cervejaria. Braço erguido, simplesmente aponta para um quadro que, na parede, exibia a figura do candidato, a cara rubra, os bigodes retorcidos, à mão um amplo copo de cerveja. Sem uma palavra, retorna à rua e ao caminho do bonde. Era o fim das pretensões do poeta.

A sutileza não elimina a obstinação com que cuidou da candidatura e da eleição do seu querido amigo Mário de Alencar. Marcadas as gestões, entretanto, pela discrição, traço forte de seu comportamento. Faz política, como não podia deixar de ser. Mas defende que “na Academia não há nem deve haver grupos fechados”.

As eleições da Casa já mobilizavam a imprensa, sinal de sua relevância. A do filho de José de Alencar provocou reações, assim relatadas por R. Magalhães Júnior:

“O *Correio da Manhã* de 2 de novembro atacou a eleição de Mário, apresentando-a como o resultado da intensa cabala desenvolvida pelo Barão do Rio Branco, através de seus lugares-tenentes, Graça Aranha e Domício da Gama. Emílio de Meneses publicou n’*A Tribuna* um soneto satírico, dizendo que o novo acadêmico, *enfant-prodige* da burocracia, saíra da ‘panelinha’ da literatura e, embora Mário de Alencar tivesse, ao ser eleito, 33 anos, pintava-o como um garoto, tendo por pecúlio ‘calças curtas, a lousa, o abecedário / e o primeiro exemplar do *Tico-Tico!*’. Alcindo Guanabara, escrevendo em *O País*, também deplorou o resultado da eleição, censurando principalmente seu colega João Ribeiro, que dissera pouco antes: ‘Presume-se que a Academia é uma consagração pelos trabalhos feitos. Aqui não é lugar dos que principiam.’ Para Alcindo, Mário era um principiante, não podendo haver hesitação na escolha entre ele e Domingos Olímpio, com ‘uma longa vida de publicista e de romancista’. Contudo, João Ribeiro votou em Mário...”<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> *Vida e obra de Machado de Assis*, Apogeu, pp. 242-43.

O presidente mantém a gravidade e a solenidade do ritual acadêmico, mesmo diante do número reduzido de participantes da sessão. Caso da última que presidiu, diante de apenas seis companheiros.

Identifica-se de tal maneira com a Casa e tem consciência de sua importância no panorama da cultura brasileira que lega à Instituição os seus livros, papéis e recordações literárias, material a que se acrescentariam peças do mobiliário da residência e objetos de uso pessoal.

Não esconde a vaidade, legítima, diante das justas homenagens e deferências. Mantém-se, entretanto, fiel à singeleza, à simplicidade e ao recato com que preserva a sua privacidade. De tal modo, que fecha a intimidade do seu lar mesmo aos amigos mais chegados, como Nabuco, Graça Aranha e Mário de Alencar. Magalhães de Azeredo teve o privilégio de conhecer-lhe a sala de jantar. Veríssimo uma única vez pôde entrar no seu quarto de doente. Nem à morte permitiu esse privilégio. Assinala Lúcia Miguel-Pereira:

“[...] Quando afinal as forças o abandonaram de vez, não foi ao seu quarto de dormir, ao quarto onde guardava as relíquias de Carolina, que se recolheu. Ou por comodidade, ou por último gesto de pudor, uma última tentativa para resguardar a sua intimidade, ficou num aposento no andar inferior, próximo à sala de visitas. E não se acamou, senão nos últimos momentos.”<sup>28</sup>



O velho Machado convive, após a morte de Carolina, com três obsessões: a marcha inexorável do tempo, a lembrança permanente da esposa, a ABL compensatória, cuja missão maior define no discurso da sessão de encerramento do ano de 1897, realizada em 7 de dezembro. E com suas palavras encerro minhas considerações, breves, diante da figura maior da literatura brasileira:

---

<sup>28</sup> Machado de Assis. *Estudo crítico e biográfico*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936, p. 322.

“A Academia [...] buscará ser, com o tempo, a guarda da nossa língua. Caber-lhe-á defendê-la daquilo que não venha das fontes legítimas – o povo e os escritores – não confundindo a moda, que perece, com o moderno, que vivifica.”<sup>29</sup>

Nada mais vivificador do que o seu texto literário. Instaurador. Divisor de águas.

Ao tempo da fundação da Academia, a vida do autor do *Memorial de Aires* dividia-se em três instâncias: a atividade funcional, a atividade literária, a ação acadêmica. Pontuado pela fragilidade da saúde, amenizada pela presença discreta de D. Carolina. Sofridíssima, após a morte da esposa.

Ao longo dos anos que sucedem à morte da esposa, mobilizam-no três obsessões: a marcha inexorável do tempo, marcada pela solidão, a lembrança de Carolina, carregada de saudade e agudo sentimento de perda; a Academia, compensatória. A primeira é marcada pelo desconforto da saúde abalada, notadamente pelas crises de epilepsia, a segunda, a cada passo lamentada nas cartas aos amigos, e jamais atenuada. A Casa, refúgio emocional a quem dedicava todo o seu esforço e todo o seu tempo, na construção árdua da Instituição, de sua imagem, de sua presença, da dignidade de uma sede à altura da grandeza do projeto. Ao fundo, certamente, a solidão dos grandes homens, no encontro consigo mesmo, no silêncio do recolhimento da casa do Cosme Velho, para além dos afagos da glória, que fica, honra e consola, mas não pacifica. *Sic transit gloria mundi*. Mas alguma resta do naufrágio das humanas ilusões: a sua presença ao longo do processo da literatura e da cultura brasileiras, preconizada pela acuidade de Joaquim Nabuco, em carta de 8 de junho de 1908:

“V., graças à nova geração dos Veríssimos e Graças, que explicaram a admiração inconsciente que V. inspirou à geração anterior, ou à nossa, goza hoje de uma reputação que forçará a posteridade a lê-lo e a estudá-lo para compreender a fascinação exercida por você sobre o seu tempo.”<sup>30</sup>

<sup>29</sup> Discurso de Machado de Assis pronunciado em 7/12/1897, na sessão de encerramento dos trabalhos acadêmicos.

<sup>30</sup> *Correspondência de Machado de Assis*, col. e anot. por Fernando Nery, 1932, p. 84.

A que cabe, com justiça, acrescentar: e pelos tempos futuros que vierem.

O mais está nas várias biografias, integrantes talvez da mais ampla bibliografia dedicada à vida e à obra de um escritor brasileiro, marcado, ao contrário do que alguma tradição crítica preconiza, por uma acentuada vocação pública, por uma personalidade agregadora, de marcada liderança; por uma participação intensa, ainda que discreta, em grupos de escritores; pelas experiências hauridas no contato com outras pessoas, pela circulação ampla e vária de seus textos, num tempo de público leitor precário; pela incorporação e reescrita de múltiplos discursos sociais criticamente trabalhados em textos fundamentalmente contestatórios. Na ficção e na não-ficção. Tudo isso a partir de uma linguagem fundadora, que sintetiza e atualiza as possibilidades da língua portuguesa do seu tempo.

# Legados de Norberto Bobbio

MIGUEL REALE

Quando, em 1983, Norberto Bobbio<sup>1</sup> veio ao Brasil, a convite da Universidade de Brasília, coube-me a honra de saudá-lo em nome dos pensadores brasileiros. Lembrei, de início, que tivera a iniciativa, na década de 1960, de tornar mais conhecido seu pensamento entre nós graças à inclusão, na “Coleção Direito e Cultura”, por mim dirigida na Editora Saraiva, de bem escrita monografia de autoria do Padre Astério de Campos sobre suas teorias.

Desde então fiquei cada vez mais convencido de que Bobbio nunca se preocupou com a qualificação de sua própria posição filosófica, preferindo o papel de maior esclarecedor e mentor das idéias jurídicas e políticas fundamentais, visando sempre o aprimoramento da democracia.

Assim sendo, declarei não considerá-lo um neopositivista, como geralmente se fazia, mas sim um filósofo que timbrava em extrair o suco essencial das doutrinas, sem se filiar a nenhuma delas.

Jornalista, professor e jurista. A sua obra, com cerca de 60 livros publicados, compreende os campos da Filosofia e Filosofia Jurídica, da Teoria Geral do Direito e Teoria Geral do Estado, além de monografias e estudos em quase todos os ramos do Direito Público e Privado.

---

<sup>1</sup> Filósofo e pensador italiano, Norberto Bobbio faleceu no dia 9 de janeiro de 2004, aos 94 anos,

Na resposta por ele dada e que muito me sensibilizou, concordou o mestre itálico com a minha observação, chegando a se considerar menos um filósofo do que um teórico da ciência, sem ter tido jamais a pretensão de “formular concepções gerais da realidade”.<sup>2</sup>

Talvez terá sido a sua maior contribuição à história da cultura a sua constante preocupação no sentido de revelar o *essencial das doutrinas fundamentais*. Ninguém, a meu ver, soube penetrar tão profundamente na essência do pensamento filosófico-jurídico de Kant, sem se tornar kantista, ou de Hegel ou Marx sem ser hegeliano ou marxista.

Preferia ser, como então asseverou, um homem do Renascimento, “um anão sobre os ombros dos gigantes”, podendo, assim, ver mais ou melhor do que eles, a cuja existência devemos ser eternamente gratos. Essa é uma das atitudes mais complexas e difíceis, constituindo a opção pelo amor da idéia como idéia, tão-somente em função dos valores supremos do processo cultural, para o progresso impessoal da ciência.

Uma das obras mais aliantes de Benedetto Croce é *O que está vivo e o que está morto na filosofia de Hegel*, na qual é apresentado o que há de profundo e perene no idealismo hegeliano, sem necessidade de se tornar adepto dessa corrente de pensamento. Pode-se dizer que Bobbio aplicou essa diretriz em relação aos fundadores da ciência jurídico-política atual, dispensando especial atenção às condições peculiares de cada momento histórico.

Na realidade, ele foi além da mera apreciação doutrinária dos livros e monografias dos autores, porquanto aplicou os mesmos critérios relativistas no exame da época em que eles atuaram, daí resultando um *historicismo aberto* às inovações imprevisíveis da sociedade e da ciência, livre dos obstáculos e impedimentos apontados por Karl Popper em sua conhecida crítica do historicismo.

O que mais me seduz na obra de Bobbio é a sua *crítica histórica*, a sua capacidade de captar o que há de mais significativo e fecundo nas produções filosóficas e científicas, sempre em íntima e concreta correlação com as necessidades individuais e coletivas.

---

<sup>2</sup> Cf. Carlos Henrique Cardim, org. *Bobbio no Brasil*. Ed. Universidade de Brasília, 2001, p. 31.

Ele, por exemplo, soube ver, em Hobbes, mais do que um teórico do *Leviathan*, do Estado autoritário (como via de regra se fazia), para nos revelar um pensador empenhado em demonstrar a positividade essencial do poder, motivo pelo qual tanto o direito como a política não podem deixar de ser estudados como ciências positivas. Nesse sentido, lembrava ele o ensinamento hobbesiano de que “*auctoritas, non sapientia, facit leges*” (a autoridade, não a sabedoria, faz as leis). Era, em suma, toda uma nova visão de Hobbes que se descortinava graças à sua aguda interpretação.

Nessa ordem de idéias, em seu pronunciamento em Brasília, Bobbio confessava que se considerava “positivista no sentido jurídico e não no sentido filosófico”, acrescentando que o neopositivismo foi para ele uma experiência útil, visto parecer-lhe que os instrumentos lingüísticos que ele fornece à análise do Direito são da maior relevância para a Hermenêutica Jurídica.

O mesmo equilíbrio se nota no concernente à *Teoria Pura do Direito* de Hans Kelsen, cuja contribuição maior seria constituída pela demonstração de que no direito *o essencial é a sua dimensão normativa*, parecendo-lhe secundário o fato de ser esta apresentada de maneira formalista, sob a influência de Kant. O importante no kelsenismo, no seu entender, é a visão do ordenamento jurídico como um escalonamento normativo, válido de *per si*, e não como criação do poder estatal.

No que se refere à “teoria tridimensional do direito” – cujos pressupostos me pareciam presentes em seu pensamento – Bobbio declarou ter-se aproximado de minha posição, pela seguinte razão: “Teoria tridimensional quer dizer exatamente que o mundo do direito tem de ser visto sob três pontos de vista inseparáveis: o ponto de vista dos valores, o ponto de vista das normas e o ponto de vista dos fatos. Daí surge a filosofia do direito propriamente dita, ou seja, a filosofia dos valores jurídicos, a teoria geral do direito que se ocupa do ordenamento jurídico, e a sociologia do direito que se ocupa do direito como fato. Creio que se se quiser ter uma visão completa da experiência jurídica, será necessário ter em vista esses três pontos de vista. A diferença está em que jamais teorizei essas três dimensões do direito, embora as tenha

aplicado, sem nunca ter elaborado uma teoria a respeito delas.” (Obra citada, pág. 30.)

Com esses três exemplos, penso ter demonstrado que o que caracteriza a crítica histórica de Norberto Bobbio é a constante procura dos elementos essenciais, evitando generalidades que possam suscitar dúvidas.

Por outro lado, esse empenho pelo essencial nunca implicou a aceitação de qualquer reducionismo, perdendo-se o pesquisador na busca de um único elemento para explicar experiências complexas como as do direito e da democracia.

Nesse sentido, poder-se-á talvez afirmar que, em sua longa vida criadora, nenhuma aspiração terá sido maior do que a persistente indagação de Bobbio quanto à *essência da Democracia*, que uns fundam na *liberdade*, enquanto outros invocam a *igualdade*.

Para ele, e é um dos mais relevantes legados de seu fecundo magistério, liberdade e igualdade são valores necessariamente complementares, o que o fez – a exemplo do que já o fizera Carlos Rosselli, na longínqua década de 1930 – optar pelo “socialismo liberal”, após várias experiências, intensamente vividas, como a do marxismo e da social-democracia. Liberalismo e socialismo, a seu ver, não são idéias ou ideais contrapostos, mas que devem, ao contrário, se conciliar entre si, na medida em que o permitam as variáveis situações históricas de cada povo.

Essa conclusão não o impedia de considerar-se um “homem de esquerda”, posição que, a seu ver, se justificará até e enquanto houver tantas desigualdades e exclusões sociais como as que ainda existem. No meu entendimento, todavia, se liberalismo e socialismo convergem no sentido de uma solução conciliadora, tanto o “socialismo liberal” como o “liberalismo social”, de minha preferência, apontam para o *centro* superador do conflito das ideologias. É essa a conclusão a que chego em meu livro *O Estado Democrático de Direito e o conflito das ideologias*.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> São Paulo: Saraiva, 1998. 2ª ed., 1999.

# A invenção da cidade moderna na literatura

EDUARDO PORTELLA

A cidade é hoje o espaço mais provocador de que dispomos. Porém provocador em pelo menos dois sentidos: enquanto berço de civilização e endereço da barbárie.

1. A invenção da cidade moderna se equilibra, ou se desequilibra, sobre um movimento tenso de relações de produção e produção de relações.

É claro que na literatura, ao contrário da economia, predomina a produção de relações, seus impasses freqüentes, seus encontros fortuitos. Encontros e impasses constituindo a infundável e perigosa trama da cidade moderna.

2. Talvez devamos perguntar, sem muita esperança de resposta, sobre quem inventou quem?

Se levamos em conta a genealogia distante, que remonta à Babilônia e à Jerusalém, devemos concordar que a cidade precede a modernidade, mas já então rodeada de mitos e conflitos.

Palestra  
proferida no  
Centro Cultural  
Banco do Brasil,  
em 7 de maio de  
2003.

Se chegamos para mais perto de nós então nos deparamos com a cidade das Luzes, ou com as luzes da cidade, ou com esse lusco-fusco, que é perturbação e metáfora.

3. A cidade é ou deve ser o ente associativo. Quando não o é, ela se desciviliza, desurbaniza-se, se parte em pedaços. E esses pedaços dissolutos são apenas representações da desagregação, são ruínas no sentido imediato do termo. Tudo porque na cidade se confrontam segmentos sociais diversos, intercâmbios simbólicos, olhares furtivos, carregados de luto e de promessa. E a literatura consegue guardar, apesar dos pesares, a chave desse insólito lugar, dessa cidade morta e cada vez mais viva. A literatura, ao mesmo tempo em que reflete, inventa a cidade. Transpõe a sua geografia sob os auspícios do imaginário e do consentimento da linguagem.

4. Na concepção ideal da cidade moderna se destacava um centro, que por sua vez correspondia a um determinado sistema de centralidades. Com o passar dos dias o centro foi se descentralizando, e freqüentemente a periferia irrompeu, com ou sem metáfora, no coração da cidade. O “centro da cidade”, que os países metropolitanos cultuaram por tantos séculos, parece haver assumido a forma do “shopping center”. Já se fala até na geração “shopping center”. Mas tenho a impressão de que, antes de deslocar, ou, como querem alguns, de recuperar o indivíduo expatriado, devemos substituir o paradigma da centralidade. Talvez procurar uma ontologia da forma urbana, que hoje só existe como ausência, no marco do *A hora da estrela*, de Clarice Lispector. Macabea, a personagem emblemática dessa narrativa, foi tragada pela voracidade da megalópole. E, desde então, as instâncias de aniquilamento se multiplicaram assustadoramente.

5. Edgar Allan Poe percebeu os primeiros movimentos dessa invenção precocemente desfigurada, dessa cidade moderna na qual o interior e o exterior não se comunicavam nem se entendiam. A sua narrativa “O homem da multidão” é bem ilustrativa dessas primeiras desolações.

6. Charles Baudelaire, já considerado “o poeta do homem da rua”, tentou superar esse impasse. Metaforizou as “passagens” de Paris, possível enlace entre o espaço privado e o espaço público. Também fez do *flâneur* o repórter imaginoso da vida cotidiana, e do *dandy*, o seu crítico enviesado e silencioso. Não sei se avançou muito. A derrocada da *urbs*, da *civitas*, da *polis*, jamais cessou, em meio aos desmandos da cidade, contraditória e inconciliável, ou somente conciliável como desejo. Baudelaire contudo alegorizou o *spleen*, a prematura melancolia da cidade desejada. Já Balzac constituiu a representação superlativa das “ilusões perdidas”.

7. A invenção da cidade moderna foi precoce na Europa e retardatária na América Latina. A cidade pré-moderna não poderia estar mais bem representada no Brasil: Machado de Assis, Lima Barreto, João do Rio (cito apenas alguns nomes). Já no período modernista, Mário de Andrade e Manuel Bandeira fizeram duas aparições diversas: o primeiro antecipou a “paulicéia desvairada”; o segundo, embora crítico veemente da modernidade, evocou o Recife da sua primeira infância e sugeriu a volta utópica a Pasárgada. O período intermediário foi preenchido pela crônica. A crônica tem sido a memória viva da cidade. Na passagem acidentada do Rio placidamente suburbano para o Rio vorazmente urbano, o olhar de Nelson Rodrigues foi recolhendo, como se dispusesse de uma câmera cinematográfica, imagens descontínuas de grandes desolações no seio da família pequeno-burguesa.

8. As mutações urbanas se acentuaram cada vez mais, em contextos de baixa modernidade. A narrativa diversificada da cidade multitudinária de há muito deixou de ser a descrição idílica de um mundo de paz. Rubem Fonseca, Dalton Trevisan, Moacyr Scliar, Antonio Torres, João Gilberto Noll, Paulo Lins, são alguns dos seus principais intérpretes. A guerra parcelar e continuada invadiu o território urbano. E a cidade muda com essa trepidação bélica. E muda para pior. Deixou de ser a invenção ilustrada dos nossos antepassados modernos. Hoje é antes uma invenção rasurada.



J O R G E   A M A D O

G A B R I E L A  
C R A V O   E   C A N E L A

M A R T I N S

# Novela-crônica, um novo gênero: jornalismo e literatura

ARNALDO NISKIER

*“As fotos não explicam nada. Uma fotografia mostra algo,  
mas apenas as palavras explicam o que você vê.”*

SUSAN SONTAG

Dentro dessa imensa área que é o jornalismo-literatura, abriga-se um novo gênero, talvez nem tão novo assim, que se chama novela-crônica. Os primórdios podem ser encontrados nas famosas novelas de rádio, com autores como Dias Gomes, Amaral Gurgel, Mário Lago, Janete Clair e Moisés Weltman, para só ficarmos, passando em seguida pelas fotonovelas. A revista *Sétimo Céu* inovou com a criação das primeiras brasileiras, tomando por base trabalhos como a série “Adelaide Simon não quis matar”, de Mário Lago, na Rádio Nacional. E seguiram-se outras. Fizeram grande sucesso, nas décadas de 60 e 70.

Depois veio mesmo a afirmação das telenovelas. Fato pouco divulgado, na década de 80, foi a participação do Acadêmico Carlos

Conferência  
proferida  
durante o  
Seminário  
Internacional  
promovido na  
Academia  
Brasileira de  
Letras, em 9  
outubro de  
2003.

Heitor Cony na construção das bem-sucedidas novelas da Rede Manchete, *Dona Beja* e *Cananga do Japão*. Até chegarmos a *Mulheres apaixonadas*, de Manoel Carlos, que alcança incrível sucesso, na Rede Globo, com o batismo definitivo da novela-crônica. Uma inteligente mistura de ficção e realidade, prendendo o público de milhões de telespectadores, com temas atuais do cotidiano da nossa movimentada sociedade.

Se são usados fatos do dia-a-dia, é jornalismo. Se tudo é escrito de forma sensível e com um espírito raro de oportunidade, aí o mérito maior de Manoel Carlos, como dissociar o fenômeno de audiência do tema de jornalismo e literatura? Por que aceitar a tese de que só pertence a esse gênero o que sai em jornal, revista ou livro?

Uma foto vale por mil palavras.

Desde cedo, trabalhando com grandes jornalistas, como Justino Martins, aprendi a respeitar esta frase, hoje colocada em questão. Talvez por influência da sociedade midiática em que vivemos. A apreciada escritora Susan Sontag, por exemplo, afirma que “fotos não explicam nada. Uma foto mostra algo, mas apenas as palavras explicam o que você vê”.

Ao se dar razão à autora de “A dor dos outros”, é preciso estabelecer limites para o alcance da televisão, que é pura imagem. Pode-se criar literaturas por intermédio da mídia eletrônica? A própria superficialidade do fenômeno maior da comunicação moderna enseja o aparecimento de características que podemos chamar de literárias?

Aqui começa a controvérsia, boa companheira do pensamento. Vamos arriscar, afirmando que isso é possível. Há mais de dez anos, aqui mesmo, na Academia Brasileira de Letras, toquei no assunto, arrancando aplausos, lembro bem, de uma platéia em que estava o intelectual Afonso Arinos de Melo Franco. Ele concordou com o meu ponto de vista: existe a possibilidade concreta de uma literatura eletrônica. Basta dedicar boa atenção a determinados textos, tidos como jornalísticos, em que se verá claramente a presença do valor literário. Jornalismo e literatura praticam a simbiose, sem que possamos deixar de os reconhecer.

Querem exemplos? O texto de Armando Nogueira sobre a despedida de Garrincha, o craque das pernas tortas que ensandeceu nossos adversários na Copa do Mundo de 58, na Suécia. Ou, do mesmo autor, o texto alusivo ao gol nº 1.000 de Pelé, numa admirável leitura de Cid Moreira. Quando se estabeleceu um enlace semelhante à conjunção astral que, vez por outra, adorna o céu dos apreciadores do firmamento.

Não chego a ponto de considerar que um programa de livros na TV seja de cunho literário. Durante cinco anos, na década de 80, na Rede Manchete, dirigi o programa *Homens e Livros*, único na época que se dedicava ao tema. Mas isso era jornalismo em estado puro, mesmo contendo entrevistas com autores que diziam maravilhas sobre a nossa literatura. A marca do veículo prevaleceu sobre a natureza do programa.

A televisão é o mais poderoso instrumento de comunicação social. Representa uma verdadeira revolução nos costumes e na vida de todos. Érico Veríssimo foi lembrado como um dos maiores escritores brasileiros de todos os tempos depois que uma de suas obras – *O tempo e o vento* – foi adaptada para a televisão. Houve, a partir daí, um estímulo, uma excitação do mercado. O importante é tirar o indivíduo da sua inércia para que seja um consumidor em potencial.

Insisto que é sempre possível usar a TV para ações literárias. Sem receio de entrar na polêmica, posso afirmar que até mesmo isso ocorre em certas telenovelas. Nem todas são pírias e nem todas as frases ditas pelos nossos grandes atores são desprovidas de conteúdo. Por outro lado, quando se faz a adaptação de livros de nossos melhores escritores, como ocorreu com Rachel de Queiroz (*O memorial de Maria Moura*) ou Jorge Amado (*Gabriela*) estamos divulgando suas idéias centrais e, o que é fundamental, despertando interesse inusitado pela aquisição e leitura de obras-primas da nossa literatura. Isso aconteceu com Machado de Assis e José de Alencar, para só ficar nesses dois.

A televisão, inegavelmente, tem sentido cultural. É um instrumento importantíssimo de alavancagem da identidade cultural brasileira. Hoje muito mais do que ontem. Nós éramos o quintal das nações desenvolvidas, importávamos muito da programação estrangeira.

Infelizmente, isso ainda ocorre, mas o retorno da veiculação do *Sítio do Pica-Pau Amarelo* permite às nossas crianças o contato com o maravilhoso mundo de Monteiro Lobato.

Quando se fala na revivescência do poderio ou da expressão do 4º Poder, é preciso conduzir bem essa coisa extraordinária que é a força da televisão. Lamentamos profundamente que ela ainda não esteja identificada definitivamente com um procedimento sociocultural mais adequado.

Quando vejo a TV Educativa tão mal conduzida, tenho pena. Quando vejo as próprias redes comerciais dando pouco espaço à educação – elas têm problemas de sobrevivência – lamento muito também. Há uma falta de atenção notória nos textos de reportagens e novelas. Erros crassos da nossa língua são cometidos diariamente, num desrespeito inaceitável.

A TV Educativa é uma das maiores redes do mundo, com inúmeras emissoras, principalmente no interior. O Brasil têm milhões de analfabetos, semi-analfabetos ou analfabetos funcionais. A TV Educativa não poderia estar sendo usada para diminuir essas distorções?

A democracia só se consolida com uma imprensa livre. Temos que considerar que o 4º Poder nunca deixou de estar presente, com o relevo que tem e a despeito de tudo. Queremos que os poderes sejam harmônicos e interdependentes. Dentre esses poderes, a imprensa jamais deixou de ter sua reconhecida expressão.

Em 1986, o Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais elaborou e aprovou um *código de ética*, que fixa normas para atuação do profissional daquela área nas relações com a comunidade, com as fontes de informação e entre os próprios colegas de profissão. No art. 17 do referido código, lê-se: “*O jornalista deve preservar a língua e a cultura nacionais.*”

Entende-se a preservação da língua portuguesa como prioridade a ser observada pelos profissionais da imprensa tanto falada, quanto televisada e escrita.

Queremos todos uma imprensa responsável sem o sacrifício da sua liberdade. E sob regimes legais que não esqueçam a sua função essencial, consubstanciada no direito de crítica e no dever de informação.

## ~ O novo jornalismo

Desde a década de 60, nos Estados Unidos, estamos diante do que se convencionou chamar de “novo jornalismo”. Truman Capote e Norman Mailer saíram de textos antes burocráticos para promover a reportagem como criação literária. Teremos sido pioneiros com *Os sertões*, de Euclides da Cunha?

Dentro dessa reflexão cabe perfeitamente a inserção do “jornalismo investigativo”, que até já tem os seus heróis, como é o caso do jornalista Tim Lopes, que conheci ainda garoto na redação da revista *Manchete*.

A propósito de Truman Capote, autor de *A sangue frio*, que se dava inteiramente a cada livro escrito, com ele veio a valorização da reportagem, até a descrição final de enforcamentos dolorosos para o escritor. Ele se envolveu com os personagens, aumentando a dramaticidade das cenas descritas, “imaculadamente factuais”. Nasceu assim o que nos Estados Unidos passou a ser considerado “o romance sem ficção”, ou seja, jornalismo com forte dosagem de literatura. Para se transformar em obra de arte.

Temos pesquisadores que merecem respeito. É o caso de Luiz Nassif, que temos o privilégio de ler sempre na *Folha de S. Paulo*. Em “O jornalismo dos anos 90”, Nassif afirmou que nos anos 60 a imprensa descobriu o jornalismo econômico; nos anos 70, o jornalismo de negócios; nos anos 80, o jornalismo de serviços; nos anos 90, o jornalismo denunciatório; no ano 2000, “falta à imprensa se descobrir”. Há denúncias que não se confirmam – e isso enfraquece a expressão da sua força na sociedade brasileira.

Quero ainda dar uma palavra sobre o rádio, esse poderoso veículo de comunicação de massa, que atinge todos os rincões, mesmo os mais recônditos. Como colaborador durante mais de dois anos da CBN, senti o retorno das entrevistas concedidas ao repórter Alves de Melo, em geral sobre educação, e depois com os livros baseados nelas: *O diário da Educação* e *O novo diário da Educação* (Edições Consultor).

Hoje, somos presenteados diariamente com as pílulas de Carlos Heitor Cony, Heródoto Barbeiro e Artur Xexeo, na mesma CBN, com o seu *Liberdade*

*de expressão*, também transformado em livro. É bom ouvir comentários pertinentes e inteligentes, com sabor muitas vezes literário, misturando na mídia eletrônica poderosa os conceitos básicos de jornalismo e literatura.

Num país de oportunidades educacionais desiguais, com acesso limitado a livros, revistas e jornais, além de um contencioso de 20 milhões de analfabetos, não é despropositado esse comentário sobre o enriquecimento do que pode ser oferecido à nossa população, em termos de cultura, com o emprego de conteúdos mais bem ditos ou escolhidos. Sempre tenho em mente que, numa visita feita há dois anos à Finlândia, pude ouvir programas de rádio em latim, valorizando a língua que deu origem ao português. Quando perguntei ao ministro da Educação a razão disso, ele foi claro na resposta: “Ensinamos latim aos nossos jovens porque este país tem compromisso com a cultura clássica.” E nós, temos compromissos com o quê?

## ~ A imprensa no Brasil e no mundo

O papel da imprensa e, conseqüentemente, de quem escreve para ela, desde o seu surgimento no México, em 1535, e no Peru, em 1584, sempre foi relevante. Diversos historiadores afirmam que talvez fosse o Brasil o único dos países americanos que não possuía tipografias, até o findar do século XVIII. Os Estados Unidos tinham prelos em 1630, sendo o *Boston News Letter* o seu primeiro periódico, em 1704.

Somente em 13 de maio de 1808, com a chegada do Príncipe Regente D. João, instalou-se no Brasil a Imprensa Régia, que publicou o primeiro periódico, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, a circular por aqui, como substituto da *Gazeta de Lisboa*, de que se vinha utilizando o Governo de Portugal para a divulgação dos fatos que diziam respeito à Família Real e dos acontecimentos que interessavam diretamente ao Governo do Reino, como a publicação de atos oficiais.

Esse periódico, que costumava sair duas ou três vezes por semana, admitidas edições extraordinárias, não mais interromperia a sua divulgação, prestando ao Governo serviços relevantes, sobretudo nessa fase em que era o único periódico a

circular no Rio de Janeiro e através do qual era possível tomar conhecimento do que se passava no resto do mundo. Mas seu aparecimento coincidiu com a divulgação de outro jornal, redigido por brasileiro, mas tendo sua redação instalada em Londres, sob as vistas do maior jornalista do seu tempo, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, nascido na Colônia do Sacramento, numa fase em que ela estava sob o domínio de Portugal. Chamava-se *Correio Braziliense* esse periódico, que saía todos os meses, com uma média de mais de 600 páginas em cada número.

O periódico de Hipólito da Costa foi o pioneiro para a Independência do Brasil, que ele começou a defender com o primeiro número, em junho de 1808, e só veio a interromper a sua publicação depois do Grito do Ipiranga, em 1822.

A imprensa, sem dúvida, exerceu uma função essencial na condução daquele movimento, como inspiração e firmeza dos rumos indicados. Uma função que nunca deixaria de desempenhar, à margem da História do Brasil, para alcançar a abdicação de D. Pedro, com que se confirmaria a Independência. Com os grandes periódicos do Primeiro Reinado, à frente de todos, a *Aurora Fluminense* de Evaristo da Veiga, com uma função que Joaquim Nabuco classificava como uma “ditadura da opinião”. Atuando depois, ao longo do Segundo Reinado, a Imprensa teve influência preponderante na Declaração da Maioridade, com *O Maiorista*. Ou com a fase gloriosa do *Correio Mercantil*, ou com *O Brasil*, de Justiniano José da Rocha. Jornais defenderam e combateram a Lei do Ventre Livre e fizeram a campanha pelo advento da eleição direta.

Em poucos setores, a revolução industrial ou tecnológica tem sido mais profunda e extensa do que na área da comunicação, em que os seus progressos, não raro, assumem a categoria de milagres prodigiosos. Das oficinas de tipos e prensas de madeira às rotativas modernas, e atualmente ao sistema virtual, que eliminou definitivamente as distâncias físicas. Basta recordar que, até o século XVII, uma tiragem de 200 exemplares já era considerada satisfatória. O *Morning Post* valorizou a capacidade de seu comprador, Daniel Stuart, quando conseguiu elevar as suas edições de 350 exemplares a 4.800, em começo do século XIX, e já depois de o publicista Burk haver proclama-

do, na Câmara dos Comuns, dirigindo-se à bancada dos jornalistas: “Vós sois o Quarto Poder.”

Com o advento da máquina a vapor, as edições foram subindo. Em 1829, o *Times* tirava 10.000 exemplares, *Le Siècle*, em Paris, e o *The New York Herald*, 33.000, em 1849.

Cabe à imprensa a missão de levar ao povo brasileiro a sua Identidade Cultural. E não se distingue nenhum meio de comunicação nessa tarefa – rádio, televisão, revista, jornal ou livro.

# A prosa reencontrada

LÊDO IVO

A prosa de José Lins do Rego tem a limpidez e a festividade das fontes castiças e o vigor da seiva que percorre as grandes árvores. É uma prosa seminal e espermática, assentada na origem e no berço, e enriquecida por uma formação literária e humana que soube assimilar as vozes da vida e o rumor do tempo.

O regionalismo de José Lins do Rego é a sua universalidade – a raiz ora profunda ora ostensivamente exposta que o situa num dos vários Nordestestes que são como as pétalas de uma flor espinhosa: o Nordeste canavieiro. A sua condição de menino de engenho lhe permitiu, desde cedo, um convívio largo e até vasto, que ia dos figurantes de uma aristocracia rural em rota batida para a decadência e o empobrecimento até as negras da cozinha e das camarinhas e as molecas piolhentas e precocemente libidinosas que tomavam banho de rio; desde os trabalhadores do eito e da bagaceira aos cangaceiros e aguardenteiros de passagem e aos às vezes obscenos ceguinhos de feira – uma fauna rica e variada em seus falares e dizeres, e em seus canta-

Este texto é a introdução do livro *O cravo de Mozart é eterno*, coletânea de crônicas e ensaios de José Lins do Rego, organizada, selecionada e apresentada pelo acadêmico Lêdo Ivo, e a ser publicado pela Editora José Olympio no corrente ano.

res. Era e continua sendo ainda hoje um Brasil sob a regência de um contraste alarmente; um Brasil trágico e triste de cortar coração mas também mágico, luminoso e festivo; com as suas fomes hereditárias e as comilanças intermináveis das cozinhas fartas e cheirosas; a sua sensualidade e espessa carga sexual; dividido entre o muito e pouco, o mais e um menos que é nada e nenhum.

José Lins do Rego guardou todo o saber lingüístico e sintático do Brasil do seu Nordeste como quem guarda um tesouro. E o era: um tesouro que, sendo a voz do presente e do instante, dos dias e das noites, constituía o erário verbal de um passado que se perde na Idade Média. Na verdade, a prosa de José Lins do Rego é uma prosa hispânica, a prosa falada e escrita e cantada de Cervantes e Gil Vicente, a prosa dos prosadores peninsulares que, iguais a cavalos, se nutriram no grande estábulo da vida. E, diante dessa prosa vital e altaneira que zomba dos ourives parnasianos e das flaubertices tropicais, diante dessa prosa senhorial e medular, chega a ser pálida a prosa embranquecida e embranquecedora de um Machado de Assis. No dilatado domínio do autor de *Fogo morto*, a prosa é a totalidade da vida; uma conversa e uma reflexão; uma narração e uma memória; um monólogo e um diálogo; um espaço verbal em que a existência respira; a melopéia de um mundo que morre.

Quer em sua ficção esplendorosa, que o coloca entre os maiores romancistas da nossa língua, quer em crônicas, ensaios e memórias, a prosa de José Lins do Rego é sempre habitada pela vida, e pela arte, e pelo tempo: pelo que há de mais visível e terrestre.

Ele viveu sempre abraçado à vida. E em seu modo de escrever, desde os primeiros tentames jornalísticos na Paraíba até a gloriosa maturidade, sobeja essa adesão à realidade e ao fluir do instante. É uma prosa do olhar, do olfato que o faz sentir o cheiro oculto das mulheres ou o de Paris, do ouvido sempre alerta para os rumores mais imperecíveis, de um paladar que sabe apreciar a maravilha de um vinho branco bem seco, de uma mão sensual.

O olhar habitua. De tanto olhar as coisas e os seres ao nosso redor, terminamos por não vê-los, ou não vê-los mais. Esse acidente, que ocorre em nossas vidas condenadas à rotina da contemplação distraída, também ocorre na arte

e na literatura. Os escritores e artistas, habituados a olhar a realidade, terminam deixando de enxergá-la. E assim a realidade finda escamoteada e seqüestrada, convertida em matéria indecisa ou mesmo ausente, numa espécie de terra de Mãe Joana.

O grande mérito dos romancistas nordestinos da década de 30 foi terem tido olhos para ver a realidade ambiente, e voz para exprimir essa contemplação. Seus olhos foram olhos novos – e nova foi a voz quase sempre indignada. A voz de uma nova linguagem.

Esse modo original de ver e olhar não se restringe, no caso de José Lins do Rego, à ficção em que retratou o Nordeste canavieiro e messiânico dos senhores de engenho e dos cangaceiros. Está também, e inarredavelmente, em suas crônicas e ensaios, nas notas e observações sobre criaturas e paisagens, no registro de seu convívio literário e humano, nas suas críticas de escritor sem papas na língua, nos textos em que evoca ou celebra os seus amigos e cupinchas.

O viajar de José Lins do Rego revigora a sua condição de clássico da língua, colocando-o ao lado de outros brasileiros que souberam ver a diversidade do mundo, como Joaquim Nabuco e Oliveira Lima, Eduardo Prado e Alceu Amoroso Lima, Ribeiro Couto e Érico Veríssimo. É o andar e flunar de viajantes que não ficaram encerrados nos quartos de hotéis ou sitiados pela algaria dos seminários e congressos literários ou científicos, e souberam respirar o ar estrangeiro. E, depois, guardar essa respiração e convertê-la em visões e estampas iluminadas.

A acuidade de sua visão de viajante se acentua e atinge o ponto mais alto nas viagens pelo Brasil – quer nas de regresso à Paraíba, quando olha com olhos amadurecidos de adulto a fonte de suas vivências de menino e rapaz desbocado – tão desbocado e licencioso que a mãe de seu amigo Gilberto Freyre chegou a proibir o seu filho de freqüentá-lo, considerando-o uma péssima companhia, capaz de, com os seus desbocamentos e licenciosidades, desencaminhar o futuro autor de *Casa-grande & senzala* – quer quando, com esses mesmos arregalados olhos de míope, descobre novas paisagens e novas cidades. As suas notas sobre Cabo Frio são irretocáveis: nelas estão os homens, as águas das lagoas e o sal

procedente do mar azul, o rodopiar dos cata-ventos, o trabalho dos homens. A paisagem e a matéria humana de seu romance *Água-mãe* esplende nessa prosa em que a crônica e o ensaio se misturam, na melhor e mais clara feição inglesa. E o mesmo olhar certo de cronista e ensaísta com algo de sociólogo e ambientalista paira no longo texto sobre Vassouras e seu passado senhorial ou nas observações sobre o Rio Grande do Sul.

Caberá ao leitor desta coletânea<sup>1</sup> diferenciar as crônicas dos ensaios, como quem separa o trigo do trigo, pois um dos encantos dos textos aqui reunidos é o pertencimento a um gênero fronteiro e ambíguo. Eles são ao mesmo tempo crônicas e ensaios. O leitor de Montaigne, que só gostava de ler deitado numa cama, aparece e reaparece aqui, visitando vidas, obras e paragens com as suas dúvidas e certezas, interrogações e reflexões. E com a sua crítica, da arte e da vida. O julgamento da vida e da literatura atravessa o seu ensaísmo de grande conhecedor do coração humano como uma aragem ininterrupta num retrato ou num episódio de viagem. E o que há de mais estranho em sua experiência pessoal de antigo menino de engenho se mistura num contúbio harmonioso e amoroso, à sua condição de criador literário ou leitor de Proust ou de D.H. Lawrence, de Montaigne ou de Cervantes, de Thomas Hardy e Unamuno, de José de Alencar e Graciliano Ramos, de Eça de Queirós e Fialho de Almeida, de Gilberto Freyre e Jorge de Lima, de Manuel Bandeira e Lima Barreto, de Machado de Assis e Euclides da Cunha.

Nesta seleção de crônicas e ensaios, avultam vários Josés Lins do Rego que, após a sua morte, em 1958, andavam sepultados ou esquecidos, ou escondidos – como se o autor de *Doidinho* fosse só e esplendidamente um grande de Espanha do romance brasileiro, e os seus textos jornalísticos constituíssem algo de residual, a ser cautamente oculto em sua trajetória póstuma. As prosas aqui reunidas indicam que, para a compreensão e avaliação justas de José Lins do Rego, elas são necessárias e até imprescindíveis, não se justificando o esconhecimento de quase meio século.

---

<sup>1</sup> *O cravo de Mozart é eterno*, a ser publicado pela Editora José Olympio.

José Lins do Rego, o romancista do universo repetitivo e marasmento do Nordeste, autor de uma saga que é uma melopéia de perda e infelicidade, o ficcionista de um mundo imóvel em sua linguagem arcaica, foi também um homem de movimento, um viajante que percorria terras e via as diferenças e singularidades do mundo à maneira de um Montaigne ou um Stendhal – como se a viagem fosse uma conversação.

A prosa lépida e nervosa em que ele narra os seus dias de França e de Itália, da frígida Finlândia e da ensolarada Grécia, são amostras soberbas de um saber ver. As cigarras que ele ouvia na Grécia eram irmãs das que cantavam nas noites claras da Paraíba. A sua estrangeiridade, em Paris, na Suécia ou na Inglaterra, era a sua maneira de exprimir o seu sentimento do mundo. Montaigne fala do “*vain travail de voir divers pays*”. O montaigneano José Lins do Rego não se amolda a essa sentença do autor dos *Essais*. Ver países, para ele, foi um acréscimo, uma dilatação afortunada de sua maneira de ver e ver-se, de olhar e olhar-se. De Goethe, um de seus autores favoritos, e que lhe ensinou ser o papel da arte “dar uma forma poética ao real”, ele extraiu o ensinamento de viajar sempre de olhos abertos, enxergando tanto o monumento egrégio e a relíquia preclara como a luz do dia e o andar das mulheres. Ou um cachorro numa praça.

No Brasil, o ensaio, como gênero infixo e ondulante, dentro da grande tradição ocidental, sofreu uma distorção clamorosa. Pensa-se que ele deve ser, obrigatoriamente, um texto massudo e livresco, ou um vinho branco e até tedioso, juncado de citações de autores alemães, transplantadas do espanhol, ostentando erudições imaginárias. Mas, na verdade, o ensaio é um gênero leve, fronteiro entre a literatura e o jornalismo, daí a sua origem ou lugar inicial: o jornal ou revista em que são publicados anteriormente.

A grande lição do ensaio ocidental é o da literatura em língua inglesa, com os seus ensaístas informais que escrevem sobre ruas tortas, cemitérios, cidades, viagens, cenas cotidianas, sonhos. E esse tipo de ensaio praticado pelos ingleses, se de um lado se distancia inapelavelmente do eruditismo predatório que grassa entre nós, por outro lado se aproxima da nossa crônica de jor-

nal. Um bom ensaísta é um cronista culto, que sabe escrever. E uma apostila não é um ensaio.

Grande leitor e admirador da literatura inglesa, que lia em traduções francesas (já que não lograra aprender convenientemente a língua de Shakespeare), José Lins do Rego ostenta em seu ensaísmo e em sua crônica o desembaraço, a lepidéz e a argúcia presentes no *informal essay* dos ingleses – na lição que vem de Bacon, Addison, Charles Lamb e Hazlitt e continua num Robert Louis Stevenson, num Chesterton ou num Hilaire Belloc. Ou ainda no Maurice Hewlett de “The maypole and the column” e no E. V. Lucas de “A funeral”.

Nessa fonte inestancável de prosa agarrada à vida e à hora fugidia, e que precede à crítica da vida, José Lins do Rego se abeberou para produzir uma obra literária que se distingue pela sua espessa carga vital – pelo vitalismo dos poetas carnavais e seminais que tanto amava, ou de romancistas que são também poetas, como D.H. Lawrence, cujo *Filhos e amantes* ele considerava um dos dez maiores romances de todo mundo.

“É um grande faltar, esse da vida”, cai a talho a sentença do sábio e sóbrio João Ribeiro. Essa ausência da vida que caracteriza os escritores livrescos, os que vivem enfiados em si mesmos contemplando amorosamente os seus umbigos preclaros, e não abrem as janelas de suas bibliotecas para a entrada do vento e do sol, e não se inclinam para ver o transeunte que passa, não tisna as prosas de José Lins do Rego, sejam as de sua imaginação atrelada à memória que o converteu numa espécie de Marcel Proust dos canaviais, sejam as dos ensaios e crônicas que recolhem os lampejos ou migalhas da existência cotidiana.

Desde os seus dias iniciais de literato de província, José Lins do Rego identificou no jornalismo o seu meio fundamental de expressão e comunicação. O artigo de jornal foi, assim, a sua primeira manifestação literária. Esse labor, começado na Paraíba, estendeu-se depois para o Recife e encontrou o seu tempo de maior fervilhação em Alagoas – nos nove anos, de 1925 a 1934, em que viveu em Maceió, como fiscal de bancos, e lá escreveu os primeiros romances,

*Menino de engenho* (1932), *Doidinho* (1933) e *Bangüê* (1934), uma temporada tão longa e fecunda que ele pode ser considerado um paraibano alagoanizado. Transferindo-se para o Rio de Janeiro em 1935, ampliou a sua condição de escritor e jornalista, publicando crônicas e ensaios em *O Jornal*, o *Diário da Noite*, *O Globo*, a *Tribuna da Imprensa*, além de impor-se como crítico esportivo no *Jornal dos Esportes*.

José Lins do Rego escrevia diariamente. A sua caligrafia, uma sucessão de garranchos, era a aflição e o terror dos linotipistas; e de tal modo que havia n’*O Globo* um linotipista especializado em decifrar-lhe os hieróglifos. Cuido que, nele, nesse escritor que escrevia fluvialmente, como um rio que corre, a obrigação de escrever era suplantada pelo prazer de escrever – esse prazer dos escritores que supera o prazer de ler tão prezado pelos leitores dignos deste nome.

O artigo de jornal, sua primeira manifestação literária, foi também a última. Nos dias finais, num leito de hospital, ele me ditava crônicas ou pequenos ensaios, a sua prosa de adeus – de um adeus que ele, aliás, se recusava a dar, com o seu grande e guloso amor pela vida e o medo de morrer que o acompanhava desde a infância.

No universo de sua criação, a expressão e a comunicação formavam um todo inseparável – daí o ter sido o problema da expressão literária uma de suas preocupações predominantes, e até obsessionais, como o poderá comprovar o leitor desta antologia. Como deve exprimir-se o escritor? Deve ser gordo ou magro? À adiposidade verbal e à ênfase, ele opunha o músculo da enxutez e vigor. Num dos mais sedutores textos desta seleção, o ensaio intitulado precisamente de “Gordos e magros”, publicado num jornal de Maceió e recolhido no livro do mesmo nome, ele se concentra numa “tentativa de interpretação do estilo em literatura”. Curiosamente, essa tipologia literária, que dividia os escritores em gordos e magros, haveria de alastrar-se, como tema e reiterada rotulagem intelectual, na década de 40, com a publicação do seu livro. Os escritores brasileiros foram então inexoravelmente divididos em gordos e magros. Em gordos como o gordo Augusto Frederico Schmidt, afortunada e rotundamente gordo até em sua poesia lamentosa e solene; e magros, asceticamente magros



Lêdo Ivo e José Lins do Rego

Na dedicatória: *Para o querido Lêdo  
do seu José Lins do Rego 1957*

como Carlos Drummond de Andrade. A tipologia vigente possuía uma variante, estampilhando os prosadores e poetas em derramados e comedidos. (O então jovem autor destas linhas foi tido como derramado, embora se prezasse de ser preciso e exato, e claro mesmo quando obscuro.) A contenção era, naquele tempo, uma palavra de ordem, uma decorosa intimação estética. Muitos plúmbeos ambiciosos se submeteram a dietas impiedosas para emagrecer verbalmente e assim poder ingressar na literatura. Eram dietas letais, e eles morreram de inanição.

Como deve proceder o escritor? Procurar ser o mais fiel possível à língua falada ou coloquial, ou render-se ao preceito de que língua literária, sendo uma arte e um artifício, reclama que o seu praticante se distancie da orali-

dade e da coloquialidade? Neste domínio em que a Estética e a Psicologia se entrelaçam em misterioso conúbio, ou em constante pendulação, e a Estilística se abre como um grande leque, José Lins do Rego assume a sua linhagem: a daqueles escritores que se nutrem preferencialmente da língua da vida, e não da língua dos livros. Socorria-se em Montaigne, o padroeiro dos ensaístas, para esclarecer e justificar a sua posição: “Le parler que j’aime c’est un parler simple et naïf, tel sur le papier qu’à la bouche.” Aborrecia-o a “língua de estufa”; a língua supliciada e contorcida desses escritores que vivem castigando o estilo; a língua coelhonetizada. Aos 20 anos, quando da morte de Lima Barreto, escreveu: “Os grandes escritores têm a sua língua; os medíocres, a sua gramática.” Evidentemente, o feroso provinciano aludia à correção gramatical exacerbada, à faina dos escravos dos pronomes, já que a língua é um sistema gramatical. E o grande escritor José Lins do Rego tinha a sua língua, de um vigor incomparável e, para sustentá-la, tinha a sua gramática.

A sua posição lingüística e expressional volta a definir-se, com a maior clareza e nitidez, a propósito da Semana de Arte Moderna, de 1922. O ensaio “Espécie de história literária”, publicado em jornal em 1935, recolhido em *Gordos e magros*, e que figura nesta seleção, é um texto iluminador: “Para nós, do Recife, essa Semana de Arte Moderna não existiu, simplesmente porque, chegando da Europa, Gilberto Freyre nos advertira da fraqueza e do postigo do movimento. Eu mesmo, num jornal político que dirigia com Osório Borba, me pus no lado oposto, não para ficar com Coelho Neto e Laudelino Freire, mas para verificar na agitação modernista uma velharia, um desfrute, que o gênio de Oswald de Andrade inventara para divertir os seus ócios de milionário.” E, após salientar a existência, naquele tempo, de um movimento de renovação literária no Nordeste, tendo como centro a cidade do Recife, e marcado pela independência e até hostilidade em relação a São Paulo, acrescenta: “O movimento literário que se irradia do Nordeste muito pouco teria que ver com o modernismo do Sul. Nem mesmo em relação à língua. A língua de Mário de Andrade em *Macunaíma* nos pareceu tão arrevesada quanto a dos sonetos de Alberto de Oliveira. A língua que Mário

de Andrade quis introduzir com o seu livro é uma língua de fabricação; mais um arranjo de filólogo erudito do que um instrumento de comunicação oral ou escrito [...]. Este livro de Mário de Andrade é um repositório de folclore, o livro mais cerebral que já se escreveu entre nós. Se não fosse o autor um grande poeta, seria o *Macunaíma* uma coisa morta, folha seca, mais um fichário de erudição folclórica do que um romance.”

Hoje, sabemos todos que o século XX não foi, no Brasil, apenas e exclusivamente o século de um Modernismo que, baseado em São Paulo, se tivesse irradiado por todo o Brasil, num contágio triunfante. Foi, para nós, e dentro das mutações históricas e culturais que regem a criação literária, o século do Parnasianismo, do Realismo, do barroquismo de Euclides da Cunha, do Simbolismo, do Modernismo paulista, do Modernismo ou Regionalismo nordestino, da Geração de 45 e, finalmente, de uma criação artística desprovida de ismos, já que estes, após a Segunda Grande Guerra, deixaram de ser produzidos pela Europa e trazidos pelos navios. Nesse quadro plural, considerar o vigoroso modernismo nordestino – o de José Lins do Rego, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Jorge de Lima, Ascenso Ferreira, Gilberto Freyre – uma ramificação ou *segunda fase* do modernismo paulista soa como uma heresia pedagógica, de tal modo eles se diferenciam, na condição específica de movimentos simultâneos.

Essa diferenciação se funda no terreno lingüístico, no próprio cerne da expressão e comunicação literária. De um lado temos a língua dos modernistas de São Paulo: uma “língua inventada”, fabricada e experimental, a serviço de ruptura estética, do repúdio ao passado, da velocidade, do progresso urbano caracterizado pelo caldeamento racial decorrente da imigração, da emergência do arranha-céu, do cosmopolitismo que levou Mário de Andrade a ver o Nordeste, em *O turista aprendiz*, com olhos de estrangeiro. Do outro lado, temos uma língua que conserva o passado, memorialística e anti-experimental; a língua castiça e quase arcaica que, trazida pelo colonizador português, ficou guardada como um tesouro na boca do povo. Justamente com a utilização literária desse idioma nativo, ocorreu, na década de 20, a redescoberta de uma tradição:

a dos sobrados e casas frescas da arquitetura colonial, das igrejas meio barrocas, das feiras de passarinhos, das mangueiras adiposas, do modo de viver e comer e até de passar fome na paisagem devastada pelas secas.

No marasmo e lenteza de uma sociedade cruel em sua aparente cordialidade e afetividade, dividida em senhores e dominadores e uma fauna submissa ou excluída, surgiram os filhos rebeldes da aristocracia rural, como José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Jorge Amado, e um filho de fazendeiro falido: Graciliano Ramos. Com as suas vozes indignadas, eles denunciaram a miséria social e econômica da região, a exploração multissecular, as calamidades climáticas. Falavam pelos humilhados e ofendidos.

Até as preocupações culturais e estéticas e as leituras eram diferenciadas e se impunham como divisoras de águas e de terras. Enquanto Mário de Andrade lia Marinetti, José Lins do Rego lia Tolstoi. Enquanto Oswald de Andrade imitava Blaise Cendrars, Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos liam Dostoievski e Jorge Amado descobria Máximo Gorki. Havia algo de russo nos escritores nordestinos: de uma Rússia ensolarada, de uma Rússia sem neve.

Desse mundo que o nordestino criou veio José Lins do Rego. E ele está aqui, nestas prosas desterradas. É um dos grandes clássicos de nossa língua e de nossa literatura. Com a sua obra, exemplo e visão estética, ensinou-nos que o bom ou grande escritor, como o grande ou bom jogador de futebol, deve ter fôlego e classe. E num texto emocionante, que nos induz a amar a prosa como se a prosa fosse uma mulher, ele nos ensinou, ainda, que o cravo de Mozart é eterno.



lanne dit grier-tour  
par-tout

le drapeau  
général

le drapeau rouge et blanc

le palais  
de la cour

les salles de la cour

le drapeau de la cour

le drapeau de la cour

anglais alloria

# A agonia da civilização

JOÃO DE SCANTIMBURGO

A civilização insere-se na chave da filosofia da História. É esse o seu objetivo, não a política, ciência do Estado, embora o homem seja, como já dizia o velho Aristóteles, animal político, pois desde que nasce até a morte vive em sociedades regidas por códigos e leis. A civilização é nutrida pelas virtudes fundamentais, que, agrupadas em torno da caridade, a suprema virtude, por ser Amor, se completa com as virtudes da prudência, da justiça, do caráter e da temperança. No mundo materializado em que vivemos, na história secularizada que nos envolveu a todos e no qual as religiões perderam a eficácia e com ela a fé, não mais temos, como o queria Santo Tomás, a religião como suporte da ação humana, segundo a estudou em profundidade Maurice Blondel.

Estamos, portanto, em uma civilização embebida de virtudes culturais, se a considerarmos, sempre da perspectiva da religião – infelizmente enfraquecida, como força moral, em nossos aziagos dias – envolvendo as atividades humanas sob o seu pálio. Infelizmente, es-

João de Scantimburgo é jornalista, filósofo e historiador, autor de uma vintena de livros, dentre os quais o *Tratado geral do Brasil, O Brasil e a Revolução Francesa, História do Liberalismo no Brasil, O Poder Moderador, A extensão humana – Introdução à Filosofia da Técnica, Introdução à Filosofia de Maurice Blondel.*

tamos na quadra histórica do ateísmo ganhando adeptos. É esse o grande mal, o mal profundo que sofrem os povos, inclusive os mais adiantados nas suas instituições. Chegamos, pode-se dizer, ao século – começo do III da era cristã – em que a civilização ocidental, com suas fortes extensões ao Oriente, atinge a um fim, que pode ser contido ou pode – a pior das hipóteses – nos arrastar ao cataclisma de um fim de instituições originadas e aperfeiçoadas século após século, até atingirmos a complexidade da vida no planeta.

Não confundimos, como fazem autores alemães, cultura e civilização, mas, separando-as, somente concebemos uma civilização alimentada por uma cultura, herdeira, para cumprir sua missão, de suas origens espirituais. Entendemos que essa cultura deva ser cristã, pois a Igreja, fundada pelo Filho de Deus, teve a finalidade de nos limpar do pecado e, pelo culto permanente da doutrina que nasceu com o cristianismo, aprimorar-nos como irmãos, segundo os Evangelhos. As civilizações têm soçobrado no longo périplo da História. Esse o ponto fraco de todas elas. Ninguém pode afirmar que a civilização cristã não desapareça, ainda que as portas do inferno não prevaleçam contra a Santa Mãe Igreja, fundada por nosso Senhor Jesus Cristo sobre a pedra que era Pedro, o apóstolo que o negou e se arrependeu.

Mas, repetimos, estamos vivendo uma época secularizada da História. Secularizada também está a cultura, de que se deve nutrir a civilização, notadamente esta, servida pela ciência, cujos avanços no desenvolvimento comprometeram a sanidade das instituições sobre as quais deveriam – e deverão – assentar o bem comum, esse bem comum em nossos dias arrasado pelo desgaste da secularização, com todos os seus vícios. É esse o motivo por que o fogo votivo que sempre significou a sua adoração está se apagando, sem ter quem o preencha, como nas idades de muita fé, nos séculos onde se morria pelo Senhor e o estandarte de todas as nações estava içado para apelidar os fiéis. Esse tempo já passou, como diz o Padre Vieira, em formoso sermão. Reconhecemos, no entanto, que nem tudo está perdido ainda.

Mas, Deus, que recusamos no curso desta História secularizada, é mais procurado do que um valor terreno inestimável. Não há para Deus secularização,

porquanto não sobreviveu até hoje uma só doutrina atéia. O ateísmo, na realidade da História, não tem vida. É uma abstração do ser humano, que não suporta o peso da divindade no curso de seus dias. É este o mal de que sofreremos neste século, como o sofreram os nossos antepassados, como vão sofrendo os nossos descendentes, diretos ou indiretos. Dos gregos pré-socráticos aos pós-socráticos, de Platão a Aristóteles e de seus epígonos até os nossos dias, já se inventou um sem-número de eufemismos para a condição do ateu e nenhum subsiste, pois ao cabo de reflexões que se façam reponta a idéia de criação, dos profetas que nos advertiam de Deus e de não serem coincidentes os nossos pensamentos e nossos caminhos com os seus caminhos e os seus pensamentos.

Nem por sermos diferentes, esse Deus, no qual os ateus não querem crer, acaba por nos colocar na linha de seus pensamentos e de seus caminhos, que levam às moradas do Senhor, cujas casas são em grande quantidade para nelas todos cabermos, como no Vale de Josafat e, mais do que tudo, no coração de Jesus. Afirmamos, por suas reflexões todas, que Deus nosso Senhor quis que seu filho unigênito conhecesse a jornada do viajante terreno para avaliar o quanto de sofrimento carregamos e quão pouco de alegria desfrutamos na Terra que nos foi dada como berço, pois a ela voltaremos, para de novo sermos pó. Vimos, por isso, no ateísmo a maior ofensa, não a Deus, que a todos perdoa, mas à Terra, por não saber avaliar a exata distinção entre o bem e o mal, na única religião, a Revelada, que separa um do outro.

Quem der um balanço, no sentido contábil da palavra, no peso dessas duras palavras, verá que ao ser humano foi reservado padecer o mal, enquanto o bem é servido em quantidades homeopáticas, e, no final das contas, de tudo quanto fazemos, de todas as nossas ações, o mal atuou mais do que o bem, praticamos muito mais o mal que renegamos do que o bem que nos satisfaz. Foi sábia e bondosa a Santa Madre Igreja Católica Romana ao fazer do bem o alvo último de nossas jornadas, ao passo que o mal nos acompanha todos os dias, levando-nos a praticar um, pelo menos, dos pecados que nos fecham a porta do céu até que nos limpemos das máculas contraídas na Terra. Analisando a vida nos seus acidentes, nas suas descidas às cavernas do mal, ou ascendendo, ainda que

fugazmente, às alturas do bem, vemos que a escolha dos santos obedece a um desígnio de que só Deus Nosso Senhor conhece a chave. Pelos milênios que se sucedem até o advento do Cristo, por filósofos como Sócrates, Platão, Aristóteles, Plotino, Orígenes e tantos outros, o bem foi procurado com afinco, mas o mal prevaleceu sempre, fazendo desaparecer o que o escolhido fizera para o vencer.

Criou a Igreja Católica Apostólica Romana a santificação dos poucos escolhidos, a minoria que se dedicou a fazer o bem, não raro com sacrifícios inauditos. Ganharam a glória do altar esses poucos. Temos aí a seiva vigorosa da civilização, composta das várias culturas que se edificaram na Terra. Umas já desapareceram, como substância da civilização, outras, uma reduzida minoria, relacionada por Toynbee, subsistem. Mas, perguntamos, até quando? Quem nos garante que os restos da civilização ocidental e cristã suportarão os embates do milenarismo, do materialismo, que a ciência tem alimentado com abundância tamanha, cujo volume já os enxundia até à deformidade? É duvidoso, embora, nesta altura do terceiro milênio, em que nos encontramos, as crises se avolumam, dirigindo suas bombardas contra todas as nações, mais adequadamente contra todas as suas instituições, que, por isso mesmo, estão abaladas.

O mundo, na História, tem transitado em crises. Não há uma só nação – é impróprio falar-se em nação-Estado por todas o serem – que não registre, em nossos dias, o conhecido *time of troubles*, que, da noite da História até os nossos dias, fizeram tremer as instituições, como bem o demonstra Toynbee. Dentre as nações, podemos, mesmo, destacar a Igreja, cuja barca, a de Pedro, enfrenta sem um alívio os temporais do mundo. Roma nos deu o perfeito exemplo do *time of troubles* e o declínio da cultura, de Augusto a Diocleciano. Desintegrou-se a civilização, entrou em colapso a cultura, e o ser humano, impotente, acabou sucumbindo nos seus ideais de vida. Não escapou das guerras, não gozou ou não soube gozar a paz. Vê que a história das civilizações é a história do ser humano em nações, ora íntegras, ora divididas, mas nações que se formaram no tempo.

Quando os colonos que se haviam estabelecido no território que veio a ser os Estados Unidos tiveram uma intuição, a de uma república presidida por um dos seus, sem relação com o saber, procuraram tão-somente o bem comum. E os Estados Unidos inspiraram o Terceiro Estado francês. Explode a Revolução Francesa, mas não era a mesma, não poderia comparar-se com a dos Estados Unidos, que nasceram sem história, enquanto a França vinha de Clóvis, do passado remoto, de instituições consolidadas e nações com um passado comum, que atendia aos interesses dinásticos, sob os quais se desenvolveram.

Foi a grande catástrofe para o mundo, um longo — ainda não terminado — *time of troubles*, que abala todas as nações, infiltradas de ideologias, cuja força deletéria periodicamente as alui. Foi o que até hoje fizeram as heresias, que sob o nome de secularização estão abundantes no declínio da civilização cientificamente mais rica que a História registra. É paradoxal que uma civilização opulenta, como esta em que estamos vivendo, tenda a conduzir à ruína a civilização espiritual, a herança cristã, de um Deus que morreu na cruz, para dar a todos os nascidos um destino de amor, de paz, de convívio e de superior fraternidade. Nações têm existido onde, por longo período de tempo, os seus habitantes vivem na paz a que aspiram. Mas são quadros históricos, são ciclos em que se revezam os bons com os maus, prevalecendo sempre os maus, não obstante a pregação da Igreja pelo respeito e assimilação do legado divino. Santo Tomás ensina a nos assimilarmos a Deus. *Omnio assimilare Deo*. Mas o que vemos, observamos, na vida de cada um em sociedade é que esse indivíduo-pessoa despenca de sua condição humana para ser um animal que não resiste em fazer o mal ao seu semelhante.

Fomos nascidos e criados, constituímos família, tivemos filhos e descendentes, para cumprirmos um destino, o da civilização expurgada de todas as mazelas. Transcorridos dois milênios do cristianismo, cuja missão era essa, somos os mesmos seres capazes de ódios e de fúrias contra o que deveria ser o irmão ou como o seu irmão. Tudo isto no meio da ciência altamente desenvolvida, como o ser humano não sonhara, faz poucos anos, com as suas invenções e

descobertas, suas criações e o poder que pôs nas mãos de todos os seres, para imaginarem que foi recriado o Paraíso Perdido na terra, embora o acesso aos bens à sua disposição seja acessível, cada vez mais, a uma reduzida minoria, enquanto a maioria das populações bracejam em necessidades.

A civilização, infelizmente, não se mostra estabilizada. Ao contrário, ela se debate no turbilhão das contradições. Cristãos não se entendem. Muçulmanos contêm em seu seio inimigos que deveriam se amar por amor ao Profeta. O budismo, o bramanismo, o shintoísmo, as religiões reformadas não trouxeram paz à Terra, a única que temos, onde nascemos e vamos reverter ao pó. A História continua a rolar no tempo, com suas crises, com seres felizes e seres infelizes, com os sãos e os enfermos, com os ricos e os pobres, com os pobres e os miseráveis, sobretudo com os pecados capitais e menos capitais, maculando a nossa jornada até que a implacável Parca nos recolha todos na suprema igualdade.

Estamos todos num processo, não sabendo para onde vamos, embora saibamos que vamos para um fim. As civilizações se sucedem, cada qual com suas notas distintivas, pacíficas umas ou polêmicas outras. Somente não sabemos quando, finalmente, teremos paz, até o último crepúsculo que alonga as nossas sombras, para, afinal, as cobrir com o manto do grande Nada, a nota decisiva de nossa passagem pela Terra, cumprindo nossa vocação, já para o bem, já para o mal, que esse é o nosso destino. O Senhor deve guardar a Cidade. Para sermos, ao menos, felizes na condição em que nos encontrarmos. Sabemos que “O Senhor reinara na eternidade e além da eternidade” (Êxodo, 15:18). É o nosso consolo, neste mundo de tremendas decepções.

*Ilustração da abertura (p. 158):*

Tomada de Constantinopla, capital da Cristandade Oriental, sede do Império Bizantino, ocorrida nos dias 28 e 29 de maio de 1453, por obra do sultão turco-otomano Maomé II. O fim do império cristão do Oriente foi um dos acontecimentos mais dramáticos e espetaculares da história moderna. (Paris, Bibliothèque nationale)

# Linguagem e pensamento

BENEDICTO FERRI DE BARROS

**P**rimero vem o encontro; o Verbo vem depois. De repente nos defrontamos com algo cuja existência ignorávamos. É um instante germinal, um momento de espanto e encantamento, como um encontro de amor. Como se a realidade levantasse mais uma ponta infinitesimal de seu infinito véu de mistérios e nos revelasse mais um de seus segredos e nos mostrasse não uma simples coisa, mas um novo ente que integra sua eterna, mutável e multifária estrutura. Nesse instante nasce em nossa mente o conceito, a compreensão amorosa e perfeita do que é esse ente novo para nós. Ato contínuo emitimos o Verbo, que lhe dá um nome, atesta nossa descoberta e estabelece nossa posse intelectual sobre esse ente. Essa palavra – o nome que o identifica – amplia nossa representação e integração com um universo. Daí para a frente o chamaremos pelo nome que lhe demos, essa palavra que envolve, simboliza e recapitula seu conceito.

Esse processo de captura mental da realidade transformada em conceito (conhecimento registrado simbolicamente pela linguagem

Membro da Academia Paulista de Letras e da Academia Internacional de Direito e Economia. Autor de *Que Brasil é este? – Um depoimento*. São Paulo, Editora Senac.

verbal), é um momento único, irrepetível, pois a ele se acham associados não só uma percepção intelectual mas todas as sensações e emoções globais (gestálticas) que acompanham a descoberta e identificação do novo ente. Arquivado em nossa memória como conceito abstrato, simbolizado pela palavra, quando invocado ele jamais recupera a concretude flagrante que exprime a plenitude de sua identidade – sua verdade existencial. Quando ao pensar invocamos seu nome, apenas recapitulamos a esfumada imagem de um passado amor, desfigurada pela tosca fotografia do verbo.

Queremos dizer que o pensar, que eminentemente se opera pela via de articulação da linguagem verbal que codifica os conceitos, não recupera a flagrância da realidade capturada pelo conceito original. Passamos a trabalhar mentalmente com conceitos verbalizados, que são como vagos fantasmas do conceito original, tão desfigurados em sua verdade existencial quanto os retratos se distanciam de pessoas falecidas. Só pelo uso de outras formas de representação e com o uso de outras linguagens, como as da poesia, da música, das artes, conseguimos uma recuperação mais viva e fiel da realidade. Mas, para operar intelectual e racionalmente com nossa experiência e representações da realidade, não dispomos de processos mentais mais adequados do que o proporcionado pela linguagem conceitual verbalizada – com as limitações e distorções que ela implica.

Vêm daí as principais falhas e os erros habituais que cometemos “ao pensar”. O pensamento autêntico e verdadeiro é aquele que, utilizando a linguagem verbal (as palavras que dão nome às coisas), é capaz de, fazendo um caminho de volta às origens, restaurar com o máximo de proximidade e fidelidade, no conceito original e amoroso, o primeiro encontro do intelecto com um novo ente da realidade. Todo pensamento verdadeiro é uma re-criação do significado conceitual concebido nesse primeiro encontro.

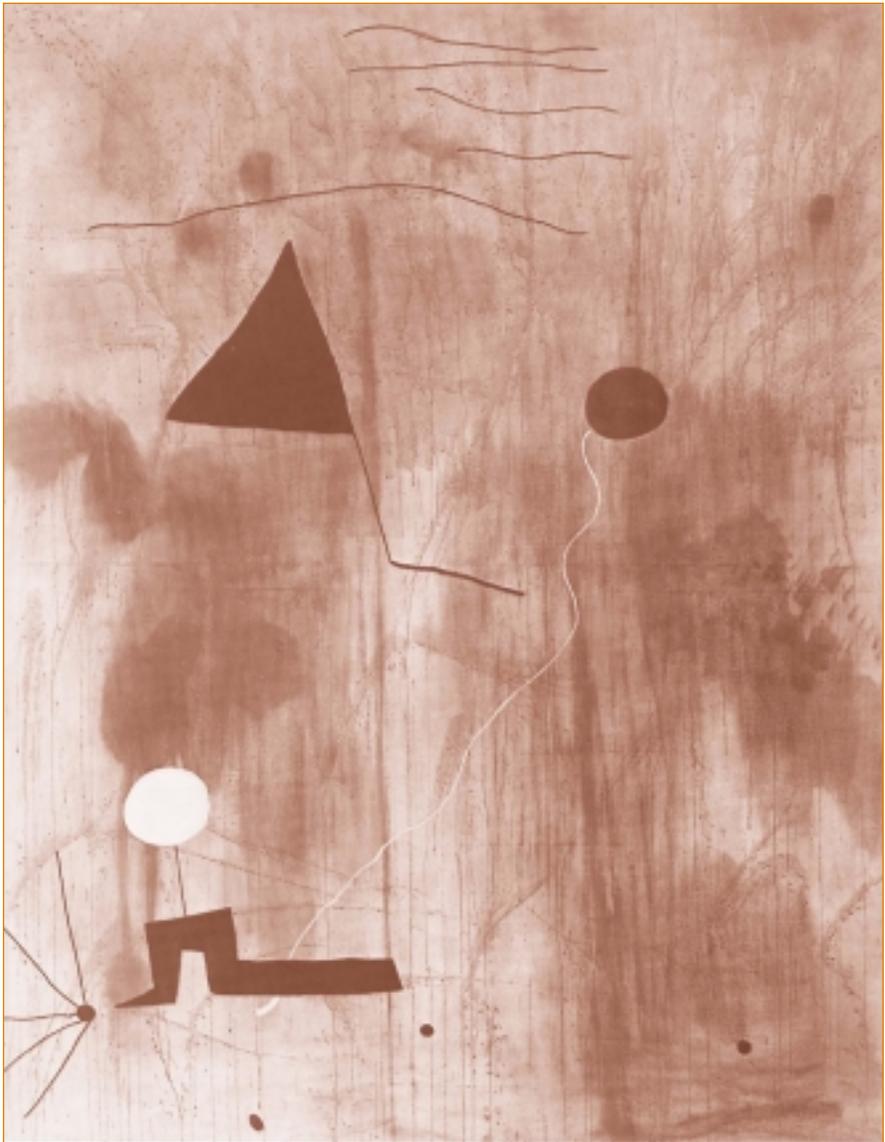
Se o que estamos dizendo é verdadeiro, trata-se de algo pior que uma simples aporia, trata-se de uma impossibilidade de nossa razão de, a cada instante e exercício do pensamento, recuperar uma representação autêntica da realidade, bracejando nos fossos e torvelinhos das falsidades da linguagem.

## ~ Análise e síntese

São duas as qualidades da inteligência humana, polares mas complementares. A de abstração, generalização e síntese, que leva à conceituação e se exprime simbolicamente pela linguagem, e sua recíproca, que partindo da linguagem refaz, pelo caminho inverso, a objetivação, concretização, individualização do real. Enquanto a primeira converte o real espacial e temporal no espiritual, que transcende o espaço e o tempo, a segunda converte o espiritual abstrato, simbólico e genérico, em realidade concreta e individuada. Se não se faz esse retorno da linguagem conceitual, simbólica e abstrata para a concretude, em lugar de se comunicar a realidade apreendida cria-se uma fala sem sentido, uma verbalidade sem significado, oca, ectoplásmica.

Pensar é realizar esse périplo que circula de um pólo ao seu antípoda. Não há muitas inteligências dotadas dessa faculdade circunavegatória. Falamos de inteligência utilizando um atalho verbal, apenas, atalho que sumaria a atividade intelectual. Trata-se de uma simplificação semântica visando facilitar o entendimento. Pois como sucede com todas as outras faculdades de representação-comunicação, distinguimos para esclarecer uma realidade que permanece una. Nessa realidade, o ato de compreender e explicar jamais é uma atividade mera e exclusivamente intelectual. Ela envolve o homem por inteiro, sua mente e seu corpo, seus circuitos neurológicos mas também seus humores, seu metabolismo global. Emily Dickinson conta que quando entrava em contato com um poema sentia o corpo em febre. E quando nos referimos a essa totalidade humana não podemos cometer o erro de esquecer que ela contém e engloba toda a memória histórico-cultural da espécie que o indivíduo pensante conseguiu incorporar.

Torna-se assim evidente que o ato individual de pensar ampla, profunda e claramente, e de transmitir de forma cabal e inteligível esse pensamento a outros, fica delimitado não só pela capacidade de abstração e conceituação, como pelo grau de amplitude, profundidade e clareza com que ele participa do saber incorporado pelo espírito humano em sua saga histórico-cultural. A acuidade



Joan Miró (1893-1983)  
*O nascimento do universo* (1925)  
Óleo sobre tela 2,51 x 2 m  
Museu de Arte Moderna de Nova York

no perceber e internalizar intelectualmente a realidade implica, quando se trata de comunicá-la, no domínio dos meios de exprimi-la, isto é, numa amplitude maior ou menor de linguagem.

Assim se sumariam e explicitam as ingentes dificuldades de pensar e comunicar pensamentos e a raridade com que isso ocorre para os indivíduos e para a espécie.

Além da linguagem verbal do pensamento, o homem dispõe de outras formas de representar o mundo e a si próprio e comunicar sua representação por meio de outras linguagens igualmente simbólicas, como a expressão corporal e as artes em geral. Tais linguagens, embora possam ser mais expressivas do que a linguagem verbal, são de natureza eminentemente emotiva e, assim, de pouca ou nenhuma utilidade para o desenvolvimento do conhecimento racional e propriamente intelectual.

Nesta casa de Bonn, Niebuhrstrasse 30,  
Brahms concluiu, durante o verão de  
1868, o “Réquiem Alemão”.





# Um réquiem alemão

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

**E**mbora tenha recebido o título de “Réquiem” – “Réquiem Alemão” ou “Ein deutsche Requiem” – a grande obra que constitui o *Opus 45* de Brahms nada tem com a missa fúnebre da liturgia católica. Em primeiro lugar, porque Brahms era protestante, e como tal não lhe soariam bem certos trechos do ofício católico, em total desacordo com a teologia reformada. Por outro lado, ainda que quisesse inspirar-se num trecho não muito canônico (para a sua Igreja), pois o astro musical poderia – e mais de uma vez aconteceu – sobrepor-se a barreiras doutrinárias ou dogmáticas (pois a maior obra do protestantíssimo Bach não é uma missa católica?), essa não foi a sua intenção. A palavra “Réquiem” no título deve ser entendida simplesmente como algo que leve ao descanso, à meditação, à paz interior, dentro, todavia, de uma conotação tipicamente protestante. Para tanto, os textos que Brahms escolheu na Bíblia são profundamente expressivos.

O compositor foi buscá-los em diversos livros, tanto no Velho como no Novo Testamento, desde os Salmos até o Apocalipse, pas-

Historiador, autor de *Fontes para a história de São Paulo numa conjuntura de transição* (1981) e *Café e ferrovias* (1990). Membro da Academia Paulista de Letras e do IHGSP.

sando por Salomão, pelo profeta Isaías, pelo Sermão da Montanha, pela Carta de Paulo aos Coríntios, pelas epístolas de Tiago e Pedro e pela Carta aos hebreus. Seu ponto de partida, pode-se dizer, foi o Sermão da Montanha, a mais perfeita síntese do Evangelho, com a vantagem de ter sido feita pelo próprio Cristo e não pelos seus seguidores, capazes, muitas vezes, de deformar a doutrina do Mestre.

Para Brahms – na sua maneira protestante de ver as coisas – o principal é a crença na ressurreição e na salvação pelo sacrifício de Jesus, e, assim sendo, seu “Réquiem” tornou-se um sublime hino de consolação para todos aqueles que estão amargurados e que sofrem. Tal como as bem-aventuranças do Sermão da Montanha, pois é o espírito do grande discurso que perpassa por toda a obra. Curioso! Embora de autores tão diferentes e de épocas tão diversas, dir-se-ia que todos os textos que Brahms escolheu procedem da mesma fonte, que não parece senão o Cristo das bem-aventuranças.

Um analista da obra de Brahms, Willibald Nagel, lembra que, quanto à técnica de composição, o “Réquiem” constitui “um conjunto ininterrupto de perfeições artísticas”, acrescentando que, nele, o compositor nos deu o que de mais pessoal ele tinha, principalmente nos sons que proclamam “a suave resignação, a dor agreste, os lamentos, o sofrimento espiritual e o misticismo da visão profética”. Mais uma vez, tal como no espírito das bem-aventuranças.

Embora homem religioso, Brahms nunca foi muito vinculado à Igreja e nem a música sacra era o seu forte. Como bom luterano, pagou tributo aos “corais” de sua Igreja, compondo, para órgão, variações sobre alguns deles, o que parece ser, salvo raras exceções, uma constante nos compositores alemães protestantes, desde a Reforma do século XVI, ou, mais precisamente, desde a constituição da Igreja Luterana. Esta, como é sabido, valorizou muito a música, não só restabelecendo o canto congregacional, que havia sido abandonado pela Igreja Católica, como, conseqüentemente, estimulando a criação de vasta hinologia, o que ocorreu também com as demais Igrejas originadas do movimento reformista. E raro foi o compositor que não se inspirasse no riquíssimo e variadíssimo mundo dos “corais” para escrever obras para órgão, instrumento que pela

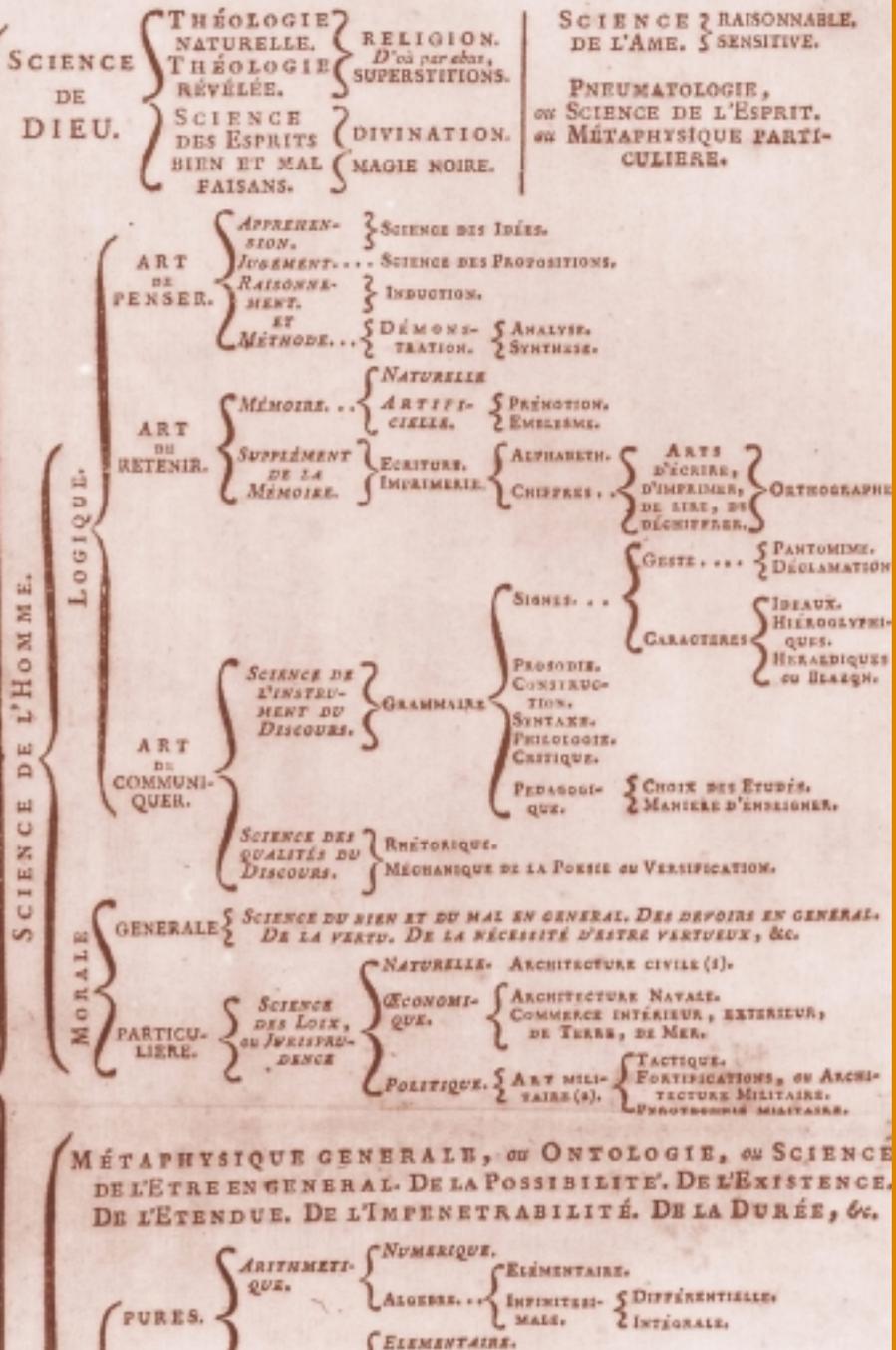
sua natureza esteve sempre muito vinculado às funções religiosas. Nenhum, entretanto, excedeu, nesse campo, a Johann Sebastian Bach, cujos *Choralsvorspile* (que se poderia traduzir por “prelúdios sobre corais”) constituem, em mais de duzentos, um dos maiores momentos da literatura organística. Pois bem: até em Brahms (já no Romantismo) encontramos exemplos (é verdade que poucos) dessa forma de composição. Mas, por interessantes que sejam, constituem exceções na obra do mestre e talvez nem fizessem falta se não existissem. O mesmo já não se pode dizer do *Opus 45*.

Parece, com efeito, que Brahms estava guardando toda a sua espiritualidade para uma obra de fôlego em vez de dispersá-la por obras menores. Tivesse escrito só o “Réquiem Alemão” e isso seria suficiente para enfileirá-lo entre os maiores compositores de todos os tempos. Seria, simplesmente com ele, um dos chamados “três grandes *bês* da história da música”, sendo os outros dois Bach e Beethoven.

Entre parênteses: essa mania de citar os “três Bês” levou uma firma gravadora anunciar um disco de Bartok com a frase: “Bartok também se escreve com B...” Isso é tolice: a letra B é das mais ricas nos dicionários musicais: Byrd, Buxtehude, Bellini, Bizet, Barber, Bartok, Berg, Berlioz, Bernstein, Binchois, Bloch, Borodine, Busoni, Bruckner, Britten... E sem falar nos filhos de Bach, muitos e quase todos compositores.

# R A I S O N .

## P H I L O S O P H I E .



Quadro (parcial) do sistema de conhecimentos colocado no fim do *Prospectus* anexo ao tomo I da *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert. Paris, Bibliothèque nationale.

# Razão, razões – Razão e circunstância

NELSON SALDANHA

A razão, tida como atemporal, universal e invariável, desdobra-se em razões. Os homens, em cuja vida ela ocorre como função, faculdade ou algo semelhante, são variáveis. Universal, se considerada sob certo prisma, é a “essência” do homem; discute-se se ele possui uma “natureza”, uma substancialidade autônoma; mas a existência humana é contingente, a “humanidade” do homem é histórica e dá-se como situação. Dá-se, portanto, como um feixe de pluralidades, que se compreendem dentro de um leque conceitual: vidas, valores, condições, momentos. A referência à razão, que emerge no pensamento grego por volta do século VI a.C., alude desde o início, correlatamente, ao pensar. E também à linguagem, ao menos implicitamente. A razão “pensa”, e o pensamento se expressa através da linguagem, falada nos começos e depois escrita, posteriormente instrumento e limite da autoconsciência que vem a ser marca e (ao

Este texto serve de complemento ao que foi publicado na revista *Brasilis*. Rio de Janeiro, ano I, nº 2, dezembro 2003. Nelson Saldanha é advogado e escritor, nasceu no Recife, em 1933. Professor universitário, membro da Academia Pernambucana de Letras, autor de *História das idéias políticas no Brasil*; *Sociologia do Direito*; *Humanismo e História*; *O jardim e a praça*.

que parece) peculiaridade do ser humano.<sup>1</sup> O ser humano enquanto entidade histórica, já se vê: em seu labor constante, em seu contacto com as coisas e com os outros.

A racionalidade do ser humano, que com o tempo se tornou inquestionável (por conta da referência ao gênero *animal* e à espécie racional), aquela racionalidade não se vincula apenas a uma perspectiva abstrata. Ela se manifesta também dentro da concreta realidade histórica. Basta pensarmos na impressionante capacidade dos homens de 3.000 ou 2.000 a.C. no sentido de se organizarem, construir cidades, dar nomes às coisas e pautar comportamentos, tudo isto no meio de grandes dificuldades. Há naquelas atividades uma racionalidade ostensiva, inclusive na medida em que as estruturas colocadas na organização social e urbana eram entendidas nas crenças mais antigas como correlatas da própria ordem natural e celeste.<sup>2</sup> Nada disso impede que consideremos o “outro lado”, com as paixões e ilusões que se movem dentro dos humanos. Nem que, posteriormente, o próprio uso da razão viesse a distinguir aspectos “mais” e “menos” racionais dentro das ações humanas.



Com o tempo, muito tempo, a terminologia filosófica e política passou a falar em diversas *razões*, detectáveis dentro do mundo social. Isto ocorreu principalmente após o advento do termo *Razão do Estado*, criado e divulgado por Giovanni Botero e outros para designar o fundamento do Estado autoritário vivido e teorizado desde Maquiavel: o Estado com seus “motivos”, suas justificações, suas estratégias. O fenômeno tem sido

---

<sup>1</sup> Com isso se coloca a conexão entre as estruturas de um idioma e o tipo de pensamento que ele permite e possibilita. Cf. Umberto Eco, “A linha e o labirinto: as estruturas do pensamento latino”, em Georges Duby (org.), *A civilização latina. Dos tempos antigos ao mundo moderno*. Lisboa: Ed. Dom Quixote, 1989.

<sup>2</sup> Ver Mircea Eliade, *Le Mythe de l'éternel retour*. Paris: Gallimard, 1969, p. 17 e segs. A propósito, Nelson Saldanha *Ordem e hermenêutica*. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2003, cap. III.

comum no Ocidente moderno, com a difusão às vezes abusiva de certas expressões.<sup>3</sup>

E deste modo fala-se na razão liberal, na razão capitalista, na razão comunicacional. Não seria despropositado, registrando o abuso ocorrente em certos casos e retornando ao caráter “demasiado humano” do desdobramento das alusões à razão, enfatizar, como algo óbvio, que as variações (circunstanciais) da razão são variações do humano: variações em termos de época e contexto, de raça e de nacionalidade, de gerações. Claro: os *idola* que Francis Bacon geralmente mencionou no século XVII eram correlatos de razões e de linguagens.

De certa forma o processo de secularização, que no Ocidente se iniciou mais ou menos com o nominalismo, afetando gradativamente as relações entre o pensamento e as instituições, recolocou a distinção entre o viver público e o privado. O iluminismo, adversário do Estado absoluto e também da teologia (dominante nos séculos ditos medievais), reformulou as razões da “esfera pública”. Ao espaço público, que a burguesia ajudou a construir, correspondiam razões que não eram as mesmas existentes na “esfera privada”.<sup>4</sup>

Mas o crescimento da complexidade cultural, juntando o plano econômico com o político e com o literário e com o filosófico, produziu no Ocidente pós-renascentista uma série de novos experimentos sociais, novas soluções políticas e novas construções literárias. É fecundo registrar a correlação destas coisas entre si: a do capitalismo com o protestantismo (tema a que Max Weber dedicaria um livro notável), a da literatura utópica com as grandes viagens marítimas, a do Estado constitucional com o racionalismo “aplicado” (Sieyès, Rousseau).

Sob outro ângulo, mas com referência ao mesmo quadro, pode-se aludir ao contraste (dentro da cultura francesa) entre Descartes e Montaigne. Descartes

---

<sup>3</sup> No caso expressões como “razão tupiniquim”, ou, sobretudo, “o discurso liberal”, “o discurso do poder” e outras (sempre mais longe do emprego ocorrente no texto *L'Ordre du discours*, de Foucault, e em sua *Arqueologia*).

<sup>4</sup> Referência básica, o conhecido estudo de Jürgen Habermas sobre a *Öffentlichkeit*. Cf. trad. francesa, *L'Espace public*, Paris: ed. Payot, 1978. Para outra perspectiva, nosso *O jardim e a praça*. São Paulo: Edusp, 1993, passim.

um racionalista com interesses na ciência positiva, Montaigne um humanista ligado à leitura dos antigos: ambos, contudo (descontando-se os anos que estão entre a morte do segundo e o nascimento do primeiro), frutos do Renascimento e da secularização da cultura e da filosofia.<sup>5</sup>



A partir de certas doutrinas e de certas temáticas, surgidas no trânsito do século XIX para o XX, o problema da razão e do racionalismo passou a colocar-se com referência ao convívio entre a razão e a vida. Certas euforias das ciências biológicas e certos ecos do evolucionismo trouxeram para a filosofia novos desdobramentos da idéia de evolução (como em Bergson, por exemplo) e nova ênfase sobre a vida como tema. O conceito de vida (*élan vital* e outras coisas) passou a cobrar direitos: nenhuma realidade tão “radical” quanto ela. Isto veio a relacionar-se com movimentos “não racionalistas” em política, como o tradicionalismo (o francês, por exemplo) com seu apego à terra, e como os extremismos de direita vinculados ao elogio do sangue, da nação ou da raça. A referência à vida (como realidade radical ou não) apareceria também em filosofias menos “pesadas”, como a de Simmel, que por sinal era judeu, ou a de Dilthey, ou a de Ortega, tão influenciado por Simmel (por Dilthey somente na maturidade). No caso de Heidegger, tivemos um não-racionalismo tácito e uma adesão ao nazismo mal-resolvida, aparentemente temporária e sempre mal-explicada. No raciovitalismo de Ortega uma tentativa de amparar o vital sobre o racional e vice-versa; o vital substituído pelo *histórico* nas obras da maturidade.

---

<sup>5</sup> Um tanto diferente a distinção entre Descartes e Giambattista Vico, correspondendo a cada um (emblematicamente, dir-se-á) um *modo* de ver as coisas humanas dentro do Ocidente moderno. Descartes, responsável pelo modo racional-cientificista-conceitualizante; Vico, um dos primeiros a expressar realmente uma perspectiva histórica, embora um tanto barroca, e a enlaçar nessa perspectiva a visão da ciência com a mitologia, e a da lingüística (em germe) com a crítica das escolas filosóficas (uma alusão de Vico a Descartes, por exemplo, em sua famosa dissertação *Sabiduría primitiva de los italianos desentrañada de los orígenes de la lengua latina* (ed. do Instituto de Filosofia, Buenos Aires, 1939, p. 9 e segs.).

Em Ortega, como se sabe, a referência ao raciovitalismo completou-se com o perspectivismo, e também com a consideração da circunstância.



Posso aludir novamente à idéia de *situação*, aliás presente na agônica meditação de Sartre sobre a liberdade: a liberdade humana como algo irrenunciável, e contudo sempre dada em situação.

É que o tema da liberdade, herdado pelo Ocidente da teorização dos estoicos, que viam nele um correlato da racionalidade mesma, teve de ser temperado, sobretudo a partir do Romantismo, com a idéia de situação: razão e liberdade situadas, entretanto resgatadas de dentro de cada contexto (e subsumidas nos respectivos conceitos gerais) pela referência universalizante ao humano.

O mesmo processo histórico, de retomada de temas antigos, mas com ingredientes novos, veio ocorrendo no ideário moderno. Assim o problema da lei, o do direito natural, o da obediência, delineados dentro da cultura grega (e da romana), reconstruídos a partir do iluminismo inicial e da correlata experiência política; assim o conceito de direito e o de poder, estes largamente presentes na literatura política romana, refeitos no Ocidente moderno sob o peso das revoluções liberais.

Destarte a razão se conceitua como faculdade, como função abstrata, mas se reconhece nos processos histórico-sociais. Nestes se encontram as construções onde o espírito objetivo aparece: cálculos geométricos desde o antigo Nilo, calendários, normas musicais, normas lógicas, versificação, edifícios, cada uma destas coisas contendo óbvias variantes da racionalidade.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Estaria a gramática (ou as gramáticas) como base de todas as análises, as lógicas e as ontológicas. A gramática é a análise, embora se condensem nela as marcas da historicidade (omitirei, aqui, as habituais complicações de Derrida em sua *Gramatologia*). A crise da gramática exprime e integra a crise do próprio pensamento secularizado: a gramática sempre vem, em cada cultura, após os hinos, após a linguagem lírica e religiosa. A gramática é de certo modo um jogo de palavras, severo e autoritário (vejam-se na língua alemã os termos onde entra o componente *Wort: Zeitwort*, etc.).

Se a reflexão se detém na altura da perspectiva puramente formal, a racionalidade se configura como uma qualidade do pensar, ou da atuação humana mais específica (animal racional); como algo intemporal e invariável, que aparece inclusive quando se pensa (e com acerto) que os homens divergem no não-racional, mas entram em acordo quanto ao racional, que é o universal e é o objetivo. Mas se se procura em torno, se se indaga pelos contextos, então se detectam, além da *forma* invariável que define o racional como tal, as variantes (falei disso acima) e, sobretudo, a relação entre contextos e variantes.

E isto nos reafirma a relevância do ponto de vista histórico: a relação entre as variantes de cada elemento fundamental do viver (instituições, valores, condutas) e os contextos onde ocorrem, se desenha sobre a imagem mesma dos contextos, isto é, sobre traços históricos e coordenadas antropológicas. Ao mesmo tempo em que se acentuam as diferenças entre a visão formalista (latentemente analítica) e a visão historicizante-hermenêutica, a consciência do humano busca a compreensão da compatibilidade entre ambas. Compatibilidade, é claro, apenas pensável a partir da segunda visão, que é humanística e abrangente, e sabe que análises e sínteses, tanto como entendimento e intuição, tudo se remete à substância viva do espírito.

Recife, 23 de janeiro de 2004

# A formação brasileira

PAULO NAPOLEÃO NOGUEIRA DA SILVA

A maior obra dos portugueses na América do Sul foi haverem legado um Brasil colossal, territorialmente íntegro e unido por um só idioma. Os espanhóis não conseguiram isso, seu império centro e sul-americano se fracionou em dezenas de pequenas repúblicas que pouco se entendem, e até hoje ainda se digladiam internamente, além de algumas delas separadas nesse âmbito por diversos idiomas, a exemplo do guarani no Paraguai, do quíchua no Peru, Equador, e Bolívia. No Brasil, o idioma português jamais dividiu espaço com línguas indígenas. Talvez isso se deva à diferença entre a índole espanhola, algo belicista e arrogante – discriminatória, portanto – e a portuguesa, pacífica e tolerante, que assimila.

Entretanto, além da obra meritória de unidade nacional, outros aspectos da administração portuguesa merecem atenção: até 1808 ela foi algo sofrível, e isto na melhor das hipóteses; o que presidia a tudo era o sentimento e o intuito de explorar – no mau sentido da expressão – o País, tirando deste o máximo de proveito para a eco-

Doutor em  
Direito  
Constitucional  
pela Pontifícia  
Universidade  
Católica de São  
Paulo, membro  
do Instituto  
Histórico e  
Geográfico de  
São Paulo e do  
Instituto de  
Geografia e  
História Militar  
do Brasil.

nomia da metrópole de Lisboa, e para a fortuna pessoal dos empresários portugueses.

Com a chegada do Príncipe Regente Dom João, não se pôde mais falar em administração “portuguesa”: de pronto esse governante se deu conta do que era o Brasil, que só conhecia pelos relatórios trimestrais dos vice-reis; e mais, apaixonou-se pelo país. A partir daí, começou a nossa verdadeira formação política e administrativa.

Não é demasia verificar que à obra desse governante deveu-se o surgimento do senso de nacionalidade brasileira. É certo que a batalha de Guararapes, que resultou na expulsão dos holandeses e na concepção de um Exército nacional, assim como a aclamação de Amador Bueno como “rei do Brasil” pelos paulistas em 1640, já contiveram um embrião de nacionalismo, mas essas foram manifestações localizadas e incipientes: foi a obra do regente e depois rei, a partir de 1808, que solidificou a noção de brasilidade, de nacionalidade brasileira.

Dom João empreendeu uma obra hercúlea: mandou abrir estradas que ligavam Cuiabá (MT) a Vitória (ES) e a São Paulo, Cuiabá a Belém, Vitória a São Paulo, Salvador ao Rio de Janeiro, São Paulo a Rio Grande (RS); em suma, atravessou o País em todas as direções e quadrantes. Aproveitou os grandes rios como parte dessas estradas, em hidrovias.

Ainda mais, esse príncipe fundou fábricas de vidro e de pólvora, siderúrgicas, companhias de seguros marítimos, mandou construir fortalezas ao longo do litoral, aumentou os efetivos militares, deu salários condignos à tropa e à polícia, além de sistemas previdenciários para ambas e para o pessoal dos Correios; para estes últimos, aliás, organizou a primeira carteira previdenciária do País. Criou escolas de medicina em Salvador e no Rio de Janeiro, academias militares, hospitais civis e militares, estabelecendo o cardápio e o regime de internamento dos doentes; criou laboratórios para a produção de vacinas, dois hospitais para o tratamento da lepra, determinou a instalação de cursos de português, latim e inglês em todo o território nacional, e por aí afora.

Não bastasse, estabeleceu *do próprio punho* a estrutura da Administração Pública brasileira, que continua vigorando até hoje; à época, chegou à minúcia de

estipular o salário de cada cargo e função. Isentou de impostos e do serviço militar os agricultores familiares, proibiu que os escravos fossem marcados a ferro em brasa, como gado, e começou a importar colonos europeus para substituírem o trabalho servil.

Igualmente, dava atenção pessoal ao urbanismo, determinando que em todas as cidades as ruas fossem arborizadas, tivessem um número mínimo de praças e de chafarizes públicos, assim como ordenou o aterramento de mangues e águas paradas que propiciassem a proliferação de mosquitos.

Entretanto, isso não foi tudo. Esse homem de pouco brilho, mas de muita eficiência, fundou a Academia Nacional de Belas Artes, o Museu Nacional, o Conservatório Nacional de Música, a Casa da Moeda, o Banco do Brasil, a Biblioteca Nacional, vários estaleiros para a construção de navios, e muitas outras instituições, como o Conselho de Estado, a Junta da Agricultura, os Tribunais de Justiça, a Real Academia Militar, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Junta de Administração da Moeda e do Crédito, mais tarde rebatizada para Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC, hoje conhecida com o nome de Banco Central do Brasil.

Por fim, se tudo isso não bastasse, elevou o Brasil à categoria internacional de reino independente, com governo e diplomacia próprios, no seio do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves: na verdade, *juridicamente* proclamou a independência do Brasil em 1816.

Quando precisou retornar a Portugal em 1821, Dom João VI embarcou chorando aos borbotões: seu desejo era permanecer pelo resto dos seus dias no Rio de Janeiro, nos seus retiros simples da Fazenda de Santa Cruz e do Solar de Paquetá. Na verdade, *em apenas treze anos criara a estrutura de um novo Estado nacional*, num país que amava mais do que o próprio Portugal.

Entretanto, houve um aspecto em que a chamada “administração joanina” não conseguiu avanços. Criara um Estado nacional, sim, mas nada poderia contra os trezentos anos de cultura costumeira, que fazia qualquer pessoa depender do Poder Público para tudo, em última análise, de um alvará da Coroa. Houvera empreendedores, com certeza, e desde Martin Afonso de Sousa, mas

eram relativamente poucos: na sua grande maioria a população era composta por “fiéis vassalos” pobres, sem iniciativa pessoal, estímulo, capital ou oferta de crédito para empreender.

É certo, a criação do Banco do Brasil veio atenuar um pouco as limitações ao crédito, mas a este continuou não tendo acesso o grosso dos “fiéis vassalos”. Assim, se já surgira por circunstâncias naturais no País uma mentalidade de pobreza, e pior, de resignação à pobreza, isso foi agravado com a chegada dos escravos africanos a partir do século XVII: a relação entre a população em geral e a Coroa quase que encontrava correspondência na relação entre o escravo e o senhor.

Nessa primeira fase da formação do País, reitera-se, Dom João VI fez muito mais do que era lícito esperar – criou a estrutura governamental e social, além de abrir as portas à instrução e à cultura propriamente dita – mas não poderia reverter outra “cultura”, de 300 anos, voltada à falta de empreendedorismo pessoal dos brasileiros, e à sua dependência em face do Poder Público.

Depois, veio Pedro I. O historiador inglês John Armitage, que residiu por muitos anos no Rio de Janeiro, na sua clássica *História do Brasil*, consignou que nos nove anos de reinado do primeiro imperador o País cresceu mais do que nos 300 anos anteriores. Com efeito, se em escassos treze anos Dom João VI criara a estrutura do Estado brasileiro, seu filho colocou-a a funcionar integralmente, com uma marca de desenvolvimento nunca antes vista.

Além de tudo, Pedro I implementou providências no sentido de estimular a iniciativa pessoal dos brasileiros para os negócios, diminuiu em boa parte a dependência dos cidadãos em face do Estado, mas os avanços foram poucos nesse campo: não basta um texto legal escrito, é preciso que os seus beneficiários se convençam a fazer uso dele; ainda pesava nos costumes brasileiros a dependência em face da Coroa, já então brasileira. É certo, o empreendedorismo aumentou algo, mas não significativamente. Essa foi a segunda etapa da formação brasileira.

Finalmente, veio Pedro II. Inicialmente apenas um símbolo – imperador aos cinco anos de idade – e depois um jovem monarca, investido nas funções

com quinze anos incompletos, e por isso sujeito às influências dos políticos dominantes. A partir dos vinte anos, porém, foi rapidamente assumindo as rédeas do Estado, inspirando os governos baseados no jogo partidário. De 1847 a 1889 – quarenta e dois anos, num reinado de cinquenta e oito – exerceu com serenidade e firmeza a chefia do Estado. Nesse período o Brasil viveu o maior surto de desenvolvimento conhecido no século XIX: foi o primeiro país do mundo a ter iluminação elétrica nas ruas, o segundo das Américas a ter rede telefônica e cabo submarino de comunicação com a Europa; a esquadra naval e a frota mercante brasileiras também eram as segundas em todo o mundo. Durante todo esse tempo, a inflação se manteve na casa de 1,58% ao ano, e a diferença entre o menor salário, de balconista, e o maior – de senador – era de somente dez vezes (25.000 réis x 250.000 réis).

Essa foi a terceira etapa de consolidação da formação do Brasil. Depois da deposição de Pedro II, as coisas tomaram outro rumo, inclusive quanto às desigualdades sociais: hoje, o menor salário oficial, o mínimo, é de R\$ 240,00, mas um senador percebe cerca de R\$ 67.000,00 mensais, se computados todos os acréscimos aos seus subsídios. O acúmulo inflacionário nos 115 anos decorridos desde o exílio do segundo imperador, chegou a 9 sextilhões por cento (9.000.000.000.000.000.000%), mas a inflação acumulada durante todo o seu reinado efetivo, de 49 anos, chegou somente a 119%.

Apesar de tudo isso, porém, embora tenha avançado *multíssimo* no caminho de eliminar a dependência do cidadão diante do Estado, o reinado de Pedro II também não conseguiu acabar com ela. É certo que a escravidão teve seu término previsível já determinado, com as leis Eusébio de Queirós (extinção total do tráfico negreiro), do Ventre Livre (filhos de escravas nasciam livres) e a dos Sexagenários (ao completar sessenta anos, o escravo tornava-se livre). Por isso, o Império teve inúmeros negros detentores de títulos de nobreza, como o Barão de Guaraciaba, e outros; também, vários ministros de Estado negros, como o Visconde de Jequitinhonha, e outros; e até um negro presidente do Conselho de Ministros (primeiro-ministro), o Barão de Cotegipe.

É igualmente certo que durante o longo reinado de Pedro II, um número muito grande de ex-escravos se tornou empreendedor nos mais variados campos de atividade, seus membros acumulando fortunas invejáveis. Mas, a verdade é que para a grande massa da comunidade negra a estrutura social existente anulava aquelas leis: escravos que deixavam formalmente de sê-lo, em geral, não tinham como viver fora da propriedade dos seus antigos senhores, e o vínculo da escravidão prosseguiu – ligeiramente atenuada – até 1928, quarenta anos depois da Lei Áurea.

Precisamente, foi a assinatura da Lei Áurea o que interrompeu a terceira fase de formação do País, com o segundo imperador. Este apoiara entusiasticamente o projeto de reforma agrária do Visconde de Ouro Preto, presidente do Conselho de Ministros, a fim de dar assentamento de terras aos escravos libertados. Mas, já havendo perdido a estes (sua propriedade “semovente”), os fazendeiros passaram-se para o lado republicano. Além disso, o projeto de Ouro Preto pretendia implantar uma nova economia, baseada na indústria e nas novas técnicas, o que não agradou aos senhores de terras. O Império caiu em menos de seis meses.

No seu notável *Sua Majestade o Presidente do Brasil*, o diplomata inglês Ernest Hambloch registrou que durante o reinado de Pedro II o cidadão cresceu, lenta mas seguramente. Apesar de tudo, porém, se diminuiu a mentalidade de dependência em face do Estado, ela não acabou: persiste até os dias atuais, *inclusive no empresariado*, cuja maior parte continua esperando do Poder Público as benesses possíveis, a solução de todos os problemas empresariais e pessoais.

O Poder Público, por sua vez, integrado por pessoas formadas à base dessa mentalidade, age conforme ela: suas providências ditas “sociais” são clientelistas, assistencialistas, quase que de dar esmolas em troca de adesão política, uma espécie de submissão da população, semelhante aos trezentos anos anteriores a Pedro I.

Assim, por exemplo, os programas “Leite para todos”, do Presidente Sarney e agora restabelecido por Lula, “Bolsa-Escola” e outros de Fernando Henrique Cardoso, o “Fome-Zero” e outros do próprio Lula. Presentemente, já

lançam uma redução na tarifa de energia elétrica para famílias carentes. O que é isso, senão o estímulo à pobreza, com o aceno de que o governo vai diminuí-la um pouquinho, continuando todos, tanto quanto possível, nas suas mentalidades de pobres gratos ao governo *da hora*, e aderindo a este? E afinal, até quando os brasileiros deverão ser pobres e se conformar com isso?

Em 1800, os PIBs do Brasil e dos Estados Unidos eram iguais. Depois, ao longo do século, o norte-americano se tornou 100 vezes maior do que o nosso, no século XX essa desproporção se multiplicou, e hoje a situação é a que se conhece. Por qual razão isso aconteceu? Simplesmente porque, enquanto nós até hoje não conseguimos nos livrar inteiramente da herança cultural de primazia do Poder Público, nos Estados Unidos a cultura foi a do empreendedorismo pessoal, independentemente do Estado.

Se não voltarmos ao espírito realizador que caracterizou os personagens responsáveis pelas três etapas de formação do País – cada um de acordo com sua época e seus ônus – dificilmente poderemos assumir a ótica de empreender, chegarmos à posição de grande potência em qualquer sentido: continuaremos no clientelismo, que *só mantém a pobreza*. Então, temos uma população majoritariamente de pobres, ao que tudo indica perpetuamente pobres – porque os pobres procriam muito mais do que os demais – e cabe indagar o que pode pretender um país cujos habitantes não têm água, e muito menos encanada, em pleno século XXI, apesar de ter a maior reserva de água do mundo.

É preciso pensar “grande”, ter determinação quanto aos objetivos a serem alcançados, e tomar as providências correspondentes, pensando sempre no Brasil.

Desde que foi instaurado o sistema presidencialista, com seus conseqüentários de natureza política e partidária a presidir tudo, o que se vê é somente a promoção e defesa de interesses pessoais dos que estão no poder; nestes, dificilmente são levados em conta os brasileiros como Nação. Mais do que antes, agora quem preside tudo são as oligarquias institucionalizadas a partir de 1889 – a primeira foi a do café, que já era incipiente desde antes – ou seja, a dependência de favores e adesões políticas.

Parece que já é mais do que hora de repensar falsos conceitos, o próprio sistema político e a mentalidade da nossa classe política. Afinal, nosso povo não significa apenas os 2.000 integrantes do Congresso Nacional, Executivo, e seus apaniguados diretos, o que multiplicado por 100 resultaria em 200.000: o povo brasileiro conta 175 milhões de pessoas! Na verdade, o que se vê hoje no panorama socioeconômico brasileiro tem algumas nuances de semelhança com o *apartheid* sul-africano.

Se isso fosse possível, Dom João VI, Dom Pedro I e Dom Pedro II estariam se revirando em seus túmulos. É chegado o momento de se pensar nas suas obras, e no espírito com que as empreenderam.

❧ PRÊMIO SENADOR JOSÉ  
ERMÍRIO DE MORAES –  
2004

O livro premiado por indicação da Comissão Julgadora e, depois, votado pelo plenário da Academia, foi *Diário da cidade amada – Rio de Janeiro 1922*, de autoria de Antonio Bulhões. De acordo com o regulamento, o prêmio é concedido a obra editada por editora brasileira no ano imediatamente anterior. O discurso da Academia, saudando o premiado, foi proferido pelo Acadêmico Lêdo Ivo. O autor, por impossibilidade física, foi substituído, no agradecimento do prêmio, pelo Acadêmico Alberto Venancio Filho. A sessão de entrega do prêmio realizou-se em 26 de agosto de 2004, no Salão Nobre da Academia Brasileira de Letras.

Volumes I, II e III  
Rio de Janeiro:  
Sextante/IMS-Instituto  
Moreira Salles, 2003.

*Antonio Bulhões*

*Diário da  
Cidade Amada  
Rio de Janeiro  
1922*



# Saudação a Antonio Bulhões

ACADÊMICO LÊDO IVO

“**V**im. Não nego que, ao avistar a cidade natal, tive uma sensação nova. Não era efeito da minha pátria política; era-o do lugar da infância, a rua, a torre, o chafariz da esquina, a mulher de mantilha, o preto do ganho, as coisas e cenas da meninice, buriladas na memória. Nada menos que uma renascença. O espírito, como um pássaro, não se lhe deu da corrente dos anos, arreprou vôo na direção da fonte original, e foi beber da água fresca e pura, ainda não mesclada do enxurro da vida.”

Este é o início do capítulo de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis. Nele o narrador conta a “sensação nova” que teve ao voltar de uma viagem à Europa.

Foi essa “sensação nova” que experimentei ao ler o grande livro que levou esta Academia a atribuir ao escritor carioca Antonio Bulhões o Prêmio José Ermírio de Moraes deste ano, precisamente aquele que, pela sua aura consagradora, ombreia, nesta Casa, com o Prêmio Machado de Assis, destinado a conjunto de obras.

Com efeito, *Diário da cidade amada – Rio de Janeiro 1922* – livro de amor e de uma acirrada pesquisa de dez anos, de paciência e até de tenacidade, de evocação e reflexão, faz com que o nosso espírito, como ocorreu a Brás Cubas, “arrepie o vôo na direção da fonte original”.

É ele uma fonte original do Rio de Janeiro, de todos os Rios de Janeiro que se exibem ou se escondem na metrópole bem-amada desde a sua fundação até agora. História de uma cidade e de seu povo, crônica, ensaio literário, saga política e social, essa grandiosa obra em três volumes, e quase 2.000 páginas, marchetada por uma vasta e preciosa iconografia, esse diário que tem como centro todos os dias do ano de 1922 – isto é, o ano do primeiro centenário de nossa independência – se irradia em todas as direções. Alastra-se como fogo de verão.

Pluritemporal e tentacular, visita o passado, expande o presente, insinua o futuro, em ardilosos transbordamentos seqüenciais, numa viagem em que se desdobram postais inumeráveis, e as figuras mais tangíveis, os fatos mais notórios e as imagens mais ostensivas se casam ao que há de mais espiritual e evanescente, de mais esmaiado e volátil.

Ao lê-lo, acudiu-me ainda a sensação de que esse livro vigoroso e musculoso, envoltivamente bem escrito, corresponde a uma proustianização tropical do tempo perdido. As personagens inumeráveis, o rumor das ruas e praças, os lugares de permanência e convívio e os sítios de travessia, o cheiro da terra e o vento do mar, as músicas dos carnavais, os sonhos e as paixões, os jornais e os teatros – tudo, nele, convida a um espetáculo total. A enorme e infundável fervilhação da vida rege essa obra ambiciosa em que o autor oculta astutamente a sua ambição, e se oferece ao leitor como se este pudesse ter o dom de ler todas as páginas ao mesmo tempo.

Como numa enciclopédia, tudo o que ocorreu e desejamos saber sobre o Rio de Janeiro está no livro magistral de Antonio Bulhões. Nele encontramos o que buscamos e mesmo o que não esperávamos encontrar. A sua minuciosidade nos espanta, nesse autor e narrador que tanto sabe descrever a materialidade do mundo como captar o imperceptível.

Autor de uma obra relevante no domínio do romance, do conto e do ensaio, Antonio Bulhões não quis ser um dos nossos. Mais de uma vez desejamos que ele transpusesse a nossa porta – essa porta ora de bronze ora de manteiga derretida – e se sentasse ao nosso lado. O grande prêmio que ele ora recebe deve ser acolhido também como a reiteração de um aceno antecipadamente não correspondido.

A Academia Brasileira de Letras agradece à Família do Senador José Ermírio de Moraes – aqui representada pelo Dr. Antonio Ermírio de Moraes – a instituição desse prêmio. É o maior, o mais valioso e o mais prestigioso prêmio destinado anualmente a uma obra de qualquer gênero que traga efetiva contribuição à cultura brasileira. E esta Casa não poderia deixar de ser o espaço legítimo e privilegiado para atribuí-lo.

## ~ Agradecimento do Dr. Antonio Bulhões

LIDO PELO ACADÊMICO ALBERTO VENANCIO FILHO

Senhor Presidente da Academia Brasileira de Letras, Senhoras, Senhores:

Tomo o prêmio que me foi concedido e as palavras que me são dirigidas por endereçadas aos cronistas desta cidade que têm lhe dedicado o melhor do seu amor e de sua pena, de Manuel Antônio de Almeida a Marques Rebelo, este o maior, de quem hoje transcorre o 31º aniversário de falecimento. Não devo, não posso e não quero é – como diria o Barão do Rio Branco – ensoberbecer-me com o prêmio, com as palavras.

Bem haja os descendentes do Senador José Ermírio de Moraes, que instituíram este prêmio, de enorme estímulo à preservação e ao desenvolvimento da cultura brasileira, tão importante na vida de um país quanto o econômico e o social.

Aos 80 anos creio que inicio nova fase de vida. Vivenciei-a sempre por ciclos diferenciados. Porém, jamais imaginei fazê-lo nesta idade, ao ser formalmente reconhecido como escritor, profissão que intimamente, desde menino, quis ter de modo pleno, e não pude. Com este prêmio considero-me um privilegiado.

Os que me conhecem de perto sabem que não sou afeito às comemorações públicas. Hoje estou aqui, convencido pelos amigos mais chegados, em respeito aos que acreditaram em mim, e feliz. Feliz por ter concluído uma obra dessa magnitude, que acreditava não ver editada. Feliz pelo esforço próprio, sem falsa modéstia, de resistir a várias adversidades e continuar.

Agradeço, em meu nome pessoal e no daqueles cronistas, a generosidade dos descendentes do Senador José Ermírio de Moraes ao instituírem e manterem a láurea que tanto honra a nossa literatura e que certamente a estimulará a novas decisões do gênero. Espero que seu exemplo sirva de apoio a iniciativas iguais ou assemelhadas por parte de outros empresários que venham vincular seus nomes ilustres aos títulos sobremaneira honrosos do mecenato cultural no Brasil.

A presença do Sr. Antonio Ermírio de Moraes é um segundo prêmio, que recebo desvanecido e ao qual sou extremamente grato. Agradeço a Lêdo Ivo a saudação, que tanto me valoriza o que, dele partindo, é sobremaneira relevante, e agradeço finalmente a meu bom amigo Alberto Venancio Filho que generosamente aceitou ler esta minha parlenga de sinceros reconhecimento e agradecimento.

Muito obrigado.

## ~ Palavras do Dr. Antônio Ermírio de Moraes

Antes de mais nada, senhor Presidente, senhoras Acadêmicas, senhores Acadêmicos, quero pedir desculpas porque se há uma coisa que sempre prezo muito é o horário. Infelizmente, não posso tachar as companhias de aviação de ter-nos prejudicado. Quem nos prejudicou fui eu mesmo. Disse à minha secretária que a cerimônia era às 17 horas, e quando, em pleno vôo, vi que era às 16, fiquei absolutamente chocado. Digo mais: devo estar com 120 batimentos cardíacos, pelo menos, porque não gosto de chegar atrasado. Peço desculpas a todos pelo atraso.

Senhor Antonio Bulhões, quero dizer-lhe que é para nós, da Votorantim, em nome de meu pai José Ermírio de Moraes, já falecido, uma grande honra em prestar homenagem a este ilustre brasileiro, este ilustre escritor, que tantas alegrias deu a todos nós no Brasil. Espero que possamos, todos os anos, continuar com esta premiação, premiando verdadeiramente aqueles que ajudam os brasileiros a sair dessa promiscuidade que é a falta de educação em nosso país. Todos temos que lutar por isso, porque se há um problema que aflige a todos nós brasileiros é exatamente o problema da educação. Quando pensamos que temos 35 milhões de pessoas que não sabem ler, que não sabem interpretar um texto, além de mais 15 milhões de analfabetos, fico horrorizado. Se o Brasil resolver esse problema, certamente será um país do Primeiro Mundo em muito pouco tempo. Se não o fizermos, aí o nosso destino será muito triste.

Então, a Academia Brasileira de Letras está diante de um grave problema e um esplêndido desafio, que é levar adiante uma campanha para acabar com o analfabetismo no Brasil. Isto é muito importante.

Sinto-me inteiramente graciado, comovido até, pela Academia ter a honra de premiar o melhor escritor durante um ano. É nossa intenção continuarmos sempre prestigiando a Academia e o escritor brasileiro, porque é uma das coisas mais importantes que estamos fazendo. O valor do prêmio é até insignifi-

cante em relação ao valor de vocês, mas de qualquer maneira representa um esforço de uma empresa nacional em prol da cultura em nosso país.

Aproveito, senhor Antonio Bulhões, para dizer-lhe parabéns. Continue sempre em seu trabalho. Para nós, é uma honra vê-lo chegando aqui, nesta ilustre Casa, para receber um prêmio tão modesto. Mas creiam todos que isto foi feito de coração.

Senhor Presidente, esteja certo de que é nossa intenção, todos os anos, continuar prestigiando os senhores com um prêmio que, apesar de insignificante, tem um valor sentimental muito grande para todos nós.

Mais uma vez, peço perdão pelo nosso atraso, meu e de João de Scan-timburgo, porque fui eu o responsável. Fiquei com o coração batendo a 120 por minuto, mas felizmente aqui estou. Sinal de que o coração ainda está bom.

A todos, perdão pelo meu atraso; aos senhores Presidente e Acadêmicos, parabéns pela iniciativa. Continuem sempre com este incentivo à educação em nosso país. Resolvido o problema da educação, tenho a certeza de que o Brasil será, num hiato muito breve, um país classificado como dos melhores do mundo. Nós vamos chegar a ser país de primeira grandeza no mundo. É só resolvermos este grave problema, e vocês na Academia estão fazendo um item muito importante, prestigiando a educação em nosso país.

Muito obrigado a todos. Ao escritor homenageado, as nossas saudações.

Sábato Magaldi/Edla Van Steen e Maria Lêda Sarmento de  
Medeiros Ivo/Lêdo Ivo, em Nova York, inverno de 1999.  
As fotos de Lêdo Ivo incluídas neste número da *RB* integram a  
exposição *Universo poético de Lêdo Ivo*, organizada pelo Centro de  
Memória da ABL em setembro de 2004.



# Homenagem aos 80 anos do poeta Lêdo Ivo

FRANCISCO DE CARVALHO

I

Pairas no umbral da noite metafísica.  
Asteróides rastejam no esqueleto  
do céu. Regressas da Estação Central  
para o Acontecimento do Soneto.

A Cidade e os Dias abrem seus pórticos  
ao fulgor do Crepúsculo Civil.  
Chove quando anoitece em Nova Iorque.  
Um fauno afaga a taça de um quadril.

Os emblemas do mar, rosas do mangue,  
seduzem piratas e canibais  
com seu odor de seios e moluscos.

A escada em espiral finda no cais.  
Os navios somem no caos. Arbustos  
de espuma, os dias manchados de sangue.

Poeta e ensaísta,  
com vários livros  
publicados,  
membro da  
Academia  
Cearense de  
Letras e  
ganhador dos  
prêmios Nestlé  
(1982) e  
Fundação  
Biblioteca  
Nacional  
(1997).

## II

Nas tardes de marulhos e morcegos,  
pousam gaivotas mortas. O mar perto  
e o mar longe são dois cavalos verdes  
sonhados pelas éguas do deserto.

Os trapaceiros são cosmopolitas,  
têm almas de metal, corpos blindados.  
O poeta sonha auroras interditas,  
léguas azuis, sítios hipotecados.

Canta a estátua de bronze de um cavalo  
que despencou das nuvens. Com certeza,  
um puro-sangue de linhagem árabe.

A neve cai. O vento sopra forte.  
O Empire State é uma coivara acesa.  
Chove quando anoitece em Nova Iorque.

## III

O poema é a arquitetura de um ninho.  
Dizem que o pássaro escolhe os gravetos  
da mesma forma que o poeta escolhe  
as rimas e vogais para os sonetos.

Chicago. A tarde cheirava a pipocas.  
Arranha-céus de vidro e seus revérberos  
de prata. Navios dormem nas docas.  
Seios no asfalto e coxas de mulheres.

Teseu do Carmo escreve um labirinto  
de palavras nas lápides dos gregos,  
nos pórticos de bronze de Corinto.

A neve cai. O vento sopra forte  
na madrugada espúria dos morcegos.

Chove quando anoitece em Nova Iorque.

Primeira vinda de Lêdo Ivo à  
Academia Brasileira de Letras, como  
repórter de *A Manhã*, para cobrir a  
eleição de Luís Edmundo em  
18/5/1944.

Ao lado, com Manuel Bandeira.

Abaixo, com Miguel Osório de  
Almeida e Múcio Leão.



# Poemas inéditos

DAVID MOURÃO-FERREIRA

Tradução para o italiano de Fernanda Torriello\*

David Mourão-Ferreira (Lisboa, 1927-1996), poeta, ficcionista e ensaísta lusitano, sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras (Cadeira nº 5).

## ~ Vens percorrendo o mundo há muito tempo

Vens percorrendo o mundo há muito tempo  
descobrimo no tempo muito mundo  
sempre sabendo que se houvera tempo  
não seria preciso tanto mundo  
Um dia a tua sombra já sem tempo  
não mais há de estender-se neste mundo  
Somente por ludíbrío do teu tempo  
a sombra projectaste sobre um mundo  
onde contam as sombras Mas o tempo  
do mundo que lateja sob o mundo  
é um tempo sem tempo para o tempo  
nem mundo para sombras deste mundo  
E se algum tempo resta do teu tempo  
nenhum mundo te fica do teu mundo

---

\* Fernanda Toriello, do Instituto de Língua e Literatura Espanhola e Portuguesa, da Universidade de Bari, Itália, é escritora, tradutora e editora.

~ *Stai percorrendo il mondo già da tempo*

*Stai percorrendo il mondo già da tempo  
esplorando nel tempo tanto mondo  
sempre sapendo che se avessi tempo  
inutile sarebbe tanto mondo*

*Un giorno l'ombra tua già senza tempo  
più non s'allungherà su questo mondo  
Soltanto per ludibrio del tuo tempo  
hai proiettato l'ombra sopra un mondo  
dove contano le ombre Ma il tempo  
del mondo palpitante sotto il tempo  
è un tempo senza tempo per il tempo  
né mondo per le ombre di tal mondo  
E se del tempo resta del tuo tempo  
non un mondo ti resta del tuo mondo*

## ~ Buscas molduras perdes os retratos

Buscas molduras perdes os retratos  
Juntas retratos faltam-te as molduras  
Mais foscas que os fantasmas dos retratos  
são os olhos vazados das molduras  
e mesmo assim persegues em retratos  
a cegueira implacável das molduras  
Se teus actos retractas os retratos  
servirão a teus actos de molduras  
Nem basta que retrates nos retratos  
o que pensaste ser Vê que molduras  
de repente molduram os retratos  
de quem virás a ser já sem molduras  
A menos que espezinhes os retratos  
Ou que a cinza reduzas as molduras

*~ Cerchi cornici smarrisci i ritratti*

*Cerchi cornici smarrisci i ritratti  
Trove ritratti non hai le cornici  
Piú foschi dei fantasmi dei ritratti  
sono gli occhi vuoti delle cornici  
e pur cosí insegui nei ritratti  
l'orrenda cecità delle cornici  
Se i tuoi atti ritratti i ritratti  
faranno ai tuoi atti da cornici  
Né basta che ritratti nei ritratti  
ciò che credevi d'essere Cornici  
vedi ora incorniciano i ritratti  
di chi diventerai senza cornici  
Salvo che tu calpesti i ritratti  
O in cenere riduca le cornici*

## ~ Tão-só com as lombadas destes livros

Tão-só com as lombadas destes livros  
dialogando ao longo destas noites  
a ti mesmo perguntas    quais os livros  
onde lateja a luz das tuas noites  
Não a da lua que vive em tantos livros  
Não a do sol que morre em tantas noites  
Antes uma nascida aquém dos livros  
ou mais outra queimando além das noites  
os espectros anónimos dos livros  
o sudário paupérrimo das noites  
De noites não será    nem já de livros  
a tua imensa fome nestas noites  
em que o pulsar do coração dos livros  
só se escuta no pulso de tais noites

*~ Soltanto con i dorsi dei tuoi libri*

*Soltanto con i dorsi dei tuoi libri  
dialogando a lungo in queste notti  
tu ti domandi in quali    quali libri  
pulsì la luce delle tue notti  
Non della luna che vive in tanti libri  
E non del sole che muore in tante notti  
Ma una spuntata di qua dai libri  
o un'altra che di là dalle notti  
brucia i fantasmi anonimi dei libri  
il misero sudario delle notti  
Di notti non sarà    né piú di libri  
la tua immensa fame in queste notti  
in cui il battito del cuor dei libri  
si sente al polso sol di queste notti*

## ~ Recusas pedra e nuvem Mas a pedra

Recusas pedra e nuvem Mas a pedra  
vai ganhando o contorno de uma nuvem  
nesse teu coração feito de pedra  
à luz das mãos que tens feitas de nuvem  
Bem quiseras que tudo fosse pedra  
extraída de quanto foste nuvem  
Sabes porém que a pedra mais que pedra  
se dissolve na nuvem mais que nuvem  
Outras nuvens buscaste Eram de pedra  
Atingiram-te pedras que de nuvem  
nem mesmo a forma tinham Pedra pedra  
E tu clamando nuvem nuvem  
Nem há de ter um túmulo de pedra  
Só um anjo a velar-te Uma nuvem

*~ Rifiuti pietra e nuvola Ma la pietra*

*Rifiuti pietra e nuvola Ma la pietra  
va assumendo il profilo di una nuvola  
in questo tuo cuore fatto di pietra  
rispetto alle tue mani fatte di nuvola  
Vorresti tanto che tutto fosse pietra  
ricavata da quanto fosti nuvola  
E però sai che la pietra piú pietra  
svanisce nella nuvola piú nuvola  
Hai cercato altre nuvole Erano pietra  
Ti hanno colpito pietre che alle nuvole  
neppure assomigliavano Pietra pietra  
E tu che imploravi nuvola nuvola  
Neppure un tumulto tu avrai di pietra  
Ti veglierà un angelo Una nuvola*

Georgina de Albuquerque (1885-1962)

*Dia de verão* (1926)

Óleo s/tela 130 x 89 cm

Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro – RJ



# Poemas

RUTH SYLVIA DE MIRANDA SALLES

## ~ Chuva

Todo o verde da chuva amadureceu para hoje, no dia pesado e  
quieto, espécie de noite afastada do próprio escuro.  
Os quatro horizontes oprimiram-se nas nuvens. O sol perdeu-se,  
desencontrou-se, raiz partida.  
Os frutos novos estão nos caules do vento, a desfazer a espera, a  
dialogar com as árvores e com as primeiras gotas, grandes, esse  
murmúrio.  
Súbito, mas vagorosamente, traçam-se os riscos das águas, que  
se avolumam, se embaralham, ferem todos os silêncios.  
É a chuva. Renovação do tempo. Floração forte.

Poeta e  
dramaturga,  
participa, em São  
Paulo, do  
Projeto Dom da  
Palavra, que leva  
a arte do teatro  
para a escola.  
Publicou os  
livros de poesia  
*Pastoral* (1954),  
*Parcêis* (1961) e  
*Sem símbolos  
nenhuns* (1982).

## ~ Águas livres

Quantos dragões em guarda espiam, quietos...  
E meu escudo, meu espelho onde olhar?  
É lá no lago, longe, o seu reflexo  
ou ele mesmo já perdido?  
Que mente é esta que comanda, dura e morta?  
Quero meu corcel de antes, o pronto, o apto,  
o baile do corpo (antes de nascer a mente rígida),  
o baile do corpo livre  
de quem salta nas nuvens e fala com as fontes antes de jorrarem.  
Livre, eu fluía como as águas nos seixos;  
embora fossem pedras, eu os arredondei.  
Não criei estes rochedos de hoje.  
Foi a cabeça do dragão fremente que os pôs em meu caminho.  
Rolo nos seixos redondos o meu pranto,  
mas ele não se transforma de novo em minhas águas livres.  
Luz, para a estátua de sal que andou sempre olhando para trás!  
A dor se enrola como uma cobra  
e se apronta para dar o bote.  
Quem fui? Quem deixei de ser?  
Quem seria  
se fosse ainda como as águas livres fluindo?  
Sou tudo isso e, desse terrível amálgama,  
tenho de ver renascer o primeiro esboço da forma pura.  
E saltar com ela no espaço!

## ~ Espaço

Claro raptó de luz,  
dúbio achego de sombra.  
Tensões entre os átomos, astros.  
Por entre o amor plasmado em tochas,  
atração-distância na harmonia exata.

## ~ O quatro

Três medidas de espaço e uma de tempo  
(para o homem medir os próprios feitos)  
Três medidas de espaço e uma de tempo  
(para o homem saber ler os eventos)  
Três medidas de espaço e uma de tempo  
(para o homem caber em seu momento)  
Três medidas de espaço e uma de tempo  
(para o homem cerrar as coisas dentro)  
Três medidas de espaço e uma de tempo  
(para o homem romper, estando atento)

## ~ Preparação

Eis o portal de ausentes  
tempo e espaço.  
E como transpô-lo absorta  
no tocável pedaço?

Dessa porção de eterno  
tenho a senha.  
E como pronunciá-la  
com esta boca pequena?

Do silêncio do corpo  
sinto a espreita.  
E como escutar a hora  
em rumores desfeita?

Mas o real me atrai.  
Sei que transponho  
um dia o portal, pensando  
embora que foi sonho.

## ~ A paixão do homem

– Pai perdoa-me, porque ainda não sei bem o que faço.  
Eu ouvi a verdade em Mim ensinando-me o caminho do Som bendito.  
No entanto, minha teimosa mão guerreira, espírito-criança,  
não tentou decepar-me a orelha com que ouvia?  
“Mete tua espada na bainha” – eu disse –  
“pois então não hei de beber o cálice que já está à minha mesa?  
O caminho é este, e eu estou pronto.”

– Pai, perdoa-me, porque ainda não sei bem o que faço.  
São tantas as minhas vozes lutando contra a verdade em Mim:  
“Es tu o Filho do Som bendito?”  
“Eu o sou.”  
“Pensas que és Rei desta terra que é nossa?”  
“Tu o disseste.”  
“Pois então crava esta coroa na cabeça,  
cobre-te com este manto de púrpura  
e põe em tua testa este letreiro do que pensas que és,  
espírito blasfemador!  
Ouves tuas próprias vozes como te combatem, como te açoitam  
e te maltratam?”

– Pai, perdoa-me, porque ainda não sei bem o que faço.  
Meu reino não é desse modo.  
Ser rei é ser servo.  
Ah, como me fere esta coroa,  
trançada por todos os meus pensamentos duros e mesquinhos.  
E este manto abafa a liberdade nascente do verdadeiro Som em Mim...

– Filho, esse é o manto do iludido rei que te imaginas.  
Agora podes sentir que ele pesa como um lenho nos teus ombros.

Leva-o mais um pouco.

Ainda estás preso a ele pela própria lei das pedras do caminho.

– Pai, o manto é espesso.

Eu não o via bem e agora vejo.

Pesa, sim, e fere o ombro,

mas o bendito Som ressoou mais perto

e o tornou leve por instantes...

– Paciência, Filho, está próxima a hora.

Ouve:

tua múltipla voz já lamenta seu pequeno reino perdido

ou te condena pelo caminho que persegues.

– Pai, perdoa-me, porque ainda não sei bem o que faço.

Eu não me percebia assim tão preso a este lenho, a este manto...

Ele funde-se ao chão da terra como um tronco

e minhas mãos, meus pés estão cravados nele...

Não posso agir,

dar cumprimento à minha e tua Vontade livre;

só a meus pequenos desejos apegado.

Também tenho a cabeça tão oprimida pela coroa,

que só consigo pensar com os Pensamentos baços do homem velho.

Ó Pai, perdoa, mas a verdade em Mim se sente só e abandonada.

– Filho, ela foi abandonada,

mas pelo murmúrio de tuas próprias múltiplas vozes

e pelo grito de soberania que imaginavas ter sobre elas.

É a hora.

Escuta o silêncio em Ti, ouve somente o Som bendito.

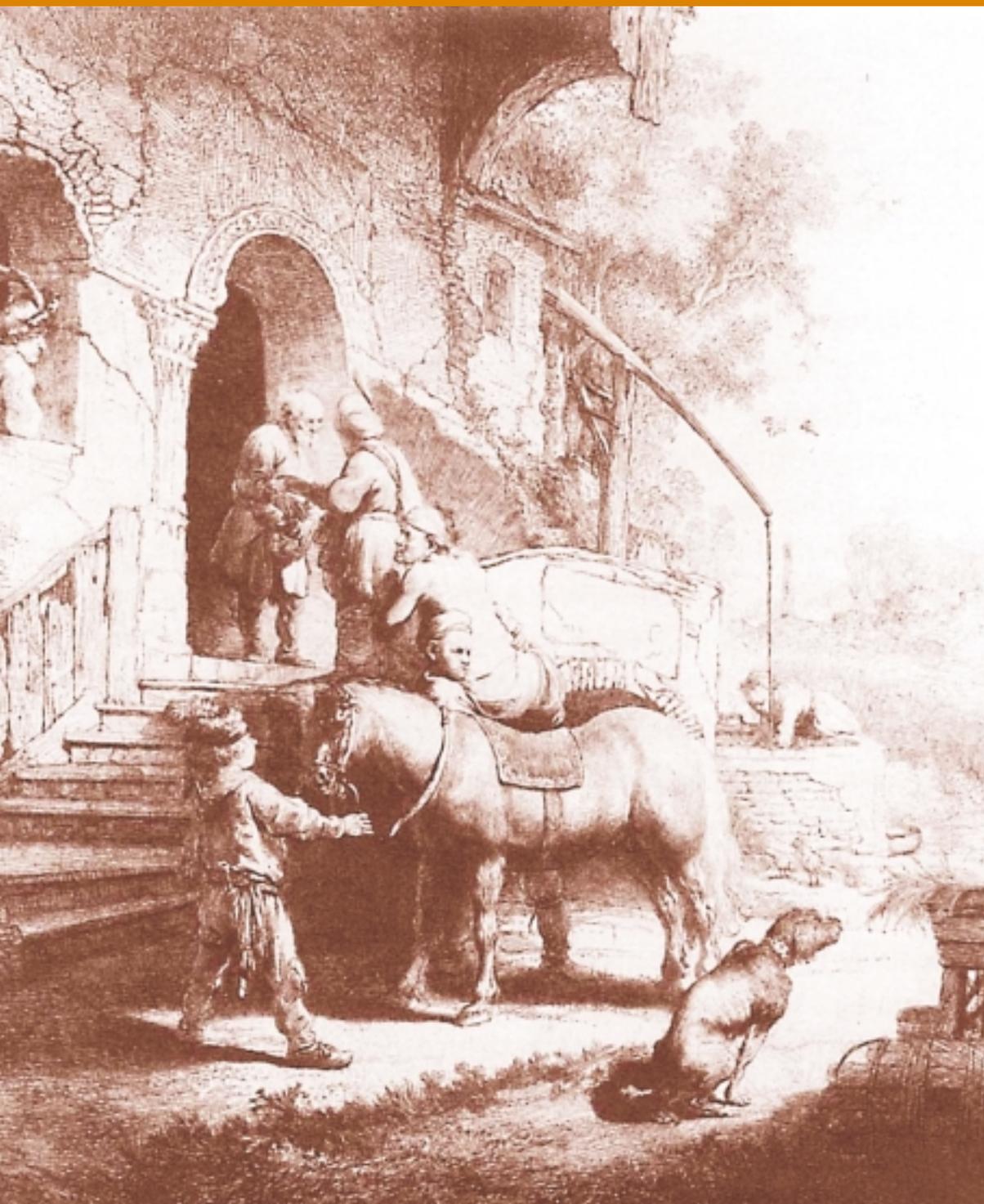
– Pai, em tuas mãos entrego minha verdade  
e atrairei a este caminho todas as veredas.  
Está consumada minha Busca.  
No entanto,  
como desprender-me deste lenho, deste manto,  
desta coroa fixa em mim?

– Filho, coragem!  
Lanceta o peito com força guerreira  
e dele sente fluir, terra adentro, teu Amor.  
Ele te soltará.  
Ele te descerá ao chão,  
onde teu velho ser deitará raízes  
e te dará, como planta, a experiência que tiveste.  
Dela renascerás,  
o novo,  
o transvivido,  
o verdadeiro ser do Som bendito.

Rembrandt (1606-1669)

*O Bom Samaritano* (1633)

Gravura. Nova York, Pierpont Morgan Library



# Dois poemas

PEDRO ERNESTO DE ARAÚJO

## ~ No trem da Central

Os corpos se estendem,  
os corpos se entendem,  
os corpos se rendem  
no trem da Central.  
Os corpos se esfregam,  
se integram, se entregam,  
arfam, escorregam  
da regra moral.

Os corpos se abraçam,  
se cansam, se caçam,  
se abrasam, se amassam  
no trem da Central.  
Tímidos pudores  
fundem-se em suores  
e notem as flores  
da flora carnal.

Publicou os  
livros de poesia  
*Poemas sem futuro*  
(1974) e *O*  
*papagaio que não*  
*quer ser verde*  
(1987).

Os corpos se encontram  
ou se desencontram  
porém jamais contam  
do trem da Central.  
Nos vagões escuros  
procura-se o duro  
nos corpos maduros  
pra entrega total.

O corpos soçobram,  
sobram, se desdobram  
feros ventres obram  
no trem da Central.  
Cevam-se os malditos.  
Seus corpos aflitos  
celebram os ritos  
do amor marginal.

Alem da política,  
do eclipse, da crítica,  
da flor sifilítica,  
no trem da Central  
os corpos se negam,  
se afirmam, se apegam  
e afinal sossegam.  
Estação final.

## ~ Velho na praça

Aprecio a velhota a dar milho aos pombos.  
Eu dei sonhos aos tombos.  
Recolho o que ficou de meus próprios escombros:  
um pouco do poeta, um pouco do canalha  
e este velho sentir de um coração de palha.  
Apanho uns lírios mortos caídos na calçada  
e armo uma guirlanda com o que restou do nada.  
A cidade me perde. Esta tarde me mói,  
mas apesar do tédio o canto se constrói.  
Bípede bipartido embutido no mundo,  
faturado a solidão e um sonho vagabundo.  
Deus senta junto a mim e me diz boa tarde,  
mas a tarde é de pedra e o fogo já não arde.  
Os pombos certamente não darão milho a mim,  
pois já não tenho asas e não sou pombo, enfim.  
Eis que súbito pouso o vento nos meus ombros  
e me leva pra casa com meus anjos e assombros.



Bernanos em dezembro de 1929, na editora Plon, com seu romance *La Joie* (1928), vencedor do prêmio Femina.

## Com Bernanos no Brasil

GERALDO FRANÇA DE LIMA

**É** esta a primeira vez que, para um órgão de divulgação, escrevo sobre Bernanos, com quem convivi dia e noite, compartilhando de suas alegrias e suas dores constantes por quatro longos e saudosos anos, na sua colina de Barbacena. Concentrar-me sobre ele, é como ressuscitá-lo: é vê-lo nas suas grandes explosões de cólera contra a mediocridade; é escutar-lhe a voz profética; é ouvir-lhe as risadas gostosas quando as coisas lhe corriam bem; é acompanhar-lhe o olhar adivinhador num passeio pelo futuro prevendo, avisando, prevenindo...

Bernanos era uma figura complicadíssima, dominada pelo travo profundo da amargura. Era um ser inconformado e só a sua pena lhe dava oportunidade para fugir deste mundo e abrigar-se dentro de si mesmo, já desesperançado e atormentado! Foi sobre este aspecto que eu o vi sempre, com altos e baixos, decepcionado e desconfiadíssimo.

Escrever sobre Bernanos não me é fácil, porque equivale a sangrar na veia da saudade. Difícil não o é: – basta-me lançar um olhar re-

Geraldo França de Lima, educador, advogado e escritor, então assistente da Procuradoria da República do Distrito Federal e da Consultoria Jurídica do Ministério da Educação, fez essa entrevista com Georges Bernanos quando o escritor francês se encontrava no Brasil, em exílio voluntário, durante a Segunda Guerra Mundial. A entrevista foi publicada na revista *Comentário*, nº 1-2, 1960-1961, pp. 74-82. O Acadêmico Geraldo França de Lima faleceu em 22.03.2003.

trospectivo e vê-lo em Barbacena, ora cavalgando, a passo, um baio manso e magro; ora, abstrato num café, com a pena esquecida na sua mão; ou subindo com dificuldade a escadaria de pedra da Matriz colonial; ou em sua casa de Cruz das Almas; ou no *ball* do Grande Hotel desancando os aqüistas de Vichy. Era um extrovertido: pensava alto, exprimia-se sem meias-palavras, sem rodeio, aos gritos, com gestos fortes.

Ainda agora, estou a ouvi-lo nitidamente, claramente e o ouço a todo instante quando leio os jornais e constato que suas previsões se realizam impressionantemente. Pudessem elas ter sido reunidas em volume e o mundo se quedaria admirado...

– Quando esta guerra terminar – viveremos no inferno da paz perdida... A vitória militar, o esmagamento da Alemanha nada significarão para a tranqüilidade da humanidade... Quando esta guerra acabar, iremos viver constantemente sob a ameaça de outra guerra sempre maior...

E o futuro da França, sua França doce e forte o inquietava.

– A derrota militar de meu país desprestigiou-o perante o seu império... A França correrá o risco de perder suas colônias, que terão auxílios poderosos dos que as espreitam com inveja...

E como eu argumentava com o fato de estarem as colônias levantando-se para se colocar ao lado do General De Gaulle, Bernanos explicava:

– Isto nada significa: é porque têm elas medo de cair sob o domínio do Eixo. Quando o Eixo desaparecer, as colônias procurarão seu rumo...

Ai daquele que discordasse de suas opiniões! – Estaria arrasado. Certa vez conversávamos sobre a atitude dos Estados Unidos em face do governo de Vichy e a recusa de reconhecer o governo de De Gaulle. Ensaiei uma tímida defesa do Presidente Roosevelt. Bernanos perdeu as estribeiras; enfureceu-se:

– Você verá, meta dentro da sua cabeça estas minhas palavras: os americanos têm força material, domínio, dólar... mas falta-lhes imaginação, maturidade. Depois da guerra, para defender seu padrão de vida, farão tudo o que a Rússia quiser. Têm preconceitos raciais contra o judeu, contra o negro, contra

o latino, contra o amarelo e sobretudo contra o sul-americano e não pode haver paz num mundo racialmente dividido!

Mas não vou escrever sobre as idéias de Bernanos, de resto assaz conhecidas. Quero focalizar apenas o lado humano de sua atormentada existência, aquela natureza estuante de vida, aquela torrente de palavras, aquele vulcão sempre em chamas...

Os seus dias entre nós, em Barbacena, curtindo a dor rasgada na sua carne com a defecção da França, a mais velha nação militar da Europa, enfrentando problemas de toda a espécie e sempre de pé, alimentando o fogo sagrado de seu ardor, forjando com sua pena os raios de sua luta.

– Quando um dia perguntarem a você o que sou, responda que sou um antifascista, que odeio a mediocridade, a falsa modéstia, a virtude fingida e estudada, a mentira e a superficialidade... Sou um antifascista e pouco importa que o fascismo esteja na Itália, na Alemanha, na Espanha, em Portugal, na Rússia, na França ou nos Estados Unidos. Responda que sou um que acredita em Deus e que acredita que o homem foi feito por Deus, para amar, ser amado e respeitado. Mas presentemente – acrescentava – *je suis simplement un Français écrasé par la défaite de mon pays. C'est tout!*

É assim que estou vendo de longe a doce e atormentada figura do solitário de Cruz das Almas.

Foi em 1934, no meu primeiro ano de Direito, que li pela primeira vez um de seus livros, *Sous le soleil de Satan*, e a impressão que me ficou, não do livro, mas do autor, foi profunda e imorredoura. O livro, àquela época, não entendi bem. O autor, porém, ficou definitivamente. E volte-meia, vinha-me à idéia aquele estranho nome de Bernanos... Os tempos rolaram, Munique e a Europa às vésperas da guerra. Numa dessas leituras de bonde, assustei-me quando li no jornal a notícia de que Bernanos tinha passado pelo Rio com destino ao Paraguai, escrevendo sem querer o primeiro capítulo de sua legenda... De minha parte, deplorei não ter podido, pelo menos, vê-lo. Falar-lhe, certamente, eu não poderia, pois não dispunha de amigos nas letras ou nas rodas da sociedade.

Por esse tempo eu já tinha conhecido a suave e profunda beleza do *Journal d'un Curé de Campagne* e ainda estava abalado com a leitura de *Les Grands Cimetières sous la Lune...*

Formei-me e depois de tentar a advocacia em minha terra, decidi-me fixar-me em Belo Horizonte. Eclodira a guerra e lembro-me bem – lembro-me, rigorosamente, o dia e a hora de uma manhã de dezembro de 1939 – eu estava na ante-sala da secretaria de Educação, aguardando o momento de ser recebido pelo Dr. Cristiano Machado, quando um dos seus oficiais veio avisar-me que a audiência ficava cancelada, pois o secretário ia receber uma personalidade européia, que não devia tardar.

Fiquei queimado: mineiro, conheço bem os truques dos gabinetes de Minas. Era um volte-depois... E saí enfurecido, sem atender mesmo ao convite que me fazia o oficial de gabinete para ficar e ver aquela personalidade.

– Que personalidade, que nada! – resmunguei baixo...

Qual, porém, não foi o meu desapontamento ao ler no *Minas Gerais* que o europeu recebido pelo secretário chamava-se Georges Bernanos! Que tristeza foi a minha... Tivesse esperado um pouco e pelo menos o teria visto... Ocorreu-me logo uma idéia: procurá-lo nos principais hotéis de Belo Horizonte; e num minuto o localizei... Mas já tinha partido para Pirapora.

Pirapora!

Ontem o Paraguai, hoje Pirapora – um mundo de originalidade... Dias depois saía minha nomeação para Barbacena: e o ano de 1939 morria entre expectativas e ansiedades...

Junho de 1940 – consuma-se a tragédia: a França abatida... O temor se apossava das consciências livres, as legiões de Hitler hasteavam por todos os mastros o pendão da vitória! Que teria acontecido à velha França, o berço de nossa cultura, amada idolatradamente por todos nós, à França dos ginásios e das escolas normais brasileiras? Todos chorávamos: a *Marselhesa* saía dos ares... Apagava-se qualquer coisa na terra: um eclipse a envolvia. Fiquei desesperado e numa angústia trabalhei pacientemente uma carta, com a gramática e o dicionário ao lado, para Bernanos, e lhe pedia uma pa-

lavra sobre a desgraça que, prostrando a França, aniquilava a imagem que nós fazíamos do belo, das liberdades, da pessoa humana... Não demorou e eu recebia de volta a carta com um aviso seco do Correio, lacônico: “Mudou-se. Destino ignorado.”

Os ingleses bombardeiam vasos franceses em Oran: há um aperto em nossos corações; vem a ameaça de Vichy formar-se ao lado da Alemanha, declarando guerra à heróica *Álbion!*

Ora, uma tarde bem fria de julho, aproveitando um restinho de sol, eu me achava sentado num banco do jardim de Barbacena, lendo uma revista, por sinal o último número que recebi do *Mercure de France*. Tive a atenção voltada para um vulto que se aproximava: alto, corpulento, apoiado em duas bengalas, que com dificuldades se encaminhava para o banco em que me encontrava. Mais do que as duas grossas bengalas e a sua cabeleira revolta, branca, chamavam a atenção seus olhos violáceos impregnados de fogo, de combatividade, de vida.

Sentou-se a meu lado. Acomodou no chão as bengalas e tendo percebido que eu parara a leitura, disse-me:

– *Je vous dérange... Pardon...*

Fechei a revista e quando ia dizer qualquer coisa, ele adiantou-se com a palavra:

– *Oh! Mon pauvre Mercure... Permettez...*

Tomou-me das mãos: fitava-a como se fosse um pedaço da terra de França... Eu me limitava a seguir-lhe os gestos, a observar-lhe as contrações do rosto, a acompanhar-lhe as modificações da fisionomia... Quem seria ele? – eu me perguntava...

– *Comme on aime la France au Brésil, on y parle le Français, on y est chez soi... Ma pauvre, ma malheureuse France...*

Inibido, eu não dizia nada: vislumbrava qualquer coisa de apaixonante, de grandioso naquela figura máscula e ia, no meu francês de então, iniciar a conversa, quando o vulto lendário abriu a cachoeira de sua facúndia e desandou a gritar. Que mal os homens de Vichy tinham feito à França, quando a julgaram

abandonada no mundo, quando a supuseram perdida, ela que tinha um reino em cada coração livre... Descreram de seu prestígio no mundo: aquela força mágica e espiritual que ela soubera despertar em toda a terra... A França poderia estar ainda lutando bravamente ao lado da Inglaterra: o seu nome só seria um símbolo suficientemente para levantar exércitos e legiões...

E acrescentava numa voz quase chorosa:

– *Parce-que le bon Dieu a donné à la France la mission de porter son nom devant tous les peuples et les rois de la terre...*

Sublimado eu ia falar-lhe, quando ele continuou:

– Pétain cuspiu no rosto dos que amavam a França...

E desandou a xingar... E como xingava bem, com termos precisos, sem meias-palavras, xingando com todas as letras, com graça e energia! Era magnífico!

– *Pétain? Quel salaud! Cochon, pourriture, canaille, putain, voyou, va-nu-pieds, charogne!!! Tous ce gens-là vont crever!*

Eu escutava esmagado e o achava sublime: um anjo de espada em punho abafando a conspiração dos espíritos das trevas...

A borrasca ia-se acalmando: as águas quietavam-se, dissipavam-se as fumaças da explosão... E num grande lamento, murmurou:

– *On a trahi la France... Tout cela va passer.*

E depois, mansamente me perguntou:

– *Vous parlez le français, monsieur?*

– *Oui, je le parle un peu...*

Estendeu-me a mão e se apresentou:

– Bernanos... Georges Bernanos... *Enchanté...*

Nunca, por certo, por mais que queira, poderei exprimir o que então senti! Talvez a emoção daquele momento tenha sido tão forte que haja destruído a minha capacidade para recompor a glória daquele minuto...

– Bernanos... Georges Bernanos... *Enchanté...*

– *Mais vous tremblez, cher ami...*

– *Oui, monsieur... Je mourais d'envie de vous connaître...*

Bernanos retomou a palavra, aquela palavra de ferro e fogo... E explicava a sua dor, a sua cólera. Um vaqueiro acaboclado, das barrancas do São Francisco, que de passagem pela sua fazenda arrendada de Pirapora, costumava falar-lhe uma poisada, lá aparecendo dois dias depois do armistício, perguntava, incrédulo e admirado a uma de suas filhas:

– Estão dizendo que a nossa guerra acabou. Pergunta ao pai da senhora se é verdade...

A nossa guerra! A guerra da França, a guerra da Inglaterra, a guerra dos povos oprimidos, a guerra do mundo contra a tirania. A guerra de um vaqueiro das barrancas do São Francisco ou dos campos do Urucúia ou dos Gerais-Sem-Fim contra o Eixo! A guerra que seria dos Estados Unidos, a da Rússia, a guerra do Brasil... A guerra que os miseráveis de Vichy julgaram perdida e que apenas começava, sustentada por titãs como Churchill ou por grandes cabos de guerra como De Gaulle...

E Bernanos, com olhos minando de desespero, prestes a chorar, com a voz engasgada, embargada, continuava:

– E o vaqueiro insistia junto à minha filha: eh! dona, sendo assim, a coisa está ruim... Gente de pele queimada como eu vai para a cozinha ou tem de engraxar as botinas do alemão...

Era esta a maior homenagem que até então vira Bernanos ser prestada à França: a consciência livre de um caboclo mais livre do que o vento, depositar nessa palavra mágica – França – as bases de sua independência individual...

Nada disto compreenderam os homens da paz florestal de Compiègne: duvidaram da França, de seu prestígio no mundo inteiro.

Bernanos ainda desenvolveu por alguns instantes mais as suas idéias. Mas a noite já tinha caído: a cerração envolvia Barbacena: a neblina descia, não se enxergava quase nada: só se distinguiam os globos da luz elétrica ou os faróis de algum carro que passasse.

Recolhemo-nos. Bernanos estava hospedado no mesmo hotel em que eu morava e então daí data a nossa amizade. No dia seguinte almoçávamos juntos, Bernanos, Virgílio de Melo Franco e eu.

Bernanos imediatamente abriu-se para mim, e ao lado de sua esposa contou-me a sua vida, narrou-me as suas desventuras – que nunca podem ser perdidas de vista por quem queira compreender as faltas ou os defeitos daquele ser atormentado, marcado pela tragédia...

Ele procurava um pouso: não queria sentir-se um exilado: queria um lar, queria sentir-se em casa. Precisava, para tanto, de fixar-se, estabelecer-se. Aspirava a uma fazendinha: “*Un petit coin, qui soit mon foyer, pour y caver ma honte...*”

A vergonha era a deserção da França, a sua ausência do campo da luta.

Bernanos estava indeciso entre Juiz de Fora, Barbacena e Itaipava. Urgia decidir-se: tinha muita coisa para fazer! Cabia-lhe erguer-se sozinho, no Brasil, para manter de pé o prestígio da cultura francesa.

No dia seguinte visitou-me o Sr. Virgílio de Melo Franco e saímos dando umas voltas pelas redondezas, para ver se achávamos um sitiozinho para o grande amargurado. Nada, porém, agradava a Bernanos: fazia questão de um arvoredado e de uma água-viva... E depois suas finanças eram escassíssimas: praticamente não tinha nada.

Já estávamos desanimados, quando uma manhã me telefonou o Dr. Bías Fortes, então prefeito de Barbacena: queria avisar-me de uma fazendinha de uma família que, tendo-se mudado para Juiz de Fora, desejava vender a pequena propriedade. Batemos para lá – nada agradou a Bernanos. Nem o preço convidativo: 17 contos de réis, três alqueires, moradia, perto da cidade, dominando uma colina afastada. Nem mesmo apreciou um fio d’água que fluía alimentando um lago ou o bosque cerrado que o acaso deixara crescer... Nossas buscas chegavam ao termo: nada em Barbacena o havia satisfeito e, portanto, íamos perdê-lo: partiria para Juiz de Fora ou Itaipava... Já nos preparávamos para regressar à cidade, quando Bernanos perguntou o nome do lugar.

– Cruz-das-Almas.

Bernanos sorriu, iluminando-se no rosto, descobriu uma legenda oculta naquele nome, um destino velado... e, para a surpresa de nós todos, prontamente se decidiu pela aquisição do imóvel. Apalavramos a transação. Cabia a Virgílio de Melo Franco arranjar-lhe o dinheiro para pagamento, escritura, impostos,

reforma e readaptação da casa. Três dias depois chegavam 30 contos de réis, vindos do Banco Boa Vista para a Agência do Banco de Crédito Real, de Barbacena, transferidos em meu nome.

Bernanos se entusiasmou com a reforma da casa, plantada ali na colina simbólica. Mas, como sempre, muito irritado: exasperava-se por qualquer coisa. Foi quando Virgílio me chamou:

– Você não se importe quando o Bernanos gritar, praguejar, xingar: isto faz parte de sua economia individual... É a prova de seu afeto...

Eu, de resto já o notara: e deixava Bernanos falar, e ele falava sem tomar fôlego, horas a fio. No convívio daqueles dias, fui então conhecendo as particularidades daquela complexa organização intelectual, daquela alma inquieta, que era Bernanos! Cem por cento francês, estereotipava as virtudes e os defeitos de sua raça. Se, de um lado, gastava tudo que ganhava, fazia, por outro, questão de saber onde tinha sido gasto um centil de qualquer conta que me dava para pagar.



Em Barbacena, estava finalmente estabelecido e o Sr. Assis Chateaubriand, que muito o auxiliou, garantiu-lhe um bom contrato na cadeia de seus jornais. Bernanos escrevia também para revistas e jornais fora do Brasil.

Sua franqueza atingia às raias da impolidez. Tinha o dom de prever os acontecimentos. No dia 7 de setembro de 1940, em Barbacena, procurou-o um alto funcionário da Embaixada inglesa, diplomata de prestígio, com uma bela carreira. Eu fui levá-lo à casa de Bernanos. Ah! tivéssemos podido gravar aquela conversa ou filmar aquela cena!... Bernanos andava irritado com o fato de não se reconhecer o governo de De Gaulle. E estava com a boca destemperada. O fino diplomata ouvia tudo. E para arrematar a conversa, Bernanos foi categórico:

– *Mon cher diplomate, d'ici à un an, vous verrez l'Allemagne envahir la Russie...*

O diplomata riu: classificava de impossível o que acabava de ouvir. Bernanos não se conteve, e gritou:

– *Mon cher ami, vous êtes un imbecile...*

E vagarosamente repetiu soletrando:

– *Un im-bé-ci-le...*

O homem não perdeu a linha e respondeu:

– *Comme vous êtes aimable!*

Pois em junho de 1941 a Alemanha deflagrava a guerra contra a Rússia e o diplomata, britanicamente, passava um telegrama de felicitações a Bernanos, telegrama que mais tarde dei ao Sr. Albert Béguin que me procurou...

O tempo rolava: a sorte da guerra insistia em conservar-se do lado de Hitler. Havia horas em que Bernanos ficava desolado. Descíamos então para o Rio, ele, sua mulher e eu. Procurava os seus grandes amigos: Osvaldo Aranha, Raul Fernandes, Dona Lúcia Miguel-Pereira. À noite, mais confortado, me telefonou antes de recolher-se, dando-me as novas, sempre acompanhadas de sua nota original:

– Estão mais desanimados do que eu...

Tinha por Osvaldo Aranha um grande respeito, uma admiração sem restrições: apontava-o como das maiores inteligências que conhecera em toda a sua vida. Um talento raríssimo, excepcionalmente profundo e brilhante. Osvaldo Aranha deu-lhe um cavalo e Bernanos, ovante, batizou-o com vinho do Rio Grande do Sul, dando-lhe o nome do grande chanceler.

Raul Fernandes era o amigo fraterno, de toda a intimidade, o amigo certo das horas dolorosas de sua vida privada. O amigo dos duros e inenarráveis instantes. Virgilinho de Melo Franco valia a Bernanos, com sua rasgada sinceridade, a qualquer momento. Dona Lúcia Miguel-Pereira traduzia-lhe, sobretudo no princípio, os seus artigos para *O Jornal*. A mim, me permitam que o diga, me chamava “*l’envoïé de la Providence...*”

Disse-me certa vez que sentia um complexo de inferioridade quando ouvia o Sr. Raul Fernandes falar francês: francês perfeito, escoreito, de chancelaria...

A propósito do francês de Bernanos, há uma passagem digna de menção. Certa vez recebeu ele uma carta de um professor, parece-me aqui do Rio, professor de francês, mas brasileiro, apontando-lhe erros de gramática num de

seus livros ou em alguns deles... Bernanos riu a valer... Riu como raramente ria e depois me recomendou que escolhesse um de seus livros para eu enviar àquele filólogo, com seu autógrafo, e depois rindo sempre:

– *C'est ça... Exactement ça... J'ai horreur de la grammaire. Voilà!*

Quando alguém o contrariava, era ferino: não media palavras. Um exilado importante foi visitá-lo em Barbacena, homem de imensa fortuna na França, de certa idade e que teve a petulante audácia de atirar a luva a Bernanos fazendo a defesa de Pétain. Bernanos ouvia-o calado: eu estava admirado de não ter ainda entrado em erupção aquele Bernanos indomável... O pior estava para vir. O exilado então mostrou-se nostálgico da esposa, que era jovem, que ficara em Paris e que até então não viera juntar-se a ele, aqui no Rio de Janeiro.

Bernanos explodiu:

– *Votre femme ne viendra plus, j'en suis sûr... Elle vous trompe avec les boches... C'est ça... Allez la chercher... À bientôt!*

E despachou o homem de sua casa para fora.

Detestava os franceses que, no Rio, para se exibir, exploravam festas, chás, *cocktails*, aquilo que ele chamava: “*le malheur de la France*”. Não lhes perdoava a presunção. Evitava o contato com franceses refugiados, freqüentadores de rodas notadamente simpáticas ao Eixo, e recusava-se a recebê-los se iam até Barbacena.

Stefan Zweig surgiu certo dia de surpresa em Barbacena, e queria visitar Bernanos. Fui levá-lo a Cruz-das-Almas e confesso que estralava os dedos com medo da recepção, temia uma daquelas explosões bernanosianas. No entanto confesso: nunca até então tinha visto Bernanos receber tão carinhosamente, acolher comovido e fraternalmente, como recebeu a Stefan Zweig.

Zweig estava desfigurado: triste, abatido, sem esperança, cheio de pensamentos aziagos. Bernanos animou-o: conversava com ele docemente. Queria que Zweig passasse uns dias em seu sítio. Convidou-o para acompanhá-lo num protesto ao mundo contra as barbaridades que Hitler praticava contra os judeus e que ele, Bernanos, enfurecido, qualificava de crime contra a humanidade. Fez questão de voltar com Zweig até a cidade: levou-o à Prefeitura, apresentou-o ao Dr. Bias Fortes, que o tornou hóspede oficial da municipalidade.

A guerra, os padecimentos íntimos de Bernanos não faziam dele um ser indiferente ao ambiente em que vivia e por tudo se interessava, desde as disputas de futebol entre os clubes locais, Vila do Carmo, Andaraí e Olímpic, até àquela luta bem maior, absorvente, da política municipal. Ali se desenrola, precisamente há 30 anos, acirrada briga política. Quem quiser realizar o milagre da neutralidade, deve, antes de mais nada, manter-se calado... Pois bem, o nosso grande Bernanos opinava e opinava alto, bom som, rasgado. Aos bons padres alemães, do Verbo Divino, da capela de São Geraldo, que sempre discretos e dedicados aos seus misteres têm vivido em Barbacena, Bernanos não dava tréguas: considerava-os, sem exceção, espões do Eixo, agentes da Gestapo. O pobre delegado de polícia de Barbacena, Dr. Haroldo Pereira da Silva, tão prematuramente falecido, se via em palpos de aranha. Bernanos exigia que ele desmantelasse aquela sinistra rede de espionagem e afirmava furioso:

– Onde houver um alemão, seja padre ou freira, há um espião em potencial...

E ameaçava denunciar o delegado às autoridades superiores.

O Vigário de Barbacena, daquela época, era um sacerdote piedosíssimo, de raras virtudes, um padre modelar e profundamente francófilo. Uma noite Bernanos ia comigo jantar na casa do Dr. Paulo da Rocha Lagoa e, de passagem pela casa paroquial, notou que do alpendre pendia uma lanterninha vermelha. Estacou e pôs-se a fazer considerações sobre a luzinha avermelhada: achava-a imprópria, ridícula, e encarregou-me de pedir ao Vigário, em seu nome, que a retirasse ou lhe mudasse a cor. Eu conhecia o padre: era obstinado. De minha parte fui protelando a embaixada. Bernanos exasperava-se: só falava daquela luzinha vermelha na noite solitária e fria... Quando viu que eu não me desincumbia, mandou por uma de suas filhas um recado ao cura. Não surtiu efeito. Mandou o segundo, e o terceiro foi tremendo: devia retirar a luz vermelha, porque assim não parecia uma casa paroquial, mas dava a impressão de alegre casa de tolerância...

Ficava horas a fio no café, conversando com alguns estudantes e os ajudava nos deveres escolares. Achava o programa de francês, que se administrava nos

colégios, de uma dificuldade sem par: equivalia em França a um curso de especialização...

Certa vez procurou-me aborrecido com Tristão de Athayde, por cuja inteligência, cultura e virtudes pessoais tinha fascinação, só porque o grande Alceu achava, com a sinceridade que o caracteriza, pouco provável uma vitória da Inglaterra sobre o Eixo.

Dos escritores brasileiros conhecia alguns. Achava uma delícia as *Memórias de um sargento de milícias*, e prezava, em particular, os livros de Lima Barreto. Pouco conhecia da literatura de Portugal. Quando lhe dei *A relíquia*, do Eça, exultou; achou-a deliciosa e me disse:

– *S'il avait écrit en français, il aurait été connu dans le monde entier...*

Suas diferenças com certa parte do clero eram notórias. Não tolerava os jesuítas...

De uma feita, fui encontrá-lo chorando de emoção: vinha ele a cavalo, quando um desses jornaleirinhos anônimos que faziam ponto na Estação, correu a seu encontro, fazendo-lhe sinal que parasse... E o jornaleiro – um pretinho – abria o *Correio da Manhã*, e lhe mostrava qualquer coisa a seu respeito... Era um rodapé, cujo título, em letras maiores e mais fortes, chamou a atenção do menino: HOMENAGEM A BERNANOS, desse crítico extraordinário, o Sr. Álvaro Lins. Aquele gesto para Bernanos – o interesse de um pobre menino pela sua pessoa – valia mais do que uma alta condecoração...

Escrevia sempre num café, hábito de que nunca se livrou: e quanto mais forte fosse o barulho, mais ruidoso o movimento, mais se sentia à vontade. Em Barbacena tinha a sua rodinha: o saudoso professor Honório Armond, príncipe dos poetas mineiros, cujos versos em francês encantavam-no e que ele recitava de cor; seu médico, o Dr. Galdino Abranches, clínico de nomeada, um pouco afastado da profissão, e filósofo de idéias próprias; Monsieur Brut, francês radicado havia anos no Brasil e dono da tecelagem Franco-Mineira, de Barbacena. Era muito amigo do Dr. Paulo da Rocha Lagoa, cuja espantosa cultura científica e vasta erudição considerava como das maiores que conhecera. Este juízo deixou-o ele gravado com a sua bela letra bordada, num dos livros que lhe ofereceu.

Bernanos amava sinceramente o Brasil e sei que não desejava sair mais daqui. Era absolutamente francês. Certa vez estávamos no Rio. Eu tinha ido a um concerto sinfônico de Eugène Szenkár e devia, em seguida, ir encontrar-me com Bernanos que me esperava na Brahma. Do programa só constavam nomes alemães: Mozart, Bach, Beethoven. Saí do concerto entusiasmado e fui ao encontro de Bernanos. E lhe transmiti o meu incontido entusiasmo: aquela trindade excelsa: aqueles mestres imortais da música alemã... Bernanos franzira o rosto e os gestos de sua fisionomia não concordavam comigo. Fitava-me com desdém:

– *Oh, non, cher ami... Mozart, Bach, Beethoven... toujours ça! Vous m'embêtez, mon vieux!*

Parou: pensou um pouco, como se procurasse algo e depois, olhando-me com superioridade, numa alegria triunfante, tipicamente celta, exclamou vitorioso:

– *Debussy, voilà!*

Assim era a doce e amargurada figura de Bernanos!

Nunca descreu da democracia. Se ridicularizava os parlamentos, era porque mereciam ser ridicularizados. Suas divergências com os Estados Unidos eram notórias: considerava-os incapazes de dirigir o mundo e dizia bem alto que os americanos iriam fazer tudo para apoderar-se do império francês e do império inglês que eles cobiçavam desveladamente. Odiava qualquer política racista, não admitia discriminação de cor. Era tolerante em matéria religiosa e me dizia ser melhor para um homem não ter religião, a não conhecer a própria que professasse. Monarquista por dentro e por fora, atribuía a Pedro II a unidade territorial do Brasil.

No início de 1944, uma série de incidentes, um sem-número de mal-entendidos determinaram sua saída de Barbacena. Pobre Bernanos – poucos o sabem! – como terrivelmente sofreu...

Separamo-nos.

A guerra chegava ao fim, a França era libertada: eu estava no Rio de passagem para o Triângulo Mineiro. Era uma tarde calmosa: entrei na Brahma e tomava um chope no balcão, quando o garçon veio dizer-me que alguém me chamava a uma mesa: era Bernanos. Há um ano não nos víamos. Senti no seu

abraço toda sua amizade, que fatos alheios à nossa vontade não tiveram força para arrefecer. Ia chamar-me em Barbacena, pois não queria ir-se embora, sem ver-me antes. Notei-o muito triste e seus olhos pareciam-me apagados. O fim da guerra não lhe trouxera aquela alegria esperada. Abriu-se numa crítica acérrima aos Estados Unidos, e afirmava que Roosevelt dera de presente o mundo aos russos.

Acrescentou não ter ilusões: na França só encontraria inimigos, e não achava fácil readaptar-se...

Estava acabrunhado e triste: francamente, eu preferiria não o ter visto. Fez blague:

– Estive em Paquetá: e como o nosso D. João VI, preferiria não voltar – gostaria de ficar por aqui mesmo...

Já era noite: recordamo-nos daquela primeira, tão fria e neblinada, em que nos falamos... Eu tinha de sair... Pediu-me que o acompanhasse até o escritório de Virgílio de Melo Franco, que o aguardava.

Tomamos um táxi. Chegamos. Descemos. E então me recomendou (parece-me que o estou ouvindo, agora, nesta onda avassaladora de pungente, atroz saudade):

– Fique vigilante com o que mais tarde disserem ou escreverem de mim, aqui no Brasil. Defenda-me sempre... Muita gente que nunca me viu, que nunca me leu, com quem não tive contato, vai dizer-se amiga minha, atribuir-me frases que não disse ou idéias que não tive...

Eu estava comovido: era duro aquele momento!

Bernanos mandou uma mensagem carinhosa para minha mulher. O velho Mago de Cruz-das-Almas entrou no elevador. Sua figura estava triste e magoada, como magoada e triste foi sempre a sua vida...

Nunca mais, nunca mais o vi.

Era o adeus!

Rio, Natal de 1959.



**PATRONOS, FUNDADORES E MEMBROS EFETIVOS  
DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS**

(Fundada em 20 de julho de 1897)

*As sessões preparatórias para a criação da Academia Brasileira de Letras realizaram-se na sala de redação da Revista Brasileira, fase III (1895-1899), sob a direção de José Veríssimo. Na primeira sessão, em 15 de dezembro de 1896, foi aclamado presidente Machado de Assis. Outras sessões realizaram-se na redação da Revista, na Travessa do Ouvidor, n. 31, Rio de Janeiro. A primeira sessão plenária da Instituição realizou-se numa sala do Pedagogium, na Rua do Passeio, em 20 de julho de 1897.*

CADEIRA	PATRONOS	FUNDADORES	MEMBROS EFETIVOS
01	Adelino Fontoura	Luís Murat	Ana Maria Machado
02	Álvares de Azevedo	Coelho Neto	Tarcísio Padilha
03	Artur de Oliveira	Filinto de Almeida	Carlos Heitor Cony
04	Basílio da Gama	Aluísio Azevedo	Carlos Nejar
05	Bernardo Guimarães	Raimundo Correia	José Murilo de Carvalho
06	Casimiro de Abreu	Teixeira de Melo	Cícero Sandroni
07	Castro Alves	Valentim Magalhães	Sergio Corrêa da Costa
08	Cláudio Manuel da Costa	Alberto de Oliveira	Antonio Olinto
09	Domingos Gonçalves de Magalhães	Magalhães de Azeredo	Alberto da Costa e Silva
10	Evaristo da Veiga	Rui Barbosa	Lêdo Ivo
11	Fagundes Varela	Lúcio de Mendonça	Celso Furtado
12	França Júnior	Urbano Duarte	Alfredo Bosi
13	Francisco Otaviano	Visconde de Taunay	Sergio Paulo Rouanet
14	Franklin Távora	Clóvis Beviláqua	Miguel Reale
15	Gonçalves Dias	Olavo Bilac	Pe. Fernando Bastos de Ávila
16	Gregório de Matos	Araripe Júnior	Lygia Fagundes Telles
17	Hipólito da Costa	Sílvio Romero	Afonso Arinos de Mello Franco
18	João Francisco Lisboa	José Veríssimo	Arnaldo Niskier
19	Joaquim Caetano	Alcindo Guanabara	Antonio Carlos Secchin
20	Joaquim Manuel de Macedo	Salvador de Mendonça	Murilo Melo Filho
21	Joaquim Serra	José do Patrocínio	Paulo Coelho
22	José Bonifácio, o Moço	Medeiros e Albuquerque	Ivo Pitanguy
23	José de Alencar	Machado de Assis	Zélia Gattai
24	Júlio Ribeiro	Garcia Redondo	Sábato Magaldi
25	Junqueira Freire	Barão de Loreto	Alberto Venancio Filho
26	Laurindo Rabelo	Guimarães Passos	Marcos Vinícios Vilaça
27	Maciel Monteiro	Joaquim Nabuco	Eduardo Portella
28	Manuel Antônio de Almeida	Inglês de Sousa	Oscar Dias Corrêa
29	Martins Pena	Artur Azevedo	Josué Montello
30	Pardal Mallet	Pedro Rabelo	Nélida Piñon
31	Pedro Luís	Luís Guimarães Júnior	Moacyr Scliar
32	Porto-Alegre	Carlos de Laet	Ariano Suassuna
33	Raul Pompéia	Domício da Gama	Evanildo Bechara
34	Sousa Caldas	J.M. Pereira da Silva	João Ubaldo Ribeiro
35	Tavares Bastos	Rodrigo Octavio	Candido Mendes de Almeida
36	Teófilo Dias	Afonso Celso	João de Scantimburgo
37	Tomás Antônio Gonzaga	Silva Ramos	Ivan Junqueira
38	Tobias Barreto	Graça Aranha	José Sarney
39	F.A. de Varnhagen	Oliveira Lima	Marco Maciel
40	Visconde do Rio Branco	Eduardo Prado	Evaristo de Moraes Filho



COMPOSTO EM MONOTYPE CENTAUR 12/16 PT; CITAÇÕES, 10,5/16 PT.



